

ISSN impressa 0100-4956
ISSN eletrônica (on line) 2357-9226

REN Revista Econômica do Nordeste

Volume 45, 2014 suplemento especial



 Banco do
Nordeste

REN

Revista Econômica do Nordeste

BANCO DO NORDESTE

Presidente:

Nelson Antônio de Souza

Diretores:

Francisco das Chagas Soares | Isaias Matos Dantas | Luiz Carlos Everton de Farias | Manoel Lucena dos Santos | Paulo Sérgio Rebouças Ferraro | Romildo Carneiro Rolim

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE

Revista Econômica do Nordeste – REN

Superintendente:

Francisco José Araújo Bezerra – Editor Chefe

Editores Científicos:

Francisco Raimundo Evangelista
Jacqueline Nogueira Cambota
José Varela Donato
Luciano J. F. Ximenes
Maria Odete Alves
Elizabeth Castelo Branco (Suplente)
Liliane Cordeiro Barroso (Suplente)

Editor Executivo:

Luciano J. F. Ximenes
Maria Odete Alves (suplente)

Jornalista Responsável:

Michelly Chaves Nunes Ribeiro (MTB/CE 01270 JP)

Comitê Editorial:

Elizabeth Castelo Branco (Suplente)
Fernando Luiz Emerenciano Viana
Francisco José Araújo Bezerra
Francisco Raimundo Evangelista
Jacqueline Nogueira Cambota
José Varela Donato
Liliane Cordeiro Barroso (Suplente)
Luciano J. F. Ximenes
Maria Odete Alves
Tibério Rômulo Romão Bernardo
Wellington Santos Damasceno

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho

Normalização:

Audrey Caroline Marcelo do Vale – CRB-3/814

Projeto Gráfico:

Gustavo Bezerra Carvalho

Apoio:

Sueli Teixeira Ribeiro
Elias Augusto Cartaxo
Ana Vanessa Alves Teixeira
Valmir Castelo Branco

Conselho Editorial

Aderbal Oliveira Damasceno (PPGDE/UFU)
Antônio Corrêa de Lacerda (PEPGE/PUC-SP)
Antonio Henrique Pinheiro Silveira (FCE/UFBA)
Carlos Roberto Azzoni (FEA/USP)
Carmem Aparecida do Valle C. Feijó (UFF)
Fábio Neves Perácio de Freitas (IE/UFRJ)
Fabrício Carneiro Linhares (CAEN/UFC)
Francisco de Sousa Ramos (Decon/UFPE)
Frederico Gonzaga Jayme Jr (Cedeplar/UFMG)
Guilherme Mendes Resende (IPEA)
Henrique Tomé da Costa Mata (FCE/UFBA)
Joan Noguera Tur (Universidade de Valência/IIDL)
Joaquim Bento de S. Ferreira Filho (Esalq/USP)
Joaquim José Martins Guilhoto (FEA/USP)
José de Jesus de Sousa Lemos (DEA/UFC)
José Luís da Silva Netto Jr (UFPB)
Ladislau Dowbor (PPGA/PUC-SP)
Marcel Bursztyn (CDS/UNB)
Marta dos Reis Castilho (IE/UFRJ)
Mauro Borges Lemos (CEDEPLAR/UFMG)
Pery Francisco Assis Shikida (UNIOESTE)
Pierre Salama (CEPN/UP13)
Sérgio Luiz de Medeiros Rivero (PPGE/UFPA)
Sérgio Schneider (UFRGS)
Tomaz Ponce Dentinho (Universidade dos Açores/GDRS-APDR)

Responsabilidade e reprodução:

Os artigos publicados na Revista Econômica do Nordeste – REN são de inteira responsabilidade de seus autores. Os conceitos neles emitidos não representam, necessariamente, pontos de vista do Banco do Nordeste do Brasil S.A. Permite-se a reprodução parcial ou total dos artigos da REN, desde que seja mencionada a fonte.

Endereço para correspondência

ETENE, Av. Silas Munguba, 5.700, bloco A2 térreo, Passaré, CEP: 60.743-902, Fortaleza, Ceará, Brasil. Fone: (85) 3251.5544, 3299.5544, 3299.3034. ren@bnb.gov.br

Indexação

Dare Database – Unesco (Paris, França), Public Affairs Information Service – PAIS (New York, EUA), Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades – Clase (Coyoacan, México).

**Depósito legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei No 10.994 de
14 de dezembro de 2004**

Revista Econômica do Nordeste, v. 45, 2014, (suplemento especial) – Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.

v. 45: il.; 28 cm.

Trimestral

Primeiro título a partir de julho de 1969, sendo que, de julho de 1969 a janeiro de 1973, o título do periódico era Revista Econômica.

Sumários em português e inglês.

ISSN 0100-4956 (impressa)

ISSN 2357-9226 (eletrônica)

1. Economia – Desenvolvimento Regional – Brasil. I. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, CE.

CDD 330

Sumário

Editorial.....	4
A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DA PROMESSA INICIAL AOS IMPASSES DO PRESENTE Family farming in Brazil: from an initial promise to its current impasses	7
ACESSO AOS MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA LEITURA PELA RECIPROCIDADE E A ECONOMIA SOLIDARIA Markets access for family farming: a lecture by reciprocity and solidarity economy	21
DESIGUALDADES REGIONAIS NA DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO PRONAF: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1998 A 2012 Regional inequalities in the distribution of the Pronaf credit: an analysis of the period from 1998 to 2012	37
BANCOS COMUNITÁRIOS E RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO NORDESTE SEMIÁRIDO BRASILEIRO Community banks and reciprocity: a case study in the brazilian northeast semiarid	51
O CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE Intermediary consumption in agriculture: a comparison between family and non-family farming in Brazil and the South and Northeast Regions	63
O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO The role and the importance of the Family Farm in the contemporary Brazilian rural development	83
EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NORDESTINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DOIS CENSOS AGROPECUÁRIOS Evolution of northeast family farm: a comparative analysis between two agricultural census	93
AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS: O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE Family farming and institutional markets: development as freedom	107
PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DOS GERAIS SANFRANCISCANOS, SEMIÁRIDO DE MINAS GERAIS The production and resource conservation in family farming in Sanfranciscan Gerais, semiarid region of Minas Gerais	119
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA, UMA CERTIFICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA OS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO Geographical indication, a strategic certification for semiarid family farming products	133
GÊNESE E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS NA REALIDADE BRASILEIRA E AS PARTICULARIDADES DO SEMIÁRIDO Genesis and Evolution of Family Farm: Challenges in Brazilian Reality and Specifics in its Semi-Arid	143
CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA E DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR PARA O PIB DO NORDESTE The importance of the family agribusiness to the northeast region GDP	157

EDITORIAL

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO estabeleceu 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar e a considera importante porque “a agricultura familiar [...] está intimamente vinculada à segurança alimentar mundial; preserva os alimentos tradicionais, além de contribuir para uma alimentação balanceada, para a proteção da agrobiodiversidade e para o uso sustentável dos recursos naturais” e, finalmente, “representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades”.

Essa importância foi também reconhecida pelo Brasil, ao consignar na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, os requisitos para ser considerado agricultor familiar e as diretrizes para a formulação de uma política nacional em seu apoio. Diante do fato de que a Região Nordeste detém 50,1% dos 4,4 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar do País e, ainda, que 89,1% dos estabelecimentos agropecuários nordestinos (quase 2,2 milhões de estabelecimentos) são familiares, nada mais natural que a REN dedicar uma edição especial ao tema.

Nos doze artigos desta edição, o leitor encontrará apreciações da agricultura familiar sob diversos ângulos: Navarro & Pedroso fazem uma análise crítica e instigante da expressão agricultura familiar, alertando que o seu uso tem atendido também a outros interesses; Baiardi faz um recuo histórico para discutir a gênese e evolução da agricultura familiar, apontando suas possibilidades de sucesso e insucesso no semiárido; já Sabourin e Alves; Bursztyn & Chacon preferiram enxergá-la pelo prisma da reciprocidade. Os artigos de Mattei, Guanzioli; Di Sabbato & Vidal e Guilhoto; Azzoni & Ichihara focaram mais na importância e nas contribuições da agricultura familiar no Nordeste. Conterato; Schneider; Fernandes & Libardoni compararam o consumo intermediário das agriculturas familiares do Sul e do Nordeste. Ribeiro; Galizoni; Freitas Chiodi & Ayres apreciaram particularmente a agricultura familiar mineira. Dois artigos debruçaram-se sobre importantes ferramentas de suporte à agricultura familiar: os mercados institucionais (dos Anjos & Becker) e o Pronaf (Souza & Barbé). Por fim, Guimarães Filho & da Silva sugerem a indicação geográfica como uma alternativa para a valorização dos produtos da agricultura familiar do semiárido nordestino. Bom proveito.

Boa leitura!

The United Nations Food and Agriculture Organization-FAO established the International Year of Family Farming in 2014. The agency considers an important theme because “family farming [...] is closely linked to global food security; it preserves traditional food, contributes to a balanced diet, agricultural biodiversity protection, sustainable use of natural resources and an opportunity to boost local economies, mainly when combined with specific policies that promote social protection and communities welfare.

The International Year of Family Farming importance was also recognized in Brazil through the Law No. 11.326, from July 24th, 2006, that establishes the requirements to be considered a family farmer and formulates the guidelines of a family farming national policy. Considering that the Northeast region holds 50.1% of the 4.4 million family farming estates in the country and, furthermore, that 89.1% of farms in this Region are considered familiar (nearly 2.2 million estates), it is not unusual that REN devotes a special issue to this topic.

The reader will find family farmers testimonials from different angles into the twelve papers: Navarro & Pedroso make a critical and provoking analysis of the term “family farming”, warning that its use has also attended other interests; Baiardi elaborates a historic retreat to discuss the genesis and evolution of family farming, pointing its chances of success and failure in the semiarid; Sabourin and Alves; Bursztyn and Chacon would prefer seeing it through the prism of reciprocity. The articles from Mattei; Guanzioli; Di Sabbato & Vidal and Guilhoto; Azzoni & Ichihara focused more on the importance and contributions of family farming in the Northeast. Conterato; Schneider; Fernandes & Libardoni compared the intermediate consumption of family farming in the South and Northeast. Ribeiro; Galizoni; Freitas Chiodi & Ayres analyzed particularly family farming in Minas Gerais state. Two articles considered important tools to support family farming: institutional markets (dos Anjos & Becker) and PRONAF (Souza & Barbé). Finally, Guimarães Filho & Silva suggest a geographic indication as an alternative to add value to family farming production in the semiarid Northeast.

Enjoy the reading!

A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DA PROMESSA INICIAL AOS IMPASSES DO PRESENTE

Family farming in Brazil: from an initial promise to its current impasses

Zander Navarro

Sociólogo. Doutor, pesquisador da Embrapa Estudos e Capacitação (Brasília). E-mail: zander.navarro@embrapa.br

Maria Thereza Macedo Pedroso

Engenheira Agrônoma. Doutoranda em Ciências Sociais (UnB), pesquisadora da Embrapa Hortaliças (Gama, DF). E-mail: maria.pedroso@embrapa.br

Resumo: o artigo analisa criticamente a expressão agricultura familiar, a partir de sua institucionalização no Brasil em meados da década de 1990, enfatizando seus atuais impasses. São oferecidas “dez proposições gerais”, as quais enfocam, cada uma delas, um tema específico relacionado ao conjunto de estabelecimentos rurais de menor porte econômico. São argumentos que indicam que o uso da expressão no país observou um propósito inicial que foi sendo gradualmente modificado, atendendo menos às necessidades das famílias rurais e, mais, a outros interesses. A problematização oferecida sobre esta expressão e suas evidências empíricas indicam que o padrão de desenvolvimento agrário brasileiro caminha rapidamente para consolidar um setor econômico dual, ou seja, altamente produtivo e moderno, mas assentado em forte esvaziamento demográfico das regiões rurais.

Palavras-chave: agricultura familiar; estabelecimentos rurais de menor porte econômico; desenvolvimento agrário brasileiro.

Abstract: this article critically analyses the expression family farming, after its institutionalization in Brazil in the mid-1990s thereafter emphasizing its current impasses. Ten “general propositions” are offered and each one focuses a specific theme in relation to the group of rural establishments under small economic status. These propositions suggest that the use of this expression in the country has observed an initial purpose that was gradually modified, with less attention being paid to the interests of those rural families in detriment to other different interests. The expression is made problematic in the article and also empirical evidence point to a pattern of Brazilian agrarian development that rapidly builds a dual consolidation, that is, an economic sector highly productive and modern but also rooted in strong demographic emptying of rural regions.

Key words: family farming; rural establishments of small economic scope; Brazilian agrarian development.

1 Introdução

Duas décadas após a sua aparição na nomenclatura política brasileira, a expressão agricultura familiar apresenta atualmente sólidas raízes institucionais e dificilmente a sua hegemonia narrativa será esmaecida por longo período de tempo à frente. No imaginário coletivo, agricultura familiar gradualmente incorporou um sentido concreto razoavelmente bem definido e se refere ao “vasto conjunto de pequenos produtores rurais, aqueles idiano da vida rural, agricultura familiar é sinônimo de pequena produção rural e, por isto, engloba os estabelecimentos produtores das rendas mais baixas e também aqueles de menores tamanhos de área. Sociologicamente, seria o grande conjunto de famílias que formariam a baixa classe média e uma fração do subproletariado, ambas as classes mo-

radoras das regiões rurais brasileiras e envolvidas com as atividades agrícolas.

Esta é expressão que surgiu *politicamente* em evento realizado na cidade de Belo Horizonte, no ano de 1993, e teria sido sugerido por uma extensionista da Emater/MG (NAVARRO, 2010, p. 193), provavelmente informada da ocorrência da expressão na literatura acadêmica. Como se sabe, entre o final dos anos oitenta e a década seguinte alguns cientistas sociais especializados em temas rurais haviam introduzido a expressão, extraída de estudos sobre processos de desenvolvimento agrário ocorridos nos países do capitalismo avançado, sobretudo os Estados Unidos.¹ Ou seja, apenas

1 Os autores realizaram amplo levantamento bibliográfico sobre o assunto, onde esses detalhes são especificados (NAVARRO; PEDROSO, 2011).

para o registro histórico, o surgimento da expressão observou um *capítulo acadêmico*, antes de sua incorporação por atores políticos, especialmente aqueles ligados ao movimento sindical rural. Mas a expressão somente ganhou a sua institucionalização plena porque encontrou ampla receptividade no âmbito do Governo Federal, a partir de 1995. O Ministério Extraordinário de Política Fundiária, correspondente, então chefiado por Raul Jungmann, incorporou a proposta do movimento sindical e, assim, nasceu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), assinado no ano seguinte.²

É cristalina a importância do surgimento da expressão, mas por apenas uma exclusiva razão. Não obstante terem existido nomeações anteriores segmentando os grupos de produtores (e seus respectivos indicadores empíricos demarcadores), como nos anos setenta, aquelas foram classificações inócuas em termos concretos, pois não acarretaram uma categórica ação governamental “a favor dos pequenos”, ficando apenas no plano retórico. Ao surgir nos anos noventa, a expressão agricultura familiar, concretamente pela primeira vez, criou a chance de efetivamente desencadear uma ação exclusiva do Estado brasileiro a favor da vasta maioria das famílias rurais responsáveis pelos estabelecimentos de tamanho médio e pequenos. E foi assim porque já estávamos na vigência de regime democrático, o qual ensejava um ambiente político sob o qual diferentes organizações representativas dos interesses dos pequenos produtores pudessem exercer pressões sobre o Estado, aos poucos garantindo a aprovação de ações governamentais específicas destinadas a esse grupo de produtores de menor porte econômico.

Esta foi a razão primordial que embasa a importância do surgimento da expressão e sua institucionalização – forçar o Estado e seu conjunto de políticas a orientarem-se também de acordo com

os interesses e as necessidades desse vasto conjunto de produtores rurais. Mas nada além desse objetivo principal e praticamente exclusivo encontraria algum tipo de inteligibilidade teórica ou prática. Portanto, as tentativas de romantizar as famílias rurais moradoras nesses estabelecimentos certamente serão lidas, futuramente, como expressão da pobreza interpretativa e da preguiça analítica de nossos estudos sobre o assunto. Incensar os agricultores chamados de familiares, como se fossem portadores de alguma “essencialidade comportamental e decisória” e ativassem um “modo de vida” que seria específico e imune às vicissitudes da vida econômica é, na realidade, uma aberração antropológica inexplicável, fruto da deplorável combinação do populismo de certos setores, da fraca tradição analítica da esquerda agrária e, até mesmo, da ignorância empírica de diversos segmentos das ciências sociais rurais. Ainda mais aberrante tem sido a insistência em contrapor o conjunto que seria “familiar” ao polo que seria o seu suposto opositor econômico – o agronegócio, em uma tentativa canhestra e bisonha de sugerir a existência de uma “luta de classes” nas regiões rurais. A reiteração desse falso binômio causa perplexidade, pois expõe ao ridículo analítico os seus proponentes, fato que também demonstra o lamentável rebaixamento conceitual de nossos tempos.

Passadas duas décadas do nascimento da expressão no Brasil e sua posterior aceitação pelo Estado, originando políticas públicas específicas que exigiram indicadores concretos que fossem empiricamente aplicáveis, este artigo pretende oferecer algumas proposições, a título de avaliação do período. A seguir, são submetidos *dez argumentos gerais* que pretendem focar o tema criticamente a partir de diversos ângulos analíticos. São argumentos que examinam a trajetória da agricultura familiar no Brasil ao longo do período citado, oferecidos à luz do desenvolvimento agrário recente. Alguns são de fácil comprovação factual, enquanto outros argumentos são mais controversos, pois exigiriam maior esforço de pesquisa para o seu entendimento mais completo, o que ainda não foi realizado. E exigiria, em particular, que os bloqueios e travamentos ideológicos associados à narrativa atualmente dominante fossem desativados, assegurando assim o nascimento de uma genuína primavera argumentativa em torno do tema. Como se observará, trata-se de um conjunto de propostas de análise que também incorpora as mudanças econômico-estruturais observadas ao longo dos dois decênios referidos. Os autores desse texto tendem a aceitar as teses gerais de recente artigo, o qual gerou um extenso livro analítico lançado no ano corrente. Aquele artigo sugere que o Brasil agrário e agrícola adentrou

2 Como inúmeros cientistas sociais brasileiros são fortemente ideologizados e obedecem a estímulos partidários primeiramente, e somente depois à ciência e seus requisitos, é improvável que o papel decisivo de Jungmann algum dia será reconhecido mais enfaticamente. Um quadro ligado ao antigo Partido Comunista Brasileiro, foi Ministro que manteve postura abertamente receptiva aos setores populares influenciados por partidos de esquerda e, na realidade, foi o responsável principal pela institucionalização da expressão agricultura familiar no Brasil, pois durante sua gestão foi assinado o Pronaf. Como curiosidade histórica, o Decreto 1.946 (junho de 1996), que institucionalizou aquele Programa e cujo objetivo principal seria “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares” não tipifica empiricamente o que seriam os agricultores que passaram a ser chamados de “familiares”, uma lacuna emblemática dos equívocos que viriam a caracterizar a conceituação de tal grupo.

uma nova e inédita fase em sua história, com características econômico-produtivas e tecnológicas inteiramente diferentes, com profundas implicações em todos os desvãos da vida social rural, não apenas em termos propriamente agrícolas (BUAINAIN et al., 2013). Foi artigo que gerou um projeto, informalmente denominado de “projeto sete teses”, o qual mobilizou meia centena de pesquisadores para desenvolver mais intensamente os focos analíticos sugeridos naquele texto, e o livro resultante, sem dúvida, deverá produzir repercussões igualmente relevantes para as futuras interpretações sobre o mundo rural brasileiro (BUAINAIN et al., 2014). Em consequência, as dez proposições gerais sobre a agricultura familiar, apresentadas e sucintamente discutidas a seguir também são influenciadas pelas discussões do referido projeto (os autores deste artigo são também autores de textos contidos no livro resultante do citado projeto).

Primeira proposição: *Após o surgimento e a institucionalização da expressão agricultura familiar, seus objetivos iniciais propostos foram sendo radicalmente modificados com o passar dos anos. Gradualmente, a expressão se tornou retórica e sem efetividade prática.*

Os autores desse artigo têm insistido, exaustivamente, em diversos textos, sobre o “erro de nascença” da expressão agricultura familiar, pois foi uma noção demarcadora do conjunto de produtores que originalmente caracterizou-se pela visão ideológica anticapitalista, refletindo-se nos quatro indicadores que em tese separariam os familiares dos demais produtores rurais. É preciso reconhecer, talvez com urgência, que confrontada com o mundo real a *definição de agricultura familiar no Brasil está errada* e precisa ser corrigida. Os aspectos equivocados dizem respeito aos dois critérios, previstos na Lei de 2006, que sugerem que os familiares devem usar, predominantemente, o trabalho dos membros da família e restringir a contratação de assalariados externos e, também predominantemente, devem evitar o trabalho fora da atividade agrícola. Esses critérios são espantosos equívocos, à luz das realidades agrárias e a explicação para que tenham sido incorporados à noção brasileira de agricultura familiar já foi oferecida em outro texto dos autores (NAVARRO; PEDROSO, 2011, p. 103-123).

Sobre os outros dois critérios normativos, são relativamente universais e não representam uma novidade. “Familiar”, quando associado à atividade agrícola, diz respeito apenas à gestão da propriedade e, neste sentido, ao se privilegiar a administração familiar da atividade agrícola, nada há a obstar e nem aqui existiria alguma novidade. E a limitação do tamanho de área dos estabelecimentos que se-

riam considerados como familiares (quatro módulos fiscais) também não representa um indicador particularista a ser destacado, pois se está falando de “pequenos produtores” e, portanto, aquele limite circunscreve o conjunto de estabelecimentos de menor porte – de tamanho de área e, no geral, também de porte econômico.³

Assim, quais os problemas com a noção de agricultura familiar, tal como foi institucionalizada no Brasil? Além da eliminação dos dois critérios acima referidos, são três outros os erros inscritos em tal expressão, em particular. Primeiramente, o fato de tal noção não segmentar, em termos concretos, o conjunto específico de agricultores que a intenção inicial da expressão, ao ser institucionalizada em 1996, pretendia separar nas diferentes regiões rurais. Quase todos os produtores são “familiares”, em termos de administração, inclusive aqueles estabelecimentos de tamanho de área maior. Na atividade agrícola, os proprietários, quase sempre, preferem manter a administração direta em suas mãos e, assim, nem mesmo entre os imóveis de grande tamanho os proprietários aceitam transformar sua atividade em uma empresa de capital aberto, contratando administradores e passando a ser uma firma corporativa, no sentido estrito do termo. Por esta razão, até mesmo na agricultura capitalista mais moderna do mundo, que é a norte-americana, aproximadamente 98% dos estabelecimentos são definidos como familiares, significando que são administrados por membros da família de proprietários. Em síntese: intitular de “familiar” um tipo de agricultura, concretamente, nada acrescenta em termos de tipificação do conjunto de produtores. Ou seja, não classifica e nem discrimina empiricamente. É um erro banal insistir em opor os estabelecimentos que seriam familiares àqueles que são geridos por empresários rurais e de maior porte econômico, pois esses últimos, em termos de gestão, são igualmente familiares.

O segundo erro, de consequências práticas desastrosas, ao longo dos anos, tem sido o esforço (sobretudo das ações governamentais e das organizações sindicais) de tentar universalizar a expressão para todo o país, como se os pequenos produtores vivessem situações *essencialmente similares*, do ponto de vista da produção e de suas chances econômicas (para não citar as condições ecológicas de sua produção), nos diferentes rincões rurais de um território vastíssimo como o brasileiro. Ou erro ainda mais grave: supondo que as mentalidades e os comportamentos sociais são igual-

³ E por que o limite cabalístico de quatro módulos? A explicação é curiosíssima e pode ser encontrada em Navarro (2010, p. 194).

mente similares, ignorando as diferentes visões de mundo, comparativamente, existentes no âmbito desse conjunto de famílias rurais. Ao assim proceder, pasteurizando a expressão e fantasiando a sua homogeneidade para todas as regiões rurais – uma evidente falsidade empírica – aqueles que foram os responsáveis originais pela expressão atenderam objetivos especialmente políticos e sindicais, mas se distanciaram da realidade concreta vivida pelas famílias rurais dos pequenos estabelecimentos. Este é um “pecado original” da noção, desde o seu nascimento, pois forçou uma aparente homogeneização de um conjunto de produtores que, concretamente, é muito diverso – os pequenos produtores, no Brasil, vivem situações extremamente diferenciadas, para as quais seriam necessárias tanto políticas diferenciadas como também ações sindicais distintas. Ao assim proceder e insistir nesta falsa homogeneidade nos anos seguintes à sua institucionalização, a noção foi perdendo efetividade prática e, aos poucos, passou a atender apenas aos interesses de uma orientação governamental que pretende, principalmente, apresentar publicamente uma postura de atender “os mais pobres do campo” (mas sem se preocupar em provar se isto, de fato, está ocorrendo), com objetivos especialmente eleitorais e, também, atender os interesses sindicais, pois suas organizações se sentem confortáveis em usar uma expressão que, supostamente, representa sua base social. Não espanta que duas décadas depois essas organizações sindicais experimentem a maior crise de representação de sua história e as ações governamentais, por outro lado, se apresentem claramente sem resultados efetivos.

Finalmente, o terceiro erro original desta expressão é o mais grave e resulta da excessiva ideologização que marcou o seu nascimento no Brasil, obscurecendo fortemente a vida real das famílias responsáveis pela pequena produção rural. Com certa perplexidade, agricultura familiar, ao ser definida inicialmente, não foi considerada, especialmente, como uma *atividade econômica* e, como tal, o esforço das famílias rurais envolvidas precisa resultar em renda positiva, para que essas últimas se mantenham como agentes econômicos. Ao romantizar ideologicamente a existência de famílias rurais que seriam “felizes porque moram no campo” e desejam continuar perseverando na atividade, ainda que mantendo níveis abjetos de pobreza e precarização social, os principais responsáveis por propor tal expressão (quase todos membros de uma classe média urbana) ignoraram as extremas dificuldades da vida rural dos pequenos produtores, idealizando uma expressão que se tornou mágica – e ineficaz, em termos concretos. Tivesse ocorrido menos ideologia e mais conhecimento da

realidade, no nascedouro da expressão no Brasil, “agricultura familiar” seria definida entre nós como é no caso estadunidense: naquele país, sendo esta atividade agrícola uma parte da economia, agricultura familiar se segmenta, exclusivamente, por um critério de renda, para fins de políticas públicas. De acordo com certos níveis de renda bruta auferida como resultado da atividade, os estabelecimentos rurais são categorizados como diferentes tipos de agricultores familiares (muito pequenos, pequenos, médios e a agricultura familiar de larga escala).

Por tais razões, em nossos dias a expressão agricultura familiar não tem atualmente quase nenhuma relevância concreta para as famílias rurais brasileiras. Seu uso é, sobretudo, destinado a atender a outros interesses, sejam aqueles de justificção de políticas governamentais, ainda que relativamente inócuas, sejam os interesses partidários de manutenção de espaços conquistados com objetivos eleitorais ou sejam, também, os interesses sindicais que pretendem manter alianças e esferas de influências em regiões rurais. A expressão, na realidade, não tem quase nenhuma implicação prática para a vida cotidiana das famílias rurais e seu sucesso produtivo e bem estar social.

Segunda proposição: *É falso o principal argumento utilizado para valorizar a importância social e econômica do conjunto de pequenos produtores rurais chamado de “familiar” no Brasil.*

À luz da frase que insiste que “setenta por cento da produção de alimentos deriva da agricultura familiar”, a pergunta imediata seria – “ainda que fosse verdade, e daí?” Qual a conclusão prática poderia ser derivada da frase? A resposta imediata, claro, tem sido defender as políticas que, supostamente, apoiam a produção desse grande conjunto de produtores rurais, pois seria esta a melhor solução, presumivelmente, para o desenvolvimento agrário brasileiro e a prosperidade das regiões rurais. Sem sequer discutir com frieza analítica a resposta oferecida (que é pelo menos controvertida), caberia inicialmente problematizar a frase inicial, exatamente porque ela contém a expressão “agricultura familiar”, como se este fosse um conjunto relativamente homogêneo de produtores rurais e suas respectivas famílias, independentemente da região onde moram, da situação produtiva em que seus imóveis se encontram, dos graus de inserção aos mercados regionais, dos níveis de renda, do acesso a serviços públicos, entre diversos outros aspectos sociais e econômicos. Em termos mais simples: agricultura familiar, no Brasil, mistura alhos com bugalhos e, assim, é expressão sem conteúdo concreto e diferenciador.

Em um país continental como o Brasil, seria impossível imaginar que o conjunto de pequenos produtores rurais é são “homogêneos”, seja qual for o critério utilizado, conforme antes ressaltado, na proposição anterior. Nesta parte, contudo, o interesse será confrontar aquela frase, tornada um postulado de fé repetido por tantos, inclusive entre cientistas sociais, com os dados do Censo 2006, primeiramente publicados em reveladores artigos que vieram a lume em 2010 e 2012 (ALVES; ROCHA, 2010; ALVES et al., 2012). Foram textos em que os autores mediram os resultados produtivos de cada estabelecimento rural em termos do valor bruto de sua produção (VBP), em acordo com os preços de mercado então vigentes. A seguir, segmentaram o conjunto de estabelecimentos em quatro grupos de renda bruta, medidos pelo valor do salário mínimo do ano do levantamento censitário: o primeiro grupo, englobando os estabelecimentos cujo VBP correspondia ao estrato de zero a dois salários mínimos, os quais seriam os produtores mais pobres; seguidos pelo grupo de dois a dez salários mínimos; de dez a duzentos salários e mínimos e, finalmente, o grupo dos produtores mais ricos do campo, aqueles cujos estabelecimentos rurais auferiam, naquele ano, o equivalente a mais de duzentos salários mínimos. Como é evidente, esses quatro grupos de produtores representam uma segmentação arbitrária dos autores, e poderia ser outra a segmentação a ser apresentada, englobando os produtores segundo outra classificação, em termos de salários mínimos correspondentes ao VBP de cada estabelecimento.

Uma vez decidida àquela segmentação, entretanto, os autores distribuíram os estabelecimentos rurais e verificaram a sua contribuição proporcional, em termos da riqueza agropecuária total apurada pelo censo no ano de seu levantamento. Os resultados não poderiam ser mais surpreendentes, quando evidenciaram que apenas 0,62% do total dos estabelecimentos respondiam por aproximados 51,2% do total da produção agropecuária e pouco menos de dez por cento dos estabelecimentos respondiam por 85% do valor bruto total da produção agropecuária (ALVES et al., 2012, p. 48). Esse conjunto englobando tantos os estabelecimentos de maior tamanho de área como, igualmente, dezenas de milhares de pequenos imóveis rurais fortemente integrados aos mercados, em diversas cadeias produtivas espalhadas pelo país.

Esses são os dados reais, extraídos do Censo mais recente, sendo inclusive provável que os índices de concentração da produção agropecuária, atualmente (quase dez anos após aquele levantamento), sejam ainda mais alarmantes. Por que en-

tão a repetição da frase mágica, que não encontra correspondência na realidade empírica do mundo rural? O desenvolvimento agrário brasileiro tem produzido uma intensa concentração da produção nas mãos de poucos produtores, usualmente estabelecimentos rurais de larga escala, nas mais diversas regiões agrícolas. Mesmo em regiões onde predominam os imóveis de menor tamanho de área, têm ocorrido processos de concentração econômica e financeira, evidenciados através dos indicadores de valores brutos da produção (ver a “Sexta proposição” deste artigo) e, em decorrência, causa pismo a idealização romântica sobre um conjunto de produtores rurais que não apenas não respondem por aquela fantasiosa proporção dos “setenta por cento da produção de alimentos” como, ainda mais preocupante, encontram-se cada vez mais encurralados pela competição capitalista e o acirramento concorrencial nas regiões de produção.⁴

Terceira proposição: *A longa marcha da insensatez - da agricultura familiar ao campesinato e à agroecologia.*

Nesse século, foi sendo desenvolvido um esforço, *exclusivamente político*, de ampliar as potenciais possibilidades práticas da agricultura familiar, como parte do discurso de cientistas sociais e seus aliados no mundo das ONGs e de setores governamentais, também incluindo setores sindicais e organizações políticas, como o MST. Sob esse novo ideário que foi sendo constituído, surgiram novos focos de ação política que, gradualmente, passaram a ganhar força institucional, embaçando cada vez mais a (urgente) necessidade de interpretações sobre o estado atual do desenvolvimento agrário brasileiro. São iniciativas estimuladas por um campo político e partidário que poderia ser intitulado, genericamente, de esquerda agrária, e seus esforços, ainda que legítimos, politicamente falando, não têm produzido resultados concretos. Pelo contrário, algumas das iniciativas causam grande espanto, por serem claramente distantes das realidades vividas pelas famílias rurais em nome das quais aqueles setores políticos se apresentam como representantes. Além disso, são também iniciativas igualmente refratárias ao conhecimento acumulado na literatura especializada. Não podendo discutir detalhadamente todos

4 O exemplo mais emblemático da romantização acerca de tais produtores, em termos de literatura disponível no Brasil é o documento “Dez qualidades da agricultura familiar”, assinado pelo autor mais representativo do populismo agrário atualmente, o holandês Jan Douwe van der Ploeg. Ver em “Cader- nos de debate”, número 1, Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. É inacreditável que cientistas sociais brasileiros recebam esse texto como se fosse sério e pudesse explicar as realidades agrárias no país.

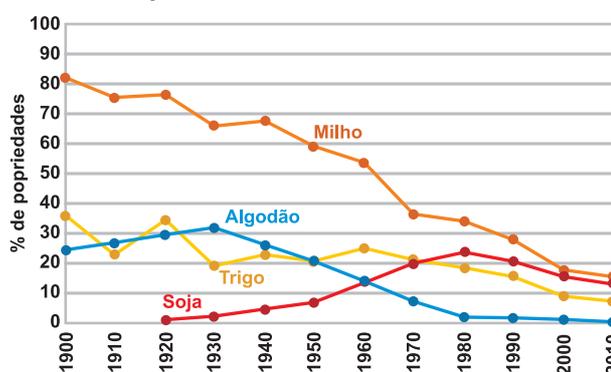
os aspectos dessa “nova narrativa” posta em marcha, se comenta rapidamente a seguir apenas sobre dois desses temas que ganham espaço crescente entre os interessados no mundo rural brasileiro.

Primeiramente, foi surgindo uma noção sobre um possível “novo formato tecnológico” que, supostamente, poderia substituir o padrão tecnológico da agricultura moderna – a agroecologia. Um dos autores desse artigo discutiu longamente o surgimento da expressão e suas características e não se repetirá aqui o tema em seus detalhes (NAVARRO, 2013). Nesta parte, contudo, salienta-se somente, à título de ilustração do problema e sua discussão, que o ideário da agroecologia defende que os sistemas produtivos dos produtores (supostamente, apenas os familiares), se forem agroecológicos, precisarão ampliar a diversidade produtiva e no interior de cada estabelecimento rural deverão ser estimulados diversos cultivos e atividades de produção animal, por razões que são apontadas como sendo ecologicamente saudáveis. Sem discutir a proposta, e restringindo o comentário exclusivamente a esse aspecto (que integra os mágicos “princípios da agroecologia”), apenas para problematizar a proposta ora sendo estimulada, são apontadas duas facetas associadas a esta exigência procedimental do que viria a ser, em tese, um formato agroecológico. Primeiramente, os autores e defensores de tal ideia esquecem que o que chamamos de agricultura moderna, que se tornou enraizada nas regiões rurais brasileiras a partir do final dos anos sessenta, modelou-se na história tecnológica da agricultura norte-americana e, como tal, tem sido raro o estudo de autores brasileiros (e, menos ainda, das organizações sindicais rurais) da história rural daquele país e as suas tendências gerais e ensinamentos para o caso brasileiro. Ou seja, no país que primeiramente firmou-se a expressão agricultura familiar e o padrão tecnológico inspirou a modelagem da moderna agropecuária em diversos países, as Ciências Sociais brasileiras, praticamente, ignoram aqueles aspectos.

Em segundo lugar, e em decorrência do anterior, seria preciso perceber que a agricultura moderna, naquele país (e em outros que adotaram o mesmo modelo produtivo e tecnológico), aquela diversidade defendida pela chamada agroecologia seria impossível de ser observada em termos práticos, por diversas razões de relativa obviedade. Como ilustração, o Gráfico 1 (a seguir) apresenta a “perda de diversidade” nos estabelecimentos rurais norte-americanos, durante um longo período que se estende por mais de um século, durante o qual os produtores daquele país (insista-se: 98% deles enquadrados como familiares) foram gradualmen-

te abandonando, primeiramente, a combinação de atividades de produção vegetal e animal e, posteriormente, o maior número de atividades agrícola em detrimento da especialização produtiva em dois ou três cultivos principais. Esta tem sido tendência observada em todas as agriculturas mais modernas do mundo, sendo curioso que no Brasil existam diversos defensores, em nossos dias, que entendem ser a agroecologia viável como formato tecnológico para organizar a produção agropecuária dos pequenos produtores rurais.

Gráfico 1 – Estados Unidos. Cultivos principais distribuídos por proporções de propriedades rurais, 1900-2010



Fonte: adaptado de MacDonald et al., 2013.

O segundo tema não merece longa discussão a respeito, sendo referido nesta parte apenas indicar a perplexidade dos autores desse artigo com o seu surgimento nos ambientes que discutem a agropecuária brasileira, incluindo os espaços acadêmicos. Em anos mais recentes, tem sido difundida uma noção ainda mais inacreditável, que tem sido a sugestão de surgirem novos grupos sociais nas regiões rurais que têm sido chamados de “camponeses” e, assim, alguns cientistas sociais falam em novos fenômenos de “recampesinização” da agricultura brasileira, expressão que tem sido também utilizada por organizações políticas, como o MST, além de setores governamentais. À luz da história conceitual do termo “camponês” (e seus correlatos, como campesinato), o que é consolidado no pensamento científico das Ciências Sociais, a tentativa de reuplicar tais conceitos atualmente joga seus proponentes imediatamente no campo do absurdo e deve-se apenas lamentar que esse deplorável retrocesso analítico esteja sendo observado no Brasil.

Essas são duas ilustrações, entre tantas outras, que têm produzido um processo de rebaixamento interpretativo raras vezes observado no passado, e confundindo ainda mais as possibilidades de analisar corretamente o desenvolvimento agrário

brasileiro, em seu curso atual – e, conseqüentemente, suas potencialidades econômicas, mas também seus impasses sociais.

Quarta proposição: *“Nunca antes na história deste país” a produção rural de pequeno porte econômico esteve tão ameaçada.*

Observa-se no Brasil atualmente uma inquietante paralaxe entre um processo social e econômico real – a vida e a produção dos pequenos produtores rurais – e sua interpretação. Em face do adiantado na primeira proposição deste texto, ao se forçar a mudança da observação (e análise) sobre aquele processo, o tema parece também ter mudado de posição, surgindo a agricultura familiar como “algo novo”, crescentemente envolta em uma visão mágica e mistificadora.⁵ Sob a névoa do obscurantismo ideológico, poucos cientistas sociais (especialmente entre os sociólogos, onde a cegueira tem raízes mais robustas) têm percebido que a partir do final da década de 1990 foram acelerados, cada vez mais, os processos econômicos, engolfando as regiões rurais em dinâmica comercial e financeira inéditas em nossa história rural. As últimas duas décadas modificaram radicalmente o funcionamento da atividade agropecuária nas diversas regiões rurais do país.

Nesse novo período, gradualmente vem se impondo um novo “modo de acumulação” no campo, centrado, especialmente, no capital financeiro e na necessidade de liquidez para se manter na corrida tecnológica que vai caracterizando a atividade. Na maior parte dos setores produtivos, as tendências de ganhos de escala, crescente especialização e aprofundamento da intensificação tecnológica significam, na realidade, maiores necessidades de capital financeiro, pois os custos de produção se elevam e os montantes transacionados igualmente vêm se elevando. Além disso, os agentes privados que também se tornaram emprestadores de capi-

5 Existe aqui uma curiosíssima inversão em termos da história das ideias políticas, pois é paralaxe que nos remete ao conceito de ideologia. Nas Ciências Sociais, ideologia tem sido conceito que a tradição (teórica e política) anticapitalista tem recorrido frequentemente, para demonstrar a formação de uma “visão de mundo” destinada a encobrir certas formas de dominação de classe e afirmar uma ordem social conservadora. No caso aqui discutido, a esquerda agrária, antes influenciando de fora do Estado e, depois, a partir de 2003, efetivamente no poder do Executivo, tem exercido o papel atribuído anteriormente aos setores burgueses, pois tem sido responsável por uma nova “narrativa dominante” que vem impedindo a interpretação empírica das realidades agrárias. Em termos mais simples: trata-se de uma ideologia de esquerda que mistifica completamente os processos, sobretudo os econômicos, em curso nas regiões rurais. Os anos vindouros demonstrarão ter sido esta uma construção ideológica deplorável, por sua pobreza analítica e ignorância empírica.

tal aumentaram em número e em tipos, pois não mais apenas os bancos e os financiadores usuais do passado permaneceram. “Tradings” e empresas vendedoras de insumos, além das empresas compradoras à montante passaram a ser fornecedoras de capital e, ao fazê-lo, introduziram novos elementos de seleção de produtores, aprofundando os processos seletivos em marcha nas regiões rurais.

Somando tais novas facetas que vem moldando as atividades agropecuárias, nesse novo “modo de produção agrícola e agrário”, uma das conseqüências têm sido acirrar, de forma inédita, os processos concorrenciais no campo. E os produtores de menor porte econômico, como seria esperado, têm sido os maiores perdedores desse novo mundo que vem se instalando nas regiões rurais. Não conseguem se apropriar da tecnologia na mesma velocidade e, desta forma, são excluídos em maior proporção dos processos produtivos, reduzindo suas chances de integração aos mercados sob mecanismos de alguma igualdade competitiva com os demais agentes econômicos.

Quinta proposição: Experimentaremos o maior processo de rarefação demográfica da história rural brasileira nos próximos 10-15 anos. Esse esvaziamento verificará a sua maior expressão quantitativa nas regiões rurais do Nordeste.

A distribuição espacial e a estrutura etária das famílias rurais brasileiras, atualmente, permite propor um diagnóstico extremamente sombrio sobre o futuro próximo dessas regiões, com particular ênfase para o Nordeste rural. Este é período histórico que é tipicamente transicional, em todas as regiões rurais brasileiras, ainda que as facetas sociais e demográficas, em cada região específica, indiquem processos de mudança que podem ser razoavelmente diferenciados. Nas regiões mais prósperas, por exemplo, o esvaziamento do campo decorre, basicamente, de “fatores de sucesso”. Ou seja, a capacidade produtiva dos pequenos produtores, ao longo dos anos, permitiram oferecer aos filhos das famílias rurais a chance do acesso à educação e o resultado tem sido a desistência da vasta maioria desses jovens, a maior parte, inclusive, porque aprenderam novas profissões. O abandono, nesses casos, resultaria de casos de prosperidade. Em polo oposto, nas regiões rurais empobrecidas, o abandono do campo pelos membros da faixa etária intermediária das famílias rurais decorre de “fatores de insucesso” (ou fatores de expulsão, como a literatura sobre migrações enfatizaria). Ou seja, a informação comparativa que opõe a precariedade geral do mundo rural à visão edulcorada do mundo urbano e as facilidades de transporte hoje existentes vêm facilitando enormemente as decisões de

abandono e a efetivação de processos migratórios definitivos. O caso do Nordeste rural é particularmente grave, por ser uma grande área geográfica que abrigaria em torno da metade das famílias rurais tecnicamente definidas como “pobres”. Esta é região na qual a maioria dos mais jovens já deixaram o campo, em números alarmantes, à procura de trabalho nas cidades e novas ocupações de maior renda e perspectivas futuras. Gradualmente, vão permanecendo no campo apenas o casal de agricultores mais velhos, já vivendo de aposentadorias ou algum tipo de transferência social. Como se insiste em outra parte desse artigo, com o horizonte temporal que trará o desaparecimento desse grande conjunto de casais mais velhos, as regiões rurais nordestinas sofrerão um nítido processo de esvaziamento (o que será tornando ainda mais premente em função do fenômeno das mudanças climáticas, que tornará a atividade agrícola um caso mais excepcional do que a norma usual, em face da dramática escassez de recursos hídricos que tem sido anunciada).

Os dados conhecidos sobre as diferenças de renda entre as regiões, conforme a Tabela 1 (a seguir) apenas comprovam este quadro futuro de certa dramaticidade social, em face do qual os pequenos produtores serão os mais afetados e forçados ao abandono mais rápido da atividade agropecuária.

Tabela 1 – População rural e renda bruta por estabelecimento

Regiões	Número	(%)	Renda bruta por estabelecimento
Norte	4.202.494	14,1	20.199,13
Nordeste	14.261.242	47,8	12.367,08
Centro-Oeste	1.570.468	5,2	91.177,27
Sudeste	5.691.847	19,1	58.033,84
Sul	4.126.935	13,8	43.991,28
Brasil	29.852.986	100,0	32.199,13

Fonte: população – Censo Demográfico, 2010. Os dados referentes à renda bruta por estabelecimento rural são do Censo Agropecuário, 2006.

Com uma renda bruta por estabelecimento que é duas vezes e meia menor do que a média brasileira, sete vezes menor do que aquela prevalente no Centro-Oeste e quase cinco vezes menor do que a renda bruta média vigente por estabelecimento na região Sul, os pequenos produtores rurais nordestinos tem atualmente chances reduzidas de se manterem como agricultores. Ainda se manterão como fornecedores dos mercados regionais, mas apenas até que esses últimos sejam alcançados pelas grandes redes de atacadistas que mobilizam os mesmos produtos com preços mais baixos, oriundos de regiões de

produção agrícola modernizada com maior produtividade e custos por unidade menores. Em algum tempo, portanto, a combinação entre o forte envelhecimento dos pequenos estabelecimentos rurais no Nordeste e a inundação de mercadorias mais baratas dos mercados regionais acabará inviabilizando milhares de pequenos estabelecimentos rurais da região.

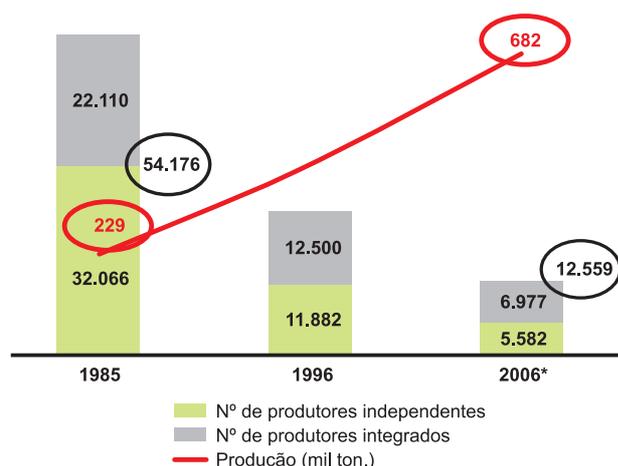
Sexta proposição: *Em nossos dias, nem mesmo a “prosperidade geral” mais aparente, resultante de alguma dinâmica econômica regional, assegura caminhos de manutenção e continuidade para os estabelecimentos rurais de menor porte econômico.*

Não apenas as tendências espaciais e demográficas antes apontadas conspiram atualmente contra a persistência da pequena produção rural. Nem mesmo os casos de “prosperidade geral” garantem mais a permanência futura dos estabelecimentos rurais de menor porte econômico. A maior parte dos estudos realizados sobre diferentes situações regionais parecem indicar que os estudiosos ignoram a existência de “lógica econômica” associada aos processos de rápido crescimento da produção, a estruturação de novos mercados e o acirramento concorrencial consequente. São descrições sobre as atividades agrícolas dos pequenos estabelecimentos, as quais, contudo, não trazem para a análise a concorrência inter-capitalista e o papel dos mercados na definição dos agentes econômicos ganhadores e aqueles que, pelo contrário, vão sendo marginalizados da possibilidade de venda de seus produtos e a consequente garantia de renda familiar.

Um exemplo paradigmático é aquele extraído da leitura do estudo realizado sobre a suinocultura do Oeste Catarinense pelos técnicos da Embrapa de Concórdia, Marcelo Miele e Cláudio Rocha de Miranda (MIELE; MIRANDA, 2013). Analisando o histórico da atividade e a gradual formação de uma sofisticada cadeia produtiva determinada pelo agente econômico mais poderoso – atualmente a BR Foods, depois de diversos processos de compras e fusões ao longo dos anos – os autores também enfatizam detalhadamente os processos produtivos e os formatos tecnológicos. Indicam, desta forma, o aumento das escalas de produção, a intensificação tecnológica e o crescente adensamento monetário da atividade, o que também produziu, ao longo das décadas mais recentes, em consequência, um nítido processo de diferenciação social que foi selecionando os produtores que melhor atendiam os interesses dos demais agentes econômicos participantes da cadeia produtiva. O Gráfico 2, a seguir, apresenta

o resultado desse processo histórico, que é emblemático da lógica econômica que, no geral, prevalece na agricultura.⁶ Os números constantes na figura falam por si mesmos, sugerindo exatamente a contraposição dos dois processos maiores que atualmente caracterizam a agricultura brasileira. De um lado, a transformação virtuosa, que aprofunda a incorporação tecnológica e amplia notavelmente a produtividade total de fatores e, de outro lado, a face perversa do processo, inerente à lógica do crescimento capitalista em qualquer atividade, que é selecionar os participantes do jogo econômico, excluindo aqueles que não conseguem se apropriar dos ganhos produtivos decorrentes da elevação da produtividade e, aos poucos, são excluídos dos mercados.

Gráfico 2 – A lógica econômica: número de produtores na suinocultura industrial e produção de carne suína, Santa Catarina (1985, 1996 e 2006)



Fonte: Miele e Miranda (2013, p. 202).

A perversidade social inerente ao desenvolvimento agrário, em nossos dias, não usa este termo por sua dimensão moral, mas principalmente para enfatizar a deplorável crueldade política de um período histórico em que as ações governamentais são, todas elas, propagandeadas em nome de slogans “a favor dos pobres”, quando a realidade agrária, pelo contrário, age exatamente no sentido oposto. Esta é dualidade que uma leitura analítica correta não poderia deixar de denunciar – e não por razões políticas (menos ainda por razões partidárias), mas porque o mundo rural brasileiro experimenta atualmente uma sangria demográfica que, no futuro, será maléfica à estruturação social e à distribuição

espacial de nossa sociedade, por concentrar largas proporções da população em algumas regiões metropolitanas, enquanto o vasto interior do país permanecerá sob reduzidos índices de ocupação demográfica.

Sétima proposição: *A ação governamental federal está inteiramente equivocada em suas interpretações acerca das realidades agrárias, pois não é orientada pela empiricidade dos fatos da vida social e da produção rural, mas motivada, sobretudo, por objetivos políticos-partidários e sindicais.*

Causa um sentimento de estupor a análise das políticas governamentais operadas no período recente, em especial a partir de 2003, quando novos operadores governamentais iniciaram seus mandatos prometendo inovações diversas em benefícios “dos mais pobres do campo”. Os equívocos associados à expressão agricultura familiar, conforme antes salientado, são anteriores àquele ano, pois nascendo com a sua institucionalização, em 1996. Mas, a partir dos anos iniciais desse século, novos operadores motivados pelo ideário da esquerda agrária passaram a comandar uma série de políticas e programas governamentais e, desta forma, implementaram uma estratégia orientada, sobretudo, por um ideário político – e menos por interpretações das realidades agrárias assentadas na literatura e no conhecimento acumulado. Os exemplos seriam abundantes e, talvez, não precisem ser detalhados nesta parte do artigo.

Não comentando sobre o absurdo analítico que tem sido tanto o ressurgimento de deploráveis interpretações que falam em “recampesinização” ou a mistificação sobre supostos “formatos tecnológicos alternativos” em nome da agroecologia, à parte a discussão que é central nesse texto (o debate sobre agricultura familiar e suas facetas diversas), a análise futura sobre esses anos demonstrará um conjunto ainda mais expressivo de equívocos que vêm marcando a ação governamental no país. Inclusive, em contraposição à exigência democrática de fomentar um amplo debate sobre os rumos do desenvolvimento agrário. Pelo contrário, os novos operadores, a partir de 2003, vêm insistindo em forçar a concretização de uma “narrativa dominante” que não admite problematizações ou interpretações sob outros focos – algo inimaginável, em se tratando de campos disciplinares marcados pelo dissenso teórico, como as Ciências Sociais e, também, quando se relaciona a realidades sociais e produtivas tão extraordinariamente heterogêneas, como as regiões rurais brasileiras. Tem sido assim porque a ação governamental tem sido marcada, especialmente, por orientações políticas e uma leitura ideológica da realidade e tem desprezado o conhecimento

6 Do ponto de vista de uma análise da economia política marxista, uma correta explicação teórica distante das mistificações propagadas pela esquerda brasileira se encontra em Bernstein (2011).

acumulado pela pesquisa brasileira sobre o assunto. Bastaria um exemplo, pequeno, mas revelador, para ilustrar essa postura, que tem sido a insistência no uso da expressão “povos tradicionais” em tantos discursos governamentais. É expressão que parece ignorar nossa história social que demonstra sermos um país formado por populações de migrantes, uma história que impediu, portanto, o enraizamento local de práticas sociais que se transformariam, se o tempo histórico permitisse, em “tradicionais”. Impedidas no passado pela concentração da propriedade da terra e pela pobreza generalizada, a maior parte das populações, na história brasileira, foi forçada a migrar, procurando outras formas de sobrevivência e observamos ao longo do tempo uma sociedade de errantes. Em consequência, não mantendo formas de interação social mais duradouras, como se formariam “povos tradicionais” em nossas regiões rurais? O uso da expressão, desta forma, pretende apenas salientar especificidades sociais e culturais que são, sobretudo, construções imaginárias, defendidas em função de outros objetivos, mas sem nenhuma colagem com as realidades agrárias.

Essa é ilustração que, somada às demais, sugere que esse tem sido um período de convergência de diversos equívocos, tanto analíticos como políticos. Sua materialização nas políticas governamentais do período produziram propostas de ação com escassos resultados práticos a favor das maiorias sociais que ainda habitam as regiões rurais brasileiras.

Oitava proposição: *Como resultado de processos econômicos e financeiros aprofundados no período recente, o Brasil caminha para uma “via argentina” de desenvolvimento agrário, com a crescente predominância da agricultura de larga escala e o gradual abandono das famílias rurais moradoras dos pequenos estabelecimentos. Permanecerão apenas bolsões de pequenos produtores, em alguns ramos produtivos específicos.*

Os autores deste artigo subscrevem como correta, ainda que sua explicação possa ser nuancada, a tendência sugerida pelo referido “projeto sete teses”. Para os autores desse projeto, uma das teses sobre o desenvolvimento agrário brasileiro aponta que os processos econômicos e financeiros ora em desenvolvimento nas regiões rurais do país estão produzindo, em particular, o adensamento de duas tendências principais – o esvaziamento do campo e a predominância da agricultura de larga escala, de um lado e, de outro, o inchamento urbano em algumas regiões metropolitanas principais. Segundo os autores daquele artigo:

Provavelmente, em prazo não muito distante vingará no país outro modelo, similar à história agrária da Argentina, um país que desenvolveu com algum êxito determinados setores produtivos agropecuários, mas observou simultaneamente o drástico esvaziamento demográfico de suas regiões rurais. O caso brasileiro, em termos produtivos, experimenta um sucesso muito mais significativo, mas atravessa por enquanto uma transição demográfica, a qual poderá ou não repetir a experiência argentina, no tocante às dimensões de sua população rural. Mantidas as tendências econômicas atuais, aquele padrão do país vizinho provavelmente se repetirá em prazo médio, em muitas regiões do Brasil rural. A única possibilidade de se evitar a plena consolidação de uma “via argentina” de desenvolvimento agrário é instituir, pela primeira vez, uma verdadeira política de desenvolvimento rural, resultante de um amplo e plural processo de debates sobre as realidades agrárias, capaz de confrontar a atual mitologia sobre as regiões rurais que a muitos encanta (...). Urge, portanto, obter uma resposta da sociedade à pergunta: queremos um pujante país agrícola, o maior produtor de alimentos do mundo, assentado em uma agricultura de bases tecnologicamente modernas, mas operado quase exclusivamente em unidades produtivas de larga escala? (BUAINAIN et al., 2013, p. 119)

Nona proposição: *Ainda haveria uma saída, contudo: desenvolver um debate sem interdições, o qual concluiria, provavelmente, que a única saída para ainda garantir a persistência de uma proporção de pequenos produtores é o acesso à ciência e à tecnologia operada pela agricultura moderna. Não parece existir outra saída para os pequenos produtores rurais.*

Poderia ser vislumbrado outro caminho para os pequenos produtores rurais? As alternativas são quase inexistentes: a agroecologia, tal como difundida no Brasil, não é mais do que evidente fraude e uma ficção tecnológica, conforme antes discutido, enquanto a agricultura orgânica ocupa apenas nichos de mercado, não abrindo espaços mercantis para expressivas proporções de pequenos produtores. Em consequência, não existiria mesmo outro caminho – ou os pequenos produtores se integram fortemente aos mercados, mas conduzindo fortes compreensões (e adoção) da agricultura moderna ou, então, seu destino estará selado em tempo médio relativamente próximo.

Genericamente, considerado o conjunto de 4,4 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros (excluídos quase 800 mil estabelecimentos cujas declarações censitárias foram insuficientes, por variadas razões), é possível segmentar quatro grandes estratos de estabelecimentos que requerem olhares interpretativos inteiramente distintos, os quais são os seguintes:

- a) 500 mil estabelecimentos rurais que respondem por aproximados 85% do total da produção agropecuária (em valor bruto), os quais não necessitam de assistência técnica pública e gratuita, pois seus níveis de renda permitiriam contratar serviços de assistência técnica privada e paga;
- b) Um estrato de 2 milhões de estabelecimentos rurais: é o conjunto que requer acesso urgente às tecnologias da agricultura moderna, o que garantiria sua permanência como produtores rurais, capazes de produzir eficientemente e com níveis de renda aceitáveis. Poderão vir a constituir uma típica classe média rural, relativamente próspera e com perspectiva futura mais promissora;
- c) Outro segmento, compreendendo aproximados 500 mil estabelecimentos, poderão também ser incorporados ao segmento acima citado, mas suas condições de renda e capacidade produtiva são muito mais precárias e, assim, sua permanência na atividade dependerá muito da qualidade de serviços prestados de acesso à tecnologia moderna, políticas públicas diferenciadas (com níveis mais elevados de subsídio financeiro) e mais regulares. A probabilidade de sua permanência na atividade variará circunstancialmente, de acordo com diferentes variáveis existentes nas regiões rurais;
- d) Finalmente, é preciso reconhecer que existe um segmento de estabelecimentos rurais, cuja dimensão varia entre 1,5 a 2 milhões de unidades, para os quais não existe solução agrícola capaz de oferecer níveis de renda satisfatórios que assegure a sua permanência no campo *como produtores*. A maioria permanecerá no campo como moradores, desenvolvendo uma pequena atividade agrícola de subsistência e sobrevivendo, em particular, das transferências monetárias do sistema de políticas sociais atualmente existentes. São, em sua vasta maioria, casais de moradores rurais envelhecidos e seu passamento ocorrerá em dez a quinze anos. Habitam, em grande proporção, as regiões rurais do Nordeste, conforme antes salientado. Após este período, a estrutura fundiária brasileira sofrerá um abatimento correspondente de centenas de milhares de estabelecimentos, pois não terão herdeiros e os imóveis, ou serão vendidos ou, então, serão abandonados.

Causa enorme espanto que essas diferenciações sejam ignoradas na ação governamental atualmente em curso no Brasil, assim como as estratégias tecnológicas que poderiam, da mesma forma, indicar os caminhos da assistência técnica

mais adequada a cada um dos segmentos e suas particularidades regionais. Somente como ilustração, conforme a Tabela 2, abaixo, sugere tão enfaticamente, as atividades agrícolas também requerem diversas metodologias e metas em termos de serviços de ATER. Se os rendimentos físicos médios apresentam a enorme variabilidade indicada para alguns cultivos e também para a produção de eucalipto e para a pecuária de corte, então parece mais do que evidente que a vasta maioria dos estabelecimentos rurais brasileiros requer atualmente acesso igualmente diferenciado às tecnologias existentes (já amplamente validadas), um erro que tem sido o fracasso da ação extensionista estatal ligada aos serviços oferecidos pelos estados.

Tabela 2 – Rendimentos físicos na agropecuária brasileira (média de 2000 a 2010)

Cultivos/Criações	Média-Brasil	Melhores produtores	Estações de pesquisa
Milho ¹	3.507	12.000	16.000
Soja ¹	2.613	3.900	5.000
Feijão ¹	778	2.000	4.000
Eucalipto ²	30	80	120
Carne bovina ³	60	90	120

Fonte: CONAB e Embrapa.

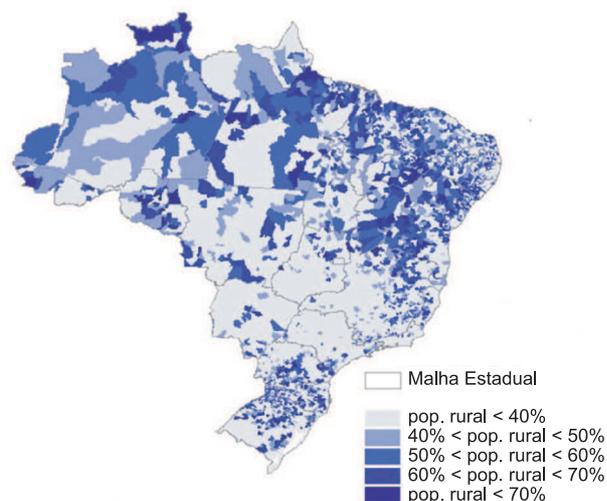
Nota: (1) Kg/ha/ano;

(2) m³/ha/ano;

(3) Ganho em peso vivo.

Décima proposição: *Sem a concretização desse caminho antes sugerido (renovação dos debates sobre o tema, combinado com o acesso à tecnologia moderna pelos pequenos produtores), em duas décadas o Brasil rural será radicalmente distinto.*

Figura 1 – As “quatro elipses” do desenvolvimento agrário brasileiro



Fonte: adaptado do Censo Demográfico, IBGE, 2010.

Mantida a atual política governamental para o campo e seu longo rosário de erros e dogmas que apenas desperdiçam recursos públicos e quase nada produzem concretamente, não será preciso um período relativamente longo para que se observe um Brasil rural radicalmente diferente do que o existente atualmente. Se examinadas as regiões rurais, já observamos atualmente o delineamento concreto da divisão do País em quatro grandes “elipses territoriais”, as quais observam tendências relativamente distintas no tocante aos processos sociais, econômicos e demográficos que impactam sobre o mundo rural, conforme Figura 1.

- a) Elipse do Norte: trata-se de área que circunscreve uma região iniciada no Acre, cobrindo todo o Amazonas e os estados de Roraima e Amapá, assim como uma boa parte do Pará ocidental. Esta é região que não tem mais a chance histórica de desenvolver atividades agropecuárias, pois seus espaços florestados estão engessados em função dos imperativos ambientais, tanto aqueles nacionais como as pressões derivadas das pressões externas ao Brasil. Nesta vasta região, os processos migratórios deverão se acelerar ainda mais e os espaços não urbanos se tornarão apenas o domínio das florestas, com escassa presença humana e será preciso ainda intensa pesquisa para demonstrar a viabilidade econômica do extrativismo e outras opções supostamente viáveis sem a alteração da cobertura florestal;
- b) Elipse do Nordeste rural: esta é região que sofrerá a maior sangria demográfica, conforme antes adiantado. Cobre a região que se estende do norte de Minas Gerais e até a parte mais seca do Maranhão oriental. É território no qual as atividades econômicas agropecuárias serão confinadas, cada vez mais, às subpartes onde existem regimes hídricos mais favoráveis, mas as demais sofrerão perdas populacionais cada vez mais significativas. O semiárido é o bioma que cobre praticamente toda a região, o qual já vem observando processos migratórios que reduzem a população rural de faixa etária dos mais jovens e dos adultos até o estrato de 30 a 40 anos. O resultado tem sido um marcado processo de envelhecimento das regiões rurais, com as famílias que permanecem vivendo crescentemente de diferentes tipos de bolsas governamentais, além das aposentadorias rurais. Esse grande grupo de casais mais velhos que vem permanecendo nas áreas rurais não estará mais presente em dez a quinze anos e, desta forma, seu passamento representará um dos processos sociais mais importantes no mundo rural brasileiro. No geral, não serão substituídos por herdeiros e muitas regiões se tornarão esvaziadas de qualquer população. Sobre tais processos sociais e demográficos, incidirá ainda a inclemência climatológica decorrente do fenômeno das mudanças climáticas, com todos os modelos de simulação indicando que o Nordeste rural será uma das regiões mais afetadas, com elevações ainda mais acentuadas das médias de temperaturas. O futuro agrícola desta região se resumirá a bolsões onde existam condições produtivas pelo menos razoáveis;
- c) Elipse do Brasil central (que se estende ao longo do eixo oeste-leste): esta grande parte do território nacional se tornará, crescentemente, o domínio da agricultura de larga escala associada a áreas específicas de pequenos produtores fortemente modernizados, em alguns subsetores da produção agropecuária. Começa em Rondônia, no extremo oeste, e se estende aos estados litorâneos e de agricultura comercial antiga, a leste. A fronteira norte desta elipse é o início da “elipse do Norte” citada acima, cuja fronteira é o Norte do Mato Grosso, no Centro-Oeste e, mais à leste, as regiões do semiárido da Bahia e do norte mineiro. Ao sul, esta é elipse que cobre todo o estado de São Paulo, adentrando o norte paranaense. Em toda essa região, os processos econômicos e comerciais consolidam rapidamente, em especial, aqueles estabelecimentos de alta densidade monetária, usualmente aqueles de maior porte e escala. Permanecem pequenos estabelecimentos (em área) somente se forem de maior porte econômico e especializados em determinadas atividades especializadas. Como em grande parte da região se desenvolvem as atividades industriais e os setores de serviços mais dinâmicos, os fatores de atração exercem forte influência nas decisões migratórias dos moradores das áreas rurais, esvaziando-as rapidamente;
- d) Elipse do Sul: esta é única região brasileira na qual poderão permanecer ativos um grande número de pequenos produtores, desde que inteiramente modernizados e integrados às cadeias produtivas. Já são relativamente mais capitalizados, em comparação à pequena produção rural das demais regiões e seus níveis de capitalização tenderão a crescer ainda mais. Estarão sujeitos à lógica do regime econômico dominante e, desta forma, os processos de diferenciação social, aumento da especialização e os tamanhos da escala média de produção tenderão a se impor,

selecionando aqueles estabelecimentos que mostrarem maior capacidade de adaptação à competição nos diferentes ramos da produção agropecuária, enquanto os demais observarão crescente dificuldade de permanecer na atividade. Será o último “bolsão” de pequenos produtores no mundo rural brasileiro.

Mantidas as tendências desse “quadro de elipses”, em aproximados dois decênios o Brasil rural será fortemente distinto do que é atualmente. A maior parte das regiões rurais estará visivelmente esvaziada em termos demográficos, com largos contingentes populacionais migrando para as cidades médias de maior atratividade regional, ou até mesmo para as regiões metropolitanas. A aventura da migração, que meio século atrás era uma “aventura no escuro”, tornou-se uma decisão extremamente facilitada em função das transformações operadas no sistema viário e na capilaridade dos meios de transporte, associados à profusão de informações sobre novas ocupações e postos de trabalho em locais, muitas vezes, distantes do local de moradia dos potenciais migrantes. Abandonar as regiões rurais, em nossos dias, se tornou uma decisão relativamente mais fácil de ser adotada por membros das famílias moradoras nos estabelecimentos rurais de menor porte econômico. É o que justifica os argumentos apresentados sob esta última proposição, que converge as anteriores e representa a culminação de um processo de notável mudança social, demográfica e espacial no Brasil rural.

Sob esta potencial “grande transformação”, nas décadas vindouras os estudiosos lerão como ironia e certo espanto a narrativa dominante em nossos dias e se perguntarão sobre a justificativa de tantos erros governamentais e a decisão de nossas elites de apenas observarem apaticamente o esvaziamento do campo brasileiro, sem nada fazerem substantivamente para assegurar a permanência produtiva de pelo menos uma parcela expressiva da pequena produção rural em condições que fossem economicamente mais prósperas. Um Brasil assim modificado se tornará, sem dúvida alguma, pior do que um país que mantivesse um interior povoado e ativado sob inúmeras dinâmicas econômicas.

2 Conclusões

Este artigo procurou analisar criticamente a utilização da expressão agricultura familiar no Brasil, à luz, em especial, do desenvolvimento agrário observado no período recente, sobretudo a partir de meados da década de 1990 – exatamente quando aquela expressão foi primeiramente institucionali-

zada. O artigo propôs “dez argumentos gerais”, na forma de proposições genéricas, embora cada uma delas dedicadas a um foco específico.

A leitura das dez proposições submetidas à discussão e suas conclusões, ainda que possam ser objeto de debates e contra-argumentos, deveria estimular entre os interessados uma intensa e ampla discussão sobre os rumos das transformações observadas nas regiões rurais do país. Em termos mais gerais, o Brasil rural tem sido submetido, nas duas últimas décadas, a dois processos econômico-sociais de maior magnitude: de um lado, extraordinário e vigoroso processo de modernização tecnológica, o qual tem alçado o País à proeminente posição de destacado produtor mundial de alimentos e matérias primas de origem agropecuária, elevando notavelmente a produtividade total de fatores na atividade e produzindo, em montantes crescentes, um extraordinário processo de acumulação de capital. O outro lado, contudo, mostra uma face negativa, sobre a qual a pesquisa não tem dedicado maior esforço: os processos de seletividade social têm sido acentuados fortemente, gradualmente esvaziando o campo brasileiro de sua força de trabalho mais operosa e ativa e aprofundando o envelhecimento das famílias rurais que ainda permanecem como moradoras das regiões rurais.

Como pano de fundo contextual para essas mudanças estruturais ora em curso, as políticas governamentais têm sido não apenas errôneas em suas interpretações sobre o desenvolvimento agrário brasileiro, mas mistificadoras, ao criarem e disseminarem um conjunto de fantasias inócuas e inconsequentes sobre as necessidades sociais, econômicas e produtivas da maior parte dos produtores rurais de menor porte, que é o conjunto atualmente empurrado contra a parede pela lógica econômica dominante na atividade. À luz de tais processos, pelo menos do ponto de vista social, o futuro próximo não parece ser o mais promissor para a sua estruturação societária: o Brasil poderá ser o maior produtor de alimentos do mundo, mas suas regiões rurais e o interior do país serão um deserto demográfico.

Referências

ALVES, E.; ROCHA, D., “Ganhar tempo é possível?”, In: GASQUES, J.G. et al. (Orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010. p. 275-289.

ALVES, E. et al. Lucratividade da agricultura, **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XXI, n. 2, p. 45-63, abr./jun. 2012.

BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: UNESP, 2011.

BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa; IICA;UNICAMP, 2014. No prelo.

_____. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XXII, n. 2, p. 105-121. abr./jun. 2013.

MACDONALD, J. M. et al. Farm size and the organization of the U.S. crop farming, **Economic Research Report**, Washington, n. 152, p. 33, ago. 2013.

MIELE, M.; MIRANDA, C. R. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. In: NAVARRO, Z. e CAMPOS, S.K. (Orgs). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. p. 201-231.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J. G. et al. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209.

_____. Agroecologia: as coisas em seu lugar. A Agronomia brasileira visita a terra dos duendes. **Colóquio**, Taquara, v. 1, n. 1, p. 11-45, jan./jun. 2013.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. (Textos para Discussão, n. 42).

PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: trajetórias internacionais e o caso brasileiro. O desafio da nomeação e suas implicações práticas". In: BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa; IICA;UNICAMP, 2014. No prelo.

ACESSO AOS MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA LEITURA PELA RECIPROCIDADE E A ECONOMIA SOLIDARIA

Markets access for family farming: a lecture by reciprocity and solidarity economy

Eric Sabourin

Graduação em Agronomia Tropical e Economia Rural. Doutor em Antropologia e Etnologia (Université de Paris VII). Pesquisador em sociologia rural do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad) e do Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS/UNB. La Recherche Agronomique pour le Développement, CIRAD - Département Environnement et Sociétés. UR Arena TA C-88/15, 73 Rue Jean François Breton. 34032 - Montpellier, França. eric.sabourin@cirad.fr

Resumo: o artigo trata da comercialização de produtos agrícolas da agricultura familiar a partir de uma reflexão sobre as interações entre práticas e lógicas de troca mercantil de um lado e práticas de reciprocidade por outro. O trabalho examina como as organizações de agricultores e as políticas públicas conseguem dialogar e operacionalizar soluções em torno dessa função, em particular mediante ações muitas vezes reunidas sob o termo de economia solidária. O texto tem duas partes. A primeira traz elementos do contexto brasileiro e do referencial sobre economia solidária e comércio justo. A segunda parte oferece uma reflexão sobre o papel da organização da agricultura familiar para implementar formas de articulação entre economia de reciprocidade e economia de troca.

Palavras chave: comercialização, agricultura familiar, reciprocidade, economia solidária, comércio justo, qualificação dos produtos, certificação, mercados públicos.

Abstract: the article deals with the marketing of family farmers agricultural products from a reflection about the interactions between practices and logics of market exchange on one side and practices of reciprocity on the other. The paper, examines how farmers' organizations and public policies can dialogue and operationalize solutions around marketing, in particular through actions often referred as solidarity economy. The text has two parts. The first brings some elements of the Brazilian context and about the theoretical framework of solidarity economy and fair trade. The second part offers a reflection on the role of family farming organization to implement articulation forms between economy of reciprocity and exchange economy.

Keywords: marketing, family farming, reciprocity, solidarity economy, fair trade, product qualification, certification, public markets.

1 Introdução

O artigo trata da comercialização de produtos agrícolas da agricultura familiar a partir de uma reflexão sobre as interações entre práticas e lógicas de troca mercantil de um lado e práticas de reciprocidade de outro.

O trabalho examina a partir de exemplos, entre outros no Nordeste do Brasil, como as organizações de agricultores familiares e as políticas públicas conseguem dialogar e operacionalizar soluções em torno dessa função, em particular, mediante **ações muitas vezes reunidas sob o termo de economia solidária.**

Uma das dificuldades das formas de agricultura familiar reside no acesso a mercados parciais e diversificados adaptados às suas características socioeconômicas específicas, fundadas no trabalho familiar e na fusão entre unidade doméstica e unidade produtiva.

Os agricultores familiares nordestinos e a sociedade civil organizada têm promovido iniciativas de valorização dos produtos e de acesso aos mercados ligadas à formas de organização social e inscritas em dinâmicas territoriais específicas, marcadas pela proximidade e pela identidade. Essas iniciativas, construídas a partir de experiências de venda direta ou de controle de cadeias curtas pelos produtores, passaram a incluir mecanismos de construção social de mercados diversificados e de qualificação dos produtos. São experiências que podem ser analisadas em termos de relações de reciprocidade, associando uma transação material comercial a uma relação humana específica, que vem agregar um valor social ao valor de troca.

A dificuldade econômica da construção de um valor de troca adaptado e justo tanto para o produtor como para o consumidor reside na contradição entre o sistema de reciprocidade que considera as necessidades das pessoas e o sistema de

troca capitalista que privilegia a concorrência para a acumulação privada do lucro. Recentemente, essas iniciativas coletivas estão encontrando certo eco nas políticas públicas de apoio a iniciativas da agricultura familiar. Trata-se, por exemplo, das feiras agroecológicas e dos sistemas de qualificação e certificação de grupo, do Programa de Aquisição de Alimentos, dos SECAFES (Sistemas estaduais de comércio da agricultura familiar e economia solidária). Esses instrumentos e regulamentos públicos oferecem um amparo jurídico e protegem o produto da agricultura familiar ou da economia solidária da concorrência desigual do mercado de troca capitalista.

A leitura dessas experiências pela teoria da reciprocidade oferece alternativas à exploração capitalista, à troca desigual e, ao mesmo tempo, permite valorizar os atributos específicos dos territórios locais e os valores humanos éticos, afetivos e de identidade, gerados pelas relações de reciprocidade simétrica.

Chamamos de reciprocidade o princípio social e econômico de reprodução mútua de prestações (entre outras dádivas), identificado por Mauss (1924) e qualificado como sistema econômico diferenciado da troca (mercantil) por Polanyi (1944, 1957). Lévi-Strauss (1949) descreveu as estruturas elementares do parentesco e mostrou como são regidas pelo princípio de reciprocidade. Temple (1997, 2003) propõe considerar a reciprocidade como o redobramento de uma ação ou de uma prestação, entre outras, como a reprodução de uma dádiva. Distingue assim, a troca da reciprocidade: a operação de troca corresponde a uma permutação de objetos enquanto a estrutura de reciprocidade constitui uma relação reversível entre sujeitos.

A economia de reciprocidade foi definida por Polanyi (1944), que se apoiou nos trabalhos de Malinowski (1922) e de Mauss (1924). Karl Polanyi identificou a reciprocidade e a redistribuição como categorias econômicas específicas e diferentes da troca. Polanyi, historiador da economia, já tinha apresentando uma definição da reciprocidade como categoria econômica específica em *A Grande Transformação* (1944) a partir da leitura de textos antropológicos. Polanyi teorizou a pluralidade das formas econômicas. Ele identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transação econômicas diferentes da troca e gerando formas de mercado diferenciadas. Mas ele considerou que, nas sociedades pré-capitalistas, esses mercados estão inseridos de maneira subjetiva nas estruturas sociais que os englobam. Para ele, os valores humanos são dados e encaixados (*embedded*) nas estruturas e nas representações sociais: a religião,

a cultura, o costume etc. Os aportes decisivos de Polanyi me levaram a usar a expressão de sistemas mistos para tratar das situações associando relações de reciprocidade e relações de troca mercantil. A dificuldade sempre aparece na confrontação ou na interface entre as práticas de reciprocidade e de troca: como evitar que a troca destrua ou substitua a reciprocidade?

O desenvolvimento econômico das agriculturas familiares passa também pela sua organização para acessar aos mercados, para enfrentar a extensão generalizada do mercado de troca capitalista, mas também para dialogar com o Estado mediante novos instrumentos de políticas públicas.

Trata-se de um marco propício às confusões ou contradições entre as lógicas de troca mercantil e as lógicas de reciprocidade. Mas oferece também oportunidades para experimentar novos mecanismos de interação entre a ação coletiva das comunidades e organizações de agricultores e a ação pública do Estado. Permite, em particular, testar articulações e interfaces de sistemas entre princípios de troca e de reciprocidade, o Brasil rural oferecendo diversas situações mistas ou híbridas entre essas duas lógicas.

O texto é composto de duas partes. A primeira traz elementos do contexto brasileiro e do referencial sobre economia solidária e comércio justo. A segunda parte oferece uma reflexão sobre o papel da organização da agricultura familiar, em particular do Nordeste, para implementar formas de articulação entre economia de reciprocidade e economia de troca.

2 Problemática, contexto e referencial teórico

2.1 Mercados e reciprocidade

Um dos problemas comuns às diversas formas de agricultura familiar reside nas dificuldades de acesso a mercados parciais e diversificados adaptados às suas características socioeconômicas específicas (ELLIS, 1988; CONTERATO et al., 2007; SABOURIN, 2009). Estas características são principalmente, a centralidade do trabalho familiar e a fusão entre unidade doméstica e unidade produtiva (PLOGG, 2008).

Os agricultores familiares brasileiros e a sociedade civil organizada têm promovido iniciativas peculiares de valorização dos produtos e de acesso aos mercados. Estas são intimamente ligadas a formas de organização social, locais ou regionais e inscritas em dinâmicas territoriais específicas, marcadas pela proximidade e pela identidade (RA-

DOMSKY; SCHNEIDER, 2007).

Algumas dessas iniciativas, construídas a partir de experiências de venda direta ou de controle de cadeias curtas pelos produtores, passaram a incluir mecanismos de construção social de mercados diversificados e de qualificação dos produtos (MEDAETS; MEDEIROS, 2004).

Várias dessas experiências, em particular, a sua reprodução num ambiente mercantil e político pouco favorável, são possibilitadas por serem fundadas em relações e estruturas de reciprocidade: ajuda mútua gratuita, propriedade coletiva ou gestão compartilhada de bens ou de recursos comuns (terra, equipamentos, saberes, conhecimentos e informações etc.) (SABOURIN, 2006, 2007; OLIVEIRA; DUQUE, 2004; CONTERATO et al., 2007; SCHNEIDER et al., 2003).

Essas relações de reciprocidade reduzem os custos de produção ou de transação e, apesar da concorrência do sistema capitalista - geralmente desfavorável para seus sistemas de produção, permitem o acesso dos agricultores familiares ou camponeses aos mercados (SABOURIN, 2006).

Em realidade, além da proteção contra os efeitos da concorrência, as relações de reciprocidade simétricas (equilibradas) facilitam a reprodução destes dispositivos coletivos. Essas relações têm a particularidade de associar a produção material ou a transação comercial, a uma relação humana específica que vem agregar um valor humano e social ao valor material de troca (TEMPLE, 1998, 2003; SABOURIN, 2007). A reprodução da relação de reciprocidade e, portanto, do dispositivo coletivo, é assegurada em parte por essa geração de valor humano (afetivo, ético ou social) que motiva o interesse comum dos agricultores e garante a solidariedade. Assim, o ciclo desses dispositivos coletivos é reproduzido em parte, graças à produção desse valor humano ou social agregado.

Porém, existe uma dificuldade maior para a perenidade de tais dispositivos. Trata-se da contradição (ou da não correspondência) entre as regras e princípios econômicos e sociais da reciprocidade, de um lado (ao nível dos agricultores, no seio dos seus grupos, empreendimentos solidários ou comunidades) e as regras e princípios da troca capitalista no mundo mercantil (concorrência e competição para a acumulação privada do lucro), do outro (SABOURIN, 2009).

A dificuldade econômica da construção de um valor de troca adaptado e “justo” tanto para o produtor como para o consumidor, reside na contradição entre o sistema de reciprocidade que consi-

dera as necessidades das pessoas e o sistema de troca capitalista que privilegia a concorrência para a acumulação privada do lucro (MATOS, 2006; SABOURIN, 2007).

Recentemente, essas iniciativas coletivas estão encontrando certo eco nas políticas públicas de comércio justo e solidário implantadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em colaboração com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (GIRARD FERREIRA NUNES, 2007; GT ES, 2006). Trata-se, por exemplo, do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (BRASIL, 2007), dos Secafes (sistemas estaduais de comércio da agricultura familiar e economia solidária), do Programa de Aquisição de Alimentos (MDA, 2005; DELGADO et al., 2007) ou dos sistemas de qualificação e certificação de grupo, entre outros. Esses instrumentos e regulamentos públicos oferecem um amparo jurídico e protegem o produto da agricultura familiar ou da economia solidária da concorrência desigual do mercado de troca capitalista. Constituem uma interface de sistema permitindo articular uma produção gerada por unidades de reciprocidade a um mercado dominado pela lógica da competitividade capitalista. A leitura dessas experiências pela teoria da reciprocidade oferece alternativas à exploração capitalista, à troca desigual e, ao mesmo tempo, permite valorizar os atributos específicos dos territórios e das identidades locais.

2.2 Economia solidaria e comercio justo no Brasil

As noções de “economia solidária” e de “construção social dos mercados” são mobilizadas a propósito das iniciativas de comércio justo ou do renascimento ou da revitalização dos mercados de proximidade tanto no Sul como no Norte (KILCHER, 2004).

Roustang (2003) lembra que:

A economia solidária argumenta em favor do reconhecimento da reciprocidade como modo de troca, à diferença da troca mercantil e do sistema de redistribuição (ROUSTANG, 2003, p. 4, tradução livre).

Para Laville (2003):

Um espaço público é, antes de tudo, um espaço comum de liberdade de expressão, de circulação da palavra, baseado em uma relação de reciprocidade, condição para um reconhecimento mútuo dos pontos de vista e constitutivo de um vínculo de confiança entre as diferentes partes envolvidas (usuários, assalariados, poderes públicos). (LAVILLE, 2003, p. 147, tradução livre do francês.).

Realmente, a noção de economia solidária traz a questão de uma diferença, ou seja, de uma

possível interface entre o sistema de troca mercantil e concorrência, o princípio de reciprocidade e o sistema de redistribuição (CASTEL, 2003; SERVET, 2003). Eme e Laville (1996) e Laville (2002, 2003,) propõem que a economia solidária seja fundada no princípio da hibridação entre estas três formas de economia, por meio, em particular, de mecanismo de “reinserção” dos fatos econômicos na perspectiva social, segundo os trabalhos de Polanyi. Para Roustang (2003), no caso das iniciativas solidárias, existe a ideia de que a construção das necessidades sociais passe por uma forma mais ou menos codificada de deliberação entre atores, que se diferencie tanto de uma relação de concorrência regulada pelos preços, quanto de uma redistribuição de tipo administrativo (tradução livre do francês).

Roustang vai mais longe e reconhece que, por trás do princípio de reciprocidade e redistribuição, surge a ideia de construção das necessidades sociais e que a organização da produção – e eu diria também: sua comercialização ou distribuição – passa por formas mais ou menos codificadas de deliberação entre atores.

Nos meus trabalhos observei, sobretudo, uma contradição entre o princípio de troca e o princípio de reciprocidade (solidariedade e redistribuição) que leva ao que chamo de justaposição das esferas da troca e da reciprocidade; quer dizer a sistemas separados que funcionam de modo paralelo.

Singer (2002) define a economia solidária (ES) como um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas segundo princípios solidários sob a forma de cooperativas, de associações de produtores, empresas de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares urbanas e rurais.

Qual é o significado de trazer a noção de solidariedade para a noção de economia? Para a SENAES (2003), trata-se da permanente preocupação com a justa distribuição dos resultados, a melhoria das condições de vida dos participantes, o compromisso com um meio ambiente sadio, o apoio aos movimentos de emancipação e a busca pelo bem-estar dos trabalhadores e consumidores. Como se vê, é uma ampla visão da solidariedade. Mas e a viabilidade econômica? Esta não é definida nos documentos da SENAES. Tudo depende do sistema no qual consideramos a atividade econômica de um empreendimento solidário: o âmbito da concorrência do mercado de troca capitalista, o âmbito da proteção do mercado institucional produzido pela redistribuição pública ou o âmbito do compartilhamento de recursos e fatores de produção, regido pelos princípios de ajuda mútua e reciprocidade na

produção.

Singer (2005) retoma essa concepção ampliando o campo da economia solidária e, portanto dos seus instrumentos de política pública, ao mundo rural, lembrando que a expressão - mais massiva da ES no Brasil é constituída pelas associações comunitárias e as cooperativas da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária.

O Brasil apresenta o caso original de um Estado onde, por conta das limitações das iniciativas de comércio justo dos países do Norte “a favor” dos produtores do Sul, foi desenvolvida uma reflexão alternativa. Ela contempla o que poderia ser um comércio mais justo pensado e organizado na escala de um país continente e do seu amplo mercado interno. Examinaremos a seguir os limites do comércio justo Norte-Sul segundo os brasileiros (BRASIL, 2007).

2.3 Avanço e limitações do comércio justo no Brasil

O comércio justo já foi definido como uma parceria comercial baseada no diálogo, na transparência e no respeito com o objetivo de conseguir uma maior equidade no comércio mundial. Segundo Diaz Pedregal (2006):

Ele pretende contribuir ao desenvolvimento sustentável oferecendo melhores condições comerciais e garantindo os direitos dos produtores e dos trabalhadores marginalizados, em particular nos países do Sul do planeta (DIAZ PEDREGAL, 2006, p. 13, tradução livre do francês)¹.

Para Le Velly (2006, p. 320) esse comércio dito justo:

É constituído de intercâmbios mercantis heterogêneos dando um peso mais ou menos importante aos vícios e as virtudes do mercado e participando mais ou menos da ordem mercantil capitalista (LE VELLY, 2006, p. 320).

Em todas essas definições, o comércio equitativo ou solidário é apresentado como uma alternativa mais justa ao comércio internacional fundado na lógica da troca mercantil capitalista conhecida por algumas das suas alienações: exploração dos agentes mais fracos, termos da troca desiguais entre Norte e Sul ou entre centro e periferia, despersonalização do ato mercantil, materialização e degradação do vínculo social, processos de exclusão.

Mas qual é a alternativa ofertada pelos promotores do comércio justo? Do ponto de vista operacional, trata-se de garantir aos produtores um preço diferenciado que seja mais “justo” e adequado

1 FLO (Fair Trade Labelling Organization), IFAT (International Fair Trade Association), EFTA (European Fair Trade Association).

que aquele assegurado pelos cursos dos mercados nacionais e internacionais, no sentido de cobrir os custos de produção, reduzir as flutuações e, eventualmente apoiar o desenvolvimento comunitário.

Segundo Diaz Pedregal (2006), existem duas tendências: a da esfera da especialização, constituída por atores inteiramente dedicados à importação e à comercialização de produtos oriundos do comércio justo e a do selo (ou da labelização) animada por organismos de certificação do comércio justo.

Decorre dessa distinção que se o conjunto dos produtos com selo garantido por um organismo certificador vem do comércio justo, todos os produtos do comércio justo não são necessariamente certificados por tais organismos (DIAZ PEDREGAL, 2006, p. 157).

Esta oposição é redobrada por uma diferença entre uma visão mais política e radical de um lado (ligada à cultura católica marxista) e outra de inspiração mais religiosa e caritativa, ao mesmo tempo moral e mercantil, de origem anglo-saxônica.

Do ponto de vista teórico, o princípio comum entre essas duas tendências é de assegurar:

- por um lado, um valor agregado moral, humano ou ético traduzindo-se por uma relação privilegiada entre produtores e consumidores, baseada na qualidade e na origem do produto (certificado ou não) e sobre uma informação sobre a natureza do produto e das suas condições de elaboração;
- e, por outro lado, um valor agregado de natureza material que se traduz por um preço mais “justo” e adequado ao produtor e por diversas medidas do tipo garantia de compra, fidelização dos produtores (com ou sem contrato formal).

Vários autores (LE VELLY, 2006; CASTEL, 2003) observam, com o desenvolvimento mundial do comércio solidário, os limites do processo de agregação conjunta dos dois tipos de valores: ético e material.

Diaz Pedregal (2006) lembra que os operadores convencionais (centrais de compra de supermercados, firmas agroalimentares) também têm investido, de acordo com as suas práticas e normas habituais, na comercialização de produtos do comércio justo. No entanto, para ser competitivo nessas redes, precisa assegurar volumes, condições de condicionamento e embalagem, e preços que nem sempre são compatíveis com a compra personalizada ou com o abastecimento junto a grupos associativos ou cooperativas de pequenos produtores. Nessas condições competitivas, tais produtores nem sempre podem garantir volumes importantes e constantes (por conta de variações climáticas ou econômicas); portanto isto limita a ca-

pacidade dos operadores globalizados em manter ao mesmo tempo a fidelidade e a exclusividade do abastecimento.

O monitoramento da qualidade, a sua certificação, o esforço de informação do consumidor e de animação de redes «solidárias» representam um custo agregado, às vezes incompatível com as condições da grande distribuição.

O fato de ter que recorrer aos serviços de certificação de firmas privadas estabelece também certa concorrência pelo custo e novas formas de exclusão de muitos pequenos produtores pelas suas exigências (LE VELLY, 2007; RENARD, 2005; DIAZ PEDREGAL, 2006).

Para manter essas redes de venda, os operadores do comércio justo devem reduzir seus custos de transação e de frete, o que lhes leva a recorrer aos mesmos intermediários da grande distribuição capitalista, arriscando adotar as mesmas práticas, em nome da eficiência, até o ponto de perder o valor agregado ético: a fidelidade e a exclusividade do abastecimento, a qualidade da informação mútua, quer dizer a relação humana entre consumidor e produtor.

Le Velly observa na evolução do sistema da rede associativa *Artisans du Monde* na França, o crescimento da despersonalização, típica da troca mercantil, à partir do momento em que a rede se dotou de uma central de compras e multiplicou os seus volumes e cifras (LE VELLY, 2007, 2006).

No Brasil, a experiência do comércio equitativo começou com as ONGs internacionais como OXFAM, cuja primeira campanha a partir do caso do café, estabelecia um vínculo entre a questão de segurança alimentar e a do comércio internacional (Mascarenhas, 2007). Deu lugar a negociação de contratos de produtos fácil de exportar (amêndoa de castanha de caju, café, artesanato de sisal, guaraná etc.) junto a ONGs ou redes europeias. Rapidamente, apareceram os limites em termos de volume e de exigências de certificação da qualidade e origem, que têm levado a mais institucionalização e custos maiores. A Fairtrade Labelling Organisation International (FLO) foi acusada, no Brasil e no México, de pagar preços muito baixos aos produtores de café e de cobrar uma taxa elevada para fornecer o seu selo. As empresas de certificação brasileiras Agro-Cert e mexicanas Certimex são alvo do mesmo tipo de crítica. A FLO se aproxima das grandes firmas nacionais e multinacionais para implicá-las no comércio justo denuncia o GT Brasileiro do Comercio Justo. Essa aliança e o custo de obtenção do selo levam os produtores de café a voltar para os intermediários que trabalham para as multinacionais

(Grupo de Trabalho, 2006).

Mascarenhas (2007) resume essas limitações:

- i) relações de dependência e, às vezes, de paternalismo que não contribuem para a autonomia e emancipação das organizações de produtores;
- ii) os termos da participação e da parceria dos produtores não são negociáveis, mas definidos pela FLO e a FINE (Federação Internacional do Comercio Equitativo);
- iii) reprodução dos antigos esquemas do colonialismo Norte-Sul;
- iv) lógica por - produto induzindo o monocultivo, a especialização e portanto a dependência (ao contrário da diversificação das produções).

As observações de Mascarenhas (2007), como as minhas no Nordeste (SABOURIN, 2006) confirmam a tensão entre o princípio de troca e o princípio de reciprocidade nesses sistemas mistos associando práticas de troca mercantil e de reciprocidade.

Entre os trunfos, encontramos:

- i) as práticas anteriores de solidariedade e de partilha de recursos (reciprocidade) na produção, opostas ao individualismo capitalista;
- ii) a relação direta entre produtores e consumidores dando uma cara humana às relações de troca;
- iii) a diversificação dos mercados, das fontes de renda das unidades familiares e o aumento da renda das mulheres;
- iv) as aprendizagens individuais e coletivas, o compartilhamento de saberes e recursos.

As fraquezas remetem a:

- i) tendência a priorizar o lucro capitalista antes das preocupações humanas, integrando facilmente a lógica da concorrência;
- ii) falta de legislação adaptada para assegurar a interface produção solidária/mercado;
- iii) peso e exigências do sistema comercial brasileiro (burocracia, taxas e impostos múltiplos) e falta de crédito.

Por falta de alternativa, a lógica da troca mercantil e os operadores do comércio justo arriscam cair nos mesmos erros ou alienações do sistema de livre câmbio capitalista. A lógica econômica do pensamento único (mesmo disfarçada sob as suas variantes não ortodoxas) é, de fato, incapaz de justificar e operacionalizar um comércio mais justo sem uma regulação política.

Caillé no seu prefácio do livro de Diaz Pedregal (2006, p. 12) escreve:

O motor e a eficiência do comércio equitativo não residem numa fórmula econômica específica, mas, pelo contrário na meta política que o anima, no sentido - mais geral do termo... Ora a economia solidária - e mais geralmente, todas as formas de economia alternativa - só pode ser solidária - enquanto ela não se torna econômica, ou ainda, mais precisamente e mais geralmente, - enquanto a essência de todas as formas de economia alternativa, não é econômica, mas política (DIAZ PEDREGAL, 2006, p. 12).

Porém, importa saber qual atuação política promover e que base teórica para pensar a articulação entre o político e o econômico. Como assegurar o diálogo entre sistemas de reciprocidade/redistribuição e sistemas de troca mercantil? Considero com Caillé (2005) e Latouche (2003), embora por razões diferentes, essa contradição de sistemas como inerente às propostas atuais de economia solidária. Trata-se de resolver a contradição entre um funcionamento da economia dominado pela reciprocidade (o compartilhamento, a solidariedade) no seio do empreendimento solidário, e no exterior, um funcionamento do mercado de troca, fundado na concorrência e na competição para o lucro. Para que haja complementaridade ou, sobretudo, para que possa existir uma articulação mais que uma hibridação entre os dois sistemas, precisa-se de uma interface de sistemas para resolver essa contradição essencial.

Tal interface precisa poder articular as vontades de reciprocidade dos produtores, dos consumidores e das suas organizações por um lado, e os mecanismos das práticas de troca por outro. Que pistas explorar tanto do ponto de vista prático como teórico, a partir da teoria da reciprocidade?

O Brasil é pioneiro em termos de legislação nacional do comércio justo (BRASIL, 2007; FÓRUM BRASILEIRO, 2007).

Baseando-se em valores de equidade e justiça, o comércio justo ou solidário propõe uma remuneração privilegiada, na falta de uma relação direta entre produtores e consumidores. Porém, a simples distância entre produtores (do Sul) e consumidores (do Norte) ou a preocupação de eficácia comercial

levaram os organismos de comércio justo a recorrer cada vez mais às mesmas redes e aos mesmos sistemas de intermediação do comércio capitalista de *commodities*. Esta tendência pode chegar a mudar o caráter específico e solidário da transação ou eliminar o valor agregado de informação mútua entre produtores e consumidores. Muitas vezes, esta confusão desnatura a transação e compromete a possibilidade de se estabelecer relações de reciprocidade capazes de produzir os valores éticos almejados (LE VELLY, 2006).

Em termos de produção de valores de justiça e equidade, existem referências que antecedem a noção de comércio solidário. É o caso das prestações comerciais internacionais realizadas segundo uma lógica de reciprocidade: as tarifas compensatórias entre nações do Norte e do Sul, entre União Europeia e países ACP (da África, Caribe e Pacífico) e as políticas de cotas e de direitos de produzir (BARTHÉLÉMY, 1999). Todas estas práticas visam proteger os produtores, reduzir a concorrência capitalista e instaurar uma dimensão de partilha, mesmo quando se trata do compartilhamento mais justo de partes do mercado capitalista. (facultativo)

3 Experiências de articulação entre troca e reciprocidade

A comercialização dos produtos é um ato de troca, mas que pode incorporar também uma relação de reciprocidade. É particularmente o caso da venda direta, mas também de relações de reciprocidade preservadas ou reconstruídas, em particular no caso do comércio justo e da economia solidária.

3.1 A reciprocidade na comercialização dos produtos da agricultura familiar

Em matéria de comercialização dos produtos agropecuários, os agricultores familiares, e as suas organizações têm implantado vários tipos de interfaces permitindo certa coabitação, uma articulação entre as práticas de reciprocidade e as práticas de troca. Alguns desses mecanismos de interface são já antigos e funcionam nos países da Europa e não apenas nas nações do Sul.

A primeira interface de sistemas é a da venda direta que permite o encontro entre o produtor e o consumidor, quer na venda na unidade de produção, na feira do produtor ou nos mercados de proximidade. Existe sim uma relação de troca; mas o contato direto entre produtor e comprador permite dobrar essa relação de troca de uma relação de reciprocidade binária (de cara a cara) que gera, no mínimo, valores afetivos: sentimentos de conhecimento mútuo, de reconhecimento mútuo e até de

amizade ou valores éticos de respeito mútuo e de fidelidade.

Muitas vezes, nas feiras do Brasil, o produtor marca essa relação diferenciada de reciprocidade associada à relação de troca por uma dívida simbólica, um punhado de feijão, uma fruta ou um tomate a mais.

Onde se praticou sempre a reciprocidade, como nos mercados dos países andinos aquele que oferece a sua produção a venda, tem o cuidado de indicar a equivalência (a parte da troca entre produto e moeda) e logo, agrega a parte da dívida, o “presente” chamado de *yapa* (TEMPLE, 2003b, p. 384). A dívida é proporcional à importância da transação e à qualidade do cliente. Nos países andinos este é logo chamado de *casero*, *caserito* ou *casera* (membro da casa, familiar).

Partindo da análise dos mercados africanos e andinos, Temple (2003a, 2003b) propõe a noção de mercado de reciprocidade. Neste, as prestações recíprocas entre parceiros não são estabelecidas pela relação entre a oferta e a demanda, e sim pelas necessidades mútuas dos protagonistas, medidas através de equivalências. Essas equivalências podem ser de volume ou de quantidade (cabaças, cestas, punhados, litro ou lata vazia de leite) ou simbólicas, mediante objetos raros ou prestigiosos (búzios, penas de pássaros amazônicos, moedas rituais etc).

Temple (2003a, p.12) escreve:

Nos mercados de reciprocidade, o compartilhamento abre espaço para a reciprocidade generalizada, na medida em que cada um doa a alguns parceiros aliados e recebe de outros parceiros (...). Como o que se deve e pode ser doado a cada um varia conforme as comunidades, as equivalências de reciprocidade variam também. Porém, as comunidades tendem para a reciprocidade entre si, e as equivalências de reciprocidade mais comuns logo se tornam referências para o mercado: é a moeda de reciprocidade (TEMPLE, 2003a, p. 12, tradução livre do francês).

Aliás, esta moeda de reciprocidade pode também ser, simplesmente, o Real, o Euro ou o Dólar, quando seu uso o transforma em unidade de contabilização de equivalências de reciprocidade.

Dois sentimentos prevalecem na reciprocidade generalizada segundo Temple (2003a, p. 385-386), o valor de responsabilidade e o valor de justiça.

A responsabilidade está relacionada não apenas à qualidade e à autenticidade dos produtos comercializados, mas também à preocupação de atender as necessidades de seus clientes. A justiça

está associada à noção de “preço justo”, isto é, um preço aceitável para o consumidor de um produto de necessidade e não um preço imposto por alguém que está em posição de força. Temple (2003a, p. 386) lembra que o preço justo é *determinado pelo princípio de equivalência e não pelo equilíbrio entre oferta e demanda. A reivindicação do preço justo é uma busca pela reciprocidade generalizada.*

Com a teoria da reciprocidade, é possível interpretar tanto o sentido social como a lógica econômica, construídos pelas comunidades humanas ao longo da história e por trás de prestações que, de forma quase imperceptível, foram naturalizadas como próprias da troca capitalista. Mas pouco se preocupa o capitalismo com valores éticos ou com um projeto mais justo para toda a humanidade.

Mesmo nos mercados ocidentais onde o livre-câmbio já tem imposto a lei da concorrência, a dádiva de amabilidade testemunha muitas vezes de como é importante para o comerciante manter relações de amizade com os seus clientes tanto como satisfazer o seu interesse monetário (TEMPLE, 2003a, p. 384)

Outro exemplo é o dos circuitos de comercialização curtos, socialmente controlados pelos produtores mediante suas redes e organizações ou por cooperativas de consumo². Cita-se os casos dos mercados camponeses, das cestas camponesas e da acolhida camponesa no Estado de Santa Catarina, inspirado nas experiências europeias mantidas por associações mistas (de agricultores e consumidores). Os agricultores das feiras agroecológicas do Nordeste se organizaram também em associação para obter apoios públicos, por exemplo, para melhorar as infraestruturas desses mercados (SABOURIN, 2009). Tais situações de contato direto dão lugar a relações humanas (conversas e explicações em torno do produto, dos processos, das receitas) que geram também sentimentos de proximidade, amizade e valores de confiança e de fidelidade entre produtor e consumidor.

Quando a relação direta (mediante o encontro físico entre produtor e consumidor) não é mais possível, existe a figura da intermediação qualificada e interpessoal, com o sistema de corretagem.

O corretor permite estabelecer uma relação de reciprocidade ternária mediante o interconhecimento e a informação qualificada sobre a qualidade do produto e do produtor (e a qualidade e solvabilidade do comprador). Tal estrutura elementar de reciprocidade produz valores éticos: produz con-

fiança e responsabilidade e gera a reputação tanto do produtor como do corretor, fontes de prestígio e de poder, no sistema de reciprocidade. É também um dos mecanismos na base do efeito “rede” (CASTELL, 1989).

Os corretores são considerados necessários e, portanto respeitados e apreciados no caso dos mercados da arte ou dos vinhos pelas suas competências (que não são dadas a todos), mas também pelo seu comportamento ético (ser discreto, honesto etc.). Paradoxalmente, são muitas vezes denegridos no caso de outros produtos agropecuários mais comuns em particular (BIERSCHENK et al., 2000). Porque teria de ser diferente? Na França existem corretores para os produtos (e mercados) muito específicos que exigem competências peculiares: as trufas e ostras, as plantas para perfumes etc. (DUPONT, 2004). O corretor não é um *marchand* ou negociante de gado que barganha para tudo.

Temple (2003a) lembra que, na África, a remuneração dos corretores vem do fato que os comerciantes não tinham o direito de construir fortunas a partir da especulação e deviam tirar seu benefício segundo regras e proporções convencionadas entre as partes envolvidas:

A convenção instaurando o equivalente de um preço de retorno para os mais desfavorecidos, tratava-se de um sistema de comércio fundado na igualdade. A lógica do roubo era assim controlada pelas estruturas de reciprocidade (TEMPLE, 2003a. tradução livre do francês).

3.2 Os mercados não capitalistas no Brasil: mercados mistos e protegidos

a) *Autoconsumo, distribuição não mercantil e informal*

A maioria das estatísticas e dos estudos de cadeias agropecuárias no Brasil não considera o autoconsumo, a redistribuição não monetária ou não mercantil e a venda direta. No entanto os circuitos curtos e os mercados locais (venda direta na unidade de produção, nas feiras locais ou agroecológicas, mercados dos produtores) asseguram parte significativa do abastecimento alimentar da população das cidades, sobretudo das pequenas e médias.

Por outra parte, a leitura econômica pelo ângulo da produção para a troca capitalista tende a homogeneizar uma visão parcial da agricultura familiar muitas vezes limitada aos estados do Sul do país, que não leva em conta as realidades diversas e as formas locais de agriculturas familiares (Wanderley, 2009). Essa visão subestima a fragilidade e as flutuações rápidas e frequentes do mercado capitalista das grandes cadeias (leite, cereais, tubérculos etc.). Ignora a herança de vários sistemas

2 Ou pelas duas em conjunto, como é o caso na região de Porto Alegre entre cooperativas de assentamentos do MST e cooperativas de consumidores.

camponeses locais que garante ainda a reprodução das unidades familiares graças à autonomia (dos insumos externos, do mercado capitalista, dos financiamentos públicos) e a flexibilidade de adaptação às demandas de mercados diversificados ou de proximidade.

b) *Os limites dos mercados de nichos*

O potencial de conquista de mercados de nichos pelos agricultores familiares foi bastante exagerado ou superavaliado. Aliás, quando existiram políticas de apoio específicas (Primeiro Pronaf Agroindústria no MAPA, primeiros projetos do SEBRAE) foram em grande parte captadas por agricultores patronais, melhor habilitados.

A verdadeira diversificação passa pela tomada em conta da diversidade dos mercados que sejam locais, de proximidade, regionais, nacionais ou de exportação e, sobretudo, da pluralidade das modalidades de acesso aos consumidores: venda direta na propriedade, nas feiras ou festas de produtos típicos, venda às cooperativas de consumo. O conjunto dessas práticas apresenta a característica comum de reduzir o efeito de competição e de concorrência capitalista e, assim de proteger os agricultores familiares. Trata-se, portanto, de mercados, socialmente ou geograficamente territorializados e protegidos. Mas, nada impede o Estado de criar mercados internos politicamente protegidos. É o caso dos mercados ditos “institucionais” e das compras públicas de produtos alimentares para os hospitais, os restaurantes e a merenda das escolas, que podem ser implementados tanto na escala federal, estadual como municipal. Uma experiência federal exemplar neste sentido está sendo conduzida no marco do MAPA pela CONAB, em associação com o programa Fome Zero administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

c) *O Programa de Aquisição de Alimentos*

O Programa de Aquisição de Alimentos PAA (MDA, 2010), reservado a agricultores familiares constitui, apesar de recursos ainda limitados (teto de 6.000 reais por família/ano), um verdadeiro instrumento adaptado ao fortalecimento da agricultura familiar e camponesa (DELGADO et al., 2007; CHMIELEWSKA; SOUZA, 2010). O programa, mediante diversas modalidades, compra a um preço garantido todos os tipos de produções, inclusive aquelas que não exigem crédito de custeio (culturas alimentares) e os produtos transformados na unidade familiar (queijos, doces, rapadura etc.).

Diante do sucesso desse Programa, amplamente aprovado pelas organizações de agricultores familiares, o Governo brasileiro acaba de aumentar

o teto anual por família, de multiplicar os recursos e de diversificar a gama de produtos e de modalidades de acesso, inclusive mediante as organizações sindicais e cooperativas.

Assim, os mercados institucionais e públicos administrados pelas coletividades territoriais (municípios, estados) em interação com as organizações de agricultores, oferecem diversas vantagens: encurtar as cadeias, reduzir os custos de transação, facilitar o controle de qualidade, e preservar ao mesmo tempo, territorialidades econômicas de reciprocidade (SABOURIN, 2006, 2007).

Os mercados públicos com preços garantidos constituem um instrumento de política pública de articulação ou de interface entre sistemas de troca mercantil e sistemas de reciprocidade. De fato, tais políticas introduzem uma dimensão de reciprocidade e de justiça num sistema dominado pela troca capitalista como aquele dos mercados agropecuários no Brasil.

A qualificação dos produtos

Os processos de qualificação dos produtos agrícolas em função da origem, do processo ou de especificidades locais, constituem também, modalidades de diferenciação e de redução dos efeitos da concorrência. Permitem também criar mercados territorializados associando relações de intercâmbio e de reciprocidade (SABOURIN, 2012). No entanto, o modelo atual considera, sobretudo nos processos de qualificação dos produtos, as possibilidades de certificação para acessar novos nichos, se possível para a exportação. Um modo mais democrático é a certificação gratuita que não encarece os custos de produção. Ela é adaptada à agricultura familiar e, obviamente, não pode ser confiada a empresas capitalistas, mas às organizações de agricultores. Iniciativas já existem no sul do País, com a certificação chamada participativa ou de grupo (MEDAETS; MEDEIROS, 2004) ou com a certificação mútua ou comunitária nas feiras agroecológicas da Paraíba (SABOURIN, 2012).

3.3 A qualificação territorial e a sua certificação

Qualquer processo de qualificação que garanta a origem (o nome do produtor), a especificidade, o processo ou as normas de qualidade de um produto contribui para reduzir os efeitos da concorrência que são próprios à troca capitalista. De fato, cria-se assim uma territorialidade de reciprocidade em torno de um produto específico. Todavia, como no caso do empreendimento de economia solidária, afora este grupo de produtores e estes produtos qualificados, são as regras do mercado capitalista que funcionam.

Por isto no caso do processo de qualificação clássica, recorre-se um dispositivo de interface: o mecanismo de certificação permite reintroduzir uma produção de reciprocidade no sistema do mercado de troca capitalista. Mas todas as possibilidades da qualificação dos produtos rurais ainda não foram exploradas. Temple (2003a e 2003b) propõe radicalizar o processo com outro tipo de interface, o da qualificação personalizada; ou seja: com o nome Sousa, só se pode produzir Sousa.

Ninguém pode fazer concorrência a uma produção única cujo valor intrínseco é potencialmente infinito (...) simbólico ou prosaico, o valor será sempre maior porquanto o produto seja mais qualificado. E não é preciso fazer com que uma competência externa à produção controle a qualidade, pois a qualidade é inerente à estrutura de produção (TEMPLE, 2003a, p. 11).

Temple opõe a emulação para melhorar a qualidade dos produtos à concorrência que visa acumular lucros. Ele dá o exemplo do açafraão da Mancha, na Espanha, cuja produção e comercialização fora da área de origem foram proibidas pelos últimos produtores, de forma a obrigar os consumidores a ir visitá-los no local. Na região, eles construíram a Casa do Açafraão; organizaram um mercado local, restaurantes na fazenda e uma produção associada de legumes, carnes, frutas e vinhos; organizaram também serviços: hotéis e albergues, turismo rural etc.

A qualificação endógena e o selo personalizado constituem também uma das chaves para um desenvolvimento rural endógeno ou autocentrado que, prioritariamente, atenda às necessidades das comunidades locais.

a) *Os mercados agroecológicos na Paraíba*

Os mercados de produtos agroecológicos³ integram a estratégia do Polo Sindical da Borborema (PSB) de aumentar a autonomia dos agricultores familiares, incentivando-os a parar de utilizar insumos químicos e a diversificar as alternativas de comercialização (KILCHER, 2004). Os casos de intoxicação por uso de pesticidas eram frequentes; mas o verdadeiro desencadeador foi o aumento do número de agricultores que praticam a agroecologia, em decorrência da atuação da AS-PTA⁴ na re-

3 Mercados de venda direta de produtos da agroecologia (forma de agricultura ecológica com base orgânica, sem insumos químicos) pelos agricultores familiares.

4 A AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia “é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável” Fonte: <http://aspta.org.br/quem-somos/>

gião. Realizado inicialmente a título experimental, por ocasião das festas de final de ano em 2001, o mercado agroecológico de Lagoa Seca se tornou permanente. Esta iniciativa levou um grupo de agricultores a se estruturar, criando uma associação e adotando regras e normas de estratégia comercial: uniformidade dos stands e controle dos produtos para garantir sua qualidade e origem. Por fim, este mercado obteve um reconhecimento dos poderes públicos no plano federal, através da negociação das modalidades de investimento do PRONAF/Infraestrutura.

Em seguida, o PSB negociou a implantação de um mercado agroecológico com a prefeitura municipal de Campina Grande. No âmbito deste polo urbano regional, este mercado possui valor de “vitrine”. Incentiva a participação dos agricultores convertidos à agroecologia que não são bastante numerosos em seu município, para constituir um mercado diferenciado. Isto serve de modelo para a ampliação, em escala regional, de um sistema de comercialização direta dos produtos orgânicos.

Com a iniciativa do PSB, foi possível construir uma associação regional de agricultores agroecológicos e estruturar um processo de certificação da qualidade. Como indicado adiante, esta dinâmica econômica e mercantil relançou a atividade dos grupos de Agricultores–Experimentadores da região que passaram a testar novas espécies, variedades e processos, para satisfazer os clientes, para melhorar a qualidade dos produtos e reduzir os custos. Uma articulação na escala do Estado da Paraíba garante uma colaboração com as associações equivalentes de agricultores e mercados agroecológicos do litoral, do Sertão e dos estados vizinhos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

b) *Qualidade e certificação do grupo*

A certificação dos produtos é garantida por comissões de agricultores designados pela associação dos produtores agroecológicos; estas visitam cada produtor com regularidade e conferem o processo de cultivo, o itinerário técnico e a natureza dos insumos utilizados. Cada agricultor pode se ver na posição ora do avaliador, ora do avaliado; por isso, os riscos de fraude são bem limitados, já que o interesse primordial consiste em manter uma clientela ainda frágil, ou seja, não mentir sobre a qualidade. Como diz Temple (2003a), o controle da qualidade se torna inerente à estrutura de produção se esta se vê reposicionada em um sistema de reciprocidade.

De fato, este sistema de certificação mútua (ou recíproca) tem por vantagem e ser gratuito, não aumentar o custo de produção e não tornar os agri-

cultores dependentes de organismos de certificação.

c) *Ensinaamentos em termos de política pública*

Existe um debate entre os agricultores sobre a estratégia mais relevante de diferenciação destinada aos consumidores: será preciso criar mercados especializados ou devem se dar os meios para que os consumidores possam identificar mais facilmente seus produtos no âmbito dos mercados tradicionais?

Para poder adotar a segunda opção, um apoio dos poderes públicos, mesmo mínimo, seria interessante. No caso da feira de Campina Grande, o apoio público federal e municipal facilitou o financiamento de estandes homogêneos de fácil identificação e garantiu um espaço diferenciado no âmbito dos mercados locais. Estes mercados funcionam graças ao envolvimento de algumas famílias que cuidam do cumprimento das regras. Os demais participantes, menos convictos, fazem mostra de oportunismo. Seu interesse pela agroecologia depende muito mais do surgimento de uma demanda por parte dos consumidores e de ter acesso a uma forma de comercialização que remunere melhor seu trabalho do que a venda para atacadistas. Os mercados agroecológicos não apareceram simplesmente como resposta a uma transformação das práticas ou a um incentivo por organismos de apoio: a condição de seu sucesso se deve à sua resposta qualificada e perene, ou seja, coletiva e institucionalizada, para uma demanda por produtos de qualidade e sem pesticidas.

Esta experiência, bem como a das iniciativas de crédito solidário, mostra a necessidade de um apoio produtivo (e de um suporte econômico e financeiro de tipo crédito, mercado etc.) para manter e desenvolver a agricultura camponesa e familiar. De fato, existe no Brasil, em particular no Nordeste, uma tendência em reduzir as políticas de apoio à agricultura familiar a medidas de assistência social (aposentadorias, bolsas etc.). Isto é alias um risco do tratamento social do segmento da agricultura familiar menos integrado às grandes cadeias de *commodities* agropecuárias. A associação entre transferências de renda e tratamento social da produção familiar acaba tornando os agricultores mais vulneráveis mais dependentes do mercado de troca capitalista. Com isto, sua integração ao mercado capitalista ocorre cada vez mais como consumidor e não tanto como produtor.

Isto foi o caso da modalidade inicial do cartão alimentação do projeto Fome Zero. A principal modalidade (modificada em 2005) deste projeto

consistia em atribuir R\$ 50,00/mês/família para comprar alimentos; só que isto era feito por meio de um cartão eletrônico que só podia ser utilizado nos supermercados interligados à rede bancária eletrônica. Assim, ao invés de dinamizar a produção local como previsto, contribuía para a dependência desses agricultores familiares mais pobres por produtos padronizados da agroindústria e da grande distribuição.

4 Conclusão

Hoje não há mais sociedades funcionando em economia de reciprocidade pura. Por outra parte, estamos aqui falando também de teoria. Reciprocidade e troca são modelos teóricos, quando a realidade é mista. No caso da agricultura e da sociedade rural do Brasil, a teoria da reciprocidade tem contribuído para interpretar as dinâmicas da agricultura familiar em termos de sistemas “sistemas mistos” para qualificar situações e estruturas que associam práticas de troca mercantil e práticas de reciprocidade (SABOURIN, 2009, 2011). Portanto, essa coexistência pode ocorrer de maneira paralela e separada; pode dar lugar a tensões por conta do antagonismo entre os dois sistemas econômicos; pode ser também, de forma complementar, quando existe uma interface de sistema que permite articular as práticas de reciprocidade com as práticas de troca, sem que uma destrua a outra.

Por isso necessitamos de dispositivos de interface para articular sistemas de troca com sistemas de reciprocidade de maneira positiva, ou até complementar, como no caso da *economia solidária*. Existem várias formas de regulação da interface troca/reciprocidade: mediante regras comuns, instituições, legislação ou política pública que regulem a articulação entre as duas lógicas.

Qualquer que seja a definição escolhida, a economia solidária e o comércio “justo” devem enfrentar as contradições inerentes à diferença entre o desenvolvimento econômico baseado na troca e aquele fundado na reciprocidade econômica (MATOS, 2006). Pois, geralmente, a maioria dos promotores da economia solidária não reconhece essa oposição de maneira explícita. Vários, como Laville (2002, 2004), preferem falar de hibridação entre as diversas formas econômicas. A hibridação de sistemas é apenas uma das figuras de articulação ou de interface possíveis, por conta do antagonismo entre a lógica de troca e aquela de reciprocidade. Neste sentido existem várias dificuldades para uma articulação entre os dois princípios econômicos, que podem ser associados às dinâmicas próprias a cada uma das formas de economia colocada em situação de hibridação.

A crítica da alienação ou dos riscos de exclusão ligados ao desenvolvimento da economia de troca capitalista não precisa mais ser lembrada. Mas é importante saber que alternativa ou que limite econômico opor à concorrência para a competição e a acumulação.

Um dos papéis centrais do Estado e da ação pública é precisamente organizar a produção de bens públicos e de interesse geral: trata-se de promover políticas capazes de reconhecer e de separar o princípio de troca daquele de reciprocidade, para poder regular as articulações entre os dois sistemas.

Essas formas de organização de proximidade dos agricultores familiares, mas também de outros atores, permitem garantir o desenvolvimento de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. Estas conseguiram e conseguem ainda, mesmo sendo ignoradas ou mascaradas, e apesar da dominação da lógica da troca, assegurar a sobrevivência material da grande maioria das populações rurais, mais modestas e pobres. Mas, sobretudo, conseguiram contribuir para manter nas nossas sociedades, um mínimo de valores humanos de amizade, de responsabilidade e de confiança.

Na tese que defendo aqui, esses valores não são dados, não são apenas heranças culturais ou sociais, inseridos nas estruturas simbólicas ou nas representações, como o imaginavam Polanyi ou Lévi-Strauss, ou patrimônios genéticos como o investiga recentemente Ostrom (2003). Esses valores éticos são construídos socialmente pelas relações de reciprocidade simétrica.

Um dos aspectos mais graves da confusão entre as lógicas de reciprocidade e de intercâmbio é precisamente o fato de justificar a mobilização de estruturas sociais produzindo tais valores humanos, para favorecer o desenvolvimento de uma economia de troca capitalista.

Esses exemplos oferecem uma alternativa original em termos de instrumentos de política de desenvolvimento rural territorial e de multifuncionalidade da agricultura nos países do Sul. Trata-se de uma política fundamentada no reconhecimento dos dispositivos coletivos dos agricultores que cuidam da produção ou do manejo de bens comuns ou públicos.

Agregaria, finalmente, dois ensinamentos complementares: os instrumentos de política pública e os dispositivos referidos revelam a existência de complementaridades mais ou menos estabilizadas e de tensões entre prestações muitas vezes qualificadas como mercantis e não-mercantis (re-

distribuição pública). Na verdade, tais prestações decorrem de categorias econômicas diferentes. Isto leva, portanto, a aprofundar e qualificar melhor a natureza das regras e dos princípios econômicos que presidem cada categoria de prestações.

Recorrer à oposição mercantil/não-mercantil induz a um erro, com duras consequências: excluir a reciprocidade do mercado, quando a maioria dos mercados no mundo não capitalista são mercados de reciprocidade.

Referências

BARTHÉLEMY, Denis. Droits à produire, patrimoine d'entreprise et patrimoine paysan. Les droits à produire, entre valeur et non-valeur. **Revue de Droit Rural**, 270, 1999, p. 98-104.

BIERSCHENK, Thomas; CHAUVEAU, Jean Pierre; OLIVIER DE SARDAN, Jean Pierre. **Courriers en développement. Les villages africains en quête de projets**. Paris: Karthala; Mayence, APAD, 2000, 318 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Grupo Gestor - PAA. **Balço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos 2003-2010, Relatório descritivo**. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Programa Economia Solidária em desenvolvimento**. Brasília: SENAES-MTD, 2003.

_____. **Projeto de Lei de Comercio justo e solidário (CJS)**. Brasília: SENAES-MTD, 2007. Anexo 1 - Termo de referencia do Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário/SCJS.

CAILLÉ, Alain. **Dé-penser l'économique, contre le fatalisme**. Paris: La Découverte; M.A.U.S.S., 2005. 310p.

_____. **Le Commerce équitable dans la France Contemporaine, idéologies et pratiques**. Préface de Diaz Pedregal Valérie. Paris: l'Harmattan, 2007. p. 8-12.

CASTELL, Odiel.. La réciprocité: principe de comportement économique en conflit/coopération avec le profit et la redistribution. In: COLLOQUE L'ÉCONOMIE AU SERVICE DE LA SOCIÉTÉ, 2006, Dakar. **Anais...** Dakar: Pekea; Université Cheik Anta Diop, 2006. 13p.

_____. **La société en réseau**. Paris: Fayard, 1989. 500p.

CONTERATO, Marcelo A.; GAZOLLA, Marcelo; SCHNEIDER, Sergio. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no

- Alto Uruguai-RS: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 13-54.
- CHMIELEWSKA, Danila; SOUZA, Darana. **Mark et alternatives for Smallholder Farmers in Food Security Initiatives: lessons from the Brazilian Food Acquisition Programme**. Brasília: SAE/PNUD, IPC-IC, 2010. Working Paper.
- DELGADO, Guilherme C.; JUNIA, Carlos C.; OLIVEIRA, JADER J. Relatório de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 0, n. 0, p. 18-39, 2007.
- DIAZ PEDREGAL, Valérie. **Commerce équitable et organisations de producteurs**. Le cas des caféiculteurs andins au Pérou, en Equateur et en Bolivie. Paris: L'Harmattan, 2006. 274p. (Coll. Logiques Sociales).
- _____. **Le commerce équitable dans la France contemporaine. Idéologies et pratiques**. Paris: L'Harmattan, 2007. 268 p. Coll Logiques Sociales).
- DUPONT, Pierre. **La moisson des marins-paysans: L'huître et ses éleveurs dans le bassin de Marennes-Oléron**. Paris: MSH-INRA; Editions Quae, 2004. 326 p.
- ELLIS, Francis. **Peasant Economics**. Farm households and agrarian development. 2. ed. Cambridge: The Cambridge University Press, 1988. 309p.
- EME, Bernard; LAVILLE, Jean Louis. Economie plurielle, économie solidaire. **Revue du Mauss**, n. 7, 1er semestre, 1996. 392p.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Proposta de Instrução Normativa do Sistema de Comércio Justo e Solidário**. Brasília, 15 maio 2007.
- GRUPO DE TRABALHO SISTEMA NACIONAL DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO. **Documento base sobre Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**. Brasília: SENAES. Disponível em: < http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3ADC4075013AFECE06F969A4/Termo_Referencia_SNCJS.pdf>. Acesso em: 19 maio 2006.
- KILCHER, Frederic. **Marchés hebdomadaires et agricultures familiales**. Quelle complémentarité. CNEARC, Montpellier, Mémoire ESAT 1, 2004. 136p.
- LAVILLE, Jean Louis. Démocratie et **économie : éléments** pour une approche sociologique. **Revue Hermès**, Paris, n. 36, p. 16-25, 2003.
- _____. Economia solidária, a perspectiva europeia. **Sociedade e Estado**, Brasília, n. 16, v. 1-2, p. 57-99, 2002.
- LATOUCHE, Serge. L'Oxymore de l'économie solidaire. **Revue du Mauss**, Paris, n. 21, p. 145-150, 2003.
- LE VELLY, Ronan. Le commerce équitable: des échanges marchands contre et dans le marché. **Revue française de sociologie**, v. 47, n.2, mars-juin, p. 319-340, 2006.
- _____. **Le Commerce équitable: des labels à l'éthique relationnelle. Quelle personnalisation pour quel développement du commerce équitable? GDR sociologie – économie. Les marchés agroalimentaires**, Montpellier, p. 23-24, 2006.
- _____. Le marketing fait-il perdre leur âme aux militants du commerce équitable? **Gérer et comprendre**, n. 89, sept. p. 15-23, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Les structures élémentaires de la parenté, chap. XXVII. In: **Les cycles de la réciprocité**. La Haye: Mouton, 1949.
- MASCARENHAS, Guilherme. **O movimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado**. 2007. 351f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Les argonautes du Pacifique Occidental**. Paris: Payot, 1963. Ed orig. [1922] Argonauts of the Western Pacific, London, Routledge.
- MATOS, Aécio Gomes de. Organizações sociais e economia solidária. In: SABOURIN, E. (Ed.) **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília: UNB, 2006. (Cadernos do CEAM, n. 23).
- MAUSS, Marcel [1924]. «Essai sur le Don», In: **Sociologie et Anthropologie**. Paris: PUF. Réédition 1989.
- MEDAETS, Jean Pierre; MEDEIROS, Josemar. A Ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In: CONGRESSO DA SOBER, 42., 2004, Cuiabá. **Anais eletrônicos...**

Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/?op=paginas&tipo=pagina&sec=7&pagina=40>>. Acesso em: 19 maio 2006.

NUNES, Christiane Girard Ferreira. Politiques publiques en faveur de l'économie solidaire au Brésil. **Revue Tiers Monde**, Paris, n. 190, p. 379-399, 2007.

OLIVEIRA, Maria do Socorro L.; DUQUE, Ghilaine. Reciprocidade e sociabilidade no Cariri Paraibano. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 24., 2004, Olinda. **Anais...** Olinda: ABA, 2004. 20p.

OSTROM, Elinor. Toward a Behavioral Theory Linking Trust, Reciprocity and Reputation. In: OSTROM; WALKER (Ed.) **Trust and reciprocity: Interdisciplinary Lessons for Experimental**. New York: Russell Sage Foundation, 2003. p. 19-79.

PLOEG, J. D. Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade a agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

_____. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. London: Sterling, Earthscan, 2008. 356p.

POLANYI, Karl. **La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps**. Paris: Gallimard, [1944] 1983, 420p.

_____. L'économie en tant que procès institutionnalisé. In: POLANYI et al. **Les systèmes économiques dans l'Histoire et dans la Théorie**, Paris: Librairie Larousse, 1975. p. 239-260.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sergio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, 2007.

RENARD, Marie Christine. Quality certification, regulation and power in fair trade. **Journal of Rural Studies**, [s. l.] v. 21, p. 419-431, 2005.

ROUSTANG, G. Volatilité ou pérennité des innovations sociales de l'économie solidaire. In: RENCONTRES DU RÉSEAU INTERUNIVERSITAIRE D'ECONOMIE SOCIALE ET SOLIDAIRE, 3., 2003, Toulouse. **Anais...** Toulouse: Toulouse Le Mirail, 2003. 10p.

SABOURIN, Eric. A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. **REDD - Revista**

Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 4, n. 2, p. 83-104, 2012.

_____. A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007. A questão da solidariedade e da reciprocidade na economia solidária.

_____. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. 248 p. (Coleção Terra Mater).

SABOURIN, Eric. Consequências metodológicas e epistemológicas do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, n. 2, p. 161-189, 2006a.

_____. Multifuncionalidade e relações não mercantis: manejo de recursos naturais no Nordeste. **Cadernos do CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, jan/abr, p. 151-169, 2010.

_____. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER S (Org.). **A diversidade agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006b. p. 108 -132. (Série Estudos Rurais).

_____. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p.715-751, 2007.

_____. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 270p. (Série Estudos Rurais).

SABOURIN, Eric et al. Laurence. Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, n. 23, 2005.

SCHNEIDER, Sergio et al. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 137-164. (Série Estudos Rurais).

SINGER Paul. Políticas públicas de economia solidária in Mesa Redonda 19 "Dimensões sociais das políticas de inovação". In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2005.

SINGER Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. 127p.

TEMPLE, Dominique. L'économie humaine. **La revue du MAUSS**, Paris, n. 10, p. 103-109, 1997.

_____. Les structures élémentaires de la réciprocité. **Revue du MAUSS**, Paris, n. 12, p. 234-242, 1998.

_____. **Séminaire Cauris sur la qualité agro-alimentaire**. 2003a. Disponível em: < <http://afrique.cauris.free.fr> >. Acesso em: 19 maio 2006.

_____. **Teoría de la reciprocidad**. La Paz, Bolivia: Padep-GTZ, 2003b. Tomo i: la reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Prefacio in Sabourin, E. **Camponeses do Brasil, entre reciprocidade e troca mercantil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 5-10.

DESIGUALDADES REGIONAIS NA DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO PRONAF: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1998 A 2012

Regional inequalities in the distribution of the Pronaf credit: an analysis of the period from 1998 to 2012

Paulo Marcelo de Souza

D.S. Economia Rural-UFV. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Laboratório de Engenharia Agrícola. Av. Alberto Lamego, 2000, Horto. CEP: 28013-620 - Campos dos Goytacazes-RJ. pmsouza@uenf.br

Luciane da Costa Barbé

Doutoranda em Produção Vegetal, UENF. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Laboratório de Engenharia Agrícola. Av. Alberto Lamego, 2000, Horto. CEP: 28013-620 – Campos dos Goytacazes-RJ. lucianebarbe@gmail.com

Resumo: o objetivo da pesquisa foi analisar as mudanças na distribuição dos recursos do Pronaf-crédito entre os municípios brasileiros, no período de 1998 a 2012, e verificar se essas alterações discriminam determinadas regiões e estados. Nessa análise, foram calculados os índices de Gini e Theil, e o percentual dos financiamentos obtido pelos 5% maiores e 50% menores municípios tomadores do crédito. Para investigar os aspectos regionais das mudanças na distribuição, procedeu-se à decomposição do índice de Gini. Os resultados evidenciaram, a princípio, melhoria da distribuição dos financiamentos entre diversos municípios do País. Porém, essa tendência reverteu-se a partir do ano de 2006, provavelmente em decorrência de mudanças nas normas do programa, que têm possibilitado direcionar crescente parcela dos recursos a agricultores mais capitalizados, mas também às regiões onde se concentram. Ou seja, esse aumento na desigualdade teve um forte viés geográfico, com redução significativa da parcela dos recursos tomada pelos municípios da Região Nordeste.

Palavras-chave crédito, distribuição, agricultura familiar.

Abstract: the objective of the research was to analyze the changes in the distribution of Pronaf - credit, in the period 1998-2012, and verify if these changes discriminate certain regions and states. In the analysis, the percentage of credit obtained by the 50% smaller and by the 5% larger credit users, and the indices of Gini and Theil of the credit distribution were calculated. To investigate the regional aspects of the changes in distribution, the decomposition of the Gini index was also realized. The results showed, in the beginning, an improve in the credit distribution. However, this trend reversed after 2006, probably due to changes in program rules, which contribute to direct growing share of resources to more capitalized farmers, but also to the regions where they are concentrated. The conclusion is that the increase in inequality has a strong geographical bias, with a significant reduction in the proportion of resources taken by municipalities in the Northeast region.

Keywords credit, distribution, family farm.

1 Introdução

A incontestável importância econômica e social da agricultura familiar no Brasil contrasta com as condições em que ela se formou, marginalizada no processo histórico de constituição da desigual estrutura fundiária e em geral esquecida pelas principais políticas agrícolas. Não obstante, representando a maioria dos estabelecimentos agropecuários e ocupando cerca de apenas um quarto da área total de estabelecimentos, os agricultores familiares geram grande parte do valor produzido na agrope-

cuária, com especial participação na produção de alimentos, e respondem por, aproximadamente, três quartos do pessoal ocupado nesse setor. Porém, os desafios à reprodução e desenvolvimento da agricultura familiar persistem.

Estabelecimentos com área insuficiente, mal localizados e em condições ecológicas adversas à produção, cultivados com baixo acesso a recursos financeiros e à tecnologia, dentre outros, são exemplos desses desafios. A essas limitações agrega-se a falta ou baixa qualidade da assistência técnica, a carência de estruturas de comercialização e de

agregação de valor, a precária organização, dentre outras.

Fator particularmente limitante é a escassez de recursos financeiros, agravada, historicamente, pela discriminação da política oficial de crédito para a agricultura. Nesse sentido, o advento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, criado pelo Decreto nº. 1.946, de 28.06.96, representa uma importante conquista. Apesar de abrigar um conjunto amplo de ações, envolvendo ainda comercialização, assistência técnica, extensão rural e seguro agrícola, é no crédito que se concentram os maiores esforços dessa política, conforme Nunes (2007).

A importância desse Programa para o segmento é inquestionável. Porém, seu desempenho vem sendo questionado por não levar em conta as especificidades do segmento familiar, bem como a diversidade de experiências de produção existentes, tendendo a reproduzir a lógica do sistema tradicional de financiamento agrícola. Embora enfáticos em afirmar a importância desse Programa para a agricultura familiar, estudos diversos vêm apontando algumas limitações em sua operacionalização. Dentre elas, destacam-se a desigualdade na distribuição regional dos recursos (GUANZIROLI, 2007; MARTINS; ALENCAR; MENDONÇA, 2006; MATTEI, 2005), sua concentração entre os agricultores mais capitalizados (FIGUEIREDO et al., 2006; SILVA; CORREA; NEDER, 2007), o modelo de agricultura estimulado via concessão de financiamentos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005; MATTEI, 2005), dentre outras.

Com relação à distribuição dos recursos entre as regiões, estudos comprovaram que os estados da Região Sul captavam maior volume de recursos (GUANZIROLI, 2007; MARTINS et al., 2006; MATTEI, 2005), em detrimento de estados de regiões de agricultura familiar mais fragilizada, como a Região Nordeste. Posteriormente, outras análises evidenciaram redução na desigualdade da distribuição dos financiamentos entre regiões, à medida que as limitações do Programa foram sendo enfrentadas e o crédito se expandindo para regiões até então pouco atingidas (GASQUES et al., 2005; MATTEI et al., 2007). Em anos mais recentes, algumas análises mostram que a desigualdade dessa distribuição voltou a subir (SOUZA et al., 2011; DELGADO et al., 2011).

Portanto, análises diversas revelam, a princípio, que a elevada desigualdade na distribuição regional dos financiamentos do Pronaf, observada nos primeiros anos do Programa, foi se reduzindo por meio de medidas que facilitaram o acesso

aos recursos pelos diversos municípios e tipos de agricultores familiares. Em seguida, outras análises indicam reversão dessa tendência. Visando a uma contribuição empírica adicional a essa discussão, o presente estudo procura analisar o comportamento da distribuição dos recursos do Pronaf crédito entre os municípios brasileiros, no período de 1998 a 2012. Em termos específicos, busca-se identificar se vem ocorrendo movimento de reconcentração dessa distribuição nos anos recentes, e verificar se, e em que medida, esse movimento ocorre de forma a discriminar municípios de determinadas regiões e unidades da federação.

2 Metodologia

De início, a análise busca identificar eventuais mudanças na distribuição dos financiamentos do Pronaf entre os municípios brasileiros, ocorridas durante o período. Nessa etapa foram calculados os índices de Gini e Theil, e o percentual do crédito obtido pelos 5% maiores e 50% menores municípios tomadores desse crédito.

Em seguida, foi realizada a decomposição do índice de Gini, buscando investigar como as mudanças ocorridas no período afetaram de modo diferenciado regiões e unidades da federação. A descrição dessa metodologia, contextualizada para a presente análise, baseia-se em Soares (2006), Hoffmann (2006) e Hoffmann e Ney (2008), que a empregaram em análises de distribuição de renda.

Na presente pesquisa, parte-se do princípio de que o crédito recebido pelos diversos municípios pode ser regionalmente agrupado. Desse modo, o crédito tomado por cada município do Brasil, num determinado ano, é resultante da soma de várias parcelas (representadas pelas regiões e unidades da federação), sendo que somente uma dessas parcelas (o estado ou a região onde esse município estiver) será não nula. Assim, seja x_i o crédito tomado pelo i -ésimo município do País, com $i = 1, 2, \dots, n$. Admite-se que o crédito x_i é composto de k parcelas de valor x_{h^i} , tal que:

$$x_i = \sum_{h=1}^k x_{h^i}, \quad (1)$$

Por hipótese, o crédito tomado por cada município está ordenado de forma que:

$$x_1 \leq x_2 \leq \dots \leq x_n, \quad (2)$$

Com os créditos agrupados nessa ordem, a curva de Lorenz descreve como a proporção acumulada do crédito varia em função da proporção acumulada dos municípios do País. Já a curva de concentração da parcela x_{hi} (região/unidade da federação) mostra como, mantida a ordenação dos créditos x_p , a proporção acumulada dos x_{hi} (crédito tomado pelos municípios da região/unidade da federação) varia em função da proporção acumulada dos municípios brasileiros. Na presente situação, seguindo a orientação de Soares (2006), a construção da curva de concentração relativa a uma parcela h do crédito consiste em: a) ordenar os municípios do País com base no crédito; b) acumular na abscissa a porcentagem desses municípios; e, c) acumular na ordenada a porcentagem da parcela k do crédito, obtida nos municípios das regiões e unidades da federação.

Sendo β a área entre a curva de Lorenz e o eixo das abscissas, e β_h a área entre a curva de concentração e abscissa, o índice de Gini (G) e a razão de concentração da parcela x_{hi} (C_h) são definidos por:

$$G = 1 - 2\beta, \quad (3)$$

$$C_h = 1 - 2\beta_h, \quad (4)$$

Com $0 \leq G < 1$ e $-1 < C_h < 1$.

Seja φ_h a participação da h -ésima parcela na renda total:

$$\varphi_h = \frac{\sum_{i=1}^n x_h}{\sum_{i=1}^n x_i} = \frac{\mu_h}{\mu}, \quad (5)$$

Pode-se demonstrar, conforme Hoffmann (2006), que:

$$G = \sum_{h=1}^k \varphi_h C_h, \quad (6)$$

Ou seja, o índice de Gini da distribuição do crédito no Brasil pode ser dividido em k componentes, relativos às k parcelas regionais de que esse crédito é composto. Ele é uma média ponderada das razões de concentração. Se a razão de concentração de uma parcela positiva é menor que o índice de Gini, essa parcela é considerada progressiva, uma vez que ela contribui para reduzir a desigualdade da distribuição. Caso contrário, diz-se que ela é regressiva. Conseqüentemente, a diferença $G - C_h$ dá uma medida da progressividade de uma determinada parcela.

Considerando-se a distribuição do crédito em dois diferentes anos:

$$G_1 = \sum_{h=1}^k \varphi_{1h} C_{1h}, \quad (7)$$

$$G_2 = \sum_{h=1}^k \varphi_{2h} C_{2h}, \quad (8)$$

A variação do índice de Gini entre esses dois anos será:

$$\Delta G = G_2 - G_1 = \sum_{h=1}^k (\varphi_{2h} C_{2h} - \varphi_{1h} C_{1h}), \quad (9)$$

Subtraindo-se de (9) $\varphi_{1h} C_{2h}$ ou, alternativamente, $\varphi_{2h} C_{1h}$, e posteriormente fatorando uma e outra, obtém-se as seguintes expressões, respectivamente:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{2h} \Delta \varphi_h + \varphi_{1h} \Delta C_h), \quad (10)$$

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_{1h} \Delta \varphi_h + \varphi_{2h} \Delta C_h), \quad (11)$$

Em que: $\Delta \varphi_h = \varphi_{2h} - \varphi_{1h}$ e $\Delta C_h = C_{2h} - C_{1h}$

Conforme Hoffman (2006) é conveniente utilizar a média aritmética dessas duas expressões, evitando-se assim a escolha arbitrária entre uma ou outra.

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k (C_h^* \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h), \quad (12)$$

Sendo:

$$C_h^* = \frac{1}{2} (C_{1h} + C_{2h}), \quad (13)$$

$$\varphi_h^* = \frac{1}{2} (\varphi_{1h} + \varphi_{2h}), \quad (14)$$

Como a média do índice de Gini nos dois anos é:

$$G^* = \frac{1}{2} (G_1 + G_2), \quad (15)$$

Resulta que:

$$\sum_{h=1}^k G^* \Delta \varphi_h = G^* \sum_{h=1}^k (\varphi_{2h} - \varphi_{1h}) = 0, \quad (16)$$

Subtraindo-se (16), cujo resultado é nulo, do segundo membro de (12), resulta:

$$\Delta G = \sum_{h=1}^k [(C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h], \quad (17)$$

Segundo essa última expressão, o aumento da participação de uma parcela ($\Delta \varphi > 0$) contribui para aumentar o índice de Gini, conforme a razão de concentração dessa parcela for, nessa ordem, maior ou menor que o índice de Gini.

Como a expressão (17) define a decomposição da mudança no índice de Gini, a contribuição total da h-ésima parcela é dada por:

$$(\Delta G)_h = (C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h, \quad (18)$$

Ou, em termos percentuais:

$$s_h = \frac{100}{\Delta G} [(C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h + \varphi_h^* \Delta C_h], \quad (19)$$

Nestas duas últimas expressões, pode-se distinguir um efeito associado à mudança na composição do crédito, o efeito composição,

$$s_{\varphi h} = \frac{100}{\Delta G} (C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h, \quad (20)$$

E o efeito concentração, associado às mudanças nas razões de concentração:

$$s_C = \frac{100}{\Delta G} \varphi_h^* \Delta C_h, \quad (21)$$

O efeito composição total e concentração total serão, respectivamente:

$$\sum_{h=1}^k (C_h^* - G^*) \Delta \varphi_h, \quad (22)$$

$$\sum_{h=1}^k \varphi_h^* \Delta C_h, \quad (23)$$

3 Variáveis e fonte de dados

A análise da distribuição do crédito foi feita a partir das informações sobre valor contratado, nas linhas custeio, investimento e total, modalidades agrícola e pecuária, por cada município brasileiro, nos anos de 1998 a 2012. Essas informações foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil.

O procedimento inicial para caracterizar a distribuição municipal dos recursos foi considerar que todos os municípios que tomaram crédito do Pronaf em pelo menos um dos anos da série poderiam, também, acessar esse recurso nos demais anos. Com esse procedimento chega-se a um total de 5.562 municípios que, em cada ano, tomaram ou poderiam ter tomado o financiamento. Porém, durante os quinze anos envolvidos na análise, vários novos municípios foram surgindo. Computá-los como potenciais tomadores de crédito nos anos iniciais da série, quando sequer existiam, acarretaria uma superestimação dos índices de desigualdade.

No ano de 2012, último ano da análise, havia 5.570 municípios no Brasil. Destes, cinco foram criados após 2010, e ainda não constam do anuário estatístico do crédito rural. Entre 2000 e 2010 surgiram 58 novos municípios, a maior parte deles nos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso (IBGE, 2011). Esses municípios foram identificados e passaram a ingressar na análise apenas no momento em que figuraram como tomadores de crédito. Nos anos anteriores foram considerados como

inexistentes e não como municípios que não tomaram crédito nesses anos¹.

Entre 1991 e 2000 foram criados 1.016 municípios (IBGE, 2011). É possível que alguns municípios considerados potenciais tomadores de crédito nos anos de 1998 a 2000 (porque tomaram crédito nos anos seguintes) sequer existissem naquele momento. Porém, diante da dificuldade de identificar o momento preciso da emancipação desses municípios, essa incorreção foi mantida na análise. Com isso, permanece um viés de alta nos indicadores de desigualdade da distribuição do crédito entre municípios nos anos iniciais da série, o qual deve ser muito pequeno diante do fato de que, nesse período, um grande número de municípios não tomava crédito, pouco importando acrescer a esse grupo uns municípios a mais.

Diante dessas considerações, a análise envolveu um número variável, para cada ano, de municípios potencialmente tomadores de crédito do Pronaf. Esse número partiu de um mínimo de 5.506 municípios, no início da série, chegando a 5.562 no último ano da série.

4 Resultados e discussão

Na Tabela 1 encontram-se as estimativas dos índices de Gini e Theil da distribuição municipal dos financiamentos de custeio do Pronaf. A evolução da distribuição desses recursos mostra-se distinta para as modalidades de custeio agrícola e pecuário. Os índices de desigualdade da distribuição dos financiamentos para custeio agrícola tenderam a declinar até o ano de 2004, mas voltaram a subir nos anos seguintes, principalmente a partir do ano de 2006. Já os índices relativos ao custeio pecuário revelam uma tendência de redução da desigualdade durante praticamente todo o período.

Por conta dessa diferença, ao final do período, os índices de desigualdade da distribuição dos recursos de custeio pecuário tornam-se menores que os de custeio agrícola, situação inversa a que ocorria no início da série. Apesar desse comportamento, no total houve crescimento na desigualdade da distribuição do crédito para custeio no período. Essa desigualdade, cuja tendência foi de queda até o ano de 2006, elevou-se significativamente nos anos seguintes.

Quanto aos financiamentos para investimento, sua distribuição entre os municípios tendeu a se tornar menos desigual no período analisado, como

pode ser inferido a partir dos resultados da Tabela 2. Os índices calculados declinaram em quase todo o período, com elevações pontuais no início da série e no ano de 2008, principalmente. Essa queda ocorreu em ambas as linhas, e se deu com maior intensidade para os investimentos na pecuária. Para a distribuição do total dos financiamentos da linha investimento, a tendência geral foi de queda na desigualdade. Essa tendência, que foi quebrada pontualmente no ano de 2008, voltou a prevalecer nos anos seguintes.

Tabela 1 – Índices de desigualdade da distribuição dos recursos de custeio do Pronaf entre os municípios brasileiros, 1998-2012

Ano	Índice de Gini			Índice de Theil		
	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total
1998	0,857	0,889	0,833	0,750	0,854	0,684
1999	0,814	0,881	0,790	0,627	0,823	0,574
2000	0,815	0,875	0,791	0,622	0,803	0,569
2001	0,823	0,870	0,794	0,637	0,785	0,573
2002	0,814	0,881	0,781	0,612	0,841	0,542
2003	0,772	0,865	0,732	0,521	0,764	0,451
2004	0,758	0,853	0,713	0,495	0,726	0,423
2005	0,762	0,830	0,714	0,502	0,664	0,423
2006	0,767	0,815	0,711	0,509	0,624	0,418
2007	0,776	0,799	0,718	0,525	0,587	0,428
2008	0,794	0,793	0,740	0,563	0,574	0,466
2009	0,793	0,797	0,740	0,562	0,591	0,467
2010	0,799	0,789	0,742	0,575	0,570	0,470
2011	0,814	0,780	0,753	0,607	0,546	0,489
2012	0,839	0,777	0,777	0,674	0,548	0,541

Fonte: resultados da pesquisa.

Tabela 2 – Índices de desigualdade da distribuição dos recursos de investimento do Pronaf entre os municípios brasileiros, 1998-2012

Ano	Índice de Gini			Índice de Theil		
	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total
1998	0,937	0,917	0,883	1,128	1,014	0,848
1999	0,959	0,932	0,913	1,311	1,094	0,967
2000	0,939	0,948	0,910	1,122	1,196	0,951
2001	0,953	0,930	0,905	1,250	1,062	0,921
2002	0,932	0,904	0,875	1,082	0,926	0,797
2003	0,926	0,886	0,858	1,062	0,841	0,742
2004	0,892	0,808	0,777	0,857	0,625	0,542
2005	0,825	0,719	0,682	0,670	0,461	0,401
2006	0,768	0,691	0,641	0,539	0,431	0,349
2007	0,771	0,671	0,637	0,547	0,396	0,338
2008	0,799	0,671	0,663	0,617	0,413	0,392
2009	0,772	0,673	0,641	0,531	0,417	0,346
2010	0,765	0,662	0,627	0,522	0,371	0,317
2011	0,773	0,641	0,619	0,549	0,338	0,309
2012	0,745	0,652	0,614	0,497	0,362	0,306

Fonte: resultados da pesquisa.

1 Boa parte desses municípios já figuravam como tomadores de crédito no início da década.

Como visto anteriormente, as distribuições dos recursos para custeio e investimento apresentaram comportamentos distintos. Na Tabela 3, observa-se que no início do período analisado as distribuições das linhas investimento e custeio apresentavam indicadores de desigualdade semelhantes. Dadas as diferenças no comportamento dessas linhas, ao final do período a linha investimento apresenta indicadores de menor desigualdade do que a linha custeio.

Tabela 3 – Índices de desigualdade da distribuição dos recursos do Pronaf (custeio, investimento e total) entre os municípios brasileiros, 1998-2012

Ano	Índice de Gini			Índice de Theil		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
1998	0,833	0,883	0,801	0,684	0,848	0,606
1999	0,790	0,913	0,763	0,574	0,967	0,518
2000	0,791	0,910	0,770	0,569	0,951	0,524
2001	0,794	0,905	0,780	0,573	0,921	0,541
2002	0,781	0,875	0,770	0,542	0,797	0,525
2003	0,732	0,858	0,728	0,451	0,742	0,448
2004	0,713	0,777	0,681	0,423	0,542	0,380
2005	0,714	0,682	0,630	0,423	0,401	0,318
2006	0,711	0,641	0,608	0,418	0,349	0,293
2007	0,718	0,637	0,628	0,428	0,338	0,313
2008	0,740	0,663	0,671	0,466	0,392	0,375
2009	0,740	0,641	0,656	0,467	0,346	0,352
2010	0,742	0,627	0,649	0,470	0,317	0,338
2011	0,753	0,619	0,650	0,489	0,309	0,342
2012	0,777	0,614	0,653	0,541	0,306	0,348

Fonte: resultados da pesquisa.

Apesar da tendência de redução na desigualdade da distribuição dos recursos para investimento, nos anos finais da série, houve piora na distribuição total crédito do Pronaf, associada ao aumento na desigualdade de concessão dos financiamentos de custeio. Conforme Tabela 3, a tendência predominante, até o ano de 2006, foi de queda nos índices de Gini e Theil da distribuição do crédito. Porém, esses índices voltaram a se elevar no período seguinte, com exceção dos anos de 2009 e 2010, quando recuaram um pouco. Isso não impediu que no último ano da série esses índices apresentassem valores bem mais elevados do que apresentaram no ano de 2006.

Esses resultados são confirmados pela análise dos indicadores de concentração da distribuição dos financiamentos entre os municípios, dispostos nas Tabelas 4 e 5. Nessa análise, foi estimada a proporção dos financiamentos tomada pelos 5% dos municípios maiores e pelos 50% dos menores municípios contratantes. Neste caso, a ordenação dos municípios foi feita a partir de sua participação no crédito total, sem ordenação indi-

vidual dos municípios conforme sua participação nas linhas de custeio e investimento, nas modalidades agrícola e pecuária.

Observa-se, na Tabela 4, que a participação dos 5% maiores municípios no total dos financiamentos tendeu a reduzir num primeiro momento, caindo de 48,1% em 1998 (50,9% no custeio e 32,5% no investimento), para pouco menos de 29% no ano de 2006 (29,2% no custeio e 28,7% no investimento). Nos anos seguintes, porém, essa tendência foi em parte revertida, elevando para cerca de 33% (40,8% no custeio e 25,7% no investimento) a parcela dos recursos recebida pelos maiores tomadores no último ano.

Tabela 4 – Percentual do crédito do Pronaf tomado pelos 5% maiores municípios tomadores, Brasil, 1998-2012

Ano	Índice de Gini			Índice de Theil			Total
	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total	
1998	54,15	20,96	50,90	45,45	26,05	32,46	48,13
1999	44,59	17,53	41,93	52,51	35,95	41,86	41,92
2000	44,47	21,12	42,17	48,48	41,84	44,46	42,69
2001	44,42	18,33	41,47	53,79	47,03	48,89	43,24
2002	42,03	17,90	39,20	52,92	44,33	47,44	41,93
2003	36,03	18,00	33,55	53,51	37,64	43,89	36,65
2004	34,44	18,17	32,12	46,80	30,36	36,16	33,46
2005	32,78	19,94	30,70	38,08	26,15	29,71	30,28
2006	31,96	15,47	29,16	33,12	26,57	28,74	28,95
2007	36,55	14,67	32,54	35,83	19,12	26,12	29,74
2008	40,26	18,79	36,37	42,41	21,35	31,92	34,48
2009	38,90	25,74	36,03	36,60	21,68	28,80	32,32
2010	39,09	26,25	35,92	36,12	20,63	27,50	31,52
2011	41,18	27,33	37,48	39,47	18,33	27,79	32,34
2012	44,48	30,43	40,77	33,11	20,07	25,69	33,01

Fonte: resultados da pesquisa.

Constata-se que a tendência predominante no período inicial da análise foi de redução na proporção dos financiamentos de custeio tomada pelos maiores contratantes, que se manteve até o ano de 2006. Esse movimento esteve associado à queda de sua participação no custeio agrícola, principalmente, já que no custeio pecuário essa redução foi menos intensa. Porém, a partir de 2007 o percentual dos recursos de custeio tomado por esses municípios voltou a se elevar.

Após uma fase inicial de aumento na proporção do crédito de investimento tomada pelos maiores contratantes, entre os anos de 1998 e 2001, nos anos seguintes essa proporção declinou. Essa tendência prevaleceu até o ano de 2006 (custeio agrícola) e 2007 (custeio pecuário). Nos anos seguintes, houve pouca alteração na distribuição do investimento agrícola, com alguma redução na parcela tomada pelos maiores

municípios nos recursos para investimento pecuário. Porém, no saldo do período, a fração dos recursos para investimento tomada pelos maiores municípios declinou.

No outro extremo da distribuição encontram-se os municípios com menor participação individual nos financiamentos, aqui referidos como os 50% menores contratantes. Na Tabela 5, pode-se observar que a participação inicial desses municípios no crédito era de apenas 1,4% (1,2% no custeio e 2,6% no investimento). Essa fração foi se elevando na primeira metade do período, até o ano de 2006, quando se aproximou dos 10% (7,9% no custeio e 12,0% no investimento). Posteriormente, houve declínio da parcela do crédito tomada por esses municípios, nos anos de 2007 e 2008, com recuperação parcial no final da série. Em 2012, a participação desses municípios no total do crédito foi de 8,1% (4,8% no custeio e 11,3% no investimento).

Tabela 5 – Percentual do crédito do Pronaf tomado pelos 50% menores municípios tomadores, Brasil, 1998-2012

Ano	Índice de Gini			Índice de Theil			Total
	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total	
1998	0,92	3,70	1,19	1,64	3,11	2,62	1,40
1999	2,00	6,82	2,47	1,34	3,23	2,55	2,49
2000	1,94	6,14	2,36	0,91	2,06	1,61	2,19
2001	1,49	4,90	1,88	0,61	1,50	1,26	1,73
2002	1,82	6,45	2,36	0,60	1,47	1,15	1,96
2003	3,01	7,74	3,66	1,11	2,20	1,77	3,09
2004	4,47	10,84	5,38	2,98	8,56	6,59	5,78
2005	5,64	13,91	6,98	6,71	13,16	11,24	8,78
2006	6,13	16,51	7,90	8,72	13,59	11,98	9,94
2007	4,85	13,49	6,43	7,96	14,48	11,75	8,75
2008	3,32	11,26	4,76	5,56	14,45	9,98	6,98
2009	3,73	10,09	5,12	5,66	13,78	9,90	7,57
2010	3,70	9,40	5,11	6,45	13,87	10,58	7,97
2011	3,37	8,95	4,86	6,75	14,67	11,12	8,18
2012	3,18	9,14	4,75	8,16	13,74	11,33	8,14

Fonte: resultados da pesquisa.

Na primeira metade da série, esse crescimento na parcela tomada pelos menores estabelecimentos esteve associado à melhoria nas distribuições dos recursos custeio (a partir de 2002) e para investimento (a partir de 2003), que perdurou até o ano de 2006. Nos três anos seguintes, a participação desses municípios no investimento declinou, recuperando-se no final da série. Já a participação no custeio tendeu a declinar em todo o período posterior a 2006. Por conta disso, os menores municípios encerram o período com maior participação no investimento do que no custeio e, em ambos os casos, essa participação é maior na atividade pecuária.

Para analisar as desigualdades regionais associadas às mudanças observadas na distribuição do crédito entre os municípios do País, foi feita a decomposição do índice de Gini, relativa aos períodos de 1998 a 2006 e 2006 a 2012. Os resultados dessa análise encontram-se nas Tabelas seguintes.

Os indicadores da Tabela 6 revelam a contribuição de cada região e unidade da federação para a desigualdade da distribuição dos financiamentos no ano de 1998. Esse ano foi caracterizado por forte predomínio da Região Sul, que captou mais de 60% dos financiamentos. Com razão de concentração superior ao índice de Gini da distribuição desses recursos no País e, portanto, com contribuição regressiva para a desigualdade dessa distribuição, a Região foi responsável por 67% do índice de Gini desse ano.

Em seguida, encontram-se as regiões Sudeste e Nordeste, participando com cerca de 17% do crédito, com efeito progressivo sobre a desigualdade, e responsáveis por cerca de 13-15% do índice de Gini. Já as regiões Norte e Centro-Oeste, com efeitos progressivos, mas com pequenas parcelas do total dos recursos, tiveram pouco impacto no perfil da distribuição.

Cerca de 84% do índice de Gini desse ano esteve associado a cinco estados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Bahia, dos quais apenas os dois últimos apresentaram efeito progressivo sobre a distribuição dos recursos. Juntos, esses estados tomaram quase 80% dos financiamentos do ano.

Entre 1998 e 2006 as mudanças promoveram redistribuição dos recursos em favor das regiões Nordeste e Sudeste, principalmente, mas também das regiões Norte e Centro-Oeste. Neste último ano, conforme Tabela 7, a maior parte do índice de Gini foi determinado pelas regiões Sul, Nordeste e Sudeste, com contribuições individuais de 51,3, 19,8 e 15,4%, respectivamente. Essa contribuição, que em conjunto chegava a 86,6%, decorria da elevada participação dessas regiões no montante total do crédito. Enquanto a Região Sul, com razão de concentração superior ao índice de Gini do ano, apresentava contribuição regressiva, as regiões Nordeste e Sudeste contribuíam para reduzir a desigualdade da distribuição. Com menores participações no índice de Gini, as contribuições das regiões Norte e Centro-Oeste para a desigualdade da distribuição do crédito foram progressiva e regressiva, respectivamente, mas de menor impacto.

Os estados com maior peso no índice de Gini da distribuição dos financiamentos foram Rio G. do Sul, Santa Catarina e Paraná, todos com razão de concentração superior ao índice de Gini, além de

Minas Gerais, com efeito progressivo sobre a distribuição dos financiamentos. Juntos, esses quatro estados responderam por mais de 60% do índice de Gini daquele ano.

Tabela 6 – Contribuição de cada linha de financiamento para a desigualdade da distribuição do crédito do Pronaf, segundo o índice de Gini, no ano de 1998

Região	Parcela	Razão	Parcela do Gini		Progr.
			Fração	%	
Norte	0,020	0,741	0,015	1,87	0,061
Acre	0,000	0,274	0,000	0,00	0,527
Amapá	0,000	1,000	0,000	0,00	-0,199
Amazonas	0,000	0,303	0,000	0,01	0,498
Pará	0,002	0,348	0,001	0,07	0,453
Rondônia	0,016	0,870	0,014	1,70	-0,069
Roraima	0,000	-0,377	0,000	0,00	1,178
Tocantins	0,002	0,264	0,001	0,08	0,537
Nordeste	0,165	0,655	0,108	13,46	0,146
Alagoas	0,004	0,595	0,002	0,31	0,206
Bahia	0,065	0,748	0,049	6,11	0,053
Ceará	0,016	0,618	0,010	1,23	0,183
Maranhão	0,014	0,612	0,008	1,06	0,189
Paraíba	0,012	0,424	0,005	0,66	0,377
Pernambuco	0,025	0,702	0,018	2,19	0,099
Piauí	0,013	0,526	0,007	0,87	0,275
Rio G. Norte	0,007	0,473	0,003	0,39	0,328
Sergipe	0,008	0,646	0,005	0,64	0,155
Sudeste	0,172	0,693	0,120	14,93	0,108
Espírito Santo	0,024	0,801	0,020	2,44	0,000
Minas Gerais	0,120	0,722	0,087	10,82	0,079
Rio de Janeiro	0,006	0,704	0,005	0,57	0,097
São Paulo	0,022	0,408	0,009	1,10	0,393
Centro-Oeste	0,034	0,635	0,022	2,70	0,166
Distrito Federal	0,001	0,706	0,001	0,08	0,095
Goiás	0,011	0,509	0,006	0,70	0,292
Mato Grosso	0,012	0,723	0,008	1,04	0,078
Mato G. do Sul	0,011	0,666	0,007	0,88	0,135
Sul	0,609	0,883	0,537	67,04	-0,081
Paraná	0,127	0,819	0,104	12,96	-0,018
Rio G. do Sul	0,326	0,911	0,297	37,09	-0,110
Santa Catarina	0,156	0,874	0,136	17,00	-0,073
Total	1,000	0,801	0,801	100,00	0,000

Fonte: resultados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 8 permitem concluir que a redução na desigualdade da distribuição nacional do crédito entre os municípios, ocorrida entre os anos de 1998 e 2006, esteve associada, principalmente ao efeito concentração, responsável por cerca de 77,8% dessa melhoria. Esse efeito, que ocorreu em todas as regiões e em quase todos os estados (exceto no Acre, Pará e Roraima), decorre da queda nas razões de concentração das distribuições regionais, e foi mais expressivo nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com maior peso na distribuição dos recursos. A maior parte desse efeito (cerca de 54,5%) esteve associado aos estados do Rio G. do Sul, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Santa Catarina.

Apesar da preponderância do efeito concentração, o efeito composição também contribuiu para a redução na desigualdade nesse período. Nesse caso, seja pelo crescimento da participação no crédito de regiões com baixa razão de concentração, seja pela queda na participação de regiões com elevada razão de concentração, há melhoria no índice de desigualdade da distribuição devido ao efeito composição. No período, observa-se que esse efeito decorreu principalmente da queda da participação nos financiamentos da Região Sul, em razão de concentração mais elevada, concomitante ao crescimento da parcela do Nordeste, de contribuição progressiva sobre a distribuição.

Tabela 7 – Contribuição de regional para a desigualdade da distribuição do crédito do Pronaf, segundo o índice de Gini, no ano de 2006

Região	Parcela	Razão	Parcela do Gini		Progr.
			Fração	%	
Norte	0,078	0,680	0,053	8,70	-0,072
Acre	0,002	0,378	0,001	0,12	0,230
Amapá	0,001	0,018	0,000	0,00	0,590
Amazonas	0,002	0,139	0,000	0,05	0,470
Pará	0,050	0,823	0,041	6,71	-0,214
Rondônia	0,014	0,681	0,010	1,58	-0,073
Roraima	0,002	0,581	0,001	0,23	0,027
Tocantins	0,007	-0,002	0,000	0,00	0,610
Nordeste	0,257	0,470	0,121	19,84	0,139
Alagoas	0,012	0,451	0,005	0,89	0,158
Bahia	0,056	0,444	0,025	4,09	0,164
Ceará	0,036	0,574	0,020	3,37	0,035
Maranhão	0,043	0,590	0,026	4,20	0,019
Paraíba	0,020	0,210	0,004	0,68	0,399
Pernambuco	0,035	0,570	0,020	3,25	0,039
Piauí	0,022	0,257	0,006	0,93	0,351
Rio G. Norte	0,020	0,346	0,007	1,13	0,263
Sergipe	0,014	0,584	0,008	1,31	0,024
Sudeste	0,197	0,477	0,094	15,42	0,131
Espírito Santo	0,030	0,788	0,024	3,90	-0,180
Minas Gerais	0,119	0,487	0,058	9,54	0,121
Rio de Janeiro	0,007	0,406	0,003	0,49	0,202
São Paulo	0,040	0,228	0,009	1,50	0,381
Centro-Oeste	0,059	0,486	0,029	4,72	0,123
Distrito Federal	0,000	0,436	0,000	0,01	0,172
Goiás	0,032	0,452	0,015	2,39	0,157
Mato Grosso	0,022	0,622	0,014	2,26	-0,014
Mato G. do Sul	0,005	0,076	0,000	0,06	0,532
Sul	0,409	0,763	0,312	51,32	-0,154
Paraná	0,108	0,697	0,075	12,36	-0,088
Rio G. do Sul	0,198	0,796	0,157	25,87	-0,188
Santa Catarina	0,104	0,768	0,080	13,08	-0,159
Total	1,000	0,608	0,608	100,00	0,000

Fonte: resultados da pesquisa.

Portanto, a melhora nos indicadores da distribuição dos financiamentos entre os municípios brasileiros nesse período resultou de um movimento de desconcentração nas distribuições regionais,

mas também do crescimento da importância dos municípios da Região Nordeste nessa distribuição.

Tabela 8 – Decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição dos financiamentos do Pronaf, ocorrida entre 1998 e 2006

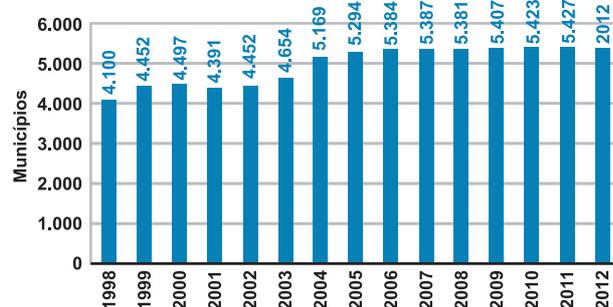
Região	Efeitos		Total
	Composição	Concentração	
Norte	-0,17	1,54	1,37
Acre	0,35	-0,05	0,30
Amapá	0,06	0,14	0,19
Amazonas	0,50	0,11	0,61
Pará	2,97	-6,32	-3,35
Rondônia	0,06	1,46	1,51
Roraima	0,77	-0,61	0,16
Tocantins	1,31	0,64	1,95
Nordeste	6,84	20,25	27,09
Alagoas	0,73	0,61	1,34
Bahia	-0,53	9,58	9,05
Ceará	1,12	0,60	1,71
Maranhão	1,59	0,33	1,92
Paraíba	1,46	1,78	3,24
Pernambuco	0,35	2,05	2,40
Piauí	1,44	2,47	3,90
Rio G. Norte	2,05	0,88	2,93
Sergipe	0,26	0,34	0,61
Sudeste	1,50	20,69	22,19
Espírito Santo	-0,26	0,18	-0,09
Minas Gerais	-0,04	14,60	14,56
Rio de Janeiro	0,07	1,06	1,12
São Paulo	3,70	2,89	6,60
Centro-Oeste	1,88	3,62	5,50
Distrito Federal	-0,05	0,07	0,03
Goiás	2,46	0,64	3,10
Mato Grosso	0,17	0,88	1,05
Mato G. do Sul	-1,01	2,33	1,32
Sul	12,19	31,66	43,85
Paraná	0,52	7,46	7,97
Rio G. do Sul	9,93	15,62	25,55
Santa Catarina	3,14	7,19	10,33
Total	22,24	77,76	100,00

Fonte: resultados da pesquisa.

Essa melhoria está relacionada com a expansão do Pronaf, que passou a atingir municípios e agricultores antes não cobertos. Nesse período, conforme Figura 1, houve aumento da abrangência do Programa, que, de um total de 4.100 municípios em 1998, passou a atingir 5.384 municípios em 2006, um acréscimo de cerca de 31,3%. Trata-se, como demonstrado por Souza et al. (2013a), de um período de forte aumento do número de contratos, direcionados principalmente a agricultores da Região Nordeste na cuja participação no total dos recursos cresceu. Esse movimento deve estar associado às mudanças na legislação, introduzidas em resposta às críticas que questionavam o excesso de burocracia e o menor acesso aos recursos por parte dos

agricultores mais pobres, que ampliaram o público alvo do Pronaf (SILVA, 2006). Como destacado por Schneider, Cazella e Mattei (2004), mudanças institucionais e financeiras possibilitaram expandir o Programa, elevar a capilaridade dos financiamentos e melhorar a distribuição dos recursos entre regiões e entre níveis de renda dos agricultores familiares. Além disso, conforme Guanzirolli (2007), a resistência do setor bancário público em liberar recursos a agricultores sem condições para oferecer garantias teria sido, em parte, solucionada com a atuação dos Fundos de Aval².

Figura 1 – Número de municípios onde houve contratação de crédito do Pronaf, Brasil, 1998 a 2012



Fonte: elaborada pelos autores, a partir de dados do Banco Central do Brasil, 2013.

Porém, uma vez atingida a maior parte dos municípios, os índices de desigualdade da distribuição do crédito voltam a se elevar. É importante destacar que esse movimento, cujas possíveis causas são discutidas a seguir, resulta de uma piora na redistribuição regional dos recursos, o que o torna mais agravante.

Em 2012, a contribuição da Região Nordeste para o índice de Gini, que é progressiva, reduziu-se, caindo de 19,8% para apenas 6,4%, conforme Tabela 9. Essa queda resultou do declínio da participação do Nordeste no total do crédito, de cerca de 26% em 2006 para cerca de 14% em 2012, mas também da queda em sua razão de concentração. Ao mesmo tempo, a contribuição da Região Sul, antes de 51,3%, elevou-se para 63,6%. Também a contribuição da Sudeste, antes de 15,4%, elevou-se para 16,9%. Em ambos os casos, essa contribuição se elevou pelo aumento do peso dessas regiões no total dos financiamentos, mas também pelo aumento da razão de concentração de

2 Por exemplo, Silva (2006) mostra que, em 1999, 85,4% dos recursos liberados para a Região Nordeste iam para o então grupo D, percentual que, no ano de 2004, já era de apenas 13,41%. Segundo a autora, essa mudança, que evidencia a dispersão dos recursos para grupos mais pobres, deve-se em grande parte aos fundos de aval vinculados ao Banco do Nordeste.

suas distribuições. Também na Centro-Oeste houve aumento na razão de concentração, mas sua parcela no crédito manteve-se constante.

Tabela 9 – Contribuição de cada linha de financiamento para a desigualdade da distribuição do crédito do Pronaf, segundo o índice de Gini, no ano de 2012

Região	Parcela	Razão	Parcela do Gini		Progr.
			Fração	%	
Norte	0,078	0,681	0,053	8,13	-0,028
Acre	0,004	0,662	0,003	0,45	-0,009
Amapá	0,000	-0,038	0,000	0,00	0,691
Amazonas	0,005	0,624	0,003	0,53	0,029
Pará	0,024	0,660	0,016	2,38	-0,008
Rondônia	0,032	0,871	0,028	4,26	-0,219
Roraima	0,001	0,029	0,000	0,00	0,624
Tocantins	0,011	0,293	0,003	0,51	0,360
Nordeste	0,145	0,289	0,042	6,41	0,364
Alagoas	0,010	0,395	0,004	0,60	0,258
Bahia	0,031	0,239	0,007	1,15	0,413
Ceará	0,022	0,419	0,009	1,43	0,234
Maranhão	0,021	0,345	0,007	1,11	0,308
Paraíba	0,010	-0,075	-0,001	-0,11	0,728
Pernambuco	0,021	0,421	0,009	1,36	0,232
Piauí	0,014	0,081	0,001	0,17	0,572
Rio G. Norte	0,008	0,017	0,000	0,02	0,636
Sergipe	0,009	0,517	0,005	0,69	0,136
Sudeste	0,208	0,531	0,110	16,90	0,121
Espírito Santo	0,045	0,872	0,039	6,03	-0,219
Minas Gerais	0,115	0,510	0,059	8,99	0,143
Rio de Janeiro	0,004	0,230	0,001	0,15	0,423
São Paulo	0,043	0,261	0,011	1,72	0,392
Centro-Oeste	0,063	0,519	0,033	5,02	0,134
Distrito Federal	0,001	0,664	0,000	0,05	-0,012
Goiás	0,026	0,417	0,011	1,67	0,236
Mato Grosso	0,028	0,647	0,018	2,81	0,005
Mato G. do Sul	0,008	0,393	0,003	0,49	0,260
Sul	0,506	0,819	0,415	63,55	-0,166
Paraná	0,152	0,797	0,121	18,60	-0,144
Rio G. do Sul	0,232	0,836	0,194	29,67	-0,183
Santa Catarina	0,122	0,815	0,100	15,27	-0,163
Total	1,000	0,653	0,653	100,00	0,000

Fonte: resultados da pesquisa.

Houve crescimento da importância dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina na configuração do perfil da distribuição do crédito no País. Juntos, esses três estados passaram a responder por cerca de 63,6% do índice de Gini no ano de 2012. Se a eles foram somados Minas Gerais e Espírito Santo, forma-se um grupo responsável por quase 80% do índice de Gini do ano. Com exceção de Minas Gerais, os demais estados desse grupo têm razão de concentração superior ao índice de Gini, e o aumento de suas participações no crédito, ocorrido no período, contribui para aumentar a desigualdade da distribuição nacional dos recursos. Como agravante, a razão de concentração nesses

estados, exceto Minas Gerais, se elevou em relação ao ano anterior.

O aumento da razão de concentração na Região Sul (e na Sudeste) e o declínio dessa razão no Nordeste não significam, necessariamente, que a desigualdade da distribuição do crédito entre os municípios, nessas regiões, piorou e melhorou, respectivamente. O que ela mostra é uma crescente segmentação dos papéis dessas regiões na distribuição geral do crédito entre os municípios brasileiros.

Como pode ser observado na Figura 2, o Nordeste, com curva de concentração acima da curva de Lorenz, apresenta contribuição progressiva para a desigualdade da distribuição nacional dos financiamentos do Pronaf. Isso porque nessa Região se encontram muitos municípios com baixa participação individual no crédito total do Brasil. Quando os municípios brasileiros são crescentemente ordenados, conforme sua participação no crédito total, os municípios nordestinos figuram na porção inferior da curva de Lorenz, em grande parte compondo o grupo que, representando porção expressiva dos municípios brasileiros, absorvem parcela relativamente menor dos recursos. Na Região Sul, ao contrário, há proporção significativa de municípios que integram a os estratos superiores da distribuição do crédito.

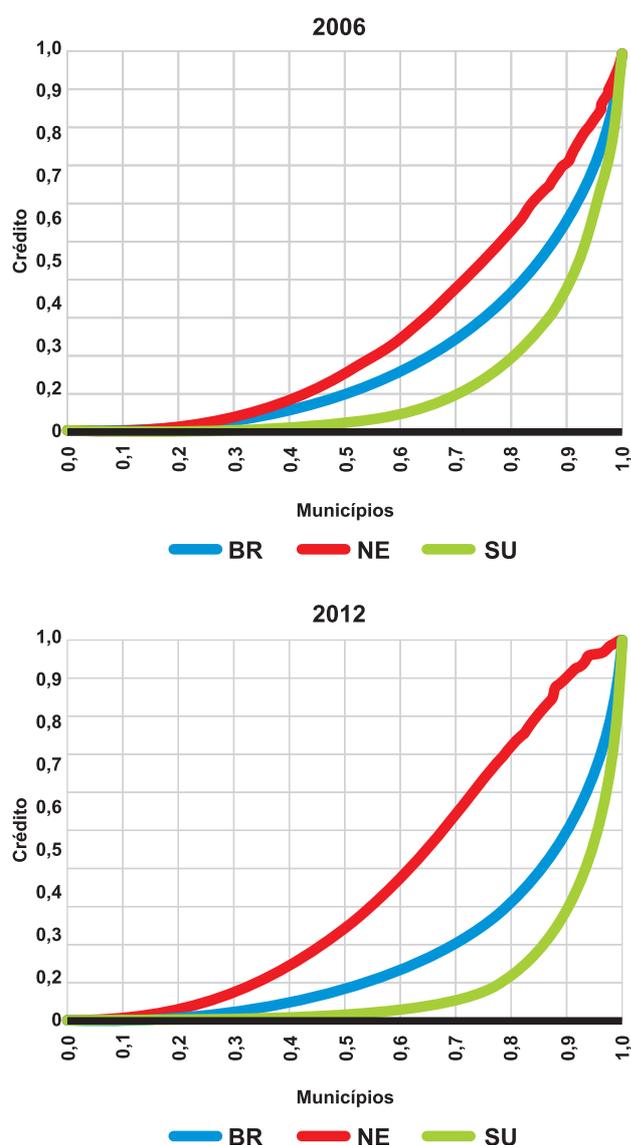
Pode-se notar, por exemplo, que em 2006, apenas 20% do crédito destinado à Região Sul correspondia a municípios que, na ordenação geral do Brasil, figuravam entre os 80% menores tomadores. Ou seja, cerca de 80% do crédito dessa região era destinado a municípios que, no País, integravam o grupo dos 20% maiores tomadores. No Nordeste, por sua vez, mais de 50% do crédito tomado correspondia a municípios que, no Brasil, figuravam entre os 80% menores tomadores.

Entre 2006 e 2012, essa diferença se acentuou. Nota-se, por exemplo, que em 2012 cerca de apenas 10% dos financiamentos da Região Sul correspondem a municípios incluídos nos 80% menores tomadores do País. Ou seja, cerca de 90% do crédito dessa Região corresponde a municípios que, na distribuição geral do País, figuram entre os 20% maiores contratantes. Já no Nordeste, ao contrário, cerca de 70% do crédito corresponde a municípios que compõem os 80% menores contratantes, isto é, apenas cerca de 30% do crédito obtido corresponde a municípios que figuram entre os 20% maiores.

Ou seja, as mudanças ocorridas não se resumem a uma simples alteração nas parcelas do crédito total destinadas a essas regiões. Mais do

que isso, elas aguçaram a distinção entre o Nordeste, cujos municípios passam, em sua maioria, a compor a porção “pobre” da distribuição nacional do crédito, e a Região Sul (e em alguma medida a Sudeste), cujos municípios passam a integrar a porção “rica” dessa distribuição.

Figura 2 – Curva Lorenz (Brasil) e curvas de concentração (Nordeste e Sul) da distribuição do crédito entre os municípios brasileiros, anos de 2006 e 2012



Fonte: elaborada pelos autores, a partir de dados do Banco Central do Brasil, 2014.

Os resultados da decomposição da mudança no índice de Gini da distribuição dos financiamentos, ocorrida após 2006, encontram-se na Tabela 10. Conforme essa análise, o aumento na desigualdade dos financiamentos desse período esteve

particularmente associado à mudança regional na distribuição dos recursos, caracterizada pelo efeito composição. Cerca de 94,5% do crescimento do índice de Gini no período decorreu desse efeito, com participação bem menor do efeito concentração.

Tabela 10 – Decomposição regional da mudança no índice de Gini da distribuição dos financiamentos do Pronaf no Brasil, entre 2006 e 2012

Região	Efeitos		Total
	Composição	Concentração	
Norte	0,01	0,17	0,18
Acre	-0,64	2,02	1,38
Amapá	0,11	-0,06	0,05
Amazonas	-1,79	4,27	2,48
Pará	-6,53	-13,43	-19,96
Rondônia	5,85	9,88	15,73
Roraima	1,31	-1,94	-0,63
Tocantins	-4,95	6,08	1,13
Nordeste	63,67	-82,20	-18,53
Alagoas	0,97	-1,38	-0,41
Bahia	16,16	-20,18	-4,02
Ceará	4,09	-10,14	-6,05
Maranhão	8,21	-17,77	-9,56
Paraíba	12,86	-9,37	3,49
Pernambuco	4,19	-9,32	-5,14
Piauí	8,94	-7,08	1,87
Rio G. Norte	12,39	-10,29	2,09
Sergipe	0,89	-1,69	-0,80
Sudeste	-3,14	24,64	21,51
Espírito Santo	6,80	7,09	13,88
Minas Gerais	1,20	6,04	7,24
Rio de Janeiro	2,14	-2,29	-0,15
São Paulo	-2,57	3,10	0,53
Centro-Oeste	-1,15	4,61	3,46
Distrito Federal	-0,06	0,18	0,12
Goiás	2,66	-2,31	0,35
Mato Grosso	0,06	1,42	1,48
Mato G. do Sul	-3,09	4,59	1,50
Sul	35,12	58,26	93,38
Paraná	11,63	29,53	41,16
Rio G. do Sul	14,27	19,06	33,33
Santa Catarina	6,75	12,14	18,88
Total	94,52	5,48	100,00

Fonte: elaborada pelos autores.

Esse efeito está fortemente associado à perda de participação do Nordeste no montante dos recursos. Da queda na parcela dessa Região, com baixa razão de concentração, resultou efeito composição positivo para o índice de Gini. Porém, se a parcela dos recursos destinados a essa Região caiu, a queda em sua razão de concentração elevou a progressividade de sua contribuição para a distribuição nacional dos recursos, resultando em efeito concentração negativo. Desse modo, a contribuição total do Nordeste para a desigualdade da distribuição do crédito, constituída pela soma dos efeitos composição e concentração, se deu no sentido de reduzi-la.

A maior parte da contribuição para o aumento da desigualdade no período provém da Região Sul. De um lado pelo crescimento da participação dessa Região, onde a distribuição dos recursos tem sido mais concentrada, que se reflete no efeito composição positivo. De outro pelo incremento da razão de concentração no período, refletindo-se no efeito concentração positivo. Outra importante fração da desigualdade proveio da Sudeste, devido ao efeito concentração.

Dentre as unidades da federação, as maiores contribuições para a piora na desigualdade da distribuição dos recursos do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de Rondônia, Espírito Santo e Minas Gerais. Com exceção de Minas Gerais, nos demais casos esse feito decorreu de um aumento da participação desses estados no crédito (efeito composição), juntamente com o aumento da razão de suas razões de concentração (efeito concentração). No caso de Minas Gerais, cuja participação nos recursos não sofreu alteração significativa, predominou o efeito concentração.

Algumas mudanças nos mecanismos do Programa podem ter contribuído para o aumento da desigualdade na distribuição de seus financiamentos nesse segundo período. Uma delas refere-se ao aumento do limite de renda bruta para fins de enquadramento de agricultores no Pronaf. Segundo Aquino (2009) e Aquino e Schneider (2010), o limite de R\$ 27.500,00, que perdurou até a safra 1999/2000, ampliou-se significativamente na safra 2003/2004, com a criação do então grupo E, atingindo R\$ 110.000,00 na safra 2007/2008³. Na interpretação dos autores, isso “abriu as portas” do Programa para os agricultores mais capitalizados e com capacidade de oferecer aos bancos garantias reais e contrapartidas, com potencial para absorver crescente fatia dos recursos, principalmente os de investimento.

Além disso, o período foi marcado por mudanças nas fontes que financiam o Pronaf, com possíveis efeitos sobre a distribuição dos financiamentos. Em substituição aos recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Orçamento Geral da União⁴, de onde provinha a maior parte da

dotação do Programa, assumem importância crescente os recursos obrigatórios dos bancos (MCR 6.2 e MCR 6.4). Nesse novo cenário, os bancos, cujo papel no direcionamento dos recursos cresceu, podem optar pelo financiamento de contratos maiores, com menor custo operacional e a juros mais altos, para os agricultores familiares mais capitalizados⁵ (DELGADO et al., 2011). Não por acaso, como constatado por Souza et al. (2013b), o processo de piora na desigualdade coincide com o aumento do valor médio dos contratos, firmados por agricultores que se enquadram nas novas condições.

5 Conclusões

Constatou-se, inicialmente, tendência de redução nos índices de desigualdade e concentração da distribuição do crédito entre os municípios, observada tanto na linha custeio quanto investimento. Essa tendência, que perdurou até o ano de 2006, foi em parte revertida após 2006, com o aumento na desigualdade dos recursos de custeio.

Entre 1998 e 2006 houve redistribuição dos recursos em favor dos municípios das regiões Nordeste e Sudeste, principalmente, mas também das regiões Norte e Centro-Oeste, e a desigualdade da distribuição total caiu. De um lado, essas mudanças elevaram a participação dessas regiões no montante do crédito, reduzindo o componente regional da desigualdade da distribuição, mediante efeito composição. De outro, possibilitaram reduzir a desigualdade na distribuição do crédito entre seus municípios, o chamado efeito concentração. A melhoria da distribuição nesse período relaciona-se com as mudanças institucionais e financeiras implementadas, que possibilitaram ao Programa atingir municípios e agricultores antes não atendidos.

Após 2006, o processo de piora na distribuição dos recursos esteve associado principalmente ao efeito composição, decorrente da forte queda na participação dos municípios nordestinos no montante total do crédito, paralela ao crescimento da parcela destinada aos municípios da Região Sul. O efeito concentração foi também importante, atuando principalmente nas distribuições das regiões Sul e Sudeste.

Essas mudanças conferem papel crescente da Região Sul, em seguida da Sudeste, na configuração da distribuição nacional dos recursos. Juntos,

3 No último Plano Safra (2013/2014) o limite para enquadramento no Programa subiu, passando a ser admitidos agricultores com renda bruta anual de até R\$ 360 mil.

4 Segundo os autores, a parcela do Orçamento Geral da União, equivalente a 1/3 do volume do Pronaf em 2004, caiu para menos de 5% em 2008. Conforme Ebina e Massuquetti (2012), a participação do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que chegou a representar 81% do total em 1999, caiu para 7,68% desse montante em 2010. A partir de 2006, a Poupança Rural ganhou destaque no financiamento, atingindo participação de 57% dos recursos em 2010.

5 Essa opção, afirmam os autores, se tornou mais fácil com a extinção dos grupos C, D e E no Plano Safra 2008/09. Desconsiderando-se a diversidade dos agricultores familiares, aumenta-se a agilidade na operacionalização dos contratos junto aos agentes financeiros, dado que o beneficiário passa a se enquadrar no Programa em função do montante de crédito que requer.

os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo passaram a responder por cerca de 80% do índice de Gini no último ano do estudo. Como nesses estados (exceto Minas Gerais) é alta a proporção de municípios classificados entre os maiores tomadores nacionais de crédito, o aumento da fração dos recursos por eles tomada acarreta crescente desigualdade na distribuição nacional do crédito.

Constatou-se, portanto, que essa recente tendência de aumento na desigualdade não resultou de um movimento uniforme de redistribuição dos financiamentos em prol dos municípios maiores tomadores, independente de onde estejam localizados. Ao contrário, um forte viés geográfico esteve associado a essa piora na distribuição dos recursos, o que a torna mais agravante. Esse viés tem aumentado a lacuna entre a parcela dos recursos captada pelos municípios do Nordeste e a dos municípios do Sul e Sudeste, o que contrasta com o grande percentual de agricultores familiares daquela Região, reconhecidamente os mais pobres.

6 Referências

- AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. v. 1. p. 1-21.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ALASRU, 2010. v. 1. p. 1- 8.
- DELGADO, N.; LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. **Nota técnica sobre financiamento rural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 2011. 11p. Observatório de Políticas Públicas para a agricultura.
- EBINA, R. K.; MASSUQUETTI, A. O PRONAF no Sul do Brasil no período 1999-2010. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n, 35, p.199-233, jan./jun. 2012.
- FIGUEIREDO, A. M.; SILVA, M. A. P.; SANTOS, M. L. Distribuição Estadual dos Recursos do PRONAF e sua comparação com a renda dos produtores familiares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Brasília: SOBER, 2006. v. 1.
- GASQUES, J. G. et al. Agricultura familiar – PRONAF: análise de alguns indicadores. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Brasília: SOBER, 2005. v. 1. p. 1-21.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Brasília: SOBER, 2005.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr/jun. 2007.
- HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006.
- HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-39, jun. 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 261p. (Documentos para disseminação. Memória Institucional, 17).
- MARTINS, A. J.; ALENCAR, J. R.; MENDONÇA, E.C. O crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a eficiência técnica agrícola brasileira: uma análise para o período de 1996 a 2003. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Brasília: SOBER, 2006.
- MATTEI, L. et al. Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007. v.1. p. 1-22.
- MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p. (Série Estudos NEAD, 11).
- NUNES, S. P. O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar. **Deser-Boletim Eletrônico**, Curitiba, n. 156, p. 1-10, fev. 2007.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: Schneider, S.; Silva, M. K.; Marques, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-50.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para a agricultura familiar**: um estudo a partir de um indicador de desenvolvimento rural. 2006. 250f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, F. F.; CORREA, V. P.; NEDER, H. D. Estudo comparativo da distribuição de recursos do PRONAF Crédito e Infraestrutura, nas regiões Sul e Nordeste do Brasil: uma abordagem estatística. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 123-158. v. 1

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**. Brasília: IPEA, fev. 2006. (Texto para Discussão n. 1.166).

SOUZA, P. M. et al. A distribuição dos contratos de crédito do PRONAF entre as Unidades da Federação, no período de 1999 a 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 27-44, 2013a.

_____. Análise da evolução do valor dos financiamentos do PRONAF-Crédito (1999 a 2010): Número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, p. 237-254, abr./jun. 2013b.

SOUZA, P. M.; NEY, M. G.; PONCIANO, N. J. Evolução da distribuição dos financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no período de 1999 a 2009. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, p. 303-313, ju./set. 2011.

BANCOS COMUNITÁRIOS E RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO NORDESTE SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Community banks and reciprocity: a case study in the brazilian northeast semiarid

Maria Odete Alves

Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UNB. Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do Banco do Nordeste do Brasil – ETENE/BNB. Av. Dr. Silas Munguba, n. 5.700, Bloco A2 Térreo, Passaré, CEP: 60.743-902. E-mail: moalves1@gmail.com

Marcel Bursztyn

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília –CDS/UNB. Brasília, Brasil.

Suely Salgueiro Chacon

Doutora em Desenvolvimento Sustentável e Professora da Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE, Brasil.

Resumo: este artigo analisa a experiência coletiva de “bancos comunitários” numa comunidade rural do município de Russas (Ceará, Brasil). O objetivo é entender as estruturas de reciprocidade nas relações sociais entre participantes. Trata-se de uma linha de crédito de um programa do BNB (Crediamigo) que financia atividades não-agrícolas utilizando a metodologia de grupos solidários. A análise baseia-se na teoria da reciprocidade e adota uma abordagem qualitativa. Os entrevistados foram selecionados com o uso da amostragem não probabilística intencional. Conclui-se que a experiência de “bancos comunitários” reforça estruturas de reciprocidade simétrica, na medida em que as regras estabelecidas induzem participantes a assumirem responsabilidades conjuntas e a realizarem controle das ações, promovendo o fortalecimento dos laços sociais.

Palavras-chave: banco comunitário; atividades não-agrícolas; reciprocidade.

Abstract: this paper analyzes the collective experience of “community banks” in a rural community in the municipality of Russas (Ceará, Brazil). The goal is to understand the structures of reciprocity in social relations between participants. It's a line of credit from a program of the Northeast Bank of Brazil (Crediamigo) which finances non-agricultural activities by adopting the methodology of solidarity groups. The analysis is based on the theory of reciprocity and adopts a qualitative approach. Interviewees were selected using the purposive non-probability sampling. The conclusion is that the experience of “community banks” reinforces structures of symmetrical reciprocity, in so far as that regulation induces participants to assume joint responsibilities and conduct control of actions, promoting the strengthening of social ties.

Keywords: community bank; non-agricultural activities; reciprocity.

1 Introdução

Diversos estudos têm revelado a persistência da reciprocidade nas sociedades contemporâneas, mesmo naquelas mais capitalizadas, sendo mais perceptível em sociedades rurais onde predomina o interconhecimento (MENDRAS, 1978). No sentido de que os indivíduos partilham a mesma visão de mundo, o mesmo sistema de valores, a mesma linguagem e o sentimento de pertencimento.

No meio rural do Semiárido nordestino, vários estudos mostram que a reciprocidade é central nas relações sociais (SABOURIN, 1999, 2001, 2003, 2006b, 2007, 2009; SABOURIN et al., 2005; SA-

BOURIN, 2011a; OLIVEIRA; DUQUE, 2004), pela necessidade de construção de valores materiais e até de sobrevivência, mas também de valores afetivos e éticos, indispensáveis à ordem social.

Este artigo analisa informações empíricas coletadas em quatro comunidades rurais (Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado, Junco e Barbatão) localizadas no município de Russas, sertão do Ceará, Nordeste do Brasil¹. O objetivo é entender as estru-

¹ Comunidade rural não é meramente um território geográfico, mas uma rede cuja trama liga o conjunto dos moradores por laços de parentesco, amizade e compadrio. Os moradores de determinada Comunidade rural apresentam condições socio-econômicas e culturais parecidas, realizam trocas materiais e não materiais e seguem determinadas normas negociadas e definidas pelos costumes (RIBEIRO, 1992).

turas de reciprocidade na experiência coletiva dos “bancos comunitários” (também conhecida como “crediamigo comunidade” ou “grupos solidários”), uma linha de crédito do Crediamigo, programa do Banco do Nordeste (BNB)² que utiliza a metodologia de grupos solidários, em prática na comunidade desde 2008.

Optou-se pela pesquisa qualitativa, por se tratar de uma abordagem que oferece as condições mais apropriadas para aproximação do objeto de pesquisa, combinando o uso de fontes testemunhais, documentais e bibliográficas. Em campo, as informações foram coletadas utilizando-se da entrevista individual não-estruturada, valendo-se da gravação da observação simples, de conversas e das notas de campo. Foram entrevistados informantes-chave participantes dos “bancos comunitários”, definidos por meio de amostragem não probabilística intencional (COSTA NETO, 1977; MARCONI; LAKATOS, 1990; COUTINHO, 2011).

O texto está distribuído em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção é apresentada a base teórica utilizada na análise do caso. Na segunda, uma caracterização do conjunto das comunidades, abordando os elementos que o configuram como uma rede de proximidade, os aspectos socioeconômicos da população e informações gerais sobre o financiamento de suas atividades não-agrícolas via “bancos comunitários”. A seção três analisa os fatores que tornam os “bancos comunitários” um instrumento de reforço da reciprocidade simétrica nessas comunidades.

2 Reciprocidade como fundamento das relações sociais

Neste texto assume-se o conceito de reciprocidade proposto por Temple (2011c), segundo o qual se trata da:

Relação entre seres humanos que permite a cada um sofrer a ação da qual é simultaneamente o agente. Em termos de consciência de atuar e de sofrer, significa que a consciência de um redobra a consciência do outro, e que ambas se relativizam para engendrar uma consciência comum (TEMPLE, 2011b, p. 1, tradução livre do espanhol).

O conceito proposto por Temple ajuda na explicação do comportamento dos indivíduos, na

medida em que a reciprocidade é posta como um dos fundamentos das relações sociais, das quais se originam os sentimentos.

Ao contrário do que afirmou Mauss (2003 [1950]), Temple (2004a) sustenta que os sentimentos não são uma propriedade inata dos indivíduos. Eles nascem das relações sociais, que por sua vez têm como um de seus fundamentos a reciprocidade. Esta última se manifesta em função da preocupação que o indivíduo tem de reconhecer publicamente o outro, de modo a produzir valores afetivos (paz, amizade, compreensão mútua) ou éticos (confiança, reputação, responsabilidade, justiça), que lhe dariam a sensação de estar inserido numa coletividade ou de pertencer a uma “totalidade humana” (TEMPLE, 1997, 2003; SABOURIN, 2010).

A reciprocidade se baseia na lógica da dádiva, aqui entendida como um conjunto infundável de prestações e contraprestações entre os indivíduos; um princípio que regula as relações sociais pela tríplice exigência de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003 [1950]).

A dádiva se origina em função da vontade de construir laços (valor das pessoas) ou das próprias necessidades da coletividade (SABOURIN, 2006a) e não pela utilidade dos bens (valor de uso) ou em função de seu valor monetário (valor de troca) (MAUSS, 2003 [1950]). Portanto, não se trata de simples intercâmbio, mas de um sistema aberto de redistribuição-reciprocidade, elemento fundador da sociabilidade, com especificidades em cada tempo e lugar (TEMPLE, 1983).

Apesar de não haver regras que obriguem as pessoas a retribuir a dádiva, existe uma pressão moral (valores) neste sentido, decorrente das relações sociais existentes. Ou seja, há espaço para a iniciativa pessoal, mostrando que ao reproduzir a dádiva, a reciprocidade pode assumir formas e conteúdos múltiplos, dependendo de cada situação concreta. Se a reciprocidade por um lado é a reprodução da dádiva, por outro, o próprio sentido da dádiva é produzido e reproduzido quando os ciclos de reciprocidade são institucionalizados.

A reciprocidade pode ser pensada a partir da noção de sistemas e de estruturas elementares (TEMPLE, 2003, 2004a, 2004b), servindo à análise das situações concretas. Três sistemas de reciprocidade se formam quando diferentes estruturas se articulam (TEMPLE, 2003): reciprocidade positiva (da dádiva, que gera prestígio), reciprocidade negativa (da vingança, que gera honra) e reciprocidade simétrica ou equilibrada.

A reciprocidade assimétrica, principalmente

2 O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é um banco público federal de desenvolvimento regional cuja área de atuação é o Nordeste brasileiro, o Vale do Jequitinhonha e norte do estado de Minas Gerais, além do norte do estado de Espírito Santo.

a positiva, pode gerar relações de poder comuns em organizações do meio rural do Semiárido (p.e.: clientelismo, paternalismo, submissão, dependência). A reciprocidade simétrica pode surgir no início de uma relação ou posteriormente, de uma relativização tanto da reciprocidade positiva quanto da reciprocidade negativa, não havendo espaço para a dominação, porquanto a mesma não se manifesta nas relações de poder (TEMPLE, 2009). A reciprocidade simétrica é produtora dos valores afetivos e éticos mencionados em parágrafo anterior.

Quanto às estruturas elementares de reciprocidade, Temple (2003, 2004a, 2004b, 2004c, 2008, 2009, 2011a, 2011b) classifica como reciprocidade binária e ternária (FIGURA 1). Cada uma dessas estruturas gera sentimentos diferentes e, portanto, valores diferentes, já que estes últimos são representação dos primeiros.

A reciprocidade binária pode acontecer entre indivíduos (cara a cara) ou grupos (coletiva) iguais ou desiguais. Dela se originam sentimentos de amizade e aliança. Nela, dois indivíduos compartilham do mesmo sentimento que Temple (2004b) denominou de “graça”, por nascer de fora, originando-se na relação entre ambos.

Já a reciprocidade ternária gera sentimentos de confiança e responsabilidade, caracterizando-se pelo envolvimento de, pelo menos, três indivíduos numa cadeia de participantes. Nessa estrutura, cada indivíduo atua sobre outro e está sujeito à ação de um terceiro, formando uma rede ou círculo, podendo ser unilateral, bilateral, centralizada, compartilhada ou generalizada.

Quando a reciprocidade ternária é unilateral, o participante doa por um lado e recebe pelo outro, fazendo surgir o sentimento de responsabilidade pelos outros. Um exemplo de reciprocidade ternária unilateral é o da mãe, que dá vida à filha, que por sua vez também dá vida à filha e assim sucessivamente, produzindo um sentimento de responsabilidade sobre a gênese da humanidade³. Embora unilateral neste caso, pode-se imaginar que a dívida retorna ao doador inicial, porque aqui aparece o mesmo sentimento de “graça” observado na reciprocidade binária, com a diferença que não há uma relação cara a cara.

Quando a relação é ternária bilateral, a dívida faz um percurso de retorno pelo mesmo caminho de ida, contando com um intermediário entre os dois opostos, imbuído do sentimento de responsa-

bilidade que se transforma em sentimento de justiça por igualdade em relação a ambos os opostos.

Na reciprocidade ternária centralizada (ou redistribuição), um único participante faz a intermediação entre os demais, surgindo uma estrutura em estrela. Essa estrutura gera nos demais atores um sentimento de confiança na justiça e na responsabilidade daquele que faz a intermediação. Porém, o sentimento de responsabilidade é unicamente de quem está no centro. No limite, a confiança pode se transformar em fé, obediência e submissão, casos em que uma autoridade suprema ou religiosa torna-se centro da redistribuição de bens ou valores espirituais.

A reciprocidade ternária compartilhada (de partilha) apresenta uma estrutura em círculo, porém sem o intermediário central típico da reciprocidade centralizada. Cada um se dirige a todos, gerando o sentimento não exatamente de responsabilidade, mas de “amizade sem rosto particular”. Esta estrutura é a matriz da confiança e nela se manifesta o sentimento coletivo “um por todos e todos por um”, passando a ideia de totalidade. No Semiárido nordestino, essa forma de interação é comum nos mutirões entre agricultores para realizar a broca do roçado⁴, as farinhadas⁵ e a gestão de recursos comuns, por exemplo.

Na reciprocidade ternária generalizada (ou mercado de reciprocidade), acontece uma conjugação das diversas estruturas mencionadas sem que, no entanto, sejam excluídas as relações típicas do intercâmbio. O mercado, nesta concepção, seria liberado de toda privatização, ou seja, seria um mercado universal (TEMPLE, 2004b, p.1):

“O lugar de encontro de todos e cada um, para estabelecer o máximo de relações, se converte no **mercado de reciprocidade**. Os homens se encontram e as mercadorias circulam, seja em redes de reciprocidade de parentesco preestabelecidas ou, ao contrário, criando novas relações de reciprocidade” [Grifo dos autores, dradução livre do espanhol].

Quanto maior a concentração populacional, maior a diferenciação das atividades humanas e, por conseguinte, maiores as possibilidades de manifestação dessa estrutura de reciprocidade. Assim, apesar do sistema capitalista e do livre intercâmbio

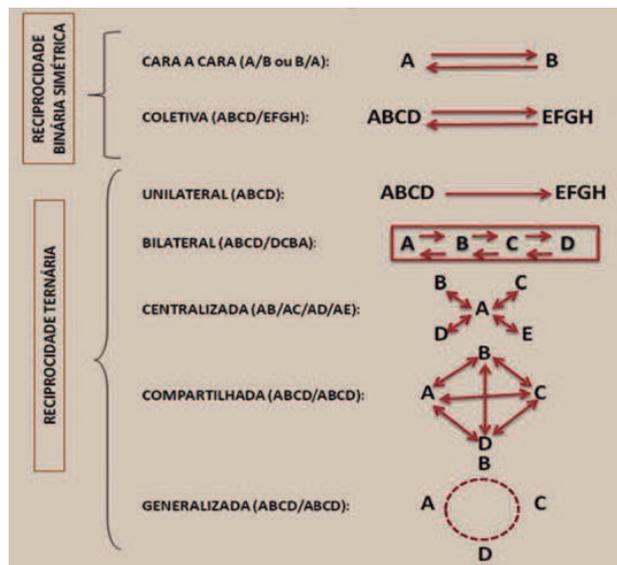
3 Temple trouxe o exemplo do artigo desenvolvido por Mireille Chabal, baseado no estudo da realidade concreta particular do povo Aymara dos Andes.

4 Broca é um termo utilizado no Nordeste brasileiro para designar a primeira operação no preparo do roçado, referindo-se ao corte da mata primária ou secundária (capoeira) no terreno em que se vai fazer o roçado. O roçado é o terreno onde o sertanejo semeia culturas próprias do período de chuvas, tais como milho, feijão e mandioca.

5 Farinhada é um termo utilizado no Nordeste brasileiro para designar a fabricação de farinha de mandioca.

serem parte do dia-a-dia das pessoas, estruturas de reciprocidade permanecem em muitas sociedades.

FIGURA 1 – Representação esquemática das estruturas elementares de reciprocidade



Fonte: elaboração própria, a partir de Sabourin (2007, p. 4) e Sabourin (2010).

As estruturas de reciprocidade são responsáveis pela relação social, podendo articular-se entre si ou não, uma vez que é possível também que sejam incompatíveis umas com as outras, se autoexcluindo (TEMPLE, 2003, 2009). É essa articulação - cuja responsabilidade é da comunidade - que permite aos indivíduos pertencerem às diversas estruturas elementares de reciprocidade. Significa, então, que a existência da comunidade é fundamental num sistema de reciprocidade, pois sem ela não é possível haver coordenação entre suas estruturas⁶.

3 Caracterização do território e da socioeconomia

3.1 A rede de proximidade

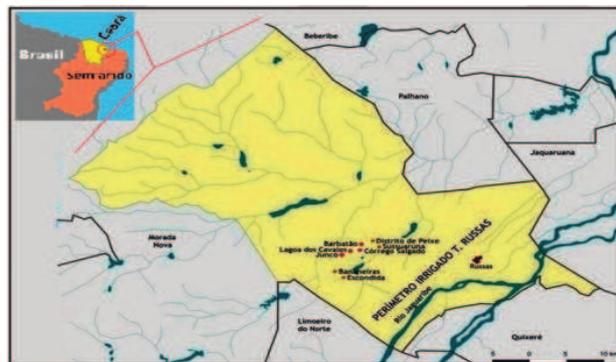
O conjunto formado pelas comunidades rurais Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado, Junco e Barbatão se caracteriza pela ligação física e por

6 Neste aspecto, a teoria da reciprocidade se aproxima do pensamento de Émile Durkheim. Em seus estudos sobre a relação entre indivíduos e sociedade, este sociólogo concluiu que o indivíduo nasce da sociedade e não o contrário, porque existe uma prioridade histórica da estrutura social sobre o indivíduo (ARON, 1999). Uma das ideias fundamentais de Durkheim é a de que o todo não é a simples soma das partes, porém o perfeito funcionamento das partes é fundamental para o funcionamento do todo.

ser formado por uma rede social de proximidade. Além de participarem de uma mesma associação comunitária e compartilharem dos mesmos projetos produtivos, seus moradores são ligados entre si por laços de parentesco, vizinhança, amizade e compadrio.

O conjunto localiza-se na sub-bacia do Baixo Jaguaribe, sertão semiárido do Ceará, a 22 quilômetros da sede do município de Russas, distante 160 km de Fortaleza. À sua margem direita se encontra o Rio Jaguaribe, onde foi implantada a 1ª Etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas e se encontra em implantação a 2ª Etapa do mesmo perímetro de irrigação (Figura 2).

Figura 2 – Localização da área de estudo



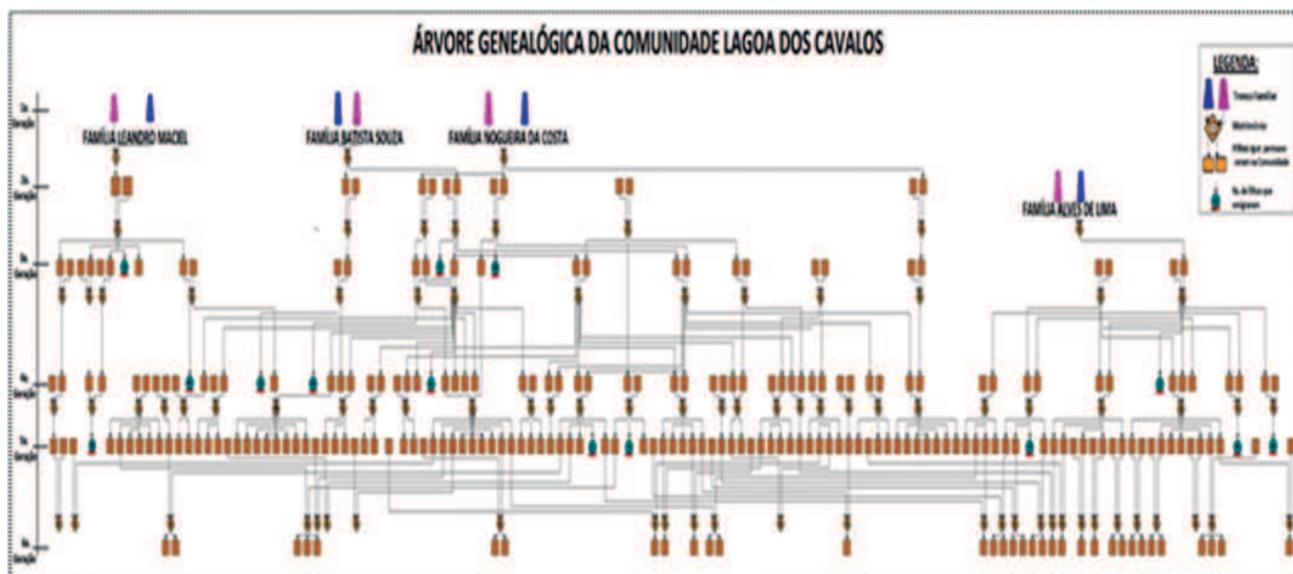
Fonte: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) - Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo relato de moradores locais, a história dessas comunidades começou entre o início do século XX e os anos 1930, basicamente com quatro famílias que adquiriram terras ("datas") e se estabeleceram no local: uma em Barbatão, duas no Córrego Salgado e uma no Junco (Figura 3).

Em Barbatão se estabeleceu a família Leandro Maciel, no final dos anos 1920. Mais tarde, quando suas terras foram partilhadas, o número de irmãos, na 2ª geração, era sete. No entanto, apenas dois (um homem e uma mulher) permaneceram no local. Os demais migraram para o Distrito de Peixe, a aproximadamente 6 km. Atualmente, nas terras do Barbatão vivem sete núcleos familiares, que mantêm vínculos com os moradores de Lagoa dos Cavalos, expressos principalmente na participação que têm na Associação Comunitária.

As origens de Córrego Salgado e Lagoa dos Cavalos remontam a dois troncos familiares: Batista Sousa e Nogueira da Costa, estabelecidas em Córrego Salgado por volta dos anos 1920. A partir da 3ª geração, nos anos 1950, as duas famílias se

Figura 3 – Árvore Genealógica da Comunidade Lagoa dos Cavalos



Fonte: elaboração própria, a partir de informações de campo.

“misturaram”, pois nessa década, um dos descendentes dos Nogueira da Costa contraiu matrimônio com uma filha dos Batista Souza, adquiriu terras vizinhas e constituiu família no novo lugar, que viria a se denominar Lagoa dos Cavalos. Desse matrimônio, nasceram seis filhos (4ª geração). Três dos cinco homens, ao contraírem casamento (anos 1970 a 1990), o fizeram com primas em primeiro grau, descendentes dos Batista Souza, também irmãs. Dois deles permaneceram em Lagoa dos Cavalos, tendo o terceiro mudado a residência para Córrego Salgado. Outros dois filhos homens casaram-se com não parentes e permaneceram residindo em Lagoa dos Cavalos. Os casamentos entre descendentes destas duas famílias continuam acontecendo na 5ª geração.

As terras do Junco, adquiridas no início dos anos 1930 pela família Alves de Lima, compõem a maior propriedade no conjunto das comunidades. A formação da Comunidade começou com um único descendente dos Alves de Lima, que passou a morar no lugar. Os demais irmãos dessa 2ª geração (no total de seis) migraram para São Paulo ou compraram terras em outras regiões. O único membro dessa geração, que se estabeleceu no lugar, teve oito filhos, seis homens e duas mulheres (3ª geração). Desses, dois migraram, dois faleceram e quatro constituíram família no local, três dos quais com outras três irmãs originárias de uma comunidade vizinha (Cipó). No momento da pesquisa, as terras pertencentes ao Junco abrigavam 13 famílias, as quais as exploravam em regime comunal. A partir

da 4ª geração, os Alves de Lima se “misturaram” com descendentes do Córrego Salgado e de Lagoa dos Cavalos, conforme mostrado na Figura 3.

A situação de “parentela” (casamentos cruzados) e pertencimento ao território (percebido como local de vida e trabalho) nessas comunidades torna indissociável a combinação entre vida doméstica e vida coletiva, podendo tal fenômeno ser associado ao que Mendras (1978) definiu como “interconhecimento”. Em consequência, a população local percebe a terra como lugar de vida e produção, patrimônio comum e, como tal, não é transacionável, não é mercadoria. Isso permite que mantenha uma relação de conhecimento profundo sobre os limites e as possibilidades do meio em que vive e explora (disponibilidade de recursos, limites físicos, funcionamento, fragilidades, ameaças etc).

Nessas comunidades, as relações sociais e as práticas produtivas locais têm na religiosidade sua referência simbólica comum, significando que valores tais como solidariedade e caridade estão acima das opções e crenças religiosas. Isso é perceptível nos trabalhos em grupo, no discurso das lideranças, na fala dos agricultores, das donas de casa e dos jovens. A associação dessa referência com a rede de proximidade é que dá o tom das relações sociais dentro do conjunto das comunidades.

a) **As características socioeconômicas**

Lagoa dos Cavalos, Barbatão, Corrego Salgado e Junco localizam-se no interior de uma área remanescente da primeira sesmaria⁷ demarcada

no Vale do Rio Jaguaribe, no início do século XVIII. Desmembrada em várias propriedades no decorrer dos dois séculos seguintes, principalmente por sucessão hereditária, atualmente a área é constituída essencialmente por pequenas unidades familiares e “terras de herança” (cf. ALMEIDA, 2009). Tem uma população de 280 habitantes, distribuídos em 79 famílias⁸, uma média de 3,54 pessoas por domicílio, distribuídas igualmente entre homens e mulheres. A população em idade economicamente ativa representa 74,3% do total. A maioria dos moradores é alfabetizada (88,6%). Entre as mulheres, a taxa de alfabetização chega a 92,9% e entre os homens, 84,3%. Existem 11,5% de analfabetos entre os chefes de família.

Trata-se de uma população jovem, visto que a soma do percentual de pessoas na faixa etária de 15 a 30 anos alcança 53,6% do total. Entre os jovens, as mulheres representam 52,6% e entre os adolescentes elas são 43,1%.

As principais atividades pecuárias são a criação de bovinos e ovinos, com a utilização das “soltas”⁹ remanescentes como área de pastoreio comum durante o período de inverno¹⁰. É comum o uso do “adjunto”¹¹ nas lavouras (milho, feijão), principalmente nas fases de broca, capina e colheita,

bem como no processo de produção da farinha de mandioca. Os agricultores praticam também o extrativismo da carnaúba, coletam a castanha de caju e criam abelhas para a produção de mel.

b) As atividades não-agrícolas e os bancos comunitários

Como observado no item anterior, predominam as atividades agropecuárias nas quatro comunidades estudadas. A maioria dos moradores é composta de agricultores familiares, no entanto, 17,7% deles se dedicam também a atividades não-agrícolas.

Os “bancos comunitários” são a principal fonte de financiamento dessas atividades não-agrícolas, apesar de serem utilizados igualmente para investimento e custeio da criação de galinhas cai-piras. Trata-se de uma linha de crédito do Crediamigo, disponibilizado pelo BNB, que chegou à Comunidade em 2008. Esse programa de microcrédito beneficia principalmente aos setores informais da economia e adota a metodologia de grupos solidários, nos quais a garantia é o aval solidário, ou seja, os tomadores se avalizam entre si (BNB, 2011a).

Os créditos dos “bancos comunitários” são concedidos em valores individuais progressivos entre R\$ 100,00 e R\$1.100,00¹² (de acordo com a adimplência do grupo), à taxa de 0,64 a.m., desde que em grupos de 15 a 30 pessoas. As prestações são pagas mensalmente e a cada cinco meses o crédito pode ser renovado¹³. No ato da concessão do primeiro crédito é aberta uma poupança, no valor equivalente a 10% do total, em nome da comissão gestora do grupo que forma cada “banco comunitário”. Disponibiliza, também, uma conta corrente individual para cada participante, isenta de tarifas e com cartão para movimentação de valores até R\$ 2.000,00. Uma vantagem da linha de financiamento é que os clientes são atendidos na própria localidade, permitindo o contato dos assessores de crédito com o ambiente em que vivem os tomadores.

7 Uma sesmaria era composta por terras demarcadas em léguas (6.600 metros), ao longo da orla marítima, na direção do sertão, separadas por linhas do equador, porém com limites e extensões incertos.

8 Neste texto, família tem o sentido de “família nuclear”: inclui somente as pessoas que vivem no mesmo domicílio. Em algumas passagens do texto utiliza-se o termo “unidade familiar”, porém com o mesmo significado.

9 O termo “soltas” [ou “terras soltas”, conforme Almeida (2009) para identificar uma das modalidades de uso comum da terra no Brasil] se originou durante a colonização e se refere às áreas não cercadas nessa região, uma espécie de terra sem apropriação privada, onde se colocam animais para o pastoreio comunal. Principalmente no período colonial, as áreas que viriam a ser ocupadas por essas comunidades contavam com vastas áreas de terras soltas, perdendo espaço para os cercamentos ao longo dos anos, acelerando-se no início dos anos 2000, quando foi implantado o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas.

10 No sertão semiárido a temporada de chuvas recebe a denominação popular de inverno. Nessa região se observam duas estações bem definidas: a estação chuvosa pode ocorrer a partir de janeiro, fevereiro ou março, permanecendo até junho; o verão é a estação seca e mais comprida, que pode durar desde o mês de julho até dezembro, janeiro ou fevereiro. Essa variação na duração das estações, no limite, caracteriza o que é denominado de ano de seca.

11 O adjunto (ou mutirão) é uma forma de ajuda mútua recíproca, caracterizada pela não contabilização de dias ou horas trabalhados.

12 Para conversão de reais para dólares americanos, adotar a taxa de câmbio anual média para o ano de 2012 R\$/US\$ nominal (comercial-venda) = 2,0429 [cálculo realizado a partir das taxas mensais divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BCB (2012)].

13 Em linhas gerais, os “bancos comunitários” oferecem as seguintes condições de financiamento: (a) destinam-se a capital de giro e a investimento; (b) financiam grupos de 15 a 30 integrantes; (c) crédito escalonado e crescente, partindo de R\$ 100,00 e atingindo os R\$ 1.100,00; (d) taxa de juros efetiva de 0,99% a.m., mais TAC (Taxa de Abertura de Crédito) de 3%, com prazo de pagamento entre 3 e 12 meses (BNB, 2011a, 2011b).

De outubro de 2008 a abril de 2012, os dois “bancos comunitários” haviam injetado R\$ 192 mil nas quatro comunidades. Isso corresponde à entrada de cerca de R\$ 3.700,00/mês durante o período (ou 5,9 salários mínimos de 2012), um valor significativo para uma comunidade formada por 79 famílias.

Os valores financiados por meio dessa linha de crédito têm sido dirigidos a atividades de comércio (confeccões, cosméticos, calçados, redes, intermediação na venda de produtos agrícolas), a produção de doces, alimentos para lanches e eventos, além das galinhas caipiras mencionadas acima. A média individual de R\$ 213,40 recebidos no primeiro empréstimo (Out/2008) cresceu a cada renovação, chegando a R\$ 852,40 no nono empréstimo (Nov/2011).

Apesar de os empréstimos serem individuais, os grupos são solidários, garantindo a inadimplência zero desde o primeiro empréstimo. Não se registram atrasos em qualquer das prestações de ambos os grupos. Também não se observa rotatividade entre membros. Não houve perda de participantes, mas ampliação do número, passando a composição inicial de 17 membros por grupo para respectivamente 27 e 20¹⁴.

Vale registrar que não é permitido em um mesmo “banco comunitário” a participação de cônjuges ou outras pessoas que residam na mesma casa ou que sejam dependentes financeiros de outro integrante (BNB, 2011a). Este é um dos motivos porque um ano depois da criação do primeiro “banco” surgiu um segundo, pois existem casos em que marido, mulher e filhos participam, mas em grupos distintos.

Bancos comunitários e reciprocidade entre comunitários

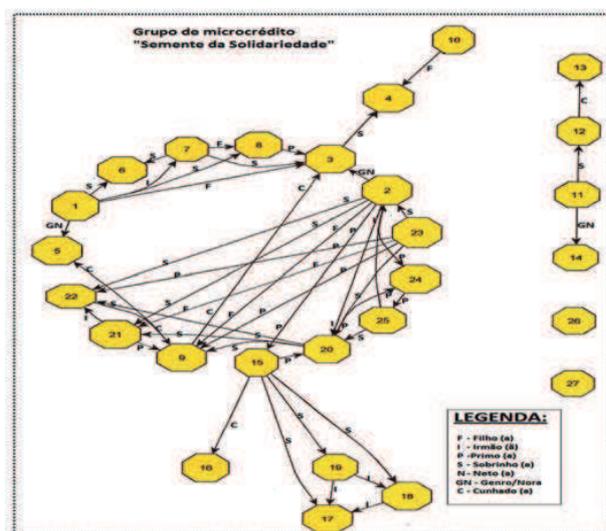
No conjunto das comunidades, a reciprocidade se manifesta nas alianças (casamento cruzado entre primos, apadrinhamento recíproco de crianças de famílias vizinhas aparentadas ou não), na doação de alimentos entre famílias, na ajuda mútua (adjunto ou mutirão) dos roçados e da casa de farinha comunitária, no compartilhamento dos grupos produtivos, na construção de equipamentos coletivos, na venda de seus produtos e nos “bancos comunitários”.

Nesta seção, é feito o resgate do funcionamento dos dois “bancos comunitários” descritos na

subseção 2.3, analisando seu papel como instrumento de reforço das estruturas de reciprocidade.

Os primeiros empréstimos obtidos via “banco comunitário” inicial (“Sementes da Solidariedade”, criado em 2008 e composto por 17 membros), eram de R\$ 300,00 para cada participante. A cada novo acesso (cinco meses), aumentava em 50% o valor anterior. Em maio de 2012, o grupo já era formado por 27 participantes. A maioria dos membros desse “banco” é ligada por relações de parentesco. Somente duas pessoas (representadas pelos octógonos 26 e 27 da Figura 4) não têm este tipo de laço com os demais. Outras quatro (representadas pelos octógonos 11, 12, 13 e 14 da Figura 4), apesar de ligadas entre si por parentesco, também não têm vínculos desta natureza com os demais membros do grupo.

Figura 4 – Relações de parentesco entre membros do Grupo de Microcrédito “Banco Comunitário Sementes da Solidariedade”



Fonte: elaboração própria a partir de informações de campo, com o auxílio do Programa yEd Graph Editor.

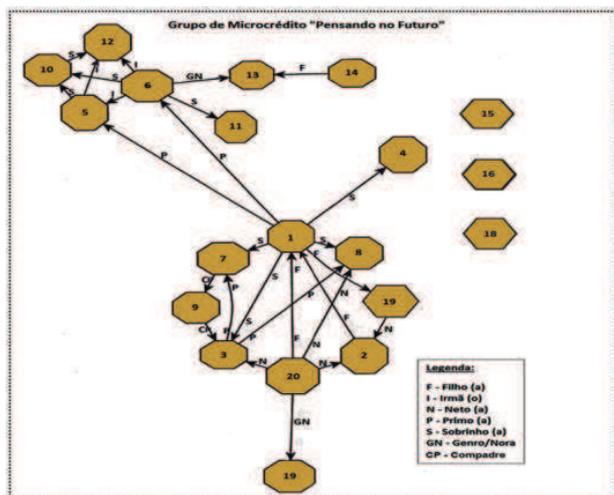
O segundo “banco comunitário” recebeu a denominação de “Pensando no Futuro”. Foi formado em 2010, a partir de consulta feita pelos assessores do Programa aos integrantes do “banco” inicial. Em maio de 2012 era composto por 20 membros, também com vínculos de parentesco, exceto uma minoria formada pelos componentes representados pelos octógonos 15, 16 e 18 (Figura 5).

Diferentemente do que ocorre com empréstimos nos bancos tradicionais, a metodologia dos “bancos comunitários” não requer consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador. Formam-se grupos voluntariamente e de forma espontânea

14 Na ocasião da pesquisa de campo se cogitava entre os moradores a criação de um terceiro grupo.

para a obtenção do crédito individual, mas com a exigência de responsabilidade conjunta no pagamento das prestações, por meio do aval solidário (se um dos componentes deixa de cumprir o compromisso assumido, os demais são solidariamente responsáveis) e do “apadrinhamento” (BNB, 2011b) que, neste caso, nada tem a ver com o uso clientelista do termo.

Figura 5 – Relações de parentesco entre membros do Grupo de Microcrédito “Banco Comunitário Pensando no Futuro”



Fonte: elaboração própria a partir de informações de campo, com o auxílio do Programa yEd Graph Editor.

O aval solidário funciona como instrumento de garantia e controle dos empréstimos. Baseia-se nas relações de proximidade e confiança mútua previamente estabelecidas, pois são os próprios componentes do grupo os responsáveis pela escolha dos participantes (NERI; BUCHMANN, 2008).

O “apadrinhamento” é um instrumento a mais de controle utilizado pela instituição financeira: a partir do ato do empréstimo, cada tomador passa a ser acompanhado por outro integrante do grupo, que por sua vez é acompanhado por um terceiro, obedecendo a uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral que gera responsabilidade pelos outros. Os empréstimos concedidos têm, assim, a função importante de restaurar, manter ou fortalecer laços e vínculos sociais entre os usuários do crédito.

O aval solidário e a consulta à rede de relações de vizinhança do candidato a tomador são instrumentos de regulação das relações entre os tomadores de crédito. Ambos os instrumentos têm garantido à instituição financeira atingir seu objetivo de retorno do montante emprestado, na medida em

que a inadimplência média na carteira de empréstimos, entre os anos de 2003 e 2010, não ultrapassa 1% a.a. (BNB, 2011b).

Outro mecanismo utilizado pelo BNB no Crediamigo Comunidade é uma coordenação para cada “banco comunitário”, com membros escolhidos pelos próprios membros, composta por presidente, tesoureiro e secretário.

Além das condições impostas pelo Programa, internamente os grupos de tomadores realizaram acordos, criando regras que fortalecem o sistema, reduzindo as possibilidades de inadimplência. Um exemplo é a multa cobrada por atraso no pagamento sem justificativa. Os valores arrecadados passam a compor um fundo de reserva criado pelo grupo, com o objetivo de custear uma confraternização que se realiza no final do ano. Mas a ideia da multa não está associada à lógica da troca, pois tem o objetivo principal de cobrar compromisso daqueles que descumpriram o acordo; secundariamente, cumpre o papel e a vontade de manter e fortalecer a qualidade dos laços sociais entre os componentes dos dois “bancos comunitários”.

Em ambos, os “bancos comunitários”, a inadimplência tem permanecido nula desde a sua criação. O pagamento das parcelas tem acontecido no dia do vencimento, registrando-se zero dias de atraso. Quanto à inadimplência interna, existe relato de apenas um caso: um dos componentes deixou de cumprir o compromisso de pagar as parcelas do empréstimo, tendo sido cobertas pelos demais membros do grupo, que o fizeram para manter em dia o compromisso com a instituição financeira e não sofrer as consequentes penalizações. Além disso, os demais membros do grupo nutriam simultaneamente dois sentimentos: por um lado, o desejo de expulsar aquele membro inadimplente; por outro, a preocupação em relação ao constrangimento que tal atitude causaria na rede de proximidade daquele participante inadimplente. Diante do dilema que se colocava, pesou a importância de manter intactas as relações dentro da rede. Poupano os demais do constrangimento da expulsão e minimizando o desgaste que isso causaria em sua reputação, o grupo declinou daquela decisão. Ao final do contrato, o próprio participante inadimplente tomou a iniciativa de se retirar.

Observa-se, no funcionamento de ambos os grupos solidários, a existência de pelo menos três estruturas elementares de reciprocidade articulando-se entre si: a reciprocidade binária (cara a cara), a reciprocidade ternária unilateral e a reciprocidade de compartilhamento, responsáveis pelo nascimento de sentimentos de amizade, responsabilidade e confiança, respectivamente.

A manifestação da estrutura de reciprocidade cara a cara é decorrente da composição dos grupos, por indivíduos que pertencem à mesma rede de proximidade. Os sentimentos de amizade e confiança é que os estimularam a participar dos grupos solidários, pois para conceder o empréstimo, a instituição financeira impõe a responsabilidade coletiva pelo pagamento das parcelas (cada um é responsável pelo grupo, pois se um não paga a parcela do empréstimo, todos os membros sofrerão sanções), além da regra de “apadrinhamento” (cada um é responsável por outro).

A responsabilidade coletiva é gerada pela reciprocidade de compartilhamento, surgida com a imposição do aval solidário. Trata-se de uma estrutura em círculo na qual cada um se dirige a todos, criando o sentimento de confiança no grupo.

O padrinho tem a responsabilidade institucionalizada de lembrar ao apadrinhado sobre o vencimento da parcela do empréstimo, de modo a evitar o atraso no pagamento. Isso representa, pois, uma estrutura de reciprocidade ternária unilateral, na qual cada indivíduo atua sobre outro e está sujeito à ação de um terceiro, formando uma rede e gerando em cada um o sentimento de responsabilidade pelos demais.

1 Considerações finais

A área onde se localizam as quatro comunidades estudadas é constituída por terras de herança. Daí, a existência de uma extensa rede de proximidade, composta essencialmente de parentela e vizinhança, que facilita a comunicação cara a cara, a realização de acordos e o cumprimento dos mesmos. Além disso, tanto as relações sociais quanto as práticas produtivas locais têm na religiosidade sua referência simbólica comum.

A influência que as relações sociais sofrem da associação entre religiosidade e rede de proximidade facilita a manifestação de estruturas de reciprocidade simétrica. Tais estruturas são elementos essenciais para manter a coesão social, porque produzem valores afetivos e éticos, aos quais se subordinam os sistemas de regras criados localmente, influenciando positivamente no êxito dos “bancos comunitários”.

Os “bancos comunitários”, por sua vez, mais que um instrumento de crédito, são instrumentos para a manutenção e o fortalecimento dessas estruturas de reciprocidade. O êxito desses “bancos” está ligado diretamente à imposição de uma série de regras definidas no Programa ou criadas internamente, as quais funcionam como mecanismo de regulação das relações sociais e, ao mesmo tem-

po, de fortalecimento dos vínculos dessas relações. Portanto, os “bancos comunitários” não são meramente uma experiência econômica, na medida em que permitem a articulação entre diversas estruturas de reciprocidade que geram ao mesmo tempo valores afetivos e éticos como amizade, confiança, responsabilidade, reputação e sentimento de pertencimento.

Ainda, em função do seu *modus operandi*, os “bancos comunitários” podem contribuir para a eliminação (ou enfraquecimento) das estruturas de reciprocidade assimétricas, muito comuns no sertão nordestino, representadas pelas práticas de paternalismo e clientelismo que marcam grande parte das organizações rurais da Região.

Cabe mencionar, também, que do ponto de vista da instituição financeira, a manifestação destas estruturas de reciprocidade simétrica é importante, na medida em que contribui para garantir o retorno dos recursos emprestados.

Enfim, a experiência desenvolvida nas quatro comunidades mostra que faz todo o sentido desenvolver e executar políticas que reconheçam o papel da rede de proximidade e das estruturas de reciprocidade que permeiam as relações sociais em comunidades rurais. O reconhecimento desses aspectos por parte de formuladores/executores de políticas públicas facilitaria a compreensão da cultura e das normas locais, bem como da lógica dos sistemas produtivos e da comercialização dos produtos. Sem atentar para essas referências, qualquer política de desenvolvimento para o meio rural corre o risco de ser excludente e tenderá a fracassar quando os interventores se afastarem.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 39-66. v. 2: estratégias de reprodução social.

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cotações e Boletins: taxas de câmbio**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Microcrédito**. Fortaleza: BNB, 2011a. Disponível em: < <http://>

www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/O_que_e_objetivos.asp>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. **Relatório anual crediamigo 2010**. Fortaleza: BNB, 2011b. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/crediamigo/docs/relatorio_2011_portugues.pdf>. Acesso em: 23 out. 2011.

COSTA NETO, P. L. **Estatística**. São Paulo: Blücher, 1977.

COUTINHO, C. P. **Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática**. Coimbra: Almedina, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p.183-314.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Tradução Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar., 1978. Trabalho original publicado em 1976.

NERI, M.; BUCHMANN, G. Crediamigo: o Grameen tupiniquim. In: NERI, M. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, M. do S. de L.; DUQUE, G. É dando que se recebe: práticas de reciprocidade tradicionais e novas em comunidades rurais. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 7.; ENCONTRO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 4., 2004, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: [s.n], 2004. p. 1655-1658.

RIBEIRO, E. M. **Fazenda Pica Pau, Miradouro, Minas Gerais: estudo sobre a família, o trabalho e a reprodução de agricultores familiares da Zona da Mata de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1992. Manuscrito não publicado.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond., 2009. Trabalho original publicado em 2007.

_____. Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido. **Antropolítica**, Niteroi, v. 8, p.

41-58. 2001b. Disponível: <http://afm.cirad.fr/documents/3_Organisations/CD_AFM/textes/439.pdf>. Acesso em: 27 set. 2011.

_____. Interação entre ação coletiva e ação pública no manejo de recursos comuns no Nordeste do Brasil. 2006, Séville. **Anais eletrônicos... CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES**, 52., Séville, 2006a. p. 23-27. Disponível: <http://www.iddri.org/iddri/telecharge/forets/americanistes_seville_juil06_progr.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

_____. Manejo dos recursos comuns e reciprocidade: os aportes de Elinor Ostrom ao debate. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 143-158, 2010. Disponível: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/view/1689/1311>>. Acesso em 08 nov. 2011.

_____. Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa. In: CARON, P.; SABOURIN, E. (Eds.). **Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p. 145-178.

_____. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 18, n. 20, p. 41-49, 1999.

_____. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: Sérgio Schneider (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, UFRGS, 2006b. p. 215-239. (Estudos Rurais).

_____. A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica. 2007. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2007.

_____. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, 13(27), 2011. p. 24-51.

SABOURIN, E.; CARON, P. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 89-115. (Estratégias de Reprodução Social, 2).

SABOURIN, E.; DUQUE, G.; DINIZ, P. C. O.; OLIVEIRA, M. do S. de L.; GRANCHAMP, L. F. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 293-306, 2005.

TEMPLE, D. As origens antropológicas da reciprocidade. **Jornal do Mauss**, França, 06 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=793>>. Acesso em: 08 out. 2011.

_____. **El mercado y La reciprocidad** generalizada. Francia, 2004b. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=436>. Acesso em 11 nov. 2011.

_____. La constitución boliviana y sus desafíos. **Revista Iberoamericana de Autogestión y Acción Comunal (RIDAA)**, Francia, 26(52-53-54), 33-50 y 51-76., 2008. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=83>. Acesso em: 31 out. 2011.

_____. **La dialéctica del Don**. Francia, 1983. Disponível: <1983http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=150>. Acesso em: 26 mar. 2012.

_____. **La valeur dans le système Aymara**. Francia, 2004c. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocite_2&id_article=189>. Acesso em: 11 abr. 2011.

_____. **Las estructuras elementales de la reciprocidad**. La Paz: Plural Editores, 2003.

_____. Las estructuras elementales de la reciprocidad. In: .SEMINARIO SOBRE LA RECIPROCIDAD: las estructuras elentales y las tres formas de la reciprocidad. 2004, Francia. **Anais...** Francia: 2004a. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=454>. Acesso em: 09 out. 2011.

_____. L'économie humaine. **La revue du MAUSS**. Francia, n. 10, 1997. Disponível: <<http://mireille.chabal.free.fr/ecorecip.htm#ancre605725>>. Acesso em: 15 out. 2011.

_____. O homem nu: valores constituídos ou matrizes do valor? **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, França, p. 1-6, 2011a. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=290>. Acesso: 07 de nov. 2011.

_____. **Porque precisamos de outra lógica**. Tradução Eric Sabourin. França, 2011b. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=292>. Acesso em: 07 nov. 2011.

_____. **Reciprocidad**. Francia, 2011c. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad&id_rubrique=3>. Acesso em: 30 out. de 2011.

O CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NO BRASIL E NAS REGIÕES SUL E NORDESTE

Intermediary consumption in agriculture: a comparison between family and non-family farming in Brazil and the South and Northeast Regions

Marcelo Antonio Conterato

Doutor em Desenvolvimento Rural, professor do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais (DERI) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador Titular do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD)*. Av. João Pessoa, 31, Centro, Porto Alegre/RS. CEP: 90.040-000. marcelo.conterato@ufrgs.br.

Sérgio Schneider

Doutor em Sociologia, professor do PGDR e PPGS da UFRGS. Coordenador Adjunto do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD). Presidente da SOBER (2011-2013)*. schneide@ufrgs.br.

Luciana Lobo Fernandes

Administrador pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), especialização em Controladoria pela Anhanguera Educacional e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Organizações e Mercados - PPGOM/UFPEL. R. Gomes Carneiro nº 1, 4º andar, Pelotas/RS, CEP: 96001-970. lulobopel@hotmail.com.

Paulo José Libardoni

Advogado e Mestre em Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Doutorando (2012) do PPGS/UFRGS. Av. Bento Gonçalves, 9.500, Sala 103, IFCH, Campus do Vale, Porto Alegre/RS. CEP: 91509-900. libardoniadv@hotmail.com.

Resumo: o objetivo deste trabalho foi identificar o conjunto de despesas que forma os custos de manutenção e custeio das atividades agropecuárias, agrupar aquelas que compõem o consumo intermediário e identificar o impacto deste em relação ao valor total da produção agropecuária. Constatou-se que o consumo intermediário representa, em termos médios brasileiros, praticamente 55,0 % do valor total da produção agropecuária não familiar e quase 30,0% da familiar. Se somarmos as despesas que não se enquadram no conceito de consumo intermediário, tais como arrendamentos, salários, armazenamento e transporte, entre outras de menor monta, os percentuais são ainda maiores. Em termos regionais, os dados indicaram que o consumo intermediário na agricultura não familiar da Região Sul representa 51,7% do valor total da produção agropecuária, percentual que se reduz a 34,7% para o universo da agricultura familiar. Na Região Nordeste, o impacto é diferenciado. Nesta, o consumo intermediário representa 57,3% do valor total da produção na agricultura não familiar e 16,5% na agricultura familiar, indicando diferenças significativas tanto em termos geográficos quanto na comparação entre agricultura familiar e não familiar.

Palavras chave: consumo intermediário, agricultura familiar, agricultura não familiar, região Sul, região Nordeste

Abstract: the objective of this research was to identify the set of costs that maintenance and funding of agricultural activities and group those that make up the intermediate consumption and identify its impact on the total value of agricultural production. It was found that intermediate consumption is on average Brazilians, almost 55.0% of the total value of agricultural production not family and almost 30.0% of the family. If you add up the expenses that do not fit the concept of intermediate consumption, such as rent, salaries, storage, transportation and others of minor percentages are even higher. In regional terms, the data indicated that the intermediate consumption in agriculture not family in the southern region represents 51.7% of the total value of agricultural production, and this percentage is reduced to 34.7% for the universe of family farming. In the Northeast, the impact is different. In this region, the intermediate consumption represents 57.3% of total agricultural production not family and 16.5% in family farming, there are significant differences both in geographical terms and in comparison between family farming not family.

Keywords: intermediary consumption, family farming, non-family farming, South region, Northeast region.

1 Introdução

A formação histórica brasileira tratou de instituir uma estrutura agrária marcada pela dualidade. Não é recente, portanto, a constatação da coexistência de grandes e pequenos estabelecimentos agropecuários, visto que ambos são produtos das distintas formas encontradas pelo Brasil, quer seja enquanto colônia, império ou república, de ocupação territorial, avanço e consolidação de suas fronteiras e inserção nos circuitos mercantis mundiais. Esta dualidade agrária e fundiária (GUIMARÃES, 1963; GRAZIANO DA SILVA, 1978; GONÇALVES NETO, 1997), e também em termos monetários (ABRAMOVAY, 2000), já foi tratada pela literatura e não cabe no escopo deste trabalho resgatar este acúmulo.

O dualismo na estrutura agrária influenciou o surgimento de categorias sociais “específicas” que foram identificadas e caracterizadas à luz das ferramentas metodológicas e perspectivas teóricas hegemônicas em cada período histórico. Se, até meados da década de 1980 e início da década de 1990, havia um forte apelo político e acadêmico pelo dualismo no debate acerca da agricultura brasileira, manifestado pela contradição entre agricultor tradicional e agricultor moderno, entre produção de subsistência e produção para o mercado ou mesmo entre pequeno produtor/pequena produção e grande produtor/grande produção, apenas mais recentemente (década de 1990) estas categorias foram tipificadas mais apropriadamente, embora a perspectiva dualista e o maniqueísmo ainda estejam presentes. Há um conjunto de esforços recentes que buscam qualificar o que já se conhece em relação a agricultura brasileira e suas manifestações regionais.

Neste sentido, este trabalho nasce de uma iniciativa da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA) com o objetivo de estimular pesquisadores e grupos de pesquisa, tendo como propósito realizar análises e estudos sobre os dados do novo Censo Agropecuário. Neste quadro, estabeleceu-se um acordo de cooperação técnica entre o IPEA e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), intitulado Projeto de Pesquisa de Equipe para Análise dos dados do novo Censo Agropecuário 2006. Sob o manto deste acordo de cooperação figuraram vários subprojetos, dentre os quais está “O impacto do consumo intermediário na agricultura: uma análise para Brasil e regiões Sul e Nordeste”. Neste trabalho, expomos os principais resultados deste subprojeto, incluindo, além das re-

giões Sul e Nordeste, os dados agregados para o Brasil.

O objetivo central recai sobre o esforço em identificar o grau de externalização dos agricultores em relação aos mercados de produtos e serviços necessários para a efetivação dos processos produtivos no interior dos estabelecimentos agropecuários. Genericamente, isso significa investigar o quanto a aquisição de insumos, produtos e serviços impacta em termos de gastos ao longo do ano, neste caso o ano 2006. Na prática, representa e expressa tudo aquilo que os agricultores não possuem e o quanto necessitam despende recursos financeiros para adquirir, como é o caso das sementes, adubos e fertilizantes, entre outros insumos necessários e que se transformam em outros produtos (por isso são intermediários e não considerados bens ou produtos finais). Em termos quantitativos, este processo pode ser identificado de duas maneiras: uma delas é quantificar os gastos dos agricultores na aquisição de bens e serviços e a outra forma é quantificar o quanto estes gastos representam do valor total da produção agropecuária, neste caso dando uma dimensão quantitativa ao grau de externalização, na medida em que permite identificar o volume de recursos gastos pelos agricultores ao longo do ano, quer seja agricultura familiar ou não familiar.

Este trabalho trata da análise de um conjunto de dados a respeito das despesas e seus impactos na agricultura familiar e não familiar, tomando o Brasil e regiões Sul e Nordeste como recortes para agregação dos dados. Toda análise comparativa requer cuidado especial. No caso desta pesquisa, a comparação se deu sempre com base em dois critérios: unidades geográficas de agregação dos dados (Brasil, Sul e Nordeste) e entre categorias (agricultura familiar e não familiar). Neste caso, a opção sempre foi comparar níveis de agregação e categorias, e não variáveis ou indicadores. Tomando estes critérios como parâmetros, foi possível contemplar satisfatoriamente os objetivos traçados. Neste intento, foi possível não apenas avançar no nível de conhecimento da agricultura brasileira, sulista e nordestina, mas também em termos de categorias de agricultores.

Não se sabe ao certo qual a participação dos gastos com custeio e manutenção que o agricultor tem ao longo do ano no estabelecimento agropecuário em relação ao valor da produção. No entanto, as informações dão conta de que os custos de produção têm crescido consideravelmente nos últimos anos. Da mesma forma que o formato ou padrão tecnológico, que identifica o nível de capitalização em termos de estrutura produtiva, o montante de gas-

tos com manutenção e custeio do estabelecimento caracteriza uma das mais importantes dimensões da agricultura, independente da sua localização e se é familiar ou não familiar. No entanto, é fundamental reter que a intensidade e o formato com que a agricultura se vincula aos mercados de produtos, serviços e insumos agropecuários possuem relação estreita e de grande capacidade explicativa do próprio sucesso – ou insucesso – em termos de rendimento e remuneração dos ativos agrícolas.

Uma das saídas, o aumento dos índices de produtividade não tem se demonstrado suficiente para absorver o impacto do aumento dos custos de produção, caracterizando um verdadeiro *squeeze* (aperto, estrangulamento) da rentabilidade da agricultura, efeito captado por uma série de estudos e pesquisas tanto em nível de Brasil quanto em outros países. Isso reforça e explicita uma das principais facetas da agricultura brasileira: altamente dependente de insumos externos. A proposta deste trabalho se inscreve justamente na perspectiva de quantificar e qualificar a intensidade e o formato deste processo, através de um conjunto de variáveis que compõe o que a literatura denomina de consumo intermediário, e também outras variáveis que informam sobre os custos de manutenção de custeio dos estabelecimentos agropecuários a partir do Censo Agropecuário 2006, embora não haja consenso a respeito deste conceito.

A escolha das regiões Sul e Nordeste se deu basicamente pelo fato destas regiões concentrarem número muito expressivo de estabelecimentos agropecuários e das disparidades sociais e econômicas já consagradas na literatura, seja em termos de dinâmicas mais amplas, de desenvolvimento ou de dinâmicas especificamente relacionadas ao desenvolvimento. Esta escolha, quando vinculada aos recortes entre agricultura familiar e não familiar, permite captar características importantes dos estabelecimentos e dos agricultores destas distintas regiões.

Demonstrada a importância do assunto, este estudo pretende avaliar os impactos do consumo intermediário para agricultores familiares e não familiares nas Regiões Nordeste e Sul, além do Brasil. Para tanto, objetiva-se caracterizar as principais despesas realizadas pelos estabelecimentos agropecuários, avaliar a participação dos tipos de gastos com produtos/serviços de consumo intermediário e estabelecer relações que sinalizem a situação econômica dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, em termos de impacto com essa despesa. Na realização da pesquisa, foram utilizados os dados do Censo Agropecuário de 2006.

2 A mercantilização do rural brasileiro

A mercantilização é um fenômeno distintamente reconhecido por aqueles que se dedicam ao estudo das transformações pelas quais passam as populações nas diversas esferas de organização da vida em sociedade. Não obstante a importância do fenômeno, o termo mercantilização muitas vezes é utilizado sem ressalvas, com a pretensão de explicar considerável (senão toda) parcela das transformações do capitalismo contemporâneo. Contudo, o fato é que, embora remeta aos clássicos da sociologia, notadamente a Marx, apenas recentemente o processo de mercantilização passou a ser estudado com mais profundidade, revelando, por um lado, as controvérsias de sua definição e, por outro, as dimensões e os limites deste processo. No Brasil podem ser citados os trabalhos de Graziano da Silva (1996) e Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi (1997) como os pioneiros na introdução deste debate nos estudos rurais, trazendo substanciais dados que atestavam as transformações no mundo do trabalho das pessoas residentes no meio rural, bem como as mais distintas formas de uso do rural.

No quadro mais amplo, especialmente em relação à literatura internacional, o surgimento desta discussão foi, antes de tudo, uma crítica à perspectiva da *commercialization*, que tinha como principal expoente Theodor Schultz. Schultz (1964) afirma que o problema do desenvolvimento capitalista na agricultura estava associado aos entraves à completa racionalidade por parte do agricultor no uso dos fatores de produção e, conseqüentemente, à sua dificuldade de inserção nos mercados (a qual é medida pela quantidade de produção comercializada *vis-à-vis* o volume total produzido). Acusada de dar ênfase excessiva à teoria e de ter uma visão linear do desenvolvimento e da agricultura, a “teoria da comercialização” viu, então, emergir ao seu lado a perspectiva da *commoditization* a partir de um conjunto de autores preocupados em superar o impasse marxista sobre a permanência das formas familiares de produção.

É, sobretudo, nas análises de Jan Douwe van der Ploeg que o tema da mercantilização da agricultura recebe um lugar de destaque. Inicialmente, ele surge associado às mudanças nas relações de trabalho e produção no interior das unidades familiares (PLOEG, 1990, 1992). Nesta época, o autor retoma a definição marxiana, focalizando os microprocessos aí enraizados para, então, sugerir a existência de distintos “graus de mercantilização”. Estes são operacionalizados pelo cálculo da proporção entre a quantidade de mercadorias mobilizadas pelos agricultores nos diversos circuitos mercantis

e os valores de uso reproduzidos no ciclo de produção anterior interno à unidade agrícola, de modo similar à perspectiva mais convencional do conceito de mercantilização.

Nestes termos, Ploeg (1992) demonstra que o processo de produção agrícola se dá pela mobilização de recursos adquiridos no mercado e recursos (re)produzidos internamente, sendo que a intensidade das trocas depende da capacidade de mobilização dos referidos recursos. Isso implica a existência de graus de mercantilização que refletem o nível em que as relações mercantis penetram no processo de trabalho e de produção agrícola, não sendo, no entanto, passíveis de generalização para todas as atividades agrícolas no espaço e no tempo. No entanto, é importante ter claro que não há nenhum tipo de determinismo no que diz respeito à passagem de uma condição à outra – de total autonomia para total dependência, por exemplo – mas que os vínculos mercantis podem ser múltiplos e ter, também, reflexos distintos em termos de práticas, estratégias e estilos de agricultura.

O resultado final deste processo é a separação do controle da unidade de produção dos próprios agricultores, fazendo com que a gestão fique sob a direção de um sistema de relações técnico-administrativas coordenadas exogenamente. Da mesma forma, também ocorre uma alteração substancial dos parâmetros sobre os quais os agricultores planejam e executam suas estratégias e uma transformação completa do processo de reprodução (PLOEG, 1985).

Ploeg (2010) chama a atenção para a nova dinâmica imposta ao campo e alerta para o fato de que, ao invés de autonomia, existe agora uma densa e ampla rede de relações de dependência que incide tanto sobre o acesso aos insumos quanto sobre o escoamento da produção. Nesse novo cenário, se antes os produtores conseguiam organizar e desenvolver a produção de insumos dentro da própria unidade produtiva, com a criação dos modernos “pacotes tecnológicos” advindos do processo de modernização do campo e que potencializam a produtividade, esses agricultores passam a absorver mais insumos industrializados na produção e, assim, externalizam partes desse processo produtivo, à medida que deixam de realizar determinadas atividades que compõem etapas da produção, transferindo-as a agentes externos. Esse contexto é um nítido reflexo dos processos de modernização e industrialização do espaço rural (ARAÚJO; SCHUH, 1975; ALBUQUERQUE; NICOL, 1987).

Se por um lado a modernização é entendida como a mudança nas bases técnicas da produção agrícola, trazendo a mecanização para o contexto dos sistemas produtivos, e transformando o modelo de produção artesanal dos camponeses em um modelo produtivista, a industrialização envolve a ideia de que a agricultura está se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, que compra insumos e produz matérias-primas para outros setores da economia (PAIVA, 1971; KAGEYAMA, 1990).

Esse estreitamento de vínculos entre os agricultores e os mercados é denominado de mercantilização e esse fenômeno ocorre, basicamente, em paralelo com as seguintes situações: a) o desaparecimento de uma parcela de autonomia estratégica na mobilização e conversão de recursos econômicos dos agricultores e b) no fortalecimento das relações de trocas em detrimento da reciprocidade familiar (CONTERATO, 2008). A mercantilização dos espaços rurais assume, nesse âmbito, sua máxima expressão, na qual se percebe a transformação das relações sociais acompanhada de uma intensa busca pela ampliação do nível de ingresso econômico familiar, imposta pelos mercados econômicos e caracterizada, nesse caso, pela especialização produtiva e o incremento da produtividade dos fatores de produção.

Neste cenário, a característica mais marcante do campo é a decadência do “complexo rural” e a formação do “complexo agroindustrial” (CAI) que representa a nova forma de organização da atividade agrícola depois da sua modernização e industrialização. O CAI é um conjunto de atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e que exigem a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou família de produtos. (KAGEYAMA, 1990). A agricultura passa a ser inter-relacionada com outras atividades, estabelecendo vínculos diretos com a indústria. Segundo Graziano da Silva (1996), nos CAIs completos, a agricultura está ligada diretamente com a indústria a montante e a jusante, ou seja, relaciona-se com os fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos e com as agroindústrias processadoras dos seus produtos. Este processo envolveu a substituição de uma economia natural por atividades agrícolas ligadas à indústria nas quais, como em qualquer atividade econômica, a necessidade do lucro é paralela à necessidade do aumento da produtividade.

A estrutura verticalizada que indica o funcionamento das cadeias produtivas no setor agropecuário é marcada por complexas relações de hierar-

quia e poder. Nesse sentido, o tipo de participação no mercado que cada “modelo” de agricultura em cada região do País consegue obter é bastante distinto, o que acaba por definir níveis distintos de autonomia e dependência. Isso pode ocorrer no interior de uma mesma categoria, seja familiar ou não familiar. Neste sentido, como nem toda agricultura familiar é integrada às cadeias agroindustriais, as situações de subordinação e autonomia também diferem. A montante, esse processo pode se manifestar pela alta dependência de insumos e equipamentos industriais. A jusante, por meio da integração a cadeias mercantis dominadas por grandes empresas dos setores de processamento e distribuição. Essas duas formas de subjugação a conglomerados empresariais se refletem em altos custos de produção, o que acreditamos ter importante poder explicativo dos altos gastos com consumo intermediário da agricultura familiar na Região Sul do País.

Abramovay (1999) e Abreu (2005) consideram que uma das formas dos pequenos agricultores familiares se incluírem nas cadeias produtivas é por meio de cooperativas, que facilitam o acesso dessa categoria ao crédito financeiro e promovem a integração desses produtores com os mercados, tanto na etapa de aquisição de insumos produtivos como na venda da produção. Nesse caso, o sistema cooperativista agroindustrial caracteriza-se pela associação de um grupo de produtores, geralmente com uma base cultural comum, envolvidos com atividades agropecuárias específicas. Este grupo se reúne sob um arcabouço organizacional e institucional próprio, voltado especialmente para ganhos de escala e de poder perante fornecedores e clientes. Este autor acredita que o cooperativismo, principalmente o agropecuário, pode ser a solução para muitos dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, visto que sofrem constantemente com as dificuldades para sobreviver perante a crescente globalização econômica. Serve como papel de horizontalização e verticalização da produção (como exemplo pode-se citar a compra de insumos diretos de fábricas e em maiores quantidades, gerando custos menores), conforme Ilha (2006). Enquanto os sistemas cooperativistas têm uma dinâmica que os distingue da agroindústria privada, na medida em que estão enraizadas nos recursos de uma região específica e a sua “razão de ser” é a valorização da produção de seus membros, para a agroindústria privada a produção agrícola é simplesmente um insumo a ser obtido sob as condições mais favoráveis possíveis, mesmo que isto signifique mudança de investimentos para fora da região ou a importação de produtos de outros lugares e países (WILKINSON, 1997).

Concomitantemente ao surgimento e adesão dos agricultores às cooperativas, ocorre também uma integração maior dessa categoria aos mercados agroindustriais, à medida que o vínculo que os agricultores passam a ter com as cooperativas possibilita que elas tenham certo grau de controle sobre o processo produtivo dos agricultores, muitas vezes implicando: a) maior rigor em relação à aplicação das recomendações técnicas a serem seguidas, b) acompanhamento mais rígido do tempo de produção e das metas a serem alcançadas e um engessamento crescente dos custos fixos de produção, o que sempre acaba afetando a margem de lucro do produtor e c) dependência das cooperativas para a aquisição de insumos e de crédito (SCHNEIDER, 2006). Nota-se, ainda, que alguns sistemas agroindustriais brasileiros se beneficiam duas vezes com os associados: primeiro porque delega a ele a função de fornecedor de matérias-primas para a transformação na indústria e, depois, porque vende insumos para esses agricultores produzirem, tais como fertilizantes, rações, defensivos agrícolas, etc. (WILKINSON, 1997). Em seu conjunto, tais aspectos oferecem importantes elementos na definição de um quadro de vinculação institucional e produtiva extremamente verticalizada, revelando um quadro muito claro de baixíssima margem de manobra por parte dos agricultores no ordenamento e condução de suas práticas produtivas.

3 O squeeze da agricultura

O aumento da produtividade na agropecuária brasileira é um fato constatado tanto pelos índices de Produtividade Total e Parcial dos Fatores de Produção como pelos recordes das safras agrícolas brasileiras observados nos últimos tempos (DIAS; AMARAL, 2000). Uma vez que este objetivo foi conquistado, seria de se esperar que se alterasse, também, a situação financeira dos agricultores (DIAS, 2009). Entretanto, duas situações puderam ser evidenciadas: a queda dos preços agrícolas, que pode ser justificada pelo aumento da produtividade, e o aumento considerável da participação das despesas dos agricultores para produzir, em função do aumento intensivo do uso de produtos classificados como consumo intermediário (BRANDÃO et al., 2005).

Esta segunda situação, pode ser evidenciada quando tomamos de empréstimo informações acerca das fontes de crescimento da agricultura brasileira, na medida em que isso se materializou em taxas expressivas de crescimento nos índices de produtividade dos fatores de produção, o que foi largamente estimulado pela incorporação de um pacote tecnológico altamente indutor de práticas e inova-

ções exógenas ao estabelecimento agropecuário. Desta forma, Gasques et al. (2010) detalham que as áreas de terras cultivadas ao longo do período 1975 a 2009 passaram de 209 milhões de hectares (lavouras e pastagens) para 219 milhões de hectares. A participação desse fato no custo total, que era de 38,3% no início do período, passou para 36,2%. Isto significa que a terra continua sendo um importante componente nos custos da agricultura. A mão de obra, cujo pessoal ocupado era de 14,3 milhões de pessoas, passou para 12,0 milhões em 2009. Sua redução no custo foi expressiva, passando de 55,0% do custo de produção para 39,0% do início do período até 2009. Por fim, máquinas agrícolas automotrizes, cuja participação nos custos dobrou no período, passaram de 4,2% do custo para 8,8%.

A Tabela 1 contribui com o entendimento sobre os fatores do aumento da Produtividade Total dos Fatores (PTF) da agricultura brasileira ao apresentar os índices das fontes de crescimento do produto agropecuário por período. Assim, em média, no período de 1975 a 2010, o produto cresceu 3,74% ao ano, conforme se observa na Tabela 1. Nos últimos 10 anos o crescimento foi de 4,75%, e nos últimos 5 anos de 3,81%.

Tabela 1 – Fontes de crescimento da agricultura brasileira. Taxas de crescimento dos índices parciais de produtividade: trabalho, terra e capital – Brasil (1975 a 2010)

Especificações	Taxas médias anuais de crescimento			
	1975-2010	1991-2010	2001-2010	2006-2010
Crescimento do Produto	3,74	4,65	4,75	3,81
Insumos	0,12	0,05	-0,53	-0,89
Fontes de crescimento				
Trabalho	-0,24	-0,43	-0,5	-1
Terra	0,01	-0,07	-0,29	-0,12
Capital(1)	0,35	0,56	0,26	0,22
Produtividade Total dos Fatores (PTF)	3,62	4,6	5,31	4,75

Fonte: Gasques, et al., 2010.

(1) Capital inclui fertilizantes, defensivos e máquinas.

No período como um todo há crescimento de 0,12% ao ano no uso de insumos. Por outro lado, o crescimento do produto (3,74%) é mais expressivo. E como a taxa de crescimento da PTF (3,62) é obtida pela diferença entre o crescimento do produto (3,74%) e o crescimento do uso de insumos (0,12%), o aumento da PTF é justificado pela melhoria da eficiência produtiva. Esse padrão de crescimento da PTF é bastante diferente daquele caracterizado no início da modernização agrícola, ou seja, as

décadas de 1970 e 1980, nas quais o crescimento da produtividade era motivado pelo aumento no uso de insumos (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2000; GASQUES et al., 2010). Gasques et al. (2010) acrescentam para o debate ao identificar algumas mudanças observadas na composição dos insumos, como fatores de gasto entre os anos de 1970, 1995/1996 e 2006. Sendo assim, na Tabela 2, o que mais chama atenção é o custo do pessoal ocupado, que, em 1970, representava 51,0% do custo total e, em 2006, baixou para 16,1%. Tratores também tiveram grande incremento de participação no custo, passando de 7,0%, em 1970, para 17,8%, em 2006. Energia elétrica, adubos e corretivos e óleo diesel também apresentaram elevações expressivas em seu peso nos custos da produção agropecuária.

Tabela 2 – Participação dos insumos – Brasil (1970, 1995-1996 e 2006)

	1970	%
Pessoal ocupado		51,0
Terra		33,3
Valor dos estoques de tratores		7,0
Adubos e corretivos		3,7
Lenha		1,4
Agrotóxicos		1,3
Gasolina		0,8
Óleo diesel		0,7
Querosene		0,4
Energia elétrica comprada		0,2
Gás liq. Petróleo		0,1
Total		100,0
	1995/1996	%
Pessoal ocupado		46,5
Terra		23,0
Valor dos estoques de tratores		17,1
Adubos e corretivos		6,0
Agrotóxicos		3,0
Óleo diesel		2,4
Energia elétrica		1,4
Lenha		0,4
Gasolina		0,3
Álcool		0,1
Bagaço		0,0
Total		100,0
	2006	%
Terra		30,7
Valor dos estoques de tratores		17,8
Adubos e corretivos		16,3
Pessoal ocupado		16,1
Agrotóxicos		9,9
Energia elétrica comprada		4,6
Óleo diesel		3,3
Lenha		0,7
Gasolina		0,6
Álcool		0,1
Bagaço		0,0
Total		100,0

Fonte: Gasques et al., 2010.

A Tabela 2 é bastante elucidativa no que diz respeito à evolução do perfil dos principais custos de manutenção em que se apoia a agropecuária brasileira. No auge do processo de modernização (década de 70), os gastos com mão de obra representavam mais de 50% do valor total dos custos, demonstrando que o progresso tecnológico ainda buscava se enraizar no meio rural brasileiro, tornando ainda indispensável a força de trabalho manual. Acrescido o gasto com terras na década de 70, os gastos com estes insumos alcançavam 84,3% do total. A concentração dos gastos com insumos permanece em meados dos anos 90, porém com uma relativa desconcentração, visto que os valores correspondentes ao estoque de tratores, gastos com adubos e corretivos e agrotóxicos passam a figurar como centrais na manutenção dos estabelecimentos agropecuários, que até a década de 1970 tinham impacto bem menor. Isso demonstra o sucesso na incorporação do progresso tecnológico e que o pacto tecnológico, antes restrito à incorporação de máquinas e equipamentos, passa a abranger também a indústria química.

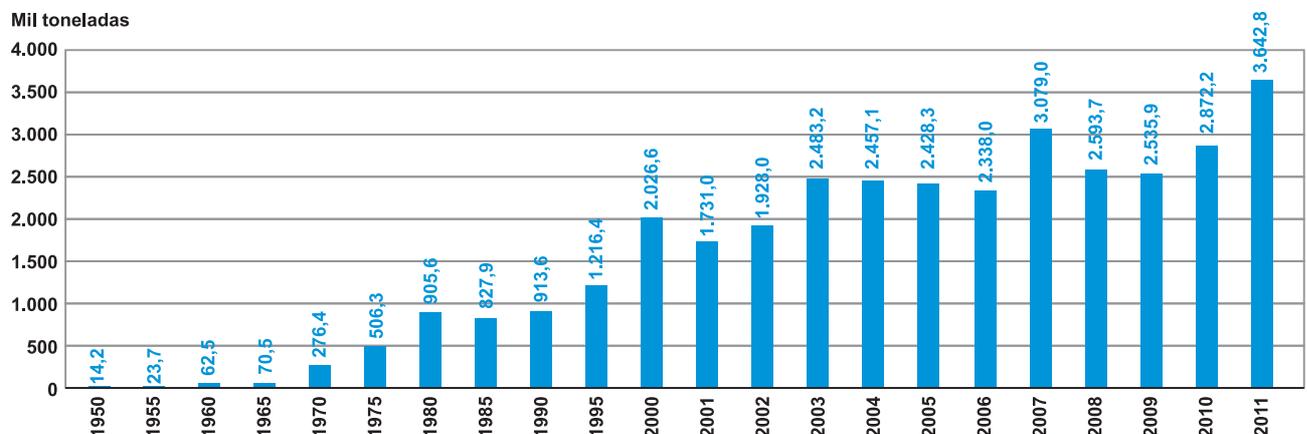
A desconcentração dos gastos é ainda maior em 2006, quando os gastos com energia elétrica e óleo diesel passam a figurar como importantes na manutenção dos estabelecimentos agropecuários. Além disso, cabe destacar duas mudanças importantes em relação aos períodos anteriores. A primeira é a de que os gastos com mão de obra passam a figurar em quarto lugar no ranking, sendo que nos períodos anteriores figuravam em primeiro lugar. A segunda mudança importante é a de que as despesas com adubos e corretivos, que até então tinham participação relativamente pequena, agora repre-

sentam mais de 16% do custo total. Além disso, é importante registrar que os defensivos agrícolas, que até meados da década de 90 representavam 3,0% do total de dispêndios, agora representam 10,0%. Em síntese, pode-se afirmar que houve uma ampliação do leque de insumos adquiridos nos mercados e que passaram a ser essenciais na manutenção dos estabelecimentos agropecuários.

No que diz respeito à queda dos preços agrícolas, Barros (2010) informa que houve queda real – cerca de 75% – nas cotações em dólar dos preços mundiais dos alimentos no período de 35 anos (1975 a 2009), fato que se repete no Brasil para produtores e consumidores. Uma reversão de tendência se deu em 2007-2008, por conta da crise das *commodities*. No cenário externo, três fatores parecem compor o quadro que levou a tão expressiva queda de preços: i) a concentração mundial das empresas que operam a jusante e a montante da agropecuária (verticalização da cadeia); ii) o amplo protecionismo dos países mais ricos à sua agropecuária e iii) o aumento da produtividade agrícola (BARROS, 2010). Por outro lado, o que se observa em relação ao uso de fertilizantes é aumento contínuo ao longo do tempo.

A Figura 1 discrimina a evolução no consumo de fertilizantes, especificamente Nitrogênio (N) como sendo um dos indicadores do processo de modernização ocorrido na agricultura nos últimos anos. Na concepção de Contini et al. (2010) o aumento no uso de fertilizantes na agropecuária brasileira está relacionado à recuperação da fertilidade dos solos, e, em áreas com pouco uso produtivo, como o Cerrado, e para a correção dos solos.

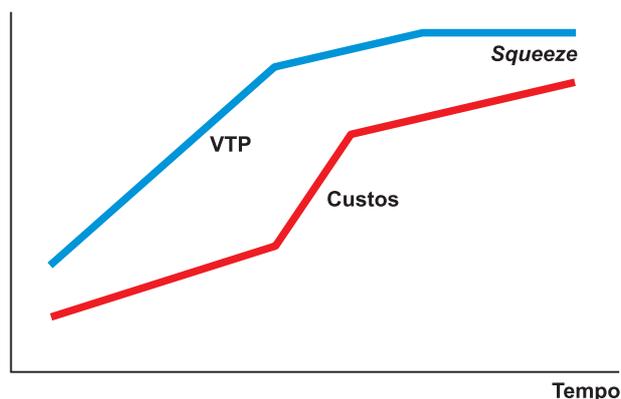
Figura 1 – Evolução do consumo aparente de fertilizantes (Nitrogênio) - Brasil (de 1950 a 2011, em mil toneladas)



Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), 2012.

A queda nos preços das *commodities* e o aumento da participação das despesas nos custos de produção para os agricultores caracteriza o que Ploeg (2006) chamou de duplo *squeeze* da agricultura. Conforme a Figura 2 apresenta, o primeiro *squeeze* é caracterizado pela pressão de grupos agroindustriais do agronegócio que forçam para baixo os preços pagos pelos produtos aos agricultores, e o segundo *squeeze* é marcado pelo aumento dos custos de produção.

Figura 2 – O *squeeze* da agricultura



Fonte: adaptado de Ploeg et al., 2000.

Neste entendimento, Ploeg (2006) alerta que “as relações na agricultura estão em crise”. Na visão do autor, essa “crise” se deve às pressões externas exercidas sobre os agricultores: de um lado, o aumento dos custos produtivos, do outro, a estagnação ou mesmo queda dos preços de venda. O resultado disso é que há um crescente aumento da dependência dos agricultores em relação aos agentes externos, o que se configura como um agravante na situação dos agricultores familiares, já que nesse caso os custos com a produção impactam sobre um resultado econômico de escala produtiva limitada e, dessa forma, a intensidade desse impacto em relação ao lucro auferido é ainda mais preocupante.

Como reflexo dessa situação em que os pequenos produtores são os mais afetados pelo *squeeze* da agricultura, a produção agrícola está cada vez mais concentrada com grandes empresas do agronegócio, tendo em vista a necessidade de aumento da escala produtiva e a demanda pelo uso de modernas tecnologias. No entanto, o agricultor que adota a última palavra em tecnologia não está participando de um mercado sustentável por si só. Isso ocorre porque, como resultado da implantação de novas tecnologias, esse agricultor percebe a redução dos custos de produção unitária, já que ele consegue obter melhor produtividade com o aumento do *output* da produção e, assim, obtém lucros. Outros produtores, entretanto, também irão adotar no-

vas tecnologias e, assim, conseguirão melhorar a produtividade. Mais produtos no mercado forçarão a queda dos preços das *commodities*. A ideia é a de que o sistema de pesquisa agropecuário e a indústria de insumos produzem inovações tecnológicas mais produtivas e redutoras de custos de produção que, quando difundidas, acabam se refletindo em menores preços dos produtos. Pressões desse tipo dão origem ao que é conhecido como *treadmill* (ARAÚJO; SCHUH, 1975; VEIGA, 1994).

Para Owen (1966), a pressão do mercado competitivo força a produção crescente dos alimentos a custos progressivamente mais baixos. Isto significa que, nestas circunstâncias, os beneficiários do progresso tecnológico na agricultura são automaticamente transferidos para os intermediários da produção, e os consumidores assim que o impacto cumulativo das inovações tecnológicas aumente a oferta global de produtos primários, o que produz queda nos preços médios. Esta tendência geral é muitas vezes atribuída à própria dinâmica do setor, ao passo que os produtores de mercadorias compram insumos em mercados oligopolizados (poucas firmas produzem os insumos e por isso podem interferir no preço dos insumos aos produtores) e vendem suas produções em mercados concorrenciais (muitos produtores produzindo e, por isso, não podem influenciar o preço de venda).

Este processo, por sua vez, mitiga rapidamente os lucros dos agricultores, que constituem a vanguarda no processo de mudança tecnológica, necessário para a continuidade das atividades no campo, trazendo precárias condições de desenvolvimento rural às famílias rurais e fazendo com que o campo seja um exportador de renda para outros setores da economia (PLOEG, 2006). Neste cenário, em que os custos de produção constituem importantes fatores do processo produtivo, incorpora-se a compreensão sobre a interferência dos produtos de consumo intermediário, grandes vilões dos custos de produção, sobre o resultado econômico dos estabelecimentos agropecuários e a racionalidade econômica que os agricultores familiares e não familiares utilizam nesse processo.

4 O consumo intermediário e a racionalidade econômica dos agricultores

O consumo intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo produtivo (exceto a força de trabalho). Estão incluídas as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas, embalagens, além de outros produtos que possam ser considerados insumos ou matérias-primas

(KAGEYAMA, 1990). O aumento da participação dos produtos de consumo intermediário sobre os custos de produção foi consequência da modernização do campo. Essa constatação é preocupante, à medida que a proporção de consumo intermediário sobre o Valor da Produção (VP) ou Valor Bruto da Produção (VBP) revela o grau de dependência que os agricultores têm com agentes externos para a aquisição dos fatores de produção (KAGEYAMA, 1990; PERONDI, 2007; NIEDERLE, 2007).

Como se pode observar na Tabela 3, o consumo intermediário sobre o valor de produção, que em 1939 representava 10%, ao final da década de 60 assume a proporção de 25%, e nos anos 80 chega a quase 40%. Nota-se que a intensificação desse crescimento ocorre na década de 60, quando há a industrialização da agricultura. O Estado desempenhou um papel importante nesse processo: estimulou o crédito rural e a expansão das indústrias por meio de vários incentivos (KAGEYAMA, 1990).

Tabela 3 – Proporção de consumo intermediário sobre o valor de produção (em %) na agricultura – Brasil (1939 – 1980)

Ano	Consumo Intermediário/VBP (%)	Taxa de variação (% ao ano)
1939	10,0	-
1949	11,1	1,0
1954	13,2	3,5
1959	14,3	1,6
1965	21,5	7,0
1968	25,1	5,3
1970	27,6	4,9
1975	34,4	4,5
1980	38,7	2,4

Fonte: Kageyama, 1990.

Marques et al. (1987) identificaram a forte presença dos insumos industrializados na produção agrícola paulista: 77% dos produtos de consumo intermediário eram industrializados, contra 23% de origem agrícola. Essas investigações corroboram com as pesquisas de Ribeiro e Gheventer (1983), que também demonstram um crescimento percentual no uso de produtos de consumo intermediário de origem industrial, sendo esse mais acelerado do que os de origem agrícola, indicando maior grau de dependência dos agricultores aos mercados.

As despesas com aquisição de produtos classificados em consumo intermediário representavam 44% sobre o total de despesas realizadas pelas unidades produtivas, contra 32% das despesas com investimentos e manutenção e 24% das despesas com remuneração do trabalho. Entre as despesas de produtos de consumo intermediário

que exerceram maior representatividade sobre o total de gastos estão: adubos (15%), combustíveis e lubrificantes (9%) e os defensivos (6%) (MARQUES et al., 1987).

Ribeiro e Gheventer (1983) acrescentam ao debate à medida que trazem dados sobre a interferência do CI/VP, comparando Brasil, regiões e Estados. Em quase uma década, enquanto a proporção do CI/VP decresceu no Nordeste (de 25,96% para 22,97%), na Região Sul essa proporção aumentou (de 30,05% para 36,14%). Ao analisar a agricultura regional brasileira, Hoffmann et al. (1985) observam que, embora essas características entre a agricultura da Região Nordeste e a Sul já fossem marcantes devido à própria evolução histórica, essas peculiaridades foram acentuadas por conta das políticas de desenvolvimento produtivistas que foram desiguais para essas regiões, desfavorecendo a agricultura da Região Nordeste e fornecendo subsídios para a agricultura na Região Sul.

Além das peculiaridades pertinentes aos espaços geográficos que demonstram as diferenciações no uso dos produtos de consumo intermediário, alguns autores (PAYÉS, 1997; CANZIANI, 2001; GUANZIROLI et al., 2001; LIMA, 2005; SOUZA FILHO; BATALHA, 2005) admitem que o pequeno produtor rural, seja ele classificado na agricultura familiar ou mesmo sendo apenas um pequeno agricultor, possui racionalidade econômica diferenciada no que tange ao comparativo com os agricultores que produzem em larga escala produtiva. Essa racionalidade econômica diferenciada com que os pequenos produtores rurais administram e executam as atividades da unidade produtiva constitui um dos principais aspectos que impactam no resultado econômico das unidades de produção agropecuária.

Os agricultores familiares costumam adotar sistemas intensivos e diversificados de produção, à medida que optam por modais que visam maximizar o resultado físico e econômico por unidade de superfície, através de um dispêndio importante de trabalho e/ou capital fixo e circulante proporcionalmente à superfície. Para Guanziroli (2000), apenas 11,5% dos estabelecimentos familiares no Brasil apresentam uma produção *muito especializada*, em que um único produto atinge 100% do valor bruto de sua produção. A adoção de sistemas diversificados de produção permite obter um valor agregado e uma renda mais elevada por hectare do que os sistemas extensivos, ao contrário dos sistemas intensivos que serão rentáveis apenas em superfícies maiores, além da área mínima para reproduzir uma unidade de trabalho também ser maior nos sistemas extensivos (LIMA, 2005).

5 Dados e procedimentos metodológicos

Utilizando-se da base de dados do Censo Agropecuário 2006, a pesquisa procura evidenciar os aspectos mais relevantes sobre a agricultura familiar, classificada pela Lei nº 11.326, e a agricultura não familiar, no Brasil e nas regiões Nordeste e Sul do País, e tem como objeto central de estudo avaliar especialmente o impacto do consumo intermediário na agricultura familiar e não familiar. Para tanto, a metodologia utilizada neste estudo segue a linha proposta por Lima (2005). O Censo Agropecuário foi utilizado em larga escala, sendo a fonte de dados principal dos trabalhos realizados. Foram respeitados todos os critérios técnicos utilizados pelo Censo Agropecuário, inclusive enquanto definições de estabelecimento familiar e não familiar, níveis de agregação dos dados, bem como a definição de estabelecimento agropecuário, tal como definido pelo IBGE. A organização e devida tabulação dos dados foi efetuada através de planilhas do Microsoft Office Excel, com o objetivo de facilitar a visualização e análise das variáveis selecionadas.

Enquanto a análise dos Valores de Produção na agropecuária compreende a representatividade dos grupos de atividade econômica e suas médias de Valor Bruto de Produção por regiões, as despesas, de acordo com a disponibilidade de dados do Censo, puderam ser dimensionadas em quatro tipos diferentes: a) *consumo intermediário*: adubos, corretivos do solo, sementes e mudas, sacarias e embalagens, compra de animais, agrotóxicos, medicamentos para animais, sal e rações (industrializados ou não industrializados), serviços de empreitada, compra de matéria-prima para a agroindústria, aluguel de máquina, energia elétrica, combustíveis. As demais despesas consideradas, excluídas as inscritas no consumo intermediário, foram: b) arrendamento, salário pagos a membros da família e a empregados permanentes; c) armazenamento, transporte, impostos e juros; e d) outras despesas. Em seu conjunto, os gastos com consumo intermediário e as demais despesas compuseram o total de gastos dos estabelecimentos agropecuários considerados neste trabalho.

A unidade de investigação é o estabelecimento agropecuário, tal como definido pelo IBGE. Todas as variáveis utilizadas foram agregadas de tal forma que permitissem comparar a agricultura familiar e não familiar nos seguintes níveis: Brasil, Regiões Sul e Nordeste. Estes níveis de agregação seguiram critérios bastante objetivos, nos quais se destacam a abrangência nacional e a comparação entre duas grandes regiões, entre as quais a literatura consagra significativas diferenças quanto à

dinâmica da agricultura. Não bastassem os critérios objetivos, cabe destacar o próprio papel do IPEA no planejamento Nacional e nas grandes Regiões, o que por si só denota papel de destaque deste reconhecido Instituto no reconhecimento das dinâmicas nacionais e regionais de desenvolvimento, o que inclui o desenvolvimento rural.

Conceitualmente há duas formas de indicar a mensuração dos custos: através dos custos explícitos e dos custos implícitos. Os *custos explícitos*, cujos valores podem ser mensurados de forma direta, são determinados de acordo com os preços praticados pelo mercado, admitindo-se que os mesmos representam seus verdadeiros custos de oportunidade social. Situam-se nesta categoria os componentes de custo que são *desembolsados* pelo agricultor no decorrer de sua atividade produtiva, tais como insumos (sementes, fertilizantes e agrotóxicos), mão de obra temporária, serviços de máquinas e animais, juros, impostos e outros. Nesta categoria, enquadram-se os componentes do consumo intermediário e os demais custos. Já os *custos implícitos*, são os não diretamente desembolsados no processo de produção, visto que correspondem à remuneração de fatores que já são de propriedade, mas não podem deixar de ser considerados, uma vez que se constituem, de fato, em dispêndios. Sua mensuração se dá de maneira indireta, através da imputação de valores que deverão representar o custo de oportunidade de seu uso. Nesta categoria, enquadram-se os gastos com depreciação de benfeitorias, instalações, máquinas e implementos agrícolas e remuneração do capital fixo e da terra.

Neste sentido, os custos com depreciação, também identificados como custos fixos, não foram considerados, na medida em que o Censo Agropecuário identificou apenas os bens e seus valores em 31/12/2006, não imputando nenhuma depreciação, apenas indicando o valor declarado pelo agricultor. A ausência de dados através do Censo Agropecuário nos impôs esta limitação e somos sabedores que isso resulta em uma subestimação dos custos. Gasques et al. (2010) informam sobre a possibilidade de trabalhar com os valores referentes à depreciação do estoque de tratores através do Censo Agropecuário. Há métodos para estimar a depreciação via Censo Agropecuário, porém a dificuldade em estimar estes valores implicou abandonar esta possibilidade, assumindo o risco que isso significa em termos de análise.

No que diz respeito aos custos com arrendamentos, salários, armazenamento, transporte, entre outros de menor monta, os mesmos não foram enquadrados no conceito de consumo intermediário

pelo fato de representarem insumos incorporados, mas que não se transformam em produtos finais, como ocorre com os insumos conceitualmente tratados como intermediários. Isso implica reconhecer que custos importantes, como salários pagos e arrendamentos, apesar de não se encaixarem enquanto intermediários, impactam significativamente no total dos custos como já destacado nas análises anteriores e ao longo das próximas seções. Apesar de a agricultura brasileira ser cada vez mais intensiva em capital, há um volume importante de recursos destinados ao pagamento de salários, quer dizer, custos com mão de obra. Isso está mais presente na agricultura não familiar, mas também representa impacto na agricultura familiar. Historicamente, os custos de manutenção e custeio dos estabelecimentos sempre foram objeto de interesse de pesquisadores e o aprimoramento em termos de qualidade dos dados impõe que estas ressalvas sejam indicadas.

6 A agricultura a partir do censo agropecuário 2006: alguns dados para Brasil e regiões Sul e Nordeste

Nesta seção do texto, será possível avançar no que diz respeito à apresentação e análise dos dados que informa sobre valor da produção agropecuária, despesas e consumo intermediário. Em seu conjunto estes indicadores contemplam a questão central, que é a de analisar o impacto e as variações regionais dos custos de manutenção e custeio dos estabelecimentos agropecuários em relação ao valor da produção agropecuária. Isso permitirá análise mais apurada acerca dos impactos representados pelos custos de manutenção e custeio nos estabelecimentos agropecuários entre agricultura familiar e não familiar nos níveis de agregação estabelecidos.

6.1 Valor da produção

O Valor da Produção corresponde ao valor obtido do quantitativo entre os valores totais da produção animal, vegetal e do valor agregado da agroindústria. Receitas agrupadas: total da atividade agropecuária. Variável derivada obtida do quantitativo das receitas obtidas com a atividade agropecuária: produtos de origem animal e vegetal.

Quando se considera os valores da produção agropecuária no Brasil para o ano de 2006, contabilizam-se 4,6 milhões de estabelecimentos, sendo que 15% declaram ser de agricultura não familiar e 84% de agricultura familiar. Além disso, evidenciou-se que 91% dos estabelecimentos de agricultura não familiar haviam obtido algum valor de produção naquele ano, enquanto que na agricultura não fami-

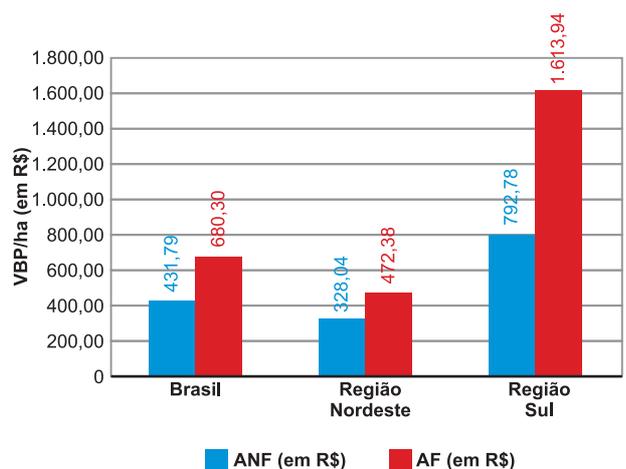
liar esse percentual foi de 89%.

Para os estabelecimentos que obtiveram valor de produção em 2006, o Censo Agropecuário 2006 informa que o valor bruto de produção médio por estabelecimento da produção anual da agricultura familiar no Brasil foi de R\$ 13.963,25/ano, tendo a criação de aves o menor valor médio (R\$ 1.560,65/ano) e a floricultura o maior valor médio (R\$ 17.563,00/ano), enquanto que a agricultura não familiar possui o valor médio de produção de R\$ 148.727,54/ano. A maior parte desse valor estava amparado na floricultura e silvicultura (R\$ 146.904,04/ano e R\$ 147.539,91/ano, respectivamente) e o menor valor médio por estabelecimento ficou com a agroindústria (R\$ 4.001,72/ano).

Conforme lembrado por Hoffmann et al. (1985), as políticas de desenvolvimento produtivista desprivilegiaram a agricultura da Região Nordeste. De acordo com os dados analisados no Nordeste, o valor médio da produção por estabelecimento correspondeu a cerca de metade das médias observadas no Brasil, enquanto que a Região Sul apresentou as melhores médias gerais para essa análise.

Embora o VBP obtido pela ANF seja superior ao da AF, a análise do Gráfico 1 esclarece que a AF consegue obter um VBP/ha mais elevado do que a agricultura patronal. Nesse caso, a AF sulista obteve um VBP de R\$ 1.613,94/ha contra R\$ 792,78/ha da ANF. Já a ANF da Região Nordeste foi a que alcançou o pior desempenho (R\$ 328,04/ha).

Gráfico 1 – Valor bruto da produção por hectare (VBP/ha) – Brasil, regiões Nordeste e Sul



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Os resultados do Gráfico 1 convergem com a literatura que versa sobre a racionalidade econômica diferenciada dos produtores familiares e não

familiares, a qual expressa que os familiares tendem a aproveitar melhor as áreas de que dispõem, uma vez que esse fator produtivo é limitado, e por isso conseguem obter um VBP superior às médias dos não familiares. Muito embora isso não signifique que os patronais são menos eficientes do que os familiares, alerta para o fato de que os patronais podem estar utilizando proporcionalmente menos áreas do que os familiares.

Porém, não se pode avaliar isoladamente o valor de produção das unidades sem considerar os custos de produção. Assim, considera-se que embutidas nesses custos estão as despesas relacionadas ao consumo intermediário, assunto que será abordado com mais abrangência no item seguinte deste trabalho.

6.2 Despesas e consumo intermediário

Foram investigadas todas as despesas realizadas com manutenção e exploração agropecuária do estabelecimento, pagas ou não, em dinheiro ou em produtos; as dívidas contraídas pelo estabelecimento; aquelas relacionadas diretamente com a exploração agropecuária, no caso de entidades militares, sociais, de ensino, pesquisas ou experimentação, que desenvolveram atividades agropecuárias; aquelas realizadas com a manutenção de unidades industriais, desde que não possuíssem CNPJ; e os valores de insumos agropecuários (adubos, agrotóxicos, medicamentos etc.), efetivamente utilizados no ano de referência, mesmo que não tivessem sido pagos em 2006. Foram pesquisados os valores gastos pelo estabelecimento agropecuário em 2006, de acordo com a finalidade: arrendamento ou parcerias de terras, armazenamento da produção, compra de matéria-prima para a agroindústria, transporte da produção, sacarias e embalagens, compra de sementes e mudas, compra de sal e rações (industriais ou não), juros e despesas bancárias, impostos e taxas. Não se considerou o Imposto de Renda pessoal do produtor.

Enquanto a análise dos Valores de Produção na agropecuária compreende a representatividade dos grupos de atividade econômicos e suas médias de Valor Bruto de Produção por regiões, as despesas, de acordo com a disponibilidade de dados do Censo, puderam ser dimensionadas em quatro tipos diferentes: a) *consumo intermediário*: adubos, corretivos do solo, sementes e mudas, sacarias e embalagens, compra de animais, agrotóxicos, medicamentos para animais, sal e rações (industrializados ou não industrializados), serviços de empreitada, compra de matéria-prima para a agroindústria, aluguel de máquina, energia elétrica, combustíveis. As demais despesas consideradas, excluídas as

inscritas no consumo intermediário, foram: b) arrendamento, salários pagos a membros da família e a empregados permanentes; c) armazenamento, transporte, impostos e juros; e d) outras despesas. Em seu conjunto, os gastos com consumo intermediário e as demais despesas compuseram o total de gastos dos estabelecimentos agropecuários considerados neste trabalho.

As despesas, mais especificamente aquelas classificadas como de consumo intermediário, constituem o ponto norteador deste trabalho. Nessa compreensão, consideramos como fonte de entendimento para analisar as distinções desse importante fator para os resultados econômicos dos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar avaliar a externalização e o grau de integração dos produtores aos mercados econômicos e a influência das despesas sobre o resultado econômico dos estabelecimentos.

De acordo com o que foi destacado por Albuquerque e Nicol (1987) e Ploeg (2010), ao mencionarem que um dos reflexos da modernização do campo foi a externalização de atividades que antes eram executadas pelos agricultores e passaram a ser realizadas por agentes externos, o Quadro 1 sinaliza esse fenômeno na agricultura familiar e na não familiar, na medida em que expressa a participação dos estabelecimentos que realizaram despesas em 2006. Nesse sentido, verifica-se que, embora as despesas com arrendamentos e salários tenham sido realizadas pela maioria dos estabelecimentos de agricultura não familiar do Brasil (75,6%) e regiões Nordeste (65,5%) e Sul (88,9%), o percentual de estabelecimentos em relação àqueles que obtiveram algum valor de produção naquele ano, e que realizaram também outros tipos de despesas, assemelha-se aos dois modais de agricultura.

Na Região Sul, por exemplo, esta demonstração é mais evidente, ao passo que a proporção de estabelecimentos de agricultura familiar que realizaram algum tipo de despesa como a compra de animais (40%), adubos (71%), agrotóxicos (65%) e aluguel de máquinas (1%) foi superior às mesmas despesas realizadas pela agricultura não familiar (39%, 67%, 59% e 0,8%, respectivamente), o que exemplifica o estreito vínculo da agricultura familiar e patronal com os mercados econômicos.

A Região Nordeste, ao contrário da Região Sul e do Brasil, apresentou menor proporção de estabelecimentos em que as atividades foram externalizadas a agentes do mercado, exceto quando se trata das despesas com aquisição de sacarias e embalagens. A proporção de estabelecimentos de

agricultura familiar nessa região só é superior ao da patronal quando se trata do número de estabelecimentos que realizaram despesas com energia elétrica (61,6% ANF e 61,6% ANF), muito embora essa proporção fique abaixo daquelas registradas para o Brasil (76,1% ANF e 69% AF) e para a Região Sul (88,1% ANF e 86,8% AF).

Quadro 1 – Grupos de despesas realizadas - Brasil, regiões Nordeste e Sul.

Brasil e regiões	Tipo de despesa	% da desp. da ANF s/ o total	% da desp. da AF s/ o total
Brasil	Arrendamentos e Salários	25,2%	11,2%
	Armazenamento, transporte, impostos e juros	5,5%	4,5%
	Outras despesas	3,7%	6,3%
	Consumo intermediário	65,6%	78,0%
	Total	100,0%	100,0%
Nordeste	Arrendamentos e Salários	25,8%	15,0%
	Armazenamento, transporte, impostos e juros	6,0%	2,9%
	Outras despesas	3,7%	9,5%
	Consumo intermediário	64,5%	72,7%
	Total	100,0%	100%
Sul	Arrendamentos e salários	22,8%	7,6%
	Armazenamento, transporte, impostos e juros	5,4%	5,6%
	Outras despesas	3,6%	6,0%
	Consumo intermediário	68,3%	80,9%
	Total	100,0%	100%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

O Quadro 2 ainda desperta a atenção pelo alto percentual de estabelecimentos que realizaram despesas com produtos de consumo intermediário. Essa análise pode ser mais bem dimensionada através da observação da Tabela 4, na qual se observam os percentuais de participação dos grupos de despesas em relação ao total das despesas realizadas.

Quadro 2 – Utilização de agrotóxicos e adubos pelos agricultores – Brasil, regiões Nordeste e Sul

Escala de análise	Uso de agrotóxicos		Uso de adubação	
	Utilizou	Não utilizou	Utilizou	Não utilizou
Brasil	27,8%	72,2%	35,5%	64,5%
Região Nordeste	19,2%	80,8%	19,7%	80,3%
Região Sul	61,7%	38,3%	72,4%	27,6%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Tendo em vista que o impacto das despesas com arrendamentos e salários é mais intenso na ANF do que na AF, observa-se que por esse mo-

tivo o consumo intermediário, quando relacionado ao total das despesas, é mais expressivo na AF do que na ANF.

Tabela 4 - Participação dos grupos de despesas em relação ao total das despesas realizadas

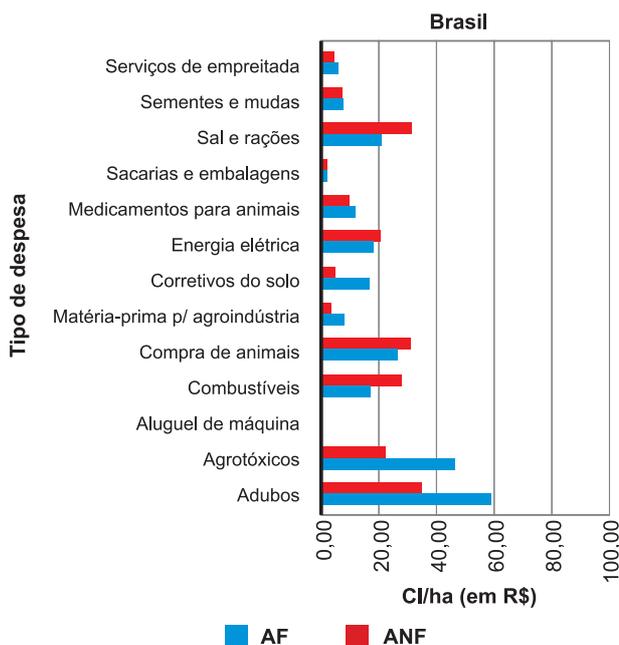
Brasil e regiões	Tipo de despesa	Cl/ha da ANF (em R\$)	Cl/ha da AF (em R\$)
Brasil	Serviços de empreitada	5,21	4,12
	Adubos	58,80	34,60
	Corretivos do solo	16,31	4,24
	Sementes e mudas	7,57	7,03
	Sacarias e embalagens	1,49	1,63
	Compra de animais	26,41	31,02
	Agrotóxicos	45,93	21,79
	Medicamentos para animais	11,06	9,60
	Sal e rações	20,67	31,08
	Compra de matéria-prima para agroindústria	7,77	2,85
	Aluguel de máquina	0,31	0,40
	Energia elétrica	18,21	20,05
	Combustíveis	16,73	27,66
	Média Cl/ha	236,48	196,08
Nordeste	Serviços de empreitada	4,10	1,99
	Adubos	44,91	8,47
	Corretivos do solo	10,14	0,77
	Sementes e mudas	7,38	1,01
	Sacarias e embalagens	2,31	0,96
	Compra de animais	17,40	18,68
	Agrotóxicos	51,55	2,67
	Medicamentos para animais	3,85	3,61
	Sal e rações	10,28	10,91
	Compra de matéria-prima para agroindústria	3,75	0,54
	Aluguel de máquina	0,39	0,40
	Energia elétrica	22,53	11,86
	Combustíveis	9,53	16,47
	Média Cl/ha	188,11	78,34
Sul	Serviços de empreitada	6,24	7,03
	Adubos	95,09	123,00
	Corretivos do solo	54,89	11,11
	Sementes e mudas	18,02	27,62
	Sacarias e embalagens	1,56	1,65
	Compra de animais	42,68	86,64
	Agrotóxicos	75,79	68,45
	Medicamentos para animais	12,84	18,93
	Sal e rações	40,57	96,78
	Compra de matéria-prima para agroindústria	6,71	4,05
	Aluguel de máquina	0,37	0,66
	Energia elétrica	18,30	44,33
	Combustíveis	36,98	70,03
	Média Cl/ha	410,05	560,27

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Enquanto Marques et al. (1987) demonstraram para o caso do Brasil que as despesas com aquisição de produtos classificados em consumo intermediário representavam 44% sobre o total de

despesas realizadas pelas unidades produtivas, percentuais bem superiores tanto para agricultura familiar como não familiar, podem ser notados através do Quadro 2. A Região Sul apresentou os mais elevados índices de participação do consumo intermediário sobre o total de despesas realizadas nas unidades produtivas. A agricultura familiar foi que mais fez uso dos produtos dessa categoria, contabilizando 80,9% do total do valor das despesas, o que representou cerca de R\$ 7,3 bilhões. Quase a metade de todo o valor despendido com a aquisição de produtos de consumo intermediário no País foi realizada por estabelecimentos localizados na Região Sul. Enquanto isso, o consumo intermediário na agricultura familiar do Nordeste foi de 72,7%, ou seja, R\$ 2,2 bilhões foram despendidos para a aquisição desses produtos nessa Região, número que participa em menos de 15% sobre todo o valor aplicado na aquisição de consumo intermediário no Brasil.

Figura 3 – Consumo intermediário por hectare (Cl/ha em R\$) – Brasil

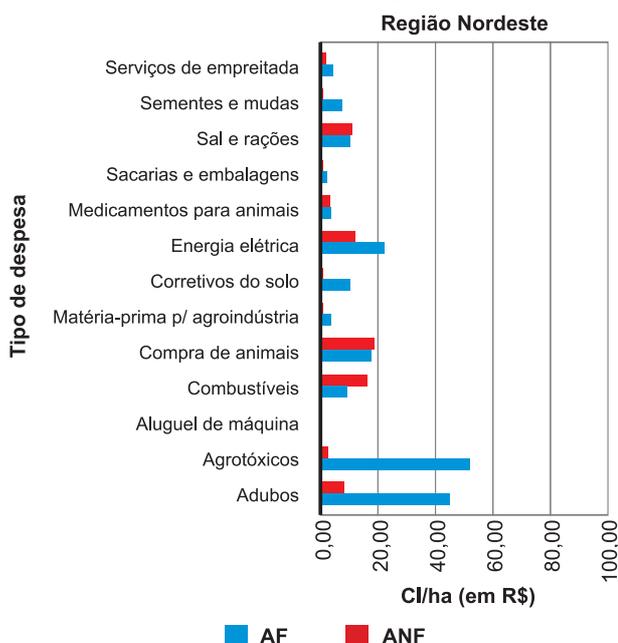


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

A observação das Figuras 3, 4 e 5 esclarece o entendimento do estudo em questão, ao destacar que a agricultura não familiar no Brasil gastou mais por unidade de área em produtos de consumo intermediário, como os corretivos do solo (R\$ 16,31), compra de matéria-prima para agroindústria (R\$ 7,77) e agrotóxicos (R\$ 45,93). No entanto, em produtos como os combustíveis (R\$ 27,66), sal e rações (R\$ 31,08), a agricultura familiar liderou os gastos de Cl/ha. Em 2006, os estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar do Nor-

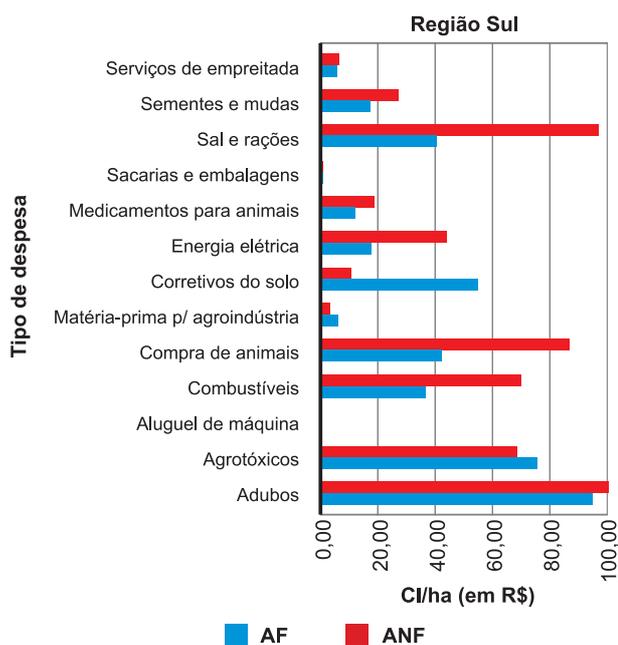
deste gastaram mais recursos em Cl/ha do que os familiares em despesas como os agrotóxicos (R\$ 51,55), corretivos do solo (R\$ 10,14), sementes e mudas (R\$ 7,38). Por outro lado, as unidades familiares gastaram mais em combustíveis (R\$ 16,47) e sal e rações (R\$ 10,91) do que os patronais.

Figura 4 – Consumo intermediário por hectare (Cl/ha em R\$) – Região Nordeste



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Figura 5 – Consumo intermediário por hectare (Cl/ha em R\$) – Região Sul

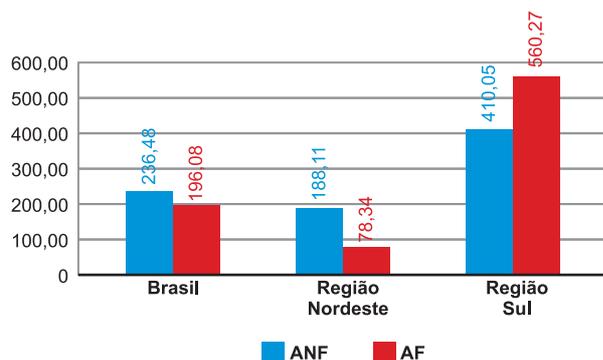


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

O Sul despontou como sendo a região em que os agricultores familiares mais realizaram despesas de consumo intermediário por hectare em relação aos patronais e desse resultado destacam-se as médias de R\$ 123,00/ha com adubos e R\$ 96,78/ha com a compra de sal e rações, médias bem superiores que as do Brasil (R\$34,60/ha adubos e R\$ 21,79/ha agrotóxicos) e do Nordeste (R\$ 8,47/ha adubos e R\$ 2,67/ha agrotóxicos) para essa categoria. Além disso, poucas foram as despesas em que a agricultura familiar sulista gastou menos em CI/ha do que a patronal. As despesas realizadas com energia elétrica e sal e rações, por exemplo, superaram as da patronal em 142% e 138%, respectivamente.

O Gráfico 2 permite observar o fenômeno descrito acima de maneira agregada, informando sobre os valores absolutos dos custos definidos como consumo intermediário. É nítida a diferença encontrada na região Sul entre agricultura familiar e não familiar e desta Região em relação ao Brasil e especialmente em relação à Região Nordeste. Não obstante, estas distinções se afirmaram mais por conta da intensidade ou graus de dependência dos agricultores em relação a determinados mercados de produtos e serviços agropecuários, e menos em função do perfil dos gastos, conforme informa a Figura 3.

Gráfico 2 – Consumo intermediário médio por hectare (CI/ha) - Brasil, Regiões Nordeste e Sul



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

Neste sentido, há uma questão importante que influencia tanto os diferentes resultados obtidos com os custos de produção (CI) para as duas regiões em análise, como também o VBP, e que deve, no mínimo, ser mencionada. Porém, não será desenvolvida justamente por não ser o foco deste trabalho, mas sendo omitida deixa um vácuo analítico: são os processos de inserção produtiva diferenciados dos diversos modelos de agricultura, nas

regiões do País. As práticas de integração agroindustrial, muito representativas na Região Sul, não possuem a mesma representatividade na Região Nordeste. Enquanto nesta Região pouco mais de 0,5% dos estabelecimentos são integrados ao sistema agroindustrial, na Região Sul este percentual é superior a 15%. A produção de *commodities*, comum na Região Sul, especialmente representada pela soja e pelo trigo, praticamente inexistente no Nordeste. Enquanto na Região Sul 20% dos estabelecimentos produziram soja em 2006, na Região Nordeste este percentual foi inferior a 0,5% do total de estabelecimentos. Exigente em escala de produção e insumos industriais, a produção de *commodities* possui impacto significativo nos custos de produção e manutenção dos estabelecimentos, sejam familiares ou não familiares, implicando uma necessária especialização dos sistemas de cultivo e criação.

No âmbito deste debate, Sonnino, Kanemasu e Marsden (2006, p. 3) afirmam que:

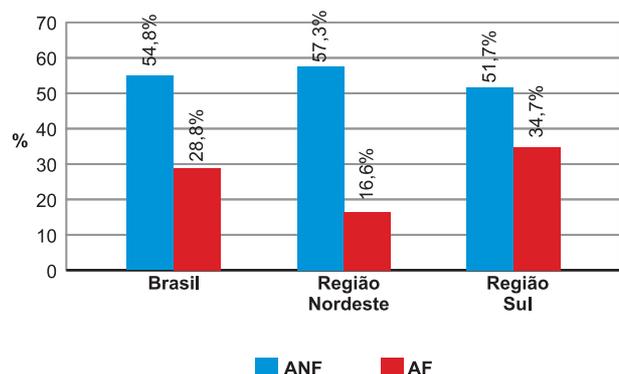
The emerging paradigm is especially to the future of rural areas for three main reasons. First, rural development is a response to the squeeze on European agriculture. As Van der Ploeg et al (2000:395/2002:9-10) note, it is through sustainable rural development that new sources of income are currently mobilized to augment the otherwise stagnating agrarian income. Rural development practices have also facilitated the elaboration and implementation of new, innovative methods to combat increasing costs. In short, sustainable rural development reconstitutes the eroded economic base of both the rural economy and the farm enterprise.

Há, neste sentido, gama ampla de exemplos possíveis que podem representar processos crescentes de inserção e subordinação ao modelo agrícola predominante no Brasil, altamente exigente em escala. O incremento dos custos de produção é apenas uma das facetas deste processo, mas amplia-se para outras dimensões da vida social e econômica dos agricultores, tais como ininterrupta inovação tecnológica, redução da força de trabalho utilizada e total distanciamento em relação às instâncias reguladoras dos preços, quer dizer, os agricultores são cada vez mais agentes tomadores de preços. O Quadro 2 demonstra essa dependência na medida em que revela que a Região Sul, em oposição ao caso brasileiro e ao nordestino, foi a região em que os agricultores mais fizeram uso de agrotóxicos e adubações.

Embora estas evidências discriminem que uma grande parcela de agricultores familiares e não familiares participem dos mercados de produtos de consumo intermediários e que alguns tipos de despesas com essa modalidade de produtos foram realizadas com mais intensidade pela AF do que pela

ANF, tendo na Região Sul um exemplo mais claro disso, contribui para a análise a observação do Gráfico 3, que considera a participação percentual que o consumo intermediário exerce sobre o valor bruto de produção.

Gráfico 3 - Participação percentual (%) do consumo Intermediário sobre o valor bruto de produção (CI/VBP)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. (Acordo de Cooperação IPEA/UFRGS-PGDR).

O aumento da participação dos produtos de consumo intermediário sobre os custos de produção foi uma consequência da modernização do campo. Nos anos 80, essa participação (CI/VBP) foi de 38,7% (KAGEYAMA, 1990). A constatação no aumento dessa participação é preocupante, especialmente no caso da agricultura não familiar. Nesse caso, vemos que no Brasil, enquanto o CI/VBP representou 55% para a agricultura não familiar, esse percentual cai para 28% na agricultura familiar. O CI/VBP é mais marcante na agricultura não familiar da Região Nordeste (57%) e, por outro lado, a agricultura familiar dessa Região é a menos influenciada com o CI/VBP (17%). Para a situação da agricultura familiar da Região Sul, nota-se que a influência do CI/VBP é praticamente o dobro (34%) da observada na Região Nordeste. Conforme demonstrado, a AF consegue obter um valor bruto de produção/ha superior ao da ANF. O resultado é que, pelo fato de a AF conseguir um VBP mais elevado do que a ANF, essa última será mais impactada pelas despesas de consumo intermediário do que a AF.

Antes de adentrar as conclusões, é importante registrar que este trabalho se inscreve no esforço de um grupo de pesquisadores em qualificar a discussão sobre o rural e o agrícola brasileiros. Sabedores das limitações que as escolhas metodológicas nos impuseram, como trabalhar com agregados nacionais e grandes regiões, destaca-se que os dados e informações que compõem este trabalho devem servir como motivação para estudos mais aprofundados, a fim de estabelecer vinculações empíricas,

analíticas e de planejamento e ações públicas mais consistentes e propositivas a partir de determinadas realidades agrícolas, agrárias e rurais, sabidamente heterogêneas e multifacetadas.

7 Conclusões

O propósito deste texto foi avaliar os efeitos do consumo intermediário para a agricultura familiar e não familiar nas regiões Nordeste e Sul, além do Brasil. Dessa forma, buscou-se o alinhamento com a perspectiva de reconhecer a grande diversidade e a dinâmica agropecuária existentes no rural brasileiro. Para tanto, objetivou-se caracterizar as principais despesas realizadas pelos estabelecimentos agropecuários, avaliar a participação dos tipos de gastos com produtos/serviços de consumo intermediário e estabelecer relações que sinalizassem a situação econômica dos estabelecimentos agropecuários no ano de 2006, em termos de impacto com essa despesa.

Os resultados sugerem discrepâncias de desenvolvimento entre a agricultura nordestina e a sulista. Esse fato se comprova pelo baixo VBP obtido pelos agricultores da Região Nordeste, em oposição aos produtores da Região Sul. Embora as regiões Nordeste e Sul apresentem discrepâncias de desenvolvimento rural e características de cultivo agrícola, bem como aspectos climáticos distintos entre si, observou-se que, tanto na Região Nordeste como na Sul, a agricultura familiar foi responsável por quase metade do Valor Bruto de Produção de cada uma dessas regiões, o que comprova a importância dessa categoria de trabalhadores para a economia e o desenvolvimento rural do País. Esses resultados confirmam que, pelo fato dos produtores familiares possuírem extensões de áreas mais limitadas do que os patronais, eles tendem a aproveitar mais as terras, obtendo um valor bruto de produção por hectare mais elevado do que os agricultores não familiares.

Outra constatação advém da observação de Conterato (2008), ao demonstrar o estreitamento de vínculos entre os agricultores e os mercados. Nesse sentido, percebeu-se uma forte externalização de atividades agropecuárias. Essa constatação é observada especialmente para o caso da Região Sul, no qual uma significativa parcela de agricultores realizou algum tipo de despesa em 2006.

Além da análise comparativa entre os recortes geográficos, os dados do Censo Agropecuário (2006) permitiram a comparação de resultados entre os dois modais de agricultores. Nessa vertente, observou-se uma notável e expressiva diferença entre os impactos efetivos que o consumo intermediário

exerceu para essas categorias no ano em estudo. A participação do CI/VBP aparentou ser mais intensa para agricultura não familiar, tanto no caso do Brasil como para as regiões Nordeste e Sul, resultados que convergem com a literatura tradicional, que versa sobre a racionalidade econômica diferenciada de agricultores familiares e não familiares.

Diante das constatações deste trabalho, vale ainda lembrar que a estrutura verticalizada do funcionamento das cadeias produtivas no setor agropecuário é marcada por complexas relações de hierarquia e poder. Assim, o tipo de participação no mercado que cada “modelo” de agricultura em cada região do País consegue obter é bastante distinto, o que acaba por definir níveis distintos de autonomia e dependência. Isso pode ocorrer no interior de uma mesma categoria, seja familiar ou não familiar. Cumpre destacar, também, que o atual modelo produtivo de integração aos mercados, ao qual uma significativa parcela de agricultores está vinculada, especialmente na Região Sul, onde se tem um estreitamento maior dos agricultores aos sistemas agroindustriais, não está sendo um modelo sustentável de desenvolvimento, pois se notou que os agricultores dessa Região também tiveram maiores custos com a produção do que a média nacional e a nordestina.

Neste cenário, as instituições públicas que regulam o desenvolvimento das sociedades assumem fundamental importância para o processo de sustentabilidade das atividades agropecuárias. Porém, como os resultados dessa pesquisa apontam que os agricultores familiares da Região Sul gastaram proporcionalmente mais recursos financeiros em produtos de consumo intermediário, isso leva a crer que a principal política institucional para a concessão de crédito ao desenvolvimento dessa categoria, o Pronaf, não está orientada para apoiar a reconversão da dependência dos agricultores aos produtos de consumo intermediário, os quais estão cada vez mais evoluindo para formas mais especializadas de integração.

Instituições de pesquisas e extensão agrícolas, bem como as políticas de crédito, assumem, portanto, uma posição estratégica em qualquer iniciativa rumo à reconversão desta situação de dependência dos agricultores aos produtos de consumo intermediário. Eficientes práticas gerenciais devem, também, ser um pré-requisito e a demanda pela capacitação não pode ser rejeitada.

Assim, é evidente que existe a necessidade de se ampliar os estudos nesta importante questão de pesquisa, buscando novos elementos (tais como os tipos de culturas em que se evidenciam maior

intensidade na utilização de consumo intermediário, por exemplo) que possam clarificar os motivos que fazem com que agricultores patronais e familiares, assim como nas regiões analisadas, tenham graus de integração com os mercados diferenciados no que tange ao aspecto produtivo de suas unidades agropecuárias. Uma possibilidade para se avançar em relação a isso é aprofundar as análises econômicas, determinando indicadores importantes que possam avaliar o êxodo rural ou, ainda, avaliar o custo de oportunidade dos agricultores em permanecer no campo. Nesse caso, o estudo da renda agrícola se configuraria em um fator determinante.

Ademais, é sabido que dentro de uma mesma agricultura familiar – Lei 11.326 - existe uma gama de tipificações de agricultores familiares, e isso implica resultados econômicos igualmente diferenciados. Contudo, embora as limitações de dados não tenham permitido avanços para se determinar indicadores mais refinados ou que caracterizassem com mais riqueza de detalhes a situação econômico-financeira dos estabelecimentos, acredita-se que esta pesquisa contribuiu para o avanço de pesquisas no que concerne ao estudo dos impactos do consumo intermediário da agricultura não familiar e familiar.

Agradecimentos

Convém registrar aqui agradecimento especial a Antonio Carlos Florido, gerente do Censo Agropecuário do IBGE, pela presteza quando solicitado durante a pesquisa. Agradecimento também aos profissionais ligados ao IPEA ao longo de toda pesquisa, em especial quando da realização do Seminário “Projeto Análise dos Dados do Censo Agropecuário 2006”, em dezembro de 2011, momento em que foram apresentados os primeiros resultados deste acordo de cooperação técnica. Igualmente, registrar nossas considerações aos profissionais ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em especial a Mauro Eduardo Del Grossi na tabulação de alguns dados. Não poderíamos deixar de registrar o amplo apoio financeiro do IPEA, especialmente através da concessão de bolsas, mas também através de recursos de custeio. Por fim, dedicar esta pesquisa aos bolsistas que trabalharam arduamente ao longo de mais de 12 meses na tabulação e análise dos dados que compõem este trabalho.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico**. IPEA/NEAD/MDA, 2000.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Publicado em 1999. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>>. Acesso: 06 jul. 2012.

ABREU, R. **Produtos da agricultura familiar chegam aos supermercados no Paraná**. [s. l.]: Rádio Nacional, 2005. Disponível em: <www.radionacional.br>. Acesso em: 08 de jul. de 2012.

ALBUQUERQUE, M. C. C.; NICOL, R. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ARAÚJO, P. F. e SCHUH E. G. **Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas**. São Paulo, Pioneira, 1975.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PARA DIFUSÃO DO ARDUBO. Disponível: < [http://www.ipni.net/ppiweb/BRAZIL.NSF/\\$webindex/C7912804CDEA3B6583256B12005E20B2?opendocument&print=1](http://www.ipni.net/ppiweb/BRAZIL.NSF/$webindex/C7912804CDEA3B6583256B12005E20B2?opendocument&print=1)>. Acesso em: out. 2012.

BASTO, C. A et. al. A gravidade da crise alimentar. **Informe Agronegócios**, [s. l.], Ed. 5. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2010.

BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C. de.; MARQUES, R. W. da C. **Crescimento agrícola no período 1994/2004: explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA. jan. 2005. (Texto para Discussão, 1062).

BUAINAIN, A. M.; VIEIRA, P. A. **Produtividade na agricultura: o fator esquecido**. Cultivar. Pelotas: [s.n], out., 2009. p. 39-43.

CANZIANI, J. R. F. **Assessoria administrativa e produtores rurais no Brasil**. 2001. 224f. Tese (Doutorado)—Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2001.

CASTRO, A. M. G. Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação. **Revista Transformação, Campinas**, v. 13, n. 2, p. 55-72, jul./dez. 2001.

CHAYANOV, A. **La organización de La unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. 288f. Tese (Doutorado)— Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. et al. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade na agricultura contemporânea. In: SCHNEIDER, S. GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. (Série Estudos Rurais).

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; ALVES E.; BASTOS, E. T. Dinamismo da agricultura brasileira. Os 150 anos do Mapa. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano XIX, Ed. Especial, jul. 2010.

DIAS, G. L. A agropecuária brasileira e a crise. Entrevista. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n.66, 2009.

_____. ; AMARAL, C. Mudanças estruturais na agricultura brasileira, 1980-1998. In: BAUMANN, R. (Org.). **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GASQUES, J., BASTOS, E. , BACCHI, M. Produtividade e crescimento da agricultura brasileira. In: IICA . **Brasil Informe Agronegócios**. Brasília, DF: Editora 6, 2010.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **Transformações estruturais da agricultura e produtividade total dos fatores**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 768).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP; Instituto de Economia, 1998. 211 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP, 1996. 211p.

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C. E. ; CARDIN, S. e de C. S. (Co-ords.). **Novo retrato da agricultura familiar no Brasil: o Brasil redescoberto**. Brasília: Convênio INCRA/FAO, 2000.

- GUIMARAES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1963.
- HOFFMANN, R. et al. **Inovações tecnológicas e transformações recentes na agricultura brasileira**. Relatório de Pesquisa. Piracicaba, Fealq, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil - Referência 2000**. Nota metodológica nº 6. Conta da Produção das Atividades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/06_conta_producao.pdf. > Acesso em: 10 de abril de 2014.
- ILHA, P. C. S. **A gestão estratégica das cooperativas agroindustriais: O caso do oeste do Paraná**. Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v.7, n.1, jan./jun. 2006.
- KAGEYAMA, A. et al. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Brasília, DF: [s. n.], 1990. p. 113-223.
- LAURENTI, A. C. **Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**. Londrina, PR: IAPAR, 2000.
- LIMA, A. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: Unijuí. 2005.
- MARQUES, S. A. et al. **Composição de gastos na agricultura paulista 1980/81: relatório de pesquisa 21/87**. São Paulo: IEA, 1987.
- NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de salvador das missões, RS**. 2007. 218f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- OWEN, W. F. The Double Developmental Squeeze on Agriculture. **American Economics**, Review. Mar., 1966.
- PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. **Revista Pesquisa e planejamento**. IPEA, Rio de Janeiro, p. 171-234, dez. 1971.
- PAYES, M. A. M; SILVEIRA, M. A. **A racionalidade econômica do empresário familiar**. Jaguariúna: Embrapa CNPMA, 1997. 21p. (Embrapa-CNPMA. Documentos, 10).
- PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural)- Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PLOEG, J. D. Agricultural production in crisis. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (Eds.) **Handbooks of rural studies**. London: Sages, 2006.
- _____. El Proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMAN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia**. Madrid: La Piqueta, 1992. p. 153-195.
- _____. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar. In: **Revista Agriculturas**, [s. l.], v.7, n.2, 2010.
- _____. **Labor, markets and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.
- _____. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Malden, EUA, v. 40, n. 4 p. 391-408, 2000. Disponível em: <<http://www3.interscience.wiley.com/cgi-bin/fulltext/119038134/PDFSTART>>. Acesso em: 10 de abril de 2014.
- RIBEIRO, S. W; GHEVENTER, B. Consumo intermediário na agricultura. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1 jan./mar., 1983.
- SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J.M.; VIVIEN, Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- SCHULTZ, T. W. **Transforming traditional agriculture**. New Haven.: Yale University Press, 1964.
- SONNINO, R.; KANEMASU, Y.; MARSDEN, T. **Sustainability and Rural Development**. Assen: Royal van Gorcum; Unfolding webs, 2006.
- SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 359.
- VEIGA, J. E. da. Fundamentos dos agorreformismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 25-50, 8 abr. 1997.

O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

The role and the importance of the Family Farm in the contemporary Brazilian rural development

Lauro Mattei

Professor dos cursos de Graduação em Economia e de Pós-Graduação em Administração, ambos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Departamento de Ciências Econômicas. Campus Universitário, Trindade. CEP: 88.040-900, Florianópolis, SC, Brasil. l.mattei@ufsc.br

Resumo: o artigo discute o papel e a importância da agricultura familiar no âmbito da produção agropecuária do país. Inicialmente faz-se uma breve recuperação do processo histórico de ocupação do território nacional, destacando-se o modelo secular de produção baseado na monocultura e nas grandes propriedades. Neste processo, a produção familiar que responde por mais de 80% dos estabelecimentos só recentemente passou a ter apoio governamental, por meio de políticas públicas como o PRONAF. A principal conclusão do estudo é que após receber este apoio houve uma resposta positiva imediata por parte da agricultura familiar, especialmente em termos produtivos, econômicos e sociais, destacando-se a importância das ocupações rurais vinculadas ao setor familiar.

Palavras-chave: rural, produção, agricultura familiar.

Abstract: this article discuss the role and the importance of Family Farm System into the Brazilian agrarian production sector. In the beginning we did a briefly discussion of the historical process of colonization, highlighting the secular production model based in the large farmers and single crops. In spite of the fact that family farm sector was responsible for more than 80% of rural establishments, it never received a support from the government. This support by the government to the family farm sector started only in 1990s. The main conclusion of the paper is related with the public policies support because when the government gave appropriate attention to the family farm immediately this sector gave a positive response, especially in economics and social terms. In this case, we should highlight the level of rural job created by the family farm sector in the last decade.

Key-words: rural, production, family farm.

1 Introdução

Desde o início do processo de ocupação do território brasileiro a agricultura familiar – por muito tempo chamada de agricultura de subsistência – faz parte da rotina das atividades produtivas do país. Todavia, ao longo de todo período imperial, e também nos períodos subsequentes, este tipo de agricultura não recebeu praticamente nenhum apoio governamental para se desenvolver adequadamente.

Constata-se, ainda, que durante o processo de modernização da agricultura brasileira (décadas de 1960 e 1970), as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities voltadas ao mercado internacional e produzidas nos grandes latifúndios, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da agricultura familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção.

De um modo geral, se pode dizer que até o início da década de 1990 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira.

Neste cenário foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais, através de suas organizações e de suas lutas, desempenharam um papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a estes o acesso aos diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro

nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares.

Assim, a criação do PRONAF representa a legitimação, por parte do Estado brasileiro, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

O objetivo deste estudo é analisar a trajetória da agricultura familiar, destacando sua importância no cenário atual do país. Para tanto, o artigo contém mais três seções, além desta introdução. Na primeira delas, faz-se um resgate da trajetória histórica da agricultura brasileira, destacando-se que durante os ciclos econômicos, cuja produção era voltada prioritariamente para o exterior, esse tipo de produção tinha uma função meramente acessória no âmbito do processo produtivo nacional. A segunda seção discute as mudanças institucionais recentes que levaram à conformação de diversas políticas públicas destinadas especificamente a este setor, bem como o papel crescente da agricultura familiar no contexto da produção agropecuária do país. Finalmente, a terceira seção apresenta as considerações gerais do trabalho, destacando-se o papel de relevo que este sistema de produção tem para o Brasil, especialmente em sua contribuição na produção de alimentos básicos para a população, na geração de emprego no meio rural e na preservação ambiental.

2 Processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro e suas consequências e contradições

Caio Prado Júnior, ao estudar a formação econômica do Brasil, mostra que o país é hoje o que era ontem, numa clara referência ao passado colonial, cujas marcas ainda se fazem presentes em várias esferas da vida nacional, particularmente no meio rural brasileiro.

Assim, no debate clássico sobre a questão agrária brasileira mostra-se a relação íntima desta com o processo histórico de desenvolvimento do país. Desde o período das capitânicas hereditárias, passando pelos diversos ciclos econômicos (mineração, borracha, açúcar e café) até os dias atuais, as questões da terra e do sistema de produção agropecuário sempre estiveram presentes no debate político nacional.

Durante o ciclo do açúcar, sendo o país ainda colônia de Portugal, foi instituída uma forma de produção monocultora voltada para as exportações

(açúcar) que se assentava na grande propriedade da terra, a qual estava concentrada sob os domínios do reino de Portugal, mas que era distribuída para segmentos sociais privilegiados que se situavam próximos à coroa.

É neste contexto que vai se formando uma agricultura de subsistência, particularmente na região Nordeste do país, com a função de atividade acessória ao sistema monocultor principal. Localizada inicialmente nas regiões desfavorecidas (sertão nordestino) esta atividade estabelece um padrão de desenvolvimento rural inicial assentado numa dicotomia que perpassa toda a trajetória histórica do país-colônia: grandes áreas concentradas de terras férteis com produtos para exportação ao lado de uma imensa quantidade de trabalhadores rurais com pouca terra e sob condições climáticas adversas e abandonas pela administração pública.

Este mesmo processo se repete posteriormente nos demais ciclos econômicos. Particularmente no ciclo do algodão e da borracha, esse mecanismo se reproduz e se exacerba agora como epicentro também na região Norte do país, que era uma grande área em completo abandono. Não é ao acaso que após o fracasso dessas atividades, permanece apenas uma agricultura de subsistência de baixa capacidade produtiva e abandonada, tornando-se também fonte de geração de pobreza e exclusão social no meio rural.

Esse cenário se agrava ainda mais quando da expansão do ciclo da pecuária no Sul e do ciclo cafeeiro na região Sudeste. Neste último caso, particularmente, além da concentração da terra, com o fim da escravidão são estabelecidas relações de trabalho que, mesmo sob o manto do trabalho livre, reproduziam a cultura histórica escravocrata que imputava às camadas pobres da população a exploração e a exclusão social.

Portanto, é sempre na franja de um processo produtivo comandado pela grande agricultura assentada na concentração da propriedade da terra, ao estilo plantation norte-americano, que vai se firmar aquilo que hoje é conceituado como agricultura familiar, ou seja, uma estrutura produtiva que sempre foi relegada ao segundo plano no processo de desenvolvimento rural do país.

Esse quadro, no entanto, foi fortemente alterado no período do Pós-Guerra, quando se adotou a política de “modernização” da agricultura brasileira, processo este que causou transformações profundas na esfera da produção agropecuária, mas que também trouxe sérias consequências ambientais e sociais, principalmente devido à enorme mobilidade populacional ocorrida no país nas últimas

décadas do século XX. Em grande medida, pode-se dizer que o conflito social que se instaurou nas áreas rurais do país está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento agrário do Brasil, o qual está ancorado em dois pilares básicos: na concentração da terra e na exclusão social dos agricultores tradicionais.

Com isso, nota-se que o período entre as décadas de 1950 a 1980 foi marcado por intensos debates acadêmicos sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro, com a reforma agrária assumindo um papel de destaque nessa discussão. De um modo geral, pode-se dizer que estes debates faziam uma conexão entre a estrutura agrária e os temas da pobreza rural, da dinâmica populacional, do combate ao desemprego e ao êxodo rural, da modernização da agricultura e das mudanças nas relações de trabalho no campo. Já nos anos 1990, incorporaram-se a essas discussões anteriores outros temas como o combate à fome, o resgate da cidadania aos habitantes do campo e, fundamentalmente, a necessidade de romper com o poder econômico e político dos latifúndios.

Neste novo cenário, a luta pela reforma agrária e pela defesa da agricultura familiar ganhou dimensão política nacional e passou a fazer parte, de forma destacada, da agenda dos governos e dos diversos atores sociais. No regime militar (1964-1985), entretanto, os governos militares não tinham como objetivo implementar programas massivos de distribuição de terras, limitando-se apenas a implantar os fracassados projetos de "Colonização Agrícola", cuja estratégia era mais de segurança nacional (ocupar todas as fronteiras do país), do que propriamente efetuar um programa de reformulação da estrutura agrária. Além disso, durante esses governos se priorizou a agricultura voltada às exportações em detrimento do fortalecimento da agricultura de base familiar. O resultado disso foi o intenso êxodo rural ocorrido no país nas últimas quatro décadas do século XX.

Nesta trajetória histórica o espaço rural brasileiro, apesar de diverso e heterogêneo, continuou sendo fortemente marcado por uma estrutura fundiária desigual e injusta, com tendência histórica à concentração da propriedade da terra, que provoca exclusão social e pobreza estrutural, constituindo-se em forte empecilho ao desenvolvimento rural. Além disso, esse espaço continua sendo marcado também por uma agricultura patronal que reproduz no país um modelo embasado na monocultura e que gera degradação ambiental, exploração do trabalho agrícola, exclusão social e concentração da renda.

É neste contexto histórico-estrutural que a agricultura familiar está inserida no processo produtivo. Apesar de sofrer perdas de renda e ter dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, esta é uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção da democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável.

Nas últimas décadas, sob o impacto do forte crescimento e intensificação dos ciclos de commodities agroindustriais nos mercados internacionais, conformou-se uma visão estereotipada do mundo rural, uma vez que tudo o que não se enquadrar no âmbito do agronegócio e da modernização agrícola, é visto como um lugar do atraso, pobre e parado no tempo. Assim, o desenvolvimento rural é enfocado como um caminho de mão única, ou seja, todos precisam se modernizar dentro da lógica da revolução verde para não serem vistos como atrasados.

Ao se disseminar essa ideia do mundo rural, encobrem-se algumas questões cruciais. Em primeiro lugar, o Brasil continua figurando entre os países com o maior índice de concentração de terra do mundo. Pelo Índice de Gini, indicador que mede o grau de concentração da terra e que varia de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, maior será o nível de concentração, nota-se que o indicador variou pouco nas últimas décadas, ficando estacionado no patamar de 0,854 (censo Agropecuário de 2006). Este fato revela o quadro dramático da maioria dos agricultores brasileiros sem terra ou com pouca terra, uma vez que os estabelecimentos com até 10 hectares representam 32% do total dos estabelecimentos do país e detêm apenas 1,8% da área total.

Este processo de concentração da terra provocou um efeito direto sobre a estrutura demográfica do país, levando à ocorrência de elevadas taxas de êxodo rural nos últimos cinquenta anos. Assim, a população rural reduziu sua participação na população total de 68%, em 1950, para 17% em 2010, segundo os diversos Censos Demográficos do IBGE.

Mesmo com a enorme redução da população rural, ainda prevalece neste espaço a precariedade de indicadores sociais que revelam o grau de pobreza e de miséria presentes no meio rural brasileiro. Segundo dados da PNAD de 2004, apenas 16% dos domicílios rurais têm fossa séptica;

apenas 42% têm filtro de água; apenas 26% deles dispõem de telefone; e ainda 16% dos domicílios não tinham acesso a energia elétrica.

Já os dados da PNAD de 2009 (IBGE, 2010) revelaram que 8.4 milhões de pessoas que faziam parte da população rural total (30.7 milhões de pessoas) eram classificadas como pobres (renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, que em valores de Setembro de 2009 correspondia a R\$ 207,50) e 8.1 milhões de pessoas eram classificadas como extremamente pobres (renda per capita mensal de até ¼ salário mínimo, que em valores de Setembro de 2009 correspondia a R\$ 103,75). Isso significa que no ano de 2009 aproximadamente 54% da população rural total era enquadrada como pobre. A distribuição espacial da pobreza rural revela que 53% do total de pessoas classificadas como pobres viviam na região Nordeste do país, sendo que a mesma região respondia também por 70% do total de pessoas extremamente pobres.

Estes indicadores levaram o governo atual a definir ações preferenciais para as áreas rurais no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria, cujo foco está concentrado na erradicação da pobreza extrema em diversas regiões do país que apresentam elevados percentuais desses indicadores, e cujo epicentro dos mesmos ocorre em áreas rurais ocupadas e trabalhadas pelos agricultores familiares. Além disso, os últimos governos ampliaram as políticas públicas específicas para os agricultores familiares, conforme veremos na seção seguinte.

3 Mudanças institucionais recentes e o reconhecimento da importância da agricultura familiar para o País

3.10 Estado brasileiro apoiando também a agricultura familiar

Com o processo de redemocratização do país e, especialmente, com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro, levando a uma descentralização das ações governamentais com o intuito de ampliar o acesso aos recursos públicos, por um lado, e de democratizar as próprias políticas, por outro. Esse movimento de democratização possibilitou uma maior intervenção dos atores sociais, a qual se viabilizou através dos conselhos gestores de políticas setoriais e das políticas gerais de desenvolvimento nas diversas esferas governamentais.

Esses Conselhos (municipais, estaduais e nacional) foram criados e estimulados como mecanismos de uma nova forma de gestão pública estimulada pela constituição de 1988, visando incluir os

beneficiários e/ou suas representações sociais nos processos de elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, sobretudo no que diz respeito à definição de prioridades e aplicação dos recursos financeiros.

Com isso, observa-se que a relação tradicional entre Estado e Sociedade vem se alterando, na medida em que os atores sociais elevam sua participação na definição e gestão das políticas públicas, tornando-se protagonistas efetivos neste processo de ampliação democrática. Ao mesmo tempo, nota-se que o próprio Estado se ajusta a esta nova realidade, modificando suas funções tradicionais com o objetivo de racionalizar as ações e ampliar seus resultados.

É neste contexto que nas duas últimas décadas as políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à promoção do desenvolvimento rural, bem como aquelas políticas que têm interface com o mundo rural, tiveram forte impulso. Com isso, os instrumentos de políticas públicas voltadas ao público amplo da agricultura familiar ganharam espaço na agenda governamental, especialmente durante o Governo Lula (2003-2010).

Especificamente em relação à redução da pobreza rural, estudo do OPPA (2011), afirma que o declínio da mesma no Brasil nos últimos anos está relacionado, de modo central, a três ordens de fenômenos ligados à intervenção governamental na economia. Em primeiro lugar, a retomada do crescimento econômico e do aumento do emprego na economia que, de modo geral, ocorreu ao longo dos dois Governos Lula até a crise financeira internacional de 2008. Ligue-se a isto o persistente aumento real do salário mínimo verificado no período, que promoveu uma considerável elevação da demanda interna na economia, tornando-a uma das fontes significativas de crescimento econômico no período. Note-se que esta política promoveu um revigoração das economias de pequenos municípios no interior do Brasil, muitos deles rurais, elevando a renda e o consumo de seus habitantes e gerando efeitos positivos territoriais e microrregionais. Há evidências de que o vigoroso crescimento da economia em 2007 e 2008 foi fundado no investimento e no consumo doméstico, sendo que o incremento do consumo foi principalmente o dos consumidores da base da pirâmide social, localizados particularmente no Nordeste e no Norte do Brasil¹.

1 Segundo Tania Bacelar, Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Olin-da/PE, 25-28 de junho de 2008). Por um Brasil com Gente. Brasília, CONDRAF, p. 21-30 e 112-3, e Tania Bacelar, Entrevista, Desafios, julho 2008, p. 8-14.

Em segundo lugar, a redução da pobreza rural esteve ligada à criação, ampliação e legitimação social do Programa Bolsa Família e de uma Rede de Proteção e de Promoção Social, na qual se destaca o Programa de Previdência Social Rural, que pôs em prática uma estratégia intersetorial de enfrentamento da pobreza. Em 2009, o Programa Bolsa Família incluiu cerca de 12 milhões de famílias ou, aproximadamente, 48 milhões de pessoas. Para tanto, o Bolsa Família teve seu orçamento ampliado, no período, de R\$ 3,2 bilhões em 2003 para R\$ 12 bilhões em 2009².

Finalmente, a implementação de um conjunto amplo de políticas públicas diferenciadas, de âmbito federal, dirigidas ao meio rural e destinadas a estimular a produção de alimentos através da agricultura familiar e a aumentar o acesso das populações carentes a estes alimentos também deve ser destacado quando se considera a redução da pobreza rural nos últimos anos. Neste particular merecem referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e os Planos Safra da Agricultura Familiar, o Programa Nacional de Reforma Agrária (assentamentos, regularização fundiária e crédito fundiário), os Programas Territórios de Cidadania e Territórios Rurais de Identidade, o Programa Luz para Todos (de eletrificação rural) e a Política de Habitação Rural, além de programas destinados a povos e populações tradicionais, antes “invisíveis” para a política governamental, como, por exemplo, as Comunidades Quilombolas.

Do ponto de vista do apoio direto ao sistema familiar de produção, o Estado brasileiro passou a investir mais recursos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), inclusive aumentando sua área de cobertura, diversificando o público beneficiado e criando novas linhas temáticas de crédito. Rapidamente o número de agricultores familiares beneficiados aumentou para aproximadamente dois milhões famílias.

Em menos de 15 anos o PRONAF foi implementado em todas as grandes regiões e unidades da federação, encontrando-se presente, atualmente, em praticamente todos os municípios do país. Este movimento de consolidação do programa pode ser observado em duas direções: por um lado, nota-se um movimento consistente de crescimento do volume de recursos disponibilizado, especialmente a partir da safra 2002/2003 e, por outro, o número de agricultores atingidos por esta modalidade de política pública cresceu a patamares nunca vistos anteriormente.

Deste modo, não parece ser exagerado afirmar que o PRONAF se tornou um instrumento fundamental para discussão do desenvolvimento rural no país, pois seu

significado para definição das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares é absolutamente fundamental.

Ao disponibilizar recursos financeiros a volumes crescentes para a categoria social dos agricultores familiares, fazendo com que aumentasse significativamente o acesso destes ao sistema financeiro, pode-se dizer que o programa vem cumprindo com um aspecto considerável de seus objetivos originais, especialmente quando estados, regiões e setores tradicionalmente deixados à margem pelas políticas públicas, passaram a receber tratamento prioritário.

Este movimento influenciou a conformação do tecido social de muitas regiões e unidades da federação, seja através do estímulo à organização dos agricultores familiares ou através da busca de novas formas cooperadas de produção (associativismo, cooperativismo, etc.), com resultados positivos sobre os mercados agropecuários. Esta trajetória, de alguma maneira, está presente entre todas as categorias que fazem parte do segmento denominado de agricultura familiar.

Além disso, o programa está conformando um novo campo de coalizão de atores sociais, públicos e privados, tendo por objetivo dar um tratamento adequado às necessidades da agricultura familiar brasileira. Com isso, a intervenção nas áreas de crédito, de infraestrutura, de pesquisa e de assistência técnica comprova a importância de políticas de desenvolvimento rural que enfatizam a agricultura familiar como atividade prioritária, devido à sua expressão social no âmbito do sistema de produção agropecuária do país.

Portanto, nesta nova fase das políticas públicas de desenvolvimento rural, o PRONAF fez com que os temas da institucionalidade, da gestão social e da participação passassem a ter expressiva relevância. Ao longo dos últimos anos foram sendo criadas organizações, instâncias de representação e de decisão desde o âmbito municipal até a esfera federal, além de procedimentos técnicos e administrativos que ampliaram a possibilidade da gestão democrática das políticas públicas. Com isso, abriu-se espaços para a sociedade civil intervir concretamente na formulação, implementação e avaliação das políticas destinadas a promover o fortalecimento da agricultura familiar no país.

Para maior suporte e apoio às atividades produtivas da agricultura familiar, o Estado também investiu na reestruturação do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural (ATER). Em 2004, com o lançamento do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), foi estabelecida outra missão para este serviço público: apoiar e favorecer o desenvolvimento rural orientado pelos princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica dos sistemas produtivos. Esta mudança de percepção se materializou com o aumento de investimentos para a estruturação

2 Francisco Menezes, *Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*, 2010, p. 5-6.

das agências estaduais de assistência técnica e extensão rural (contratação de novos servidores, investimentos em infraestrutura e capacitação dos extensionistas), as quais passaram a ter maior responsabilidade em relação ao suporte técnico destinado que deverá ser destinado oficialmente ao setor da agricultura familiar.

Especificamente na área agrária, foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que possibilitou o acesso à terra a mais de 500 mil famílias na primeira década do século XXI. Paralelamente a isso, foi ampliado o Programa de Crédito Fundiário e o Programa de Regularização Fundiária, os quais complementam as ações governamentais para reordenar o espaço agrário brasileiro. Por fim, para possibilitar um melhor desenvolvimento dos assentamentos rurais, em 2004 foi criado o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), visando democratizar o acesso dos agricultores assentados à assistência técnica, ao mesmo tempo em que incrementou as taxas de cobertura, contribuindo para que os projetos de desenvolvimento dos assentamentos fossem mais bem qualificados.

As políticas públicas de promoção de desenvolvimento rural foram ampliadas ainda mais através da adoção da dimensão territorial do desenvolvimento, buscando superar a ainda dominante concepção setorial da ação do Estado. Com isso, os territórios rurais, ao representarem a complexidade da vida e da produção no campo, colocaram novas demandas às políticas públicas. Neste contexto foi implementado o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais com elevados investimentos em infraestrutura na agricultura familiar, gerando agregação de valor à produção e melhorias nas condições de vida da população rural.

Neste sentido, a política de desenvolvimento dos territórios rurais que vem sendo oficialmente implementada no Brasil desde 2003 tem como fatores motivadores o resgate da importância econômica e dos valores rurais para o desenvolvimento do país; a necessidade premente de combater todos os tipos de desigualdades; e o papel fundamental do sistema familiar de produção e da reforma agrária na geração de produção, emprego e renda, bem como na própria dinamização socioeconômica local e regional das comunidades rurais.

O trabalho dessa iniciativa específica no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) acabou tendo repercussão positiva no conjunto do governo, levando o mesmo a criar, ainda em 2008, o Programa Território da Cidadania (PTC), uma política do Governo Federal que envolve a estrutura administrativa de aproximadamente vinte ministérios e que se reveste de ações estratégicas voltadas à promoção do desenvolvimento em regiões mais deficitárias através do mecanismo da universalização de programas básicos

de cidadania, integrando ações das diferentes esferas governamentais e promovendo o envolvimento e a participação da sociedade civil.

Em 2008 foram formados 60 territórios de Cidadania, número que foi dobrado no ano de 2009. Dentre os critérios de seleção considerados, destacam-se: 1) locais com menor IDH; 2) maior número de beneficiários do programa Bolsa Família; 3) maior concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas; 4) maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; 5) maior organização social. Ficou definido também que cada unidade da federação teria pelo menos um território a ser atendido pelo PTC.

A política de Desenvolvimento Territorial ganhou um novo impulso no ano de 2010, quando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDRAF) aprovou a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) que, em linhas gerais, apresenta à sociedade brasileira um conjunto de diretrizes de um novo projeto de desenvolvimento rural para o país, o qual deve estar amparado no princípio inclusivo, ou seja, “de um rural com gente”. Neste sentido, a PDBR orienta as ações do Estado buscando valorizar seu papel enquanto órgão indutor do desenvolvimento das áreas rurais, tendo a abordagem territorial como enfoque central.

Essa política aprovada pelo CONDRAF escreve um novo marco sobre o significado do rural ao abordá-lo a partir de seus três atributos básicos e simultâneos: enquanto espaço de produção, espaço de relação com a natureza e espaço de reprodução de distintos modos de vida. Tendo presente essas premissas, a PDBR busca construir as condições políticas necessárias para realizar uma profunda transição no modelo de desenvolvimento rural do país, consolidando a incorporação às políticas públicas de importantes segmentos sociais historicamente excluídos e, ao mesmo tempo, reordenando e priorizando as ações do Estado brasileiro a partir da perspectiva do desenvolvimento territorial.

Desta forma, ao se buscar construir um “Brasil rural com gente” adotou-se a abordagem territorial como referencial do desenvolvimento que se almeja, o qual coloca novos desafios para a intervenção do Estado, bem como para as organizações sociais. Essa abordagem, que ocupa lugar central na PDBR, rejeita o viés setorial e fragmentado das políticas públicas, enquanto instrumentos indutores do desenvolvimento. Nessa nova abordagem destina-se grande relevância ao processo participativo das organizações da sociedade civil nas diversas etapas da construção das políticas públicas, o que significa estimular constantemente o protagonismo dos atores sociais.

Isto porque o território é visto como um espaço socialmente construído, dinâmico e mutável, compreendendo de forma interligada as áreas rurais e urbanas e sendo caracterizado por um sentimento

de pertencimento e de identidade sociocultural, o qual é compartilhado por uma diversidade de atores sociais que se mobilizam visando construir um projeto de desenvolvimento sustentável. Nesses territórios se organizam espaços públicos de mediação e concerto das políticas públicas, que obrigatoriamente precisam superar o caráter fragmentado das ações governamentais.

Ainda no âmbito da agricultura familiar, visando ampliar o suporte estatal à organização produtiva desses agricultores, foi criado no ano de 2006 o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), com a intenção de diminuir os riscos com as intempéries que afetam a produção agrícola. Na mesma linha, também foi criado o programa governamental Garantia Safra, que assegura renda mínima para aqueles que perderam mais de 50% de sua produção na área do Semiárido brasileiro.

Finalmente, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública que tem sua gestão articulada a partir de um grupo interministerial que procura garantir a compra da produção de agricultores familiares, bem como formar estoques para dar sustentação à política de segurança alimentar e nutricional, bem como suprir demandas de outros programas públicos destinados ao atendimento de populações carentes e em condições de pobreza.

O PAA foi concebido no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero (PFZ), visando implementar ações no âmbito das políticas agrícola e de segurança alimentar com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome. Para tanto, buscou-se incentivar a agricultura familiar através de ações vinculadas à distribuição de alimentos de origem agropecuária aos grupos sociais em situação de insegurança alimentar, além de facilitar o processo de comercialização no âmbito local e promover a formação de estoques estratégicos de alimentos.

De maneira geral, o programa destina-se à aquisição de produtos agropecuários fornecidos pelos agricultores familiares, sendo possibilitada a compra sem licitação de produtos da agricultura familiar até o limite máximo de R\$ 2.500,00 por agricultor ao ano. Os preços dos produtos adquiridos não podem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais e/ou regionais, sendo os mesmos determinados pelos gestores do programa no âmbito regional.

Diversos estudos mostraram que, embora o volume de recursos e o número de agricultores familiares envolvidos com o programa ainda sejam modestos comparativamente a outros programas governamentais, é possível afirmar que esse programa tem apresentado um importante desempenho, especialmente ao atingir um número significativo de pessoas que se encontravam em insegurança alimentar, melhorando a qualidade e quantidade da alimentação disponível. Mas é também entre os agricultores familiares que o programa tem

se firmado, ao contribuir decisivamente tanto na comercialização da produção como no fortalecimento de suas organizações.

Este conjunto políticas, programas e ações governamentais destinados especificamente ao público de agricultores familiares de todo o país vem apresentando resultados extremamente positivos em termos de produção, conforme veremos mais adiante, bem como tem contribuído para a superação de desigualdades historicamente construídas, especialmente em relação ao acesso a terra e aos benefícios das políticas públicas, as quais até bem pouco tempo atrás tinham apenas os setores latifundiários como público preferencial.

3.2 As respostas produtivas, econômicas e sociais da Agricultura Familiar

Nas duas últimas décadas a expressão “agricultura familiar” se consolidou no contexto econômico e social brasileiro. Em grande medida, esse processo representa a conjunção da luta política dos movimentos sociais rurais capitaneados pelas organizações dos agricultores familiares em prol de uma política pública específica para este setor; a própria legitimação desta bandeira de lutas por parte do Estado quando criou o PRONAF em 1996 e, mais recentemente, quando promulgou a Lei da Agricultura Familiar (2006); e a retomada dos estudos e debates acadêmicos com distintos olhares sobre a ruralidade brasileira, fato que auxiliou na ampliação do escopo temático tradicional.

É justamente esta forma de produção que se encontra em evidência atualmente no meio rural brasileiro, ao agregar famílias, propriedades agrícolas, trabalho na terra, ao mesmo tempo em que se cultuam valores e tradições. Isto tudo conforma uma grande diversidade econômica, social e cultural que dinamiza os processos sociais rurais.

O marco legal ocorreu em 24 de julho de 2006 quando o governo promulgou a Lei 11.326, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar. Tal dispositivo estabelece que, para fins legais, considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural e que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos: a) não detenha área maior que 4 módulos fiscais; b) utilize predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas de seu estabelecimento; c) tenha renda familiar predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento; d) dirija seu estabelecimento com sua família.

Diante deste novo marco legal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o Censo Agropecuário de 2006. Com isso, pela primeira vez existem estatísticas específicas e especiais sobre a agricultura familiar brasileira. Estas informações foram disponibilizadas em 2009 no documento denominado de “Censo Agropecuário Agricultura Familiar. Primeiros resultados, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação”. Tal

documento contém informações gerais sobre a caracterização da agricultura familiar no país, com informações relativas aos estabelecimentos agropecuários, processos produtivos, ocupação da mão de obra e valores da produção.

Tomando-se como referência esses dados do Censo Agropecuário (CA) de 2006, observa-se que ocorreu um crescimento expressivo da agricultura familiar no contexto da produção agropecuária brasileira, comparativamente ao último censo realizado no ano de 1995/96.

Do ponto de vista da estrutura agrária, os dados revelam que o processo de concentração da propriedade da terra permanece inalterado, uma vez que do total de estabelecimentos agropecuários do país contabilizados pelo CA em 2006, 4.367.902 eram de agricultores familiares, o que representava 85% do total. Porém, em termos de área ocupada, estes estabelecimentos familiares detinham apenas 24% da área total, o que caracteriza a existência da concentração. Este fato foi comprovado pelo Índice de Gini que atingiu o patamar de 0,852 no referido ano.

Do ponto de vista produtiva destaca-se a grande importância da agricultura familiar, com ênfase nas seguintes informações: 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite. Além disso, os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar.

Obviamente que esta expressiva expansão da produção da agricultura familiar tem efeitos sobre o número de pessoas ocupadas no meio rural. Assim, verifica-se que os estabelecimentos familiares ocupavam 12,3 milhões de pessoas, enquanto os estabelecimentos patronais ocupavam apenas 4,3 milhões de pessoas. Isso significa que a agricultura familiar respondia por aproximadamente 75% do total das ocupações rurais.

Ainda neste quesito ocupação, verifica-se que o número de pessoas ocupadas por área de estabelecimento, segundo França et al. (2009), na agricultura familiar foi cerca de 9 vezes maior que nos estabelecimentos agropecuários não familiares. Além disso, esses autores mostram que, num cenário de redução global das ocupações agropecuárias entre os dois últimos períodos censitários, a agricultura familiar foi capaz de reter um número maior de ocupações, comparativamente à agricultura não familiar.

Finalmente, em termos das receitas, o IBGE divulgou que 1/3 delas provinha da agricultura familiar. Porém, quando se considera o valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários do país, observa-se que a agricultura familiar respondia em 2006 por quase 40% do valor total. Registre-se que este percentual apresentou tendência de crescimento em relação ao censo ante-

rior. A produção vegetal respondia por 72% do valor da produção total da agricultura familiar, com predomínio neste percentual das lavouras temporárias.

4 Considerações finais

São inegáveis os avanços observados nas duas últimas décadas no meio rural brasileiro, a partir do momento que o Estado decidiu apoiar mais fortemente o setor produtivo classificado como “agricultura familiar”, o qual por quase cinco séculos ficou à margem das ações das políticas públicas de desenvolvimento rural do país.

Em primeiro lugar, deve-se registrar os resultados extremamente positivos obtidos pela agricultura familiar em termos produtivos, especialmente no que concerne à produção de alimentos básicos. Na recente crise econômica foi possível se observar que a disponibilidade interna de alimentos para o conjunto da população tornou-se um fator decisivo no controle inflacionário, bem como contribuiu positivamente no sentido de equilibrar a balança comercial.

Em segundo lugar, deve-se ressaltar, também, o papel relevante da agricultura familiar no sentido de manter grande parte das ocupações rurais sob sua responsabilidade. Os dados do último Censo Agropecuário confirmam essa tendência, uma vez que mais de três quartos de todas as ocupações existentes atualmente no meio rural do país estão vinculadas diretamente ao sistema familiar de produção.

Em terceiro lugar, é importante realçar o papel decisivo que a agricultura familiar desempenha para além dos aspectos meramente produtivos. Assim, em regiões em que predomina este tipo de agricultura são gritantes as diferenças, comparativamente às áreas dominadas pelo agronegócio, cujo centro dinâmico é dado pelas commodities produzidas em larga escala e voltadas aos mercados internacionais. Duas diferenças são visíveis: a maior preservação dos recursos naturais e um espaço físico ocupado com gente.

É por esta razão que a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) recentemente aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) aposta na dinamização e ocupação produtiva do espaço rural brasileiro concomitantemente à conservação dos patrimônios ambiental e sociocultural, visando beneficiar todos os segmentos sociais rurais e urbanos, sobretudo daqueles municípios e regiões que dependem do funcionamento da economia rural, em particular os setores da indústria, do comércio e dos serviços.

Isto porque se entende que a garantia da segurança alimentar e nutricional; o fortalecimento do mercado interno; a exportação de produtos agrícolas; a preservação da biodiversidade; a reprodução do patrimônio cultural das populações rurais; e a manutenção da diversidade territorial dos espaços rurais interessam

e beneficiam a toda a sociedade, uma vez que ela pode usufruir de alimentos de qualidade e diversificados, de ambientes naturais preservados e de uma pluralidade de manifestações culturais, etc. Isso revela a perspectiva solidária da contribuição da sociedade agrária para o funcionamento global da sociedade brasileira.

É à luz dessa concepção de desenvolvimento que as políticas públicas deveriam buscar criar condições para uma transição estrutural do atual modelo para um novo projeto de Brasil rural, com gente e produzindo sustentavelmente!

Referências

- DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. São Paulo, 2011.
- FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: **Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 12).
- FRANÇA, C. G. et al. **O Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p.
- GARCIA, R. C. **Efetivação de direitos, novas institucionalidades e exigências de coordenação: o caso da inclusão produtiva**. Brasília: IPEA, 2011. (Boletim de Análise Político-Institucional, n.1).
- GARCIA, R. C. et al. O direito ao trabalho e a necessidade de uma política nacional de inclusão produtiva. In: **Fome zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010, v. 2, 265p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO. **Censo agropecuário de 2006**. Agricultura familiar: primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro, 2010.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Pobreza rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Brasília, 2011a. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, edição especial).
- _____. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, 2010a. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).
- _____. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo**. Brasília, 2011b. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.13).
- _____. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília, 2011c. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.14).
- _____. **Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial**. Brasília, 2010b. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.11).
- MATTEI, L. Agrarian reform in Brazil under neoliberalism: evaluation and perspectives. In: **Reclaiming the land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America**. MOYO, S. ; YEROS, P. (Org). London (UK): Zed Book, 2005.
- _____. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: MDA, 2005.
- _____. **Institucionalidades e protagonismo político: os 10 anos do CONDRAF**. Brasília: MDA, 2010. 161p.
- _____. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: NEAD, 2006.
- _____. ; DUARTE, L. **Institucionalidades para a Gestão social do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2005. (Série Documentos, n.1).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003. (Texto para Discussão n. 4).
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Acelerar a inclusão produtiva: novo ciclo de investimentos e as oportunidades de superação das desigualdades sociais e regionais**. Brasília: MDS, 2010. 32p.
- OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA. **Aperfeiçoamento das políticas públicas de enfrentamento da pobreza rural na perspectiva do desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA, 2012, 7p.
- _____. **Políticas públicas para enfrentamento da pobreza e da desigualdade no meio rural brasileiro: uma análise a partir da experiência da política de desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA, 2011. 31p.
- SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NORDESTINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DOIS CENSOS AGROPECUÁRIOS

Evolution of northeast family farm: a comparative analysis between two agricultural census

Carlos Enrique Guanzioli

Doutor em Economia pela University College London, Inglaterra. Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense, Brasil. Rua Tiradentes 17, sala 12 – INGA. CEP: 24.240-510. carlos.guanzi@gmail.com

Alberto Di Sabbato

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Professor associado da Universidade Federal Fluminense, Brasil. Rua Tiradentes 17, sala 12 – INGA. CEP: 24.240-510. alberto@economia.uff.br

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma, Mestre em Economia Rural e Pesquisadora do BNB/ETENE. Av. Pedro Ramalho 5700. Castelão. CEP: 60.743-902. fatimavidal@bnb.gov.br

Resumo: Este trabalho comparou a evolução da agricultura familiar no Nordeste entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. A metodologia utilizada foi a conhecida como “FAO-Incra” que permite caracterizar a agricultura familiar delimitando-a no universo total dos estabelecimentos. Os dados mostraram que os estabelecimentos familiares continuam sendo maioria no meio rural nordestino e ocorreu crescimento da sua participação na produção agropecuária da região, evidenciando que, embora o avanço na adoção de tecnologias tenha sido baixo, a agricultura familiar faz parte das cadeias do agronegócio que apresentou elevado crescimento na década analisada. No período, compreendido entre 1996 e 2006 destacam-se o avanço da participação dos familiares no valor bruto da produção total, na produção da lavoura permanente e de várias culturas temporária. Por outro lado, houve redução da participação na pecuária de corte e de leite. Observou-se ainda que existem diferentes segmentos de agricultores familiares no Nordeste e que houve forte concentração da produção e renda dentro da própria agricultura familiar, com intensificação da produção do segmento de renda mais alta, os demais estabelecimentos, que são maioria absoluta, continuam com baixíssima capacidade de produção e geração de renda.

Palavras-chave: agricultura familiar, nordeste, censo agropecuário.

Abstract: This work compared the evolution of the family farming in the Northeast between the farming censuses of 1996 and 2006. The used methodology was the acquaintance with “FAO-Incra” that there allows to characterize the family farming delimiting it in the total universe of the establishments. The data showed that the familiar establishments keep on being majority in the northeastern rural environment and there was growth of his participation in the northeastern farming production, showing up that, though the advancement in the technologies adoption has been low, the family farming makes part of the agribusiness who presented elevated growth in the analyzed decade. In the period understood between 1996 and 2006 they detach the advancement of the participation of the family farmer in the brutish value of the total production, in the permanent crops production, and of several temporary crops. On the other side, there was reduction of the participation in the dairy and beef cattle production. It was still noticed that there are different segments of familiar farmers in the Northeast and that there was strong concentration of the production and income inside the family farming itself, with intensification of the production of the segment of higher income, too many establishments, which are an absolute majority, continue with too low capacity of production and generation of income.

Keywords: Family farming, northeast, farming census.

1 Introdução

Do ponto de vista legal (Lei 11.326 de 2006), agricultor familiar é aquele que exerce atividades agropecuárias no meio rural e que cumpre os seguintes quesitos:

I - não deter área maior do que quatro módulos fiscais¹; II - utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III - a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV - o estabelecimento ser dirigido pelo (a) agricultor (a) com sua família (art.3).

No entanto, há que se considerar que ainda persiste no Brasil uma confusão conceitual entre agricultura familiar de subsistência, pequena produção e pobreza rural, que dificulta a análise das atividades e a elaboração de políticas de desenvolvimento rural. Parte dessa confusão começou a ser desfeita pelo trabalho Novo retrato da agricultura familiar redescoberto (CARDIM; GUANZIROLI, 2000), que mostrou uma realidade distinta sobre a importância e contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do país.

Até aquele momento, a “pequena produção” era vista principalmente como um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam excedentes nos mercados locais. Alguns autores destacavam a pequena produção e a unidade familiar como “depósito e reserva de mão de obra” que, com baixo custo de oportunidade, inseria-se no mercado de trabalho rural como trabalhador temporário, conhecido como boia-fria.

Os autores definiram como estabelecimentos familiares aqueles cuja direção dos trabalhos fosse do produtor; o trabalho familiar (calculado com base em fórmula própria) fosse maior que o contratado e com área total do estabelecimento maior ou igual à área máxima regional. A partir desses critérios, os questionários do Censo Agropecuário 1995/96 foram reprocessados, com os estabelecimentos classificados em familiares, patronais, de instituições piás/religiosas; de entidades públicas e não identificados. O cenário descortinado a partir daí revaloriza a agricultura familiar e ajuda a explicar a confusão conceitual anteriormente referida.

1 O módulo fiscal é uma unidade relativa de área, expressa em hectares, fixada para cada município, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que leva em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar.

O *Retrato* atualizou a fotografia da agricultura brasileira em geral, focalizando e destacando a categoria da agricultura familiar, que até então não tinha sido utilizada de forma abrangente no país. Além disso, o *Retrato* revelou uma agricultura familiar muito mais robusta e relevante, do ponto de vista econômico e social, do que se supunha a partir da visão dominante da “pequena produção” de subsistência, além da existência de várias agriculturas familiares.

Passados 10 anos dessa análise qual será a situação da agricultura familiar nordestina? A realização pelo IBGE do Censo Agropecuário em 2006 permite-nos agora dar resposta a essa questão.

A concepção básica que norteou o estudo foi de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção o que implica superar a tendência de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a, equivocadamente, à “pequena produção”.

2 Metodologia

O estudo adotou uma tipologia que busca classificar os produtores a partir das condições básicas do processo de produção, que explica, em boa medida, suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza.

O universo agrário é extremamente complexo, com diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes.

Os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal. Daí a importância de identificar os principais tipos de produtores.

O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor;
- b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado.

Adicionalmente, foi estabelecida uma *área máxima regional* como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares com vistas a

evitar eventuais distorções que decorreriam da inclusão de latifúndios no universo familiar.

O Número de Unidades de Trabalho Familiar (UTF) por estabelecimento/ano foi determinado como sendo a soma do número de pessoas ocupadas da família com 14 anos e mais e da metade do número de pessoas ocupadas da família com menos de 14 anos.

O trabalho contratado (UTC) foi obtido a partir das despesas realizadas com mão de obra empregada, incluindo os serviços de empreitada. O valor dessas despesas dividido pelo valor anual de remuneração de uma unidade de mão de obra permite obter o número de unidades de trabalho contratadas pelo estabelecimento.

Uma vez estabelecida a delimitação do universo familiar, procedeu-se à diferenciação no interior do segmento, na medida em que se admite a existência de produtores familiares em distintos graus de desenvolvimento socioeconômico e, portanto, com distintas lógicas de produção e sobrevivência.

- 1) *Tipo A*, com Renda Total superior a três vezes o Valor do Custo de Oportunidade (VCO);
- 2) *Tipo B*, com Renda Total superior a uma vez até três vezes o VCO;
- 3) *Tipo C*, com Renda Total superior à metade até uma vez o VCO;
- 4) *Tipo D*, com Renda Total igual ou inferior à metade do VCO.

O Valor do Custo de Oportunidade (VCO) foi considerado como sendo o valor da diária média estadual, acrescido de 20%² e multiplicado pelo número de dia úteis do ano (calculado em 260).

Os tipos A, B, C e D foram associados a, respectivamente, agricultores consolidados, em processo de consolidação, estagnados e periféricos.

3 Evolução da agricultura familiar brasileira e nordestina entre 1996 e 2006

O Nordeste possui um setor de agricultura familiar mais significativo e representativo dentro do contexto de sua agricultura do que na média nacional. Tanto no que se refere à área ocupada por agricultores familiares como no que diz respeito aos financiamentos, pessoal ocupado e valor

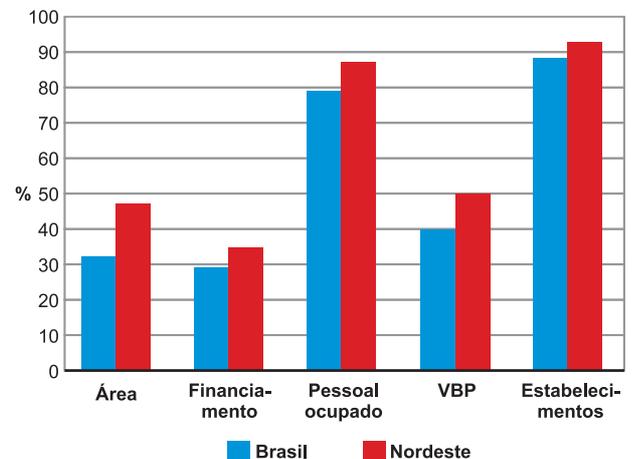
bruto da produção (VBP) o Nordeste se revela uma região na qual predominam os agricultores familiares de forma mais acentuada que no Brasil. Com relação aos estabelecimentos, 92,7% caíram na categoria de familiares no Nordeste contra 87,5% na média do Brasil (Gráfico 1).

Além disso, é importante mostrar que os agricultores familiares conseguem produzir 50,2% da produção total agrícola do Nordeste numa área menor que a dos não familiares (46,9% para os familiares) e com um financiamento também menor (36,9%). Isto revela que os familiares são mais produtivos em terra e capital (financiamento), o que é coerente com a teoria alocativa de fatores que diz que um agente é mais eficiente ou intensivo no uso do fator mais escasso.

Por outro lado, quando se trata da mão de obra, os familiares são mais ineficientes, produzem 50,2% do VBP usando 87,2% do pessoal ocupado do Nordeste, o que também é coerente com esta teoria, já que a mão de obra é o fator mais abundante dos familiares, que, por isso, utilizam-na de forma menos produtiva, revelando baixa produtividade marginal, ou subocupação da mão de obra familiar.

Cabe destacar o aspecto área que é o mais representativo da importância dos agricultores familiares frente ao resto. Sua maior significância revela, entretanto, uma menor produtividade comparada à obtida no Brasil, já que se precisa de área maior para produzir certo VBP.

Gráfico 1 – Participação dos estabelecimentos familiares na área ocupada, financiamento, pessoal ocupado, valor bruto da produção (VBP) e no total de estabelecimentos no Nordeste e no Brasil (%) – 2006.



Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

² A inclusão deste percentual, embora arbitrário, justifica-se porque as diárias são muito baixas e não asseguram a estabilidade do agricultor.

A maior necessidade de área no Nordeste está relacionada às limitações de solo e clima. Cerca de 70,0% do semiárido está sobre o embasamento cristalino onde os solos geralmente são rasos, de baixa capacidade de infiltração de água e que, portanto, limitam o desenvolvimento das culturas. Além disso, a Região está sujeita a períodos cíclicos de seca.

No Nordeste verifica-se também um maior avanço nestas variáveis gerais entre os dois Censos do que avançou na média do Brasil. Enquanto a agricultura familiar avançou cerca de 2 pontos percentuais na participação do VBP da agricultura brasileira, no Nordeste este crescimento foi de 7 pontos percentuais.

3.1 Categoria de produtores familiares

A agricultura familiar no Nordeste está composta por 2.274.120 estabelecimentos, dos quais apenas 155.379 fazem parte do grupo dos mais capitalizados (renda total acima de 3VCO³), enquanto no extremo oposto (menos de ½ VCO) existem 1.415.583 estabelecimentos, que sobrevivem apenas com atividades para subsistência, sem nenhuma renda monetária.

A participação do grupo A de renda, embora tendo crescido substancialmente entre 1996 e 2006 (passou de 3,8% para 6,3%) ainda é menor no contexto da agricultura nordestina do que na média nacional (7,98%). Os mais pobres também são mais numerosos no Nordeste, proporcionalmente à média nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Percentual de estabelecimentos, área ocupada e VBP dos estabelecimentos familiares no Nordeste e no Brasil por grupos de renda – 1996 e 2006

Tipo de Agricultor	Nordeste						Brasil		
	Estabelecimentos (%)		Área (%)		VBP (%)		Estab. (%)	Área (%)	VBP (%)
	1996	2006	1996	2006	1996	2006			
Familiar total	88,3	92,7	43,5	46,9	43,0	50,2	88,0	46,9	40,0
Tipo A	3,8	6,3	7,0	7,7	14,4	36,7	8,0	7,7	27,1
Tipo B	14,2	18,0	12,8	12,2	12,9	6,0	18,2	12,2	6,4
Tipo C	18,1	10,6	8,7	5,7	7,4	2,4	11,1	5,7	2,0
Tipo D	52,2	57,7	15,1	21,3	8,3	5,0	50,7	21,3	4,5

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

A tabela 1 expressa a heterogeneidade entre os grupos de renda. O grupo A, embora seja formado por um grupo relativamente pequeno de produtores (6,3% do total dos estabelecimentos) contribui com parte significativa da produção dos familiares.

³ Valor do Custo de Oportunidade.

Em 2006, os agricultores familiares foram responsáveis por 50,2% do VBP do Nordeste, desse total 36,7% foram de responsabilidade do grupo A, enquanto os demais grupos contribuíam com parcelas pequenas do total.

Houve também uma forte concentração do VBP entre 1996 e 2006, tendo o grupo A passado de 14,4% do total para 36,7%. Em relação à média nacional, a concentração da produção do Nordeste é maior. Na média nacional o grupo A produz 27,7% do total.

O fortalecimento e a concentração no grupo A não aconteceram por aumento de área. O crescimento foi quantitativo, eram apenas 77.000 em 1996 e passaram a ser 155.379 estabelecimentos em 2006. O tamanho médio de suas áreas de fato diminuiu. Os familiares do grupo A foram os que de fato perderam mais terra, cuja área média passou de 62 ha para 37 ha, próximo da média nacional. Os demais grupos mantiveram ou perderam área (Tabela 2). Este fato revela que teria havido um forte processo de intensificação da produção entre os familiares do grupo A, provavelmente pelo aumento das áreas irrigadas.

Tabela 2 – Área média dos estabelecimentos familiares, em hectares, no Nordeste e no Brasil por grupo de renda – 1996 e 2006

Grupo de renda	Nordeste		Brasil
	1996	2006	2006
Familiar Total	16,6	15,6	23,5
Tipo A	62,0	37,4	39,2
Tipo B	30,2	20,8	24,1
Tipo C	16,1	16,5	20,5
Tipo D	9,7	11,4	21,4

Fonte: Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Fica claro também que o tamanho da área possuída não tem necessariamente correlação com a VBP a ser obtido, pelo menos dentro do universo dos agricultores familiares. Numa mesma área pode-se aumentar a renda por meio da adoção de tecnologias para aumentar a produtividade ou cultivar culturas de maior valor de mercado. Ou, em outras palavras, não se sai da miséria simplesmente aumentando a terra.

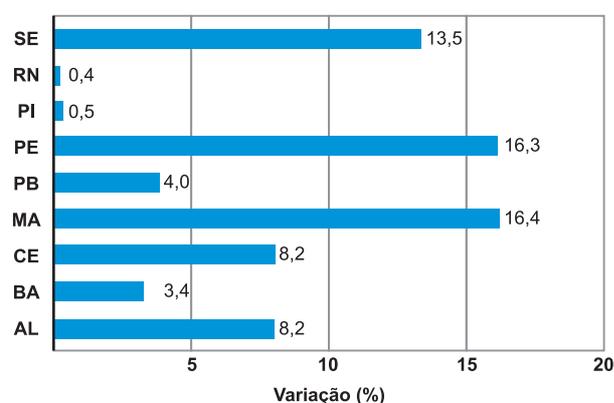
3.2 Desempenho da agricultura familiar no Nordeste por estado

No gráfico 2 pode-se observar que entre 1996 e 2006 a agricultura familiar evoluiu de forma mais contundente em termos de VBP nos estados do Maranhão, Pernambuco e Sergipe, certamente associado ao crescimento da participação dos agri-

cultores familiares na agricultura irrigada. No Maranhão ocorreu também crescimento da suinocultura e avicultura, provavelmente estimulado pelo avanço da produção de grãos nas áreas de cerrado do estado.

Ceará e Alagoas tiveram crescimento mais moderado, mas também associado ao crescimento da produção de culturas de maior valor agregado em sistema irrigado.

Gráfico 2 – Variação da participação dos estabelecimentos familiares no valor bruto da produção (VBP) dos estados do Nordeste (%) – 1996 e 2006.



Fonte: Censos Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

Na tabela 3 verificam-se grandes diferenças no valor bruto de produção auferido por hectare entre os estados em relação aos não familiares.

Alagoas e Pernambuco aparecem entre os estados onde o valor produzido por hectare entre os familiares é mais alto. No entanto, nesses estados o VBP/ha dos não familiares supera o dos familiares, o que deve ser consequência da maior exploração da cana-de-açúcar nestes estados em relação aos demais.

Maranhão e Piauí, embora com VBPs mais altos que os não familiares, destacam-se como os de valor de produção por hectare mais baixo, quase dez vezes menor que Alagoas. Na verdade o que acontece é que nesses estados a produção capitalista é pouco expressiva, o que permite o destaque da produção familiar, que apesar de ser pouco produtiva, representa um percentual bastante alto do total produzido.

Na tabela 3 pode-se confirmar a maior participação do grupo A na produção dos familiares, que varia desde um mínimo de 22,7% no Rio Grande do Norte até um máximo de 49,9% em Sergipe.

O estado onde se verifica uma repartição mais equilibrada é o Piauí. Mas no geral, percebe-

-se que apenas um grupo mais forte produz de forma comercial e relevante, enquanto os outros grupos de renda mantêm-se na subsistência produzindo baixíssimos excedentes comerciais. Deve-se lembrar de que no VBP estão incluídas tanto as produções de autoconsumo como as destinadas aos mercados.

Tabela 3 – Valor bruto da produção segundo o tipo de estabelecimento e participação percentual no VBP por grupo de renda nos estados do Nordeste – 2006

Estado	VBP (R\$/ha)		Part. (%) no VBP por grupo de renda			
	Fam. (a)	Não Fam. (b)	A	B	C	D
AL	1.199,3	1.870,8	24,9	2,9	1,2	2,5
BA	332,8	301,4	29,0	6,4	2,4	5,4
CE	507,3	476,5	46,8	6,5	2,6	4,5
MA	371,5	186,1	46,6	5,9	2,9	6,8
PB	422,0	359,3	41,3	8,7	3,1	6,0
PE	826,9	1.020,2	42,3	4,8	1,7	3,4
PI	176,8	112,9	36,3	10,5	4,9	10,1
RN	292,7	431,9	22,7	6,9	2,3	2,3
SE	940,0	577,0	49,9	7,4	2,9	6,1

Fonte: Censos Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

4 Modernização agrícola na agricultura familiar do nordeste

Percebe-se que no Nordeste apenas 2,7% dos agricultores familiares receberam Assistência Técnica Rural (ATER) em 1996, aumentando para 7,2% em 2006, mas só se for considerada neste atendimento a ATER dada de forma ocasional (Tabela 4).

Embora na média do Brasil o percentual de ATER não seja muito alto, ele quase triplica o do Nordeste. Neste quesito a diferença encontrada entre o Brasil e o Nordeste é uma das maiores entre o conjunto de indicadores analisados.

Um indicador positivo foi a energia elétrica no meio rural, que mais do que triplicou entre os dois Censos, passando de um percentual muito baixo em 1996 (18,2%) para uma cobertura relativamente ampla em 2006, de 62,6%, embora ainda inferior ao da média nacional.

O grau de associativismo que já era baixíssimo entre os familiares em 1996 caiu ainda mais chegando a níveis insignificantes. Em 2006, apenas 1,5% do total de produtores familiares declarou pertencer a cooperativas.

Existem várias hipóteses a serem exploradas para buscar uma explicação para a queda e a baixa

incidência de cooperativas tanto no âmbito do Nordeste como no nacional. A primeira seria que o pessoal busca se filiar mais a associações, o que não foi explicitamente perguntado no Censo. A segunda é a falência de muitas cooperativas nesse período por causa da concentração empresarial que aconteceu no setor lácteo em função da obrigatoriedade de resfriar o leite e do estabelecimento ter SIF (Serviço de Inspeção Federal). Nesse sentido, pode-se interpretar que muitas cooperativas teriam deixado de funcionar ao perder o estatuto legal que tinham nesta atividade antes da lei. A terceira hipótese diz respeito às falências de inúmeras cooperativas criadas de forma não muito sólida pelo Governo Federal e Governos Estaduais que ao carecer de capacidade de gestão se tornaram inviáveis e fecharam.

Tabela 4 - Percentual dos Estabelecimentos Familiares que utilizam tecnologia, insumos, energia etc. Nordeste total e por grupo de renda – 1996 e 2006

Produto	Familiar Nordeste		Grupos de Renda Nordeste (2006)				Familiar Brasil 2006
	1996	2006	A	B	C	D	
Utiliza Assistência Técnica (1)	2,7	7,2	13,0	8,2	7,9	6,1	21,0
Associado à Cooperativa (2)	2,2	1,5	3,1	1,8	1,6	1,2	4,3
Utiliza Energia Elétrica	18,7	62,6	67,1	67,0	62,6	60,6	74,1
Força Animal	20,6	35,7	43,5	41,6	41,4	32,1	38,9
Força Mecânica	18,2	20,5	28,4	24,1	23,5	17,9	30,2
Força Manual	61,2	43,8	28,3	34,2	34,9	50,6	31,1
Utiliza Irrigação	3,9	5,1	12,5	6,2	5,4	3,8	6,2
Utiliza Adubos e Corretivos (3)	18,1	16,9	26,4	19,2	18,9	14,7	37,8

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Notas:(1) A assistência técnica regular no Nordeste em 2006 era de apenas 2,5% do total, os 4,7% restantes são ocasionais.
(2) 38% declarou estar associado a entidades de classe.
(3) 58,7% declarou fazer práticas agrícolas, o que pode ser entendido como controle de pragas.

Outro tema que merece destaque entre as variáveis apresentadas é o altíssimo percentual de famílias que operam seus estabelecimentos com o uso exclusivo de tração manual, isto é, foice e enxada. Este percentual, que era de 61,2% em 1996, caiu para 43,8% em 2006, mas ainda está longe do percentual nacional e muito aquém do que seria de esperar de uma agricultura mais desenvolvida e moderna.

Apenas 20% dos agricultores familiares do Nordeste usam trator, no entanto o uso de máquinas pesadas na região por pequenos produtores deve

ser incentivado com cautela já que muitas áreas do semiárido não são passíveis de mecanização, pois os solos rasos apresentam alto risco de erosão, devendo ser revolvidos o mínimo possível. Os solos com afloramento rochoso, por sua vez, dificulta o tráfego de máquinas, além do risco de danos aos implementos e operadores. Além disso, nas demais áreas, a total mecanização só acontecerá quando as condições financeiras o permitirem para que a mudança seja sustentável.

O método que está avançando mais rapidamente no Nordeste é a tração animal, que embora seja uma técnica muito antiga, pode se apresentar como uma alternativa viável nas condições agroecológicas, de solo e financeiras nas quais atuam os agricultores familiares do Nordeste. De fato, parte da tração manual foi substituída pela tração animal, aliviando parcialmente o esforço despendido nas tarefas agrícolas pelas famílias da região.

As outras variáveis, como irrigação, uso de adubos e corretivos permanecem em níveis muito baixos. A escassez de recursos hídricos no semiárido nordestino, aliada às condições de solos desfavoráveis à irrigação em muitas áreas, limita o emprego da irrigação. A adubação por sua vez só é eficiente na presença de água, portanto, a baixa disponibilidade hídrica também limita o uso desse tipo de insumo.

Quando se desagregam estas variáveis por grupos de renda percebe-se que não há grandes diferenças entre os segmentos da agricultura familiar na adoção de técnicas modernas.

As variáveis em que se registram as maiores diferenças são força manual, irrigação e uso de adubos e corretivos. Maior percentual de agricultores do grupo A utilizam irrigação (12,5%) enquanto apenas 2,8% dos agricultores do grupo D utilizam a tecnologia. Com relação à adubação e corretivos observa-se a mesma tendência, 26,4% dos produtores consolidados adotam a técnica enquanto os periféricos apenas 14,7%. No grupo A somente 28,3% baseia-se na força manual, contra 43,8% na média do Nordeste (Tabela 4).

5 Perfil produtivo da agricultura familiar no Nordeste

5.1 Participação dos familiares nas lavouras permanentes

O avanço mais expressivo da agricultura familiar nordestina neste tipo de lavouras foi na produção de banana e de laranja que, após dez anos de crescimento, se tornaram majoritaria-

mente familiar. Também se destacou a produção de uva, que embora não seja majoritária, cresceu substancialmente entre 1996 e 2006, passando de 2,9% para 13,9% (Tabela 5). Estas produções provavelmente estão relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar nos perímetros irrigados.

Tabela 5 - Participação dos familiares na produção de produtos da lavoura permanente do Nordeste (%) total e por grupo de renda – 1996 e 2006

Produto	Familiar Nordeste		Grupos de Renda Nordeste (2006)				Familiar Brasil 2006
	1996	2006	A	B	C	D	
Banana	56,0	68,6	66,0	1,7	0,4	0,5	62,7
Café	22,6	19,7	12,1	3,8	1,5	2,3	27,1
Laranja	64,2	77,9	71,3	3,9	1,2	1,5	24,6
Uva (vinho + mesa)	2,9	13,9	13,3	0,3	0,1	0,2	48,0

Fonte: Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Na década de 1990 ocorreu uma forte expansão da fruticultura perene em áreas irrigadas no Nordeste, principalmente no polo Petrolina/Juazeiro. Devido ao seu ciclo relativamente curto, a banana é a principal cultura usada pelos agricultores familiares na transição entre cultivos temporários para perenes (Correia, et al. 2001).

A produção de uva em contexto familiar acontece principalmente na região de Petrolina, onde algumas vitivinícolas decidiram integrar produtores de assentamentos na produção de uva para vinho. Identifica-se também alguma produção de uva nos estados do Ceará e Paraíba.

O grande avanço nestes produtos está praticamente restrito ao Grupo A, (Tabela 5) de renda mais alta, que é o possui maior acesso a tecnologia também. Trata-se, entretanto, de um grupo pequeno de agricultores familiares que conseguem se engajar neste tipo de produção. O restante pouco participa das lavouras permanentes citadas.

Merece destaque o crescimento da participação da agricultura familiar nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco para uva; Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí e Sergipe para banana; e Alagoas, Ceará e Maranhão para laranja (Tabela 6).

Com relação à cultura do caju, atividade importante para os estados de Ceará e Piauí, quase toda a receita advém da comercialização da castanha sendo que a agricultura familiar é responsável por 69,2% da produção total de castanha de caju no

Nordeste (Tabela 7). Dentre os grupos da agricultura familiar, o grupo A, de maior renda, é responsável por 54% dessa produção e se somarmos o grupo A com o B, se chega a 78% da produção de castanha da agricultura familiar.

Tabela 6 – Participação dos estabelecimentos familiares no VBP de produtos da lavoura permanente dos estados do Nordeste (%) – 1996 e 2006

Estado	Banana		Café		Laranja		Uva	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
AL	68,3	78,0	75,1	98,7	65,1	95,2	-	-
BA	59,9	71,8	20,2	19,0	68,0	76,2	3,6	18,6
CE	57,0	63,4	50,9	41,8	54,5	92,4	4,7	32,8
MA	66,4	66,1	74,9	94,5	69,4	93,4	-	-
PB	60,3	67,2	76,3	74,7	79,6	53,9	57,5	71,5
PE	44,0	68,4	47,7	48,0	68,7	89,5	2,0	11,6
PI	65,7	90,2	67,0	58,8	60,0	11,0	-	8,3
RN	58,6	57,3	70,7	100,0	33,8	4,5	-	-
SE	71,7	91,9	79,9	-	59,6	76,5	95,1	-

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Ocorre grande desperdício de caju devido sua alta perecibilidade e pequeno número de indústrias de beneficiamento. Em geral, as poucas indústrias existentes na região se localizam próximas dos centros produtores ou se integram verticalmente para garantir a entrada regular da matéria prima para a produção de sucos.

Tabela 7 – Produção de castanha de caju no Nordeste por grupo de renda em 2006

Tipo	Estabelecimentos		Produção	
	Quant.	%	Ton.	%
Familiar Total	61.950	90,8	116.587	69,2
Tipo A	7.464	10,9	51.031	30,3
Tipo B	18.704	27,4	29.921	17,8
Tipo C	9.785	14,3	12.364	7,3
Tipo D	25.997	38,1	23.271	13,8
Não Familiar	5.862	8,6	49.986	29,7
Total	68.227	100,0	168.443	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Pesquisa realizada por Guanziroli, Souza Filho e Saboya (2009) revelou que os produtores que possuem mais de 20 hectares são os que conseguem utilizar melhor as técnicas e variedades geradas pela EMBRAPA para a produção de caju anão, enquanto que a maior parte dos pequenos e micro produtores são mais eficientes no cultivo do cajueiro gigante, numa espécie de extrativismo que se revelava mais rentável que o processo mais tecnificado devido aos altos custos deste em relação ao segundo.

5.2 Produtos da lavoura temporária

Os produtos da lavoura temporária da agricultura familiar foram divididos em dois grupos. No primeiro grupo, que está exposto na tabela 8, merecem destaque os produtos clássicos da agricultura familiar, como arroz e feijão, cuja participação entre os familiares é superior à média nacional, e a cebola, que é mais comercial e que aparece como sendo produzido quase que exclusivamente pelos familiares, que contribuem com 72,8% da produção de cebola no Nordeste.

Quando se analisa o percentual da produção por culturas com os estratos de renda surge uma clara diferenciação, como se pode apreciar na tabela 8. O grupo A é o que novamente aparece como o maior responsável pela produção de arroz e feijão, sendo que no caso da cebola os grupos B e D ainda têm contribuição significativa (12,7% e 14,9%, respectivamente).

Tabela 8 – Participação dos estabelecimentos familiares na produção da lavoura temporária total (%) e por grupo de renda – Nordeste e Brasil – 1996 e 2006

Produto	Familiar Nordeste		Grupos de Renda Nordeste (2006)				Familiar Brasil 2006
	1996	2006	A	B	C	D	
Algodão	56,3	1,2	0,7	0,2	0,1	0,2	1,3
Arroz	70,3	86,8	68,1	6,8	3,9	8,0	40,1
Cana-de-açúcar	7,5	10,5	8,5	1,1	0,3	0,5	9,7
Cebola	57,0	72,9	41,8	12,7	3,5	14,9	69,6
Feijão	79,2	89,9	64,2	10,5	4,4	10,8	71,9

Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

No caso do algodão registra-se uma queda fortíssima entre os dois Censos. Os estados onde se observa maior queda da participação da agricultura familiar na produção de algodão são aqueles onde ocorreu um grande incremento na produção empresarial nos cerrados, Bahia e Piauí.

Contribuíram para o declínio da cultura na região, a abertura de mercado em meados da década de 1990 e o sucateamento ou mesmo extinção de órgãos de assistência técnica estaduais, que juntamente com a ocorrência do bicudo no Nordeste praticamente dizimaram a cultura no semiárido, principal região nordestina produtora de algodão na época. Daí o desempenho negativo dos estabelecimentos familiares.

Por outro lado, a partir da safra 2000/01 ocorreu um desempenho extraordinário da cotonicultura nordestina em bases empresariais. A abundância de terras aptas e baratas nos cerrados nordestinos motivou maior migração de produtores de regiões

tradicionais de algodão do Sul e Sudeste do país, e estes, dispendo de tecnologia e experiência na atividade, aliadas a incentivos governamentais, acabaram promovendo o grande incremento da produção e produtividade da cultura no Oeste baiano, Sul maranhense, Sul e Sudoeste do Piauí.

A agricultura familiar não é competitiva frente às boas condições de produção de algodão nos cerrados. Porém, já existem muitos pequenos agricultores que estão direcionando sua produção ao atendimento de nichos de mercado, como o algodão colorido e o orgânico.

No segundo grupo de produtos analisados da lavoura temporária destacam-se o fumo, a mandioca e o milho como produtos preferenciais da agricultura familiar. Este último produto no Nordeste é mais representativo entre os familiares do que na média nacional (Tabela 9).

Tabela 9 – Participação dos estabelecimentos familiares na produção da lavoura temporária total e por grupo de renda - Nordeste e Brasil (%) – 1996 e 2006

Produto	Familiar Nordeste (%)		Grupos de Renda NE (%) - 2006				Familiar Brasil 2006
	1996	2006	A	B	C	D	
Fumo	84,5	67,7	37,4	9,8	7,3	13,1	95,7
Mandioca	82,4	94,3	78,0	7,3	3,4	5,7	88,3
Milho	65,5	76,3	57,7	7,8	3,4	7,4	53,0
Soja	2,7	2,1	1,3	0,1	-	0,7	25,9

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

A comparação entre os censos de 1996 e 2006 evidenciou crescimento da participação dos agricultores familiares na produção de mandioca e milho no Nordeste, por outro lado houve diminuição na produção de fumo.

No Nordeste a soja é muito pouco produzida por familiares, diferentemente da média nacional, que tem 25,9% da produção realizada por este tipo de produtores. A soja começou a ser produzida na região de cerrado da Bahia, Maranhão e do Piauí quase totalmente por agricultores gaúchos em moldes empresariais e em grandes extensões de terra, enquanto no Sul ainda é uma produção suscetível de ser realizada por familiares.

Quando se analisa por grupo de renda novamente aparece o grupo A como o maior produtor como se pode ver na tabela 9.

Em quase todos os produtos listados, o grupo A contribui com a maior parte da produção: mandioca (78 pontos percentuais sobre 94,4% produzidos

pela agricultura familiar, o que representa mais de 80,0% do total da mandioca produzida no Nordeste), milho (57,7% de 76,3% produzido pelos agricultores familiares). O produto que integra mais produtores pobres é o fumo, os demais são quase totalmente produzidos pelo grupo de renda mais elevada.

5.3 Pecuária

No caso da produção animal, a participação dos agricultores familiares é menos significativa. Contrariamente aos produtos da lavoura temporária e permanente, a pouca produção animal dos familiares se dá nos estratos de renda mais baixa, que são os que produzem quase a totalidade da pecuária de corte da agricultura familiar, assim como na pecuária de leite, na suinocultura e na avicultura (Tabela 10).

São produções em geral muito precárias, sem nenhuma tecnologia e realizadas em “fundos de quintais”. Como servem de poupança para tempos difíceis, os mais pobres, que não encontram outra forma de poupar, criam algumas cabeças de gado bovino para essa finalidade. Como são numerosos, mais de 1.000.000 de estabelecimentos que exercem a pecuária, acabam somando em participação expressiva no total.

Os produtores do grupo D são responsáveis por 86% da produção dos familiares em pecuária de corte, por 94% em pecuária de leite, 80% em suínos e 68% em aves.

Ao analisar os valores de VBP por estado e comparar os dados dos dois Censos observa-se uma queda na produção de leite e de carne pelos familiares no Nordeste, entre 1996 e 2006, em todos os estados (Tabela 11).

Tabela 10 – Participação dos estabelecimentos familiares no VBP animal do Nordeste por grupo de renda (%) – 2006

Tipo de agricultor	Segmento			
	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Suínos	Aves e Ovos
Familiar Total	22,2	31,3	77,8	29,7
Tipo A	1,4	1,2	4,8	5,3
Tipo B	1,1	0,4	5,3	2,3
Tipo C	0,6	0,2	5,2	1,9
Tipo D	19,0	29,6	62,5	20,3
Não Familiar Total	76,7	67,6	21,4	69,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

Isto resulta surpreendente, porque a pecuária de leite sempre foi uma atividade tradicional da agricultura familiar, tanto no Nordeste como em outras regiões. No entanto, a exigência de resfriamento,

juntamente com a falência de muitas cooperativas e a conseqüente concentração do segmento processador, deve ter influenciado no abandono desta produção por inúmeros pequenos produtores do Nordeste.

Tabela 11 – Evolução da participação dos estabelecimentos familiares no VBP animal dos estados do Nordeste (%) – 1996 e 2006

Região / UF	Pecuária de Corte		Pecuária de Leite		Suínos		Aves e Ovos	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
NE	42,6	22,2	53,3	31,3	64,1	77,8	26,2	29,7
AL	41,5	23,8	42,5	22,1	30,3	61,5	22,8	61,7
BA	36,5	18,3	49,5	30,0	59,3	68,5	45,8	46,5
CE	47,7	25,6	54,7	27,4	65,8	79,2	25,7	32,5
MA	38,3	25,4	54,1	50,3	68,5	84,2	54,5	72,3
PB	52,0	21,0	62,4	30,4	73,6	79,2	26,1	35,8
PE	52,0	21,6	58,0	29,6	54,8	78,2	11,7	9,4
PI	53,1	39,2	59,3	32,4	87,8	90,2	34,6	64,5
RN	44,8	20,3	45,0	36,6	66,1	76,6	22,4	17,7
SE	45,4	22,9	58,4	35,7	66,3	76,7	26,9	35,2

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

No sentido contrário, houve avanços produtivos na produção de suínos e aves, merecendo destaque Alagoas, Pernambuco e Maranhão em suínos e Alagoas, Maranhão e Piauí em aves. A expansão da suinocultura e avicultura nos estados do Maranhão e Piauí provavelmente está associado a produção de grãos nos cerrados.

Outra atividade pecuária que merece destaque no Nordeste é a ovinocaprinocultura, pois representa uma alternativa para produção de carne e pele, auxiliando na permanência do homem no campo.

A caprinocultura e a ovinocultura no Nordeste são atividades eminentemente familiares, 91,6% dos estabelecimentos que possuem caprinos e 89,2% que possuem ovinos são do tipo familiar e envolve um contingente expressivo de animais (5.096.090 de caprinos e 5.870.872 ovinos) (Tabela 12). O desafio é melhorar a eficiência dessa produção.

Na produção para o mercado (vendidos e abatidos) também são majoritários, mas o percentual de animais vendidos (77,1% de caprinos e 76% de ovinos) pelos familiares é inferior a sua participação nos estabelecimentos, o que revela claramente sua menor inclinação às atividades comerciais, relativamente, em relação aos patronais.

Essa desproporção fica mais evidente ainda com a produção de leite caprino para o mercado, da qual os familiares participam com 65,4% enquanto os não familiares atingem o percentual de 34,6%,

apesar de serem muito minoritários em termos do número de estabelecimentos dedicados a criação de caprinos.

Tabela 12 – Participação relativa da agricultura familiar na produção de caprinos e ovinos no Nordeste do Brasil – 2006

Indicador	Valores Absolutos		Total	Percentual %	
	Familiar	Não Familiares		Familiar	Não Familiares
Caprinos					
Nº Estabelecimentos com Caprinos	228.562	20.925	249.487	91,6	8,4
Efetivo Total de Caprinos	5.096.090	1.374.474	6.470.564	78,8	21,2
Caprinos Vendidos	804.871	239.493	1.044.364	77,1	22,9
Caprinos Abatidos	339.222	76.535	415.757	81,6	18,4
Nº Estabelecimentos Produzem Leite	13.770	1.163	14.933	92,2	7,8
Leite Vendido (lts)	9.200.461	4.867.810	14.068.271	65,4	34,6
Ovinos					
Nº Estabelecimentos com Ovinos	277.674	33.451	311.125	89,2	10,8
Efetivo Total de Ovinos	5.870.872	1.919.682	7.790.554	75,4	24,6
Ovinos Vendidos	1.116.030	352.618	1.468.648	76,0	24,0
Ovinos Abatidos	444.108	103.993	548.101	81,0	19,0
Nº Estabelecimentos Produzem Leite	589	63	652	90,3	9,7

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006. Tabulações especiais.

Em termos quantitativos vende-se, em cada ano, uma proporção bastante elevada do estoque efetivo de caprinos, o que revela certa rotatividade do plantel de animais.

Para a ovinocultura os percentuais de rotatividade são levemente superiores aos da caprinocultura. Os agricultores familiares vendem 19% e abatem aproximadamente 7,6% do total do efetivo (Tabela 13), o que implica em dizer que por cada ovino existente, ¼ de ovino é produzido e vendido no mercado por ano. Trata-se sem dúvida de um índice bastante baixo de produtividade e que, além disso, não revela o aspecto qualitativo da atividade: kgs por animal abatido, tempo de engorda, parições etc. assuntos estes que deveriam ser parte de um estudo mais aprofundado.

A quantidade de animais abatidos, tanto caprinos quanto ovinos, em relação ao total de vendidos mostra que se trata de uma atividade de venda de animais em pé preferencialmente, já que os abatidos no estabelecimento são menos significativos. Essa situação não difere de forma muito grande entre os estabelecimentos familiares e os não familiares.

A produção de leite caprino é bastante parecida entre os familiares e não familiares, com uma

quantidade de leite produzida que não chega a um litro por cabra ordenhada por dia (0,6 lts por dia por cabra). Não se tem a disposição dados de leite processado.

Tabela 13 – Ovinos e caprinos. Indicadores de eficiência por tipo de agricultor – 2006

Indicador	Familiar	Não Familiar	Total
Caprinos			
Vendidos/Efetivo (%)			16,1
Abatidos/Efetivo (%)			6,4
Leite produzido por cabra ordenhada por ano (Litros)			203,0
Ovinos			
Vendidos/Efetivo (%)			18,9
Abatidos/Efetivo (%)			7,0

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006. Tabulações especiais.

A ovinocaprinocultura, entretanto, gera algum recurso monetário para os agricultores familiares, que embora bastante reduzido, permite manter um estoque de animais, que também serve como alimento para a família. No entanto, a baixa produtividade se reflete em baixa rentabilidade como se vê na tabela 14.

Tabela 14 – Indicadores de rentabilidade por tipo de agricultor - 2006

Renda/Segmento	Valores Anuais (R\$)/Tipo de Estabelecimento		
	Familiar	Não Familiar	Total
Caprinos			
Renda Animais Abatidos e Vendidos	62.766.766	20.869.097	83.635.863
Renda Leite	21.853.895	6.719.613	28.573.508
Renda Total por Estabelecimento	370	1.319	450
Ovinos			
Renda Animais Abatidos e Vendidos	101.527.378	39.420.480	140.947.858
Renda Total por /estabelecimento	366	1.179	453

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006. Tabulações especiais. Valores em R\$ de 2006.

Percebe-se que um agricultor familiar obtém no Nordeste, em média, R\$ 370,0 por ano de renda monetária advinda em parte do leite (1/3 aproximadamente) e o restante da venda e abate de caprinos. Isto implica em algo como R\$ 31,0 por mês de renda monetária. Os não familiares obtêm uma renda bastante superior por estabelecimento (R\$ 1.318,5 por ano), mas que não revela, na média, tampouco a existência de nenhuma atividade empresarial importante.

A renda obtida com a ovinocultura familiar, do mesmo modo que com a caprinocultura, gera em torno de R\$ 1,00 por dia de renda monetária, mas à diferença da criação de caprinos, praticamente sua totalidade advém da venda ou abate de animais.

Essa renda monetária, na verdade, encobre a existência de uma atividade de autoconsumo, que é o objetivo central do caprinocultor e ovinocultor do semiárido. Ele desenvolve uma atividade extensiva, com animais soltos na caatinga sem manejo adequado, mas que lhes permite acesso à proteína animal durante o transcurso do ano.

A análise por grupo de renda confirma esta assertiva, pois a maior parte do efetivo está concentrada no grupo mais pobre da agricultura familiar (D, com 45,4% dos caprinos e 40,4% dos ovinos) o que revela que se trata de atividades de subsistência principalmente (Tabela 15). Os setores mais desenvolvidos da agricultura familiar (A) dedicam-se provavelmente a outras atividades mais lucrativas que exigem menor uso da terra como fator de produção.

Enquanto não houver limitações ecológicas nem de uso das terras, essa atividade continuará sendo exercida sem tecnologia, mas fundamental para a alimentação e sobrevivência das famílias.

Com relação à comercialização, os grupos de renda da agricultura familiar têm percentuais semelhantes em torno de 20% do plantel efetivo de animais, o que significa que cada matriz produz menos de 1/5 de animal por ano para venda.

6 Rentabilidade da agricultura familiar no Nordeste

Os quatro grupos da agricultura familiar nordestina, definidos neste trabalho, apresentam-se completamente distintos, pois auferem níveis de renda diferentes e muito distantes entre eles (alta variância, ou dispersão com relação à média).

O grupo A (6,8% dos estabelecimentos familiares) auferiu em 2006, renda líquida de R\$ 45.744,3, isto é, R\$ 3.812,0 mensais, aproximando-se da média nacional, e superior a renda média

obtida pelos produtores não familiares nordestinos, fora o auferido indiretamente com o autoconsumo e o aluguel não pago, por se tratar de moradia própria. Sobram a este segmento recursos suficientes para realizar investimentos nos seus estabelecimentos.

Por outro lado, os outros grupos (B, C e D) vivem com algo que varia entre R\$ 146,00 por mês até R\$ 17,00 por mês de renda monetária. Estes grupos somados representam 2.118.741 estabelecimentos, sendo que o segmento mais pobre isoladamente é composto por 1.415.583 estabelecimentos.

Tabela 16 – Renda monetária líquida média anual (em R\$) por tipo de estabelecimento no Nordeste e no Brasil por grupo de renda – 1996 e 2006

Tipo de Agricultor	Brasil	Nordeste		Taxa de crescimento NE (%)
	2006	1996	2006	
Tipo A	53.236,0	20.007,0	45.744,30	128,6
Tipo B	3.725,0	3.616,0	1.756,70	-51,4
Tipo C	1.499,0	1.346,0	1.062,80	-21,0
Tipo D	255,0	140,0	199,7	42,6
Patronal	70.903,0	21.913,0	44.139,60	101,4

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI.

Fonte: Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

No período compreendido entre 1996 e 2006 a renda monetária líquida dos agricultores do grupo A apresentou elevada taxa de crescimento (128,6%), inclusive maior que a obtida pelos patronais (101,4%). Por outro lado, os produtores dos grupos B e C, que possuem piores condições de produção, tiveram resultados negativos.

A taxa de crescimento positiva do grupo D provavelmente deve-se ao programa de transferência de renda do Governo Federal. Na prática, estes estabelecimentos são todos de autoconsumo, com baixíssima ou quase nula integração aos mercados. Segundo alguns especialistas este tipo de agricultores não deveriam sequer ser considerados agricultores familiares.

Porém, estes agricultores produzem alguns alimentos para a subsistência da família, ganham

Tabela 15 - Distribuição da produção e venda de caprinos e ovinos por classe de produtor familiar

Classe	Caprinos				Ovinos			
	Efetivo		Vendidos		Efetivo		Vendidos	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
A	692.848	13,6	189.186	23,5	961.088	16,4	305.148	27,3
B	1.376.632	27,0	242.740	30,2	1.704.803	29,0	342.077	30,7
C	714.904	14,0	123.529	15,3	832.140	14,2	155.512	13,9
D	2.311.706	45,4	249.416	31,0	2.372.841	40,4	313.293	28,1
Total	5.096.090	100,0	804.871	100,0	5.870.872	100,0	1.116.030	100,0

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006. Tabulações especiais.

alguns recursos de atividades rurais não agrícolas e vivem nas áreas rurais. Portanto, além de estarem ligados por laços familiares são também agricultores, que caso recebessem apoio do Governo poderiam retomar suas atividades e eventualmente gerar alguma receita monetária maior, principalmente os mais jovens.

Outro aspecto importante é que houve concentração da produção entre os agricultores familiares. Em 1996 a Renda Monetária Líquida do Nordeste já era concentrada nos grupos A e B (Tabela 17), sendo que as imperfeições das políticas públicas têm agravado essa situação.

Tabela 17 – Distribuição da renda monetária líquida do Nordeste por tipo de agricultor em 1996 e 2006

Tipo de Agricultor	Participação na Renda Agricultura Total (%)		Participação na Renda da Agricultura Familiar (%)	
	1996	2006	1996	2006
Tipo A	23,8	45,3	48,0	84,0
Tipo B	16,1	5,0	32,0	9,0
Tipo C	7,6	1,8	15,0	4,0
Tipo D	2,3	1,8	5,0	3,0
Não familiar Total	47,8	45,2	0,0	0,0
Não Identificado	2,4	0,9	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1995-1996. Tabulações especiais.

Verifica-se que em 1996 os produtores do tipo A geravam a maior parte da renda total monetária da agricultura familiar (48% do total), porém o grupo B também tinha um percentual expressivo (32% do total).

Em 2006, a situação em termos de concentração de renda piorou. Percebe-se que aquilo que era controlado, em 1996, pelos grupos A e B (80%), em 2006 passou a ser gerado apenas pelos estabelecimentos do grupo A, que passou a ser responsável por 84% da renda monetária líquida dos familiares do Nordeste.

7 Considerações finais

Neste trabalho mostrou-se inicialmente que houve avanços significativos na participação dos familiares no conjunto da agricultura brasileira, que em 1996 era responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção total e passou para 40,0% em 2006. No Nordeste este avanço foi ainda maior, passou de 43,0% em 1996 para 50,2% em 2006, embora numa área menor que a dos não familiares. Ficou evidenciado ainda que este avanço não teria sido

possível se a agricultura familiar não fizesse parte das cadeias do agronegócio, que teve um *boom* surpreendente na década analisada.

A agricultura familiar também continua sendo mais eficiente no uso dos fatores terra e capital o que é coerente com sua relativa escassez e, portanto, necessidade de usá-los mais intensivamente, contrariamente ao uso do fator trabalho, que tem sido mais eficiente entre os agricultores patronais, para os quais este é o fator mais escasso.

Os dados apontam que, no Nordeste brasileiro, considerável parcela do VBP de importantes produtos agropecuários é produzida nos estabelecimentos familiares: banana (68,6%); laranja (77,9%); castanha de caju (69,2%); arroz (86,8%); feijão (89,9%); mandioca (94,3%); milho (76,3%); suínos (77,8%); caprinos (91,6% e ovinos (89,2%).

Por outro lado, a agricultura familiar nordestina não apresentou grande evolução com relação ao uso de tecnologias e assistência técnica entre 1996 e 2006. Ocorreu avanço no uso da tração animal, porém um percentual muito elevado, mais de 40% dos agricultores familiares nordestinos ainda utiliza exclusivamente a força manual. O único indicador tecnológico realmente positivo foi o incremento dos estabelecimentos com energia elétrica, resultado de programas governamentais, como o Luz para Todos e Luz no Campo.

Há que se considerar que algumas tecnologias analisadas são pouco eficientes ou difíceis de serem adotadas pelos agricultores familiares do Nordeste devido às condições fundiárias, edáficas e econômicas dos estabelecimentos familiares do semiárido. Neste trabalho não foram analisadas as tecnologias de convivência com o semiárido, que alia tecnologia a realidade das comunidades.

Os dados apontaram ainda para a existência de várias agriculturas familiares no Nordeste e para um forte processo de intensificação da produção entre os agricultores familiares consolidados e concentração de renda monetária líquida, juntamente com a persistência de um grande segmento de agricultores familiares de baixíssima produtividade e produção em geral.

Entre os estabelecimentos familiares apenas 6,8% auferem renda líquida monetária compatível com um bom padrão de vida, o restante continua incapaz de gerar renda suficiente para justificar a permanência do produtor na atividade. Contritoriamente a incidência de produtores familiares é maior onde há maior nível de pobreza.

Diante dessas constatações pode-se concluir que as políticas que devem ser dirigidas aos grupos de agricultores familiares estagnados e periféricos não podem ser as mesmas que as dirigidas ao grupo de agricultores consolidados (Grupo A). Este último é sensível a políticas agrícolas, como crédito, preços mínimos, e outras de desenvolvimento tecnológico. Os demais grupos (B, C e D) deveriam ser objeto de políticas sociais. Falta-lhes capital humano, terra, água, infraestrutura física e capacitação, para que possam eventualmente desenvolver atividades agropecuárias de forma eficiente.

Referências

- CARDIM, S. K.; GUANZIROLI, C. H. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 74p. (Projeto de Cooperação Técnica (FAO/INCRA).
- CORREIA, R. C.; ARAÚJO, J. L.P.; CAVALCANTI, E. de B. A fruticultura como vetor de desenvolvimento: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001. 1 CD-ROM.
- EVANGELISTA, F. R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2000. Disponível em: <http://www.banconordeste.gov/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em: 07 mar. 2014.
- GUANZIROLI, C. E.; SOUZA FILHO, H. M.; VALENTE JÚNIOR, A. S. **Cadeia produtiva da castanha do caju**: estudo das relações de mercado. Fortaleza: IICA; Banco do Nordeste, 2009.

AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS: O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

Family farming and institutional markets: development as freedom

Flávio Sacco dos Anjos

Doutor em Sociologia pela Universidad de Córdoba (Espanha). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais Agrárias e dos Programas de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar e Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas. Campus Universitário, s/n, Pelotas, CEP 96010-900, Pelotas, RS, Brasil. saccodosanjos@gmail.com

Cláudio Becker

Doutor em Agronomia pelo Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Familiar. Bolsista CNPq (DTI-B). Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário, s/n, Pelotas, CEP 96010-900, Pelotas, RS, Brasil. cldbecker@gmail.com

Resumo: o artigo aborda a importância dos mercados institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento dos territórios rurais. Os autores consideram que os programas governamentais surgidos nesse âmbito representam uma linha de continuidade desde a criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os mercados institucionais devem ser vistos como expressão das abordagens atuais que definem o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas. Esse é o caso de programas que asseguram a compra direta da produção para alimentar a populações do campo e da cidade, incluindo escolas, creches, asilos, etc. Tais programas devem ser aperfeiçoados, não obstante a importância que adquiriram do ponto de vista da inclusão social e da ampliação das oportunidades.

Palavras-chave: produção familiar, políticas públicas, territórios rurais.

Abstract: the article discusses the importance of institutional markets for the strengthening of family farming and the development of rural areas. The authors consider that government programs arising in this context represent a line of continuity since the establishment, in 1995, of the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF). The institutional markets should be seen as an expression of current approaches that define the development as an expansion of substantive freedoms. That is the case of programs that assure the direct acquisition of production to feed town and country populations, including schools, nurseries, asylums, etc. Such programs must be improved despite the importance they acquired from the point of view of social inclusion and increased opportunities.

Key words: family production, public policies, rural territories.

1 Introdução

O tema do desenvolvimento segue despertando a atenção dos cientistas sociais de todo o planeta, assim como às agências de fomento, aos Estados, às administrações públicas e à sociedade em geral. Não deve causar estranheza que surja com força redobrada na cena política nestes tempos marcados por uma crise econômica que, de alguma ou outra forma, afeta a todos os países do mundo. Depois de viver uma expansão econômica generalizada e de haver consolidado uma classe média nos diversos países, a Europa se enfrenta atualmente a uma situação deveras dramática com o incremento de processos de exclusão social e as crescentes ameaças ao Estado de bem-estar social erigido durante os anos gloriosos do pós-guerra.

Na América Latina a globalização neoliberal dos anos 1980 produziu efeitos nefastos, arrasando grandes contingentes para uma situação de fome e pobreza, inclusive em países continentais como Argentina e Brasil que, paradoxalmente, já naqueles tempos, eram vistos como grandes produtores mundiais de alimentos. Não obstante, no caso brasileiro a última década coincide com alguns importantes avanços do ponto de vista econômico e social. No primeiro caso, deve-se mencionar o incremento geral na riqueza que, há exatos dois anos (2012), colocou esse país no sexto posto entre as maiores economias do planeta. No segundo caso, cabe sublinhar a importância dos programas de inclusão social, a redução da fome e da insegurança alimentar, assim como a ampliação do mercado consumidor interno.

Não obstante, o Brasil sofre de graves problemas de infraestrutura e de grandes desequilíbrios regionais, de tal sorte que não se pode falar de Brasil, mas de *Brasis*. Este quadro se torna evidente quando comparamos os mais diversos indicadores de desenvolvimento das regiões setentrionais *vis a vis* o eixo sul-sudeste. Em termos gerais, o caso brasileiro expõe, de forma cristalina, as diferenças abissais entre crescimento e desenvolvimento. Esta foi uma das grandes conclusões a que chegaram as agências multilaterais desde a segunda metade do século passado. Mas há ainda os que vão mais longe ao afirmar que quanto mais riqueza se produz, mais pobres aparecem, com o qual, sem uma política de redistribuição da renda dificilmente se altera o quadro de desigualdades.

Não cabe dúvida que a grande contribuição ao exame desta questão surgiu a partir da obra seminal de Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia (1998), intitulada “Desenvolvimento como liberdade”. Para este economista indiano, o desenvolvimento deve ser visto como um processo através do qual se promova a eliminação de todas as formas de privação da liberdade que restringem as decisões e oportunidades das pessoas. Segundo esta visão, o desenvolvimento se apoia na formação das capacidades humanas que assegurem aos indivíduos a conversão destes em agentes, e não somente como “beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 26).

A liberdade de escolha dos indivíduos, segundo esta perspectiva, assume um valor intrínseco, a qual deve ser vista não somente como um fim a ser alcançado, mas como um meio para chegar ao desenvolvimento, ampliando o universo de oportunidades dos indivíduos. A pobreza, por seu turno, há que ser entendida enquanto “privação das capacidades básicas, e não apenas como baixa renda” (SEN, 2000, p. 35). Tal entendimento serve não somente para desnaturalizar essa grave mazela social que assola muitas localidades do Brasil, mas para repensar o papel do Estado e qualificar suas formas de intervenção.

A segunda grande lição que nos deixa Amartya Sen é no sentido de afirmar que a pobreza não pode ser enfrentada deste o âmbito estrito das políticas de transferência de direta renda. O economista indiano destaca a situação em que se encontram diversos países do velho continente com suas elevadas taxas de desemprego (superiores em alguns casos a 12%) que tanto sobrecarregam o sistema de seguridade social e o custo fiscal dos Estados.

Segundo esta vertente, os mercados representam uma oportunidade singular de realizar a in-

clusão social, com o qual os pobres e/ou os setores mais frágeis da sociedade devem ter o direito de exercer sua cidadania através da possibilidade de comercializar o fruto do seu trabalho e/ou de sua produção. Nesse sentido, não deve ser visto como obra do acaso o recente incremento de experiências inovadoras como é precisamente o caso italiano dos “Gruppi di Acquisto Solidale” (Grupos de Compras Solidárias), os quais se apresentam como redes agroalimentares alternativas aos grandes impérios agroalimentares (VAN DER PLOEG, 2008) com suas cadeias planetárias de distribuição de artigos padronizados. Discutir o papel social dos mercados supõe encarar um verdadeiro tabu no que tange às bases que sustentaram a atuação dos governos, inclusive no caso dos países industrializados.

Do mesmo modo, coloca-nos diante de uma das mais acaloradas discussões no âmbito acadêmico. Ao “moinho satânico” enunciado por Karl Polanyi em sua alusão à grande transformação imposta pelo capitalismo que triturou os homens, transformando-os em massa (POLANYI, 2000, p. 51), se opõe o pensamento de Hayek (1990) com sua intransigente defesa acerca das virtudes do liberalismo econômico e sua crítica contumaz ao planejamento econômico, ao coletivismo e a toda forma de intervenção do Estado na Economia. O pensamento de Hayek foi exposto numa obra cujo título (*O caminho para a servidão*) explicita o que ele considera como o destino fatal dos regimes que insistiram em preservar o papel das instituições públicas na regulação da economia nacional. O ocaso do regime soviético e das economias centralmente planejadas foi assumido pelos defensores do liberalismo econômico como expressão última das profecias de Hayek, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1974.

Ironicamente Polanyi e Hayek, considerados expoentes de um debate que permanece vivo na cena política internacional, nasceram na Áustria e publicaram suas obras referenciais em 1944, período no qual o mundo experimentava profundas mudanças estruturais. “A grande transformação” a que se refere Polanyi se desdobra de diversas formas, podendo ser resumida através de um dos grandes paradoxos do capitalismo, qual seja, o de que em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas na economia (POLANYI, 2000, p. 77). Desse modo, os princípios éticos, os laços de parentesco e solidariedade, que antes orientavam as ações entre os indivíduos, foram paulatinamente substituídos por outros, estritamente ligados à lógica do capital.

A permanência da crise econômica mundial

desafia não somente a compreensão de suas causas, mas especialmente da busca de estratégias eficazes de enfrentamento. O caso dos “Grupos de Aquisição Solidária” da Itália e o dos “mercados institucionais” no Brasil ilustram essa discussão e cobram importância como objeto da reflexão acadêmica e política. No caso brasileiro, experiências como o atual Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que se distribuem pela geografia de um país continental, têm sido vistas como expressão de uma mudança conceitual e política muito importante, especialmente porque visam assegurar o direito de milhares de produtores familiares de comercializarem sua produção, seja através da compra antecipada feita pelo Estado, seja através do que se veio a chamar de “redes agroalimentares alternativas” (GOODMAN; GOODMAN, 2007).

As avaliações sobre os alcances dos mercados institucionais se dividem entre, de um lado, o ceticismo daqueles que criticam a excessiva intervenção do Estado na condução dos processos e, de outro, das posições claramente ufanistas que fazem ouvidos moucos às críticas à fragilidade das estruturas de governança, aos entraves burocráticos e à necessidade de aprimorar a dinâmica dos mercados institucionais. A defesa das virtudes destas iniciativas passa, entre outros aspectos, por considerá-las como tradução das ideias apregoadas por Amartya Sen ao defender o papel dos mercados como instrumento da inclusão social e do combate às mais diversas fontes de privação das liberdades dos indivíduos.

O presente artigo busca incidir precisamente neste debate. Nossa intenção é trazer à tona o que entendemos como o grande avanço em termos de políticas públicas brasileiras na última década, mas também como um dos grandes desafios em termos da eterna discussão sobre o papel do Estado e do aperfeiçoamento dos seus instrumentos de intervenção.

Estamos convencidos de que o assunto é do interesse dos leitores desta revista diante dos seus desdobramentos e da necessidade de lançar luzes sobre um tema que é extremamente atual e relevante. Além dessa introdução o artigo inclui outras duas seções. A primeira delas analisa a trajetória que convergiu para o surgimento da agricultura familiar no Brasil e dos mercados institucionais como processos intimamente relacionados. A segunda delas é dedicada à discussão sobre os alcances dos mercados institucionais e retoma as grandes questões que ensejaram a elaboração deste trabalho.

2 A agricultura familiar no Brasil e os mercados institucionais

As duas últimas décadas representam um período de afirmação da agricultura familiar no Brasil. O fato é que até então preponderava uma forte associação entre essa forma social de produção e a precariedade estrutural. A ênfase, durante muitos anos, recaiu na instituição de políticas compensatórias voltadas ao que então se denominava “pequena produção”, mas também aos trabalhadores rurais, meeiros, lavradores e outros atores sociais marcados pelo estigma da pobreza e pela irrelevância enquanto objeto da intervenção dos poderes públicos.

Por outro lado, a questão social no campo se cingia, em boa medida, à esfera do mundo do trabalho num país cujo processo de formação foi marcado pelo peso político da grande exploração, sobretudo no âmbito dos estados setentrionais. A promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, poucos meses da deflagração do golpe militar (1964) que derrubou João Goulart na presidência da república, representava o compromisso tácito do Estado no sentido de estender a legislação trabalhista ao campo, assim como de alguns direitos previdenciários que, durante muito tempo, beneficiavam exclusivamente¹ a clientela urbana.

O elemento novo que inauguram os anos 1990 compreende o conjunto de desdobramentos decorrentes da assinatura do Tratado de Assunção, em 1984, envolvendo a criação do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), integrado à época por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A abertura comercial trouxe consigo impactos negativos, especialmente sobre os pequenos produtores dos estados meridionais face o ingresso de produtos procedentes da Argentina e Uruguai, trazendo consigo um declínio generalizado dos preços praticados e uma forte concorrência com a indústria agroalimentar nacional. Setores como o das conservas vegetais, laticínios e produção vitivinícola foram severamente afetados, traduzindo-se no fechamento de muitas empresas e de cooperativas agropecuárias.

Por outro lado, tratava-se de um período de redemocratização nacional após 21 anos de uma ditadura militar (1964-1985) marcada pela repressão aos movimentos sociais e pelas consequências

1 Em verdade as distorções da previdência social constatadas entre o âmbito urbano e rural só começarão a serem corrigidas em 1993, depois da promulgação da nova constituição (1988) e de legislação complementar. Ver a propósito Caldas, Sacco dos Anjos e Bezerra (2010); Caldas e Sacco dos Anjos (2007), Delgado e Cardoso Jr. (1999).

do que se veio a chamar “modernização dolorosa da agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Havia uma grande expectativa em torno à realização de uma reforma agrária ampla, assim como de medidas urgentes para atenuar a grave crise do campo, cuja face mais visível aparecia refletida na intensificação do êxodo rural-urbano e na formação de bolsões de pobreza nas grandes metrópoles brasileiras.

Mas a década dos noventa coincide, destarte, com sucessivos anos de seca na agricultura dos estados meridionais do país. A crise experimentada pelos pequenos produtores deságua em manifestações multitudinárias lideradas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores Rurais (CUT Rural) e pelos setores progressistas da igreja. As jornadas nacionais de luta emergem dentro do que se veio a chamar “Gritos da Terra Brasil”. Brasília recebe, então, milhares de manifestantes procedentes do Sul, mas também dos Estados do Norte e Nordeste, os quais reclamam a atenção do Estado para renegociar as dívidas dos produtores, ampliar o acesso à terra, à assistência técnica e extensão rural², ao crédito agrícola, à previdência e à seguridade social.

Do ponto de vista acadêmico, os anos noventa convergem para a aparição de estudos (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1991, LAMARCHE 1993) dedicados a mostrar que a agricultura familiar consistiu na forma social dominante no desenvolvimento agrário dos países capitalistas avançados. Surgem pesquisas (FAO, 1994; 1996; BERGAMASCO, 1993) que claramente evidenciam que se havia subestimado a importância desse tipo de exploração para o abastecimento alimentar do país. Em estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul a participação da agricultura familiar na formação do

2 No final dos anos oitenta, na transição entre o governo de José Sarney e Fernando Collor de Melo, é extinta a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e de outras autarquias públicas. Esta ação decorre da aplicação do receituário neoliberal, traduzido no que se veio a chamar de “Consenso de Washington” no qual se preconizava a retirada do Estado da economia. Com a extinção da EMBRATER o governo brasileiro transfere aos estados e municípios a tarefa de financiar o serviço de assistência técnica e extensão rural. Nesta oportunidade, enquanto alguns estados optam por assumir este compromisso com os agricultores, outros (Alagoas, Maranhão, Piauí) simplesmente fecharam as portas das agências públicas de extensão rural. A retomada desse processo só irá ocorrer anos mais tarde (2003) com a criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e, mais recentemente, da lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010, que institui a “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural” (PNATER).

Produto Interno Bruto da agropecuária é superior, inclusive, ao da agricultura patronal. Nestas unidades da federação a agricultura familiar tem importância indiscutível, inclusive do ponto de vista das exportações (soja, suínos, aves, tabaco etc.).

Como destacou Leite (2004), a publicação destes estudos supôs uma mudança radical no modo de perceber o papel da agricultura familiar na economia brasileira, rompendo-se a associação pejorativa que a vinculava com a produção de subsistência e com a implantação de políticas de caráter social e meramente compensatórias.

O resultado da pressão exercida desde o âmbito político, mas também acadêmico, foi a criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com o qual o Brasil passa a contar, pela primeira vez em sua história, com uma política específica de crédito (custeio e investimento) dirigida a um coletivo que sabidamente é diversificado³ dentro de um país de dimensões continentais.

O período subsequente representa a continuidade dos avanços logrados no ambiente institucional e do espírito que marcou a criação do PRONAF⁴. Isso fica evidenciado com a aparição, no ano 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Trata-se de política pública surgida durante o primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e se insere no marco do “Fome Zero”, por meio do qual o governo federal assegura a compra antecipada dos produtos da agricultura familiar, ou como se denomina, dos chamados “beneficiários produtores” que são destinados aos “beneficiários consumidores” (asilos, creches, albergues, hospitais, etc.).

O PAA adquire alimentos sem a necessidade de licitação, a preços de referência, os quais não podem ser superiores ou inferiores aos praticados nos mercados regionais. Atualmente existem três modalidades de PAA. A primeira delas corresponde à “compra direta da agricultura familiar”. Consiste na compra de alimentos de produtores organizados em cooperativas e associações formais e informais mediante a compra direta a preços de referência fixados pelo Grupo Gestor do PAA.

3 O último censo agropecuário (2006) informa a existência de 5,175 milhões de estabelecimentos agropecuários, sendo que 84,4% são considerados de natureza familiar, que não obstante, concentram apenas 24,3% da superfície agrária, sendo responsáveis por 38% do valor da produção agrícola total.

4 Em 2013 o PRONAF alcançou a marca de 2,2 milhões de contratos com recursos que ascendem a 19,2 bilhões de Reais (MDA-SAF, 2014).

A compra direta da agricultura familiar é operada pela Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB), sendo executada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em 2009 alcançou o equivalente a R\$ 166,2 milhões na compra da produção de 42.837 agricultores familiares, o que corresponde a uma média de R\$ 4.000 por produtor. Vale dizer que os estados meridionais concentram nada menos que 61,5% dos recursos utilizados nessa modalidade. Recentemente surgiram alguns problemas resultantes de volumes excedentes de produção e de concentração regional, sobretudo se temos em mente que isoladamente o Rio Grande do Sul ficou com nada menos que 45,2% do total de recursos aplicados, tal como indica o estudo de Graziano da Silva et al. (2012). Nos estados do nordeste brasileiro foram beneficiados 12.187 produtores envolvendo um montante correspondente a R\$ 46 milhões.

A segunda modalidade consiste na “compra direta local da agricultura familiar para doação simultânea”. Nesse caso, o objetivo é promover a articulação entre a produção dos agricultores familiares e o abastecimento alimentar de escolas, creches, asilos, hospitais públicos, restaurantes populares, etc. Paralelamente o que se busca é desenvolver a economia local, criar e fortalecer o tecido social e produtivo, bem como gerar trabalho e renda no âmbito rural e urbano. De acordo com Graziano da Silva et al. (2012, p. 204), o mecanismo utilizado pelo MDS para a execução do programa “é a celebração de convênios com os governos estaduais, os governos municipais ou a Conab, com repasse de recursos aos convenientes, que assumem a responsabilidade pela sua operacionalização”.

Em 2009 aproximadamente 144,6 mil toneladas de alimentos haviam sido repassadas a uma população estimada em 9,8 milhões de indivíduos. Esta modalidade concentrou 1/3 dos recursos do PAA.

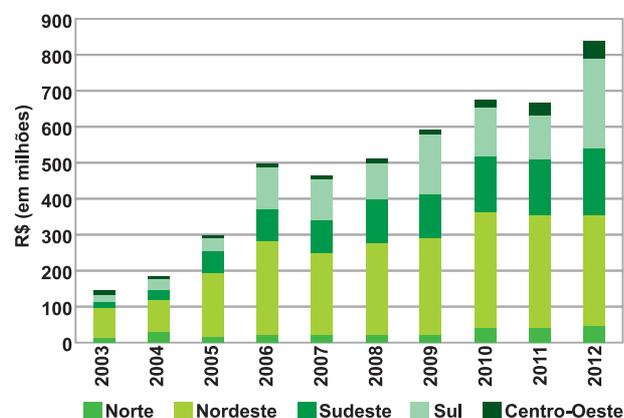
Finalmente, a “formação de estoques a partir da agricultura familiar” representa a terceira modalidade do PAA, tendo por objetivo financiar a estocagem de produtos da safra vigente e oriunda de agricultores familiares organizados em grupos formalmente constituídos. Criada em 2006, esta política pública é operada pela CONAB e é levada a cabo com a participação de cooperativas, associações, agroindústrias familiares, consórcios ou condomínios rurais cujo quadro associativo seja constituído por pelo menos 70% de produtores enquadrados como agricultores familiares, em consonância com os critérios do PRONAF. Nesse

caso, cada organização identifica a possibilidade de formação de estoques de determinado produto, submetendo uma proposta à superintendência da CONAB. Uma vez aceita, a organização dos produtores familiares emite uma Cédula de Produto Rural (CPR) e a CONAB repassa os recursos correspondentes. O prazo da cédula não pode ultrapassar o período correspondente a doze meses, devendo liquidar financeiramente a CPR Estoque, acrescida de encargos correspondentes a 3% ao ano. Este tipo de dispositivo de comercialização sempre esteve a serviço das grandes explorações, daí a importância assumida enquanto sinal das mudanças operadas na atuação estatal.

Através desta modalidade de mercado institucional foram gastos, em 2009, R\$ 46 milhões, cujos recursos se distribuíram em 16 estados da federação, ainda que bastante concentrados na região sul (49%), com ampla diversidade de produtos adquiridos. Nada menos que 192 organizações e 11.135 agricultores familiares estiveram implicados numa dinâmica que atingiu 52 mil toneladas de produtos em estoque.

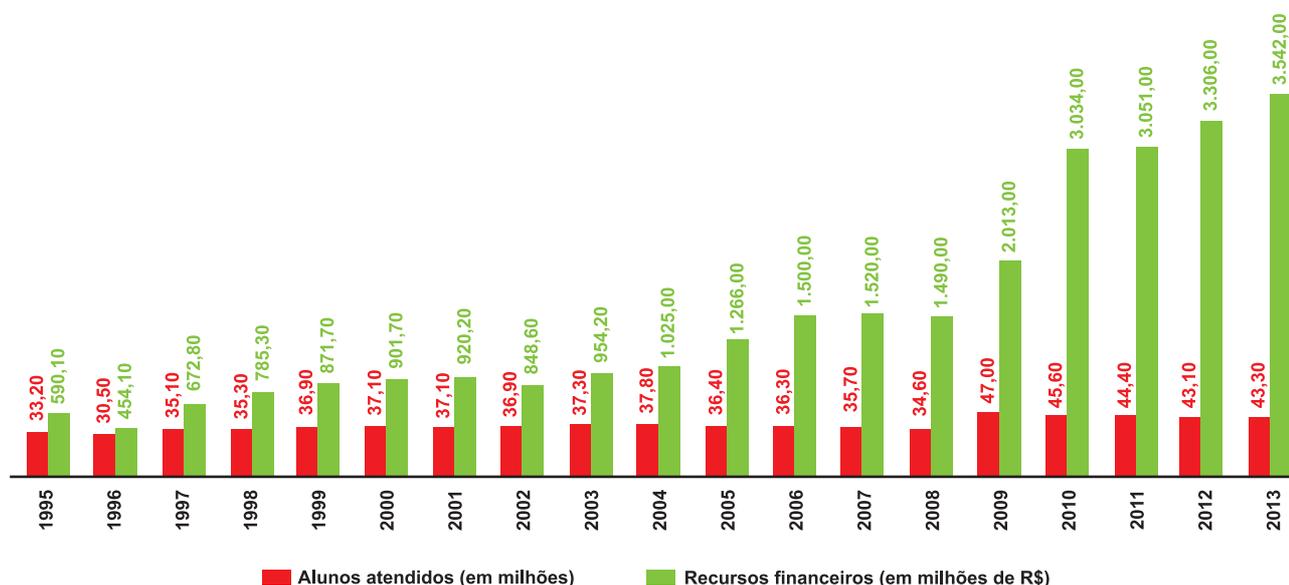
Os dados reunidos na Figura 1 informam a evolução da execução financeira do PAA, por região geográfica brasileira, entre os anos 2003 e 2012. Como é possível observar, há evolução bastante importante na dimensão deste programa do ponto de vista geral. A participação das regiões oscila bastante ao longo do período, mas é flagrante a concentração dos recursos nas duas regiões (nordeste e sul). Essa configuração é resultante do fato de que conjuntamente elas concentram quase 67% do total de explorações familiares contabilizadas no último censo agropecuário (IBGE, 2006).

Figura 1 – Evolução da execução financeira do PAA, por região geográfica brasileira, entre 2003 e 2012.



Fonte: MDS, 2014.

Figura 2 – Evolução dos recursos e do número de alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar entre 1995 e 2013.



Fonte: FNDE, 2014.

O “Programa Nacional de Alimentação Escolar” (PNAE) representa outra das inovações brasileiras em termos de mercados institucionais. Essa política pública existe oficialmente desde os anos 1950, mas é, sobretudo em anos recentes que este programa sofre uma verdadeira revolução. Isso se dá a partir do momento em uma legislação específica (Lei nº 11.947 de 16/6/2009) estabelece que a alimentação escolar é um direito fundamental, do mesmo modo que a educação pública. Não obstante, determina que pelo menos 30% dos recursos financeiros repassados pelo governo federal (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE) devem ser utilizados na compra direta dos produtos da agricultura familiar, preferentemente no âmbito local. Além disso, se os produtos foram obtidos através da agricultura orgânica ou ecológica, paga-se um preço prêmio⁵ de até 30% do valor médio praticado em âmbito regional.

Existem prefeituras do Brasil em que a situação dos mercados institucionais chegou a um nível⁶ que podemos definir como de amadurecimento, no qual se tem a compra de 100% dos produtos da agricultura familiar local ou regional para o abastecimento das escolas e creches do município, en-

5 Essa condição também se estende aos produtos ecológicos adquiridos através do PAA

6 Este é o caso de Ipê e Antônio Prado, situado no interior da Serra Gaúcha, os quais abastecem as cantinas escolares com produtos locais, que, além disso, são obtidos sob sistemas de produção ecológica.

quanto outras municipalidades apenas deram os primeiros passos no sentido de adequarem-se à nova realidade do PNAE.

Essa mudança de mentalidade trouxe consigo a possibilidade de que a agricultura familiar brasileira tivesse acesso a recursos que em 2013 alcançaram a marca de R\$ 3,54 bilhões. É esta a informação reunida na Figura 1, a qual mostra a evolução ininterrupta dos recursos aplicados através do PNAE, assim como o número de alunos atendidos, que em 2013, alcançou um máximo histórico de 43,3 milhões. Assim, entre 1995 e 2013 o número de indivíduos beneficiados sofreu um incremento da ordem de 30,4%, ao passo que o volume de recursos foi multiplicado por seis.

As boas novas do campo brasileiro nessa primeira década⁷ do terceiro milênio são inegavelmente importantes, tornando-se referência no âmbito internacional do ponto de vista das políticas de combate à fome e à insegurança alimentar, mas

7 Entre este conjunto de mudanças legais e institucionais há que mencionar a promulgação da Lei 11.326, de julho de 2006 (lei da agricultura familiar), que em seu artigo, 3º, estabelece: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

principalmente enquanto instrumentos para a criação e fortalecimento de tecido social e produtivo nos mais diversos rincões da geografia nacional.

Os mercados institucionais podem ser objetivamente definidos como uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume papel central, notadamente através de compras públicas (GRISA, 2009, p. 5). Ainda de acordo Grisa (2009), esta política pública, ao eleger a agricultura familiar como protagonista central do abastecimento dos mercados institucionais, se apresenta como opção estratégica na indução de nova dinâmica de desenvolvimento no âmbito dos territórios.

Nesse sentido, um olhar retrospectivo para os dois últimos decênios aponta para o reconhecimento da relevância da agricultura familiar no abastecimento agroalimentar do Brasil. Para alguns autores, este coletivo é visto como o *locus* preferencial para consolidar os pilares da sustentabilidade. Ademais, trata-se de uma forma social de produção para onde convergem desenvolvimento e equidade (ABRAMOVAY, 1992).

Há, decerto, grandes dificuldades a serem transpostas tanto no caso do PAA quanto do PNAE. Alguns destes problemas atingem ambos os programas, especialmente os entraves burocráticos, o atraso na liberação dos recursos e a fragilidade das organizações que intervêm nesse processo. No caso específico do PNAE uma das grandes dificuldades detectadas nas pesquisas que vimos realizando no sul do Brasil (BECKER et al., 2011; NORONHA, 2013; BECKER, 2014; ALTEMBURG, 2014) é a resistência dos gestores públicos no sentido de modificar uma cultura arraigada no ambiente escolar, a qual atribui um elevado valor aos produtos industrializados em detrimento dos alimentos regionais e/ou oriundos da agricultura familiar. Os apelos visuais da grande indústria agroalimentar influenciam as escolhas dos jovens em favor de produtos de qualidade nutricional discutível e que inclusive têm sido apontados como responsáveis pelos elevados níveis de obesidade infantil, diabetes e outras doenças, mesmo no âmbito de escolas rurais. A praticidade de alimentos industrializados é vista como um fator que favorece a manutenção de práticas, que em boa medida, refletem a própria formação dos educadores alimentares.

O papel da escola enquanto agência de socialização para uma educação alimentar adequada ganha uma importância indiscutível, da mesma

maneira que se evoca a natureza pedagógica da alimentação e do próprio programa ao mostrar que é possível estabelecer conexões mais amplas que transcendam o âmbito estrito do fornecimento de comida a crianças, jovens e adultos. Em algumas destas pesquisas buscamos paralelamente desenvolver ações de extensão que levassem os alunos a conhecerem o dia a dia dos agricultores familiares através de visitas a propriedades próximas às escolas. Surpreendeu-nos o desconhecimento dos jovens sobre a realidade da agricultura, mesmo no caso de alunos matriculados em escolas rurais.

Os desdobramentos decorrentes da criação dos mercados institucionais ultrapassam, no nosso entendimento, as fronteiras estritas da ampliação da oferta agroalimentar nos circuitos de abastecimento em nível local e/ou regional. Para efeito dos objetivos que persegue o presente artigo dois aspectos devem ser sublinhados. O primeiro deles tem a ver com o incentivo aos processos de cooperação, *vis a vis* a criação de associações de produtores e de redes locais de comercialização.

A natureza dos programas (PAA e PNAE) sinaliza para a necessidade de que os agricultores, assentados da reforma agrária, comunidades remanescentes de quilombos, pescadores artesanais, dentre outros atores da realidade rural brasileira, se organizem para participarem destes processos como beneficiários produtores. Superar o atomismo dos agricultores e romper o véu de invisibilidade em que boa parte dos indivíduos acham-se imersa deve ser visto como um dos impactos imprevisíveis e altamente positivos de programas dessa natureza.

Estudos como o de Hirai (2008) evidenciaram o efeito desalentador dos mercados convencionais do ponto de vista da escassa importância dada à produção dos agricultores familiares nos municípios do extremo sul do país. Essa é a realidade de muitas famílias rurais cuja reprodução social está condicionada pelos ditames do capital agroindustrial como produtores estritos de matérias primas, sobretudo daqueles que estão aprisionados aos contratos de integração vertical (aves, suínos, tabaco etc.).

Nestes casos, a produção de alimentos (hortaliças, frutas, etc.) dificilmente consegue ingressar nos circuitos comerciais em condições que respondam às expectativas dos agricultores familiares, os quais normalmente estão sujeitos às armadilhas impostas pelo capital comercial e pela lógica ditada pelos atravessadores. A criação dos mercados institucionais introduz um elemento que modifica sensivelmente esta dinâmica, sobretudo quando institui um mecanismo de compra antecipada de

uma produção que invariavelmente permanecia na invisibilidade e à mercê dos especuladores.

Mas há um segundo aspecto que deve ser destacado. Nesse sentido, ao estabelecer um preço prêmio de 30% aos produtos oriundos de sistemas de produção ecológica ou orgânica, não somente se está incentivando os produtores a abandonarem o consumo de adubos sintéticos e agrotóxicos, e de buscarem uma nova forma de produzir acorde com os imperativos da sustentabilidade, mas também a possibilidade de ruptura com respeito a um verdadeiro tabu na esfera do consumo agroalimentar. Referimo-nos à ideia de que produtos de qualidade (orgânicos ou agroecológicos) só possam ser consumidos pelas camadas abastadas da sociedade e/ou por pessoas de rendas mais altas e com maior nível de escolaridade.

Não menos importante é o estímulo ao consumo de produtos de estação (sobretudo frutas frescas) e os efeitos benéficos dele decorrentes para a saúde dos consumidores, bem como a preservação da cultura alimentar de populações tradicionais, tanto no caso dos produtos in natura quando no caso de produtos oriundos da indústria artesanal (conservas caseiras, geleias, etc.).

Por outro lado, resta-nos o entendimento de que estudar os mercados institucionais representa um desafio à retomada de um dos grandes debates que durante muito tempo ocupa o centro das atenções das ciências humanas e sociais aplicadas. Partimos da premissa de que a emergência dos programas de aquisições públicas de alimentos dos agricultores familiares locais encontra-se inscrita em um movimento mundial (BAGDONIS; HINRICHS; SCHAFFT, 2009) mais amplo, o qual visa enfrentar os efeitos deletérios do processo de homogeneização dos hábitos alimentares e a progressiva separação entre produção e consumo. Tais iniciativas ganham relevo à medida que visam à inclusão socioprodutiva e a promoção de dietas saudáveis entre segmentos sociais específicos, como é precisamente o caso das crianças e jovens em idade escolar (OTSUKI, 2011). Outra importante inflexão nessa esfera tem a ver com a compreensão dos mercados como construções eminentemente sociais (STEINER, 2006; GRANOVETTER, 2007) e não como simples corolário da lei de oferta e procura.

A expansão das liberdades substantivas que gozam os sujeitos é vista por (SEN, 2000) como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. Segundo essa lógica, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não

apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. Ao Estado e a sociedade civil se reserva papéis estratégicos no que tange ao fortalecimento e proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega por encomenda (SEN, 2000, p. 71).

Ainda segundo este autor, o desenvolvimento requer que se removam as diversas formas de privação da liberdade, a exemplo da carência de oportunidades econômicas e a destituição social sistemática. A liberdade de entrar em mercados, a começar pelo mercado de trabalho – e no caso em análise, na possibilidade de comercialização dos produtos agropecuários pelos agricultores familiares – pode ser, ela própria, uma contribuição decisiva para promover o desenvolvimento. Esta perspectiva está relacionada à abordagem das “capacitações”, a qual avalia a capacidade – ou melhor, a liberdade – de escolha dos indivíduos, da realização de ações ou do alcance de estados considerados desejáveis.

O crescimento econômico, portanto, não está associado diretamente com o desenvolvimento. Entretanto, este poderá representar um importante “meio” para expandir as liberdades. Tal condição é primordial no contexto dos países em desenvolvimento, haja vista a relevância exercida pelas políticas públicas na criação de oportunidades para os cidadãos. Sen recorda que no “passado dos atuais países ricos, o amplo compartilhamento das oportunidades sociais possibilitou que a população participasse diretamente do processo de expansão econômica” (SEN, 2000, p. 170).

A concepção *seniana* se apoia em dois conceitos centrais, quais sejam, “entitlements” e “functionings” (traduzidos ao português como intitulementos e funcionamentos, respectivamente). Os intitulementos conformam um conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada indivíduo pode, ou está apto a possuir, representando assim, os meios para atingir determinados fins. Por sua vez, os funcionamentos refletem as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso ter ou fazer. O desenvolvimento é medido então, pelo conjunto das capacitações dos integrantes de determinada população, refletindo a liberdade para levar determinado tipo de vida ou outro (SEN, 2000).

Esta questão remete à capacidade dos sujeitos de viverem de acordo com o que desejam e consideram importante. Os indivíduos e grupos sociais, suas vivências, valores e percepções ganham relevo, sendo elementos cabais para se aferir o desenvolvimento. A definição do que é necessário para que uma população desfrute de boas

condições objetivas de vida deverá partir dos seus próprios integrantes, que deveriam definir os termos do que as políticas governamentais necessitariam efetivar.

O contato intenso com a dinâmica da agricultura familiar nos municípios integrantes dos estados meridionais do Brasil propiciou-nos as condições ideais para dimensionar a importância e a atualidade destes pressupostos. Até meados dos anos 1970 os produtores familiares tinham acesso aos mercados locais exclusivamente através da venda de seus produtos aos chamados atravessadores ou diretamente junto às feiras regionais, praticando a venda direta aos consumidores.

Com o passar do tempo tem-se a concorrência imposta pelas grandes superfícies de varejo (hipermercados) via introdução de artigos de diversos locais do país e inclusive do exterior (MERCOSUL), produzindo um declínio acentuado do preço e desestruturação total das cadeias locais de comercialização. A saída de muitas famílias foi abandonar a atividade ou associar-se aos grandes complexos agroindustriais (conservas vegetais, tabaco, leite, aves, etc.) através do estabelecimento de contratos de integração vertical. Todavia, muitas famílias simplesmente deixaram o campo e migraram para as cidades.

A simples criação dos mercados institucionais (PAA e PNAE), com sua lógica peculiar de funcionamento, trouxe consigo um vetor importante de mudanças. Ainda que limitado pela dimensão do programa e pelo número de agricultores participantes, propiciou e segue propiciando, uma elevação geral dos preços de frutas, legumes e verduras nos espaços de comercialização (atacado e varejo). Em alguns casos significou retomar o otimismo de alguns produtores via valorização do que se entende como a vocação precípua da agricultura familiar, qual seja, a produção de alimentos frescos e da pequena indústria artesanal (doces, conservas vegetais etc.).

Não menos importante tem sido a possibilidade de romper o véu de invisibilidade oficial de indivíduos e comunidades tradicionais (sobretudo quilombolas) que hoje se orgulham de participar como fornecedores de alimentos a populações em situação de insegurança alimentar da cidade. Muitos destes indivíduos não possuíam nem mesmo documentos (certidão de nascimento etc.) antes de participarem dos programas e hoje estão inseridos em redes locais ou regionais de comercialização. Claro está que os mercados institucionais não podem ser vistos como panaceia para enfrentar graves problemas estruturais que enfrentam as comu-

nidades rurais de todo o país. Mas não podemos negar a sua importância como um fator determinante para desencadear processos virtuosos dentro do longo itinerário de construção da cidadania. Outro aspecto importante é pensar na necessidade de capacitação de agricultores e agentes implicados no sentido de que construam novas redes para além da dinâmica estrita dos mercados institucionais.

Há experiências muito interessantes de organizações de agricultores familiares do extremo sul gaúcho que começaram participando dos mercados institucionais convencionais (escolas, creches, asilos, etc.) e que hoje firmam contratos de fornecimento de alimentos ecológicos para empresas privadas (a exemplo de hospitais particulares). O que aqui se quer destacar é o fato dos mercados institucionais serem uma porta inicial de acesso à comercialização, mas não exclusiva, para a venda dos produtos. O amadurecimento desses processos pode contribuir para que as pequenas cooperativas estabeleçam laços com os mais diversos setores a partir da experiência acumulada ao longo do tempo.

3 Considerações Finais

A ideia de agricultura familiar não pode ser vista simplesmente como guarda-chuva conceitual que abriga em seu interior uma diversidade de categorias que sempre estiveram presentes na cena rural e agrária do Brasil. Até meados dos anos 1980 havia uma clara cisão na atuação dos movimentos sociais que lutavam por mudanças estruturais no campo brasileiro.

No caso do Brasil setentrional a ênfase da atuação sindical recaía sobre o horizonte de questões ligadas à extensão da legislação trabalhista e previdenciária à população rural, o combate ao trabalho escravo e a luta pelo acesso à terra. As “questões do sul”, como destacou Medeiros (1997), giravam majoritariamente ao redor de outras pautas ou bandeiras, a exemplo dos preços de garantia dos produtos agrícolas, do acesso ao crédito agrícola, ao seguro da produção e a outros temas que afetavam, e seguem afetando, a uma agricultura que em boa medida sempre esteve ligada à dinâmica dos mercados regionais, nacionais e internacionais, como é o caso de *commodities* como a soja ou o trigo.

Isso não quer dizer que questões históricas como a luta pelo acesso à terra não sigam presentes no horizonte das organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Todavia, não cabe dúvida de que a orientação primordial é distinta à de outras regiões do país, assim como a relação dos produtores com os mercados.

A criação do PRONAF representa a culminação dos esforços das organizações existentes nos estados meridionais do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), assim como dos movimentos sociais do norte e nordeste do Brasil em busca de um discurso unificado sobre a necessidade de democratizar o acesso ao crédito agrícola. A “plasticidade” da agricultura familiar (SACCO DOS ANJOS et al., 2006) torna-se visível não somente do ponto de vista da capacidade de resistir a um cenário invariavelmente desfavorável, senão de apresentar-se diante do Estado como um interlocutor legítimo e capaz de propor inovações relevantes de caráter técnico e institucional.

Nesse sentido, a dinâmica dos mercados institucionais há que ser vista como materialização dos pressupostos contidos na obra seminal de Amartya Sen, sobretudo quando atestam que os mercados devem ser vistos como uma construção social capaz de promover a inclusão social e a redução das desigualdades. Com efeito, admitimos que os mercados institucionais guardam estreita afinidade com as recentes modificações na própria concepção de desenvolvimento, onde as variáveis não-econômicas e a expansão das liberdades substantivas passam a ser considerados como parâmetros basilares. Deixamos claro que, não obstante suas inegáveis virtudes torna-se crucial avançar na remoção dos entraves burocráticos e na supressão dos gargalos logísticos que impedem o funcionamento harmônico e equilibrado de processos que unificam a esfera da produção e a do consumo.

Agradecimentos

Os autores agradecem o apoio do CNPQ através da concessão de auxílio individual (processo nº 404897/2012-6), Chamada MCTI/CNPQ/SPM-PR/MDA nº 32/2012 / Programa Especial de Inclusão Social, Igualdade e Cidadania,

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998. 275 p.

ALTEMBURG, Shirley G. N. **A comida invisível: representações sociais sobre a alimentação escolar ecológica entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS**. 2014. 207f. Tese (Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar)– Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BAGDONIS, J. M.; HINRICHS, C. C.; SCHAFFT, K. A. The emergence and framing of farm-to-school initiatives: civic engagement, health and local agriculture. **Agriculture and Human Values**, New York, n. 26, 107-119. 2009.

BECKER, Cláudio. **Mercados institucionais e consumo social de alimentos: estudo comparativo entre Rio Grande do Sul e Andaluzia**. 2014. 197f. Tese (Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar)– Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BECKER, C.; ANDERSSON, F. S.; ALTEMBURG, S. G. N.; COSTA, L. C. Novas concertações sociais e antigos entraves “burocráticos”: a produção de base familiar e ecológica frente aos desafios de acesso ao PNAE. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, p. 1-5, 2011.

BERGAMASCO, Sônia M. P. P. Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, p. 1-58, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=13800746>. Acesso em 03 abr. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2014b.

CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 24, p. 131-158, 2007.

CALDAS, Nádia Velleda; SACCO DOS ANJOS, Flávio; BEZERRA, Antônio Jorge Amaral. Agricultura familiar e previdência social: implicações de uma política pública no Rio Grande do Sul. **Raízes (UFPB)**, Brasília, DF, v. 30, p. 84-99, 2010.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. O. **Idoso e a Previdência Rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UFT/BRA/036, nov. Brasília: Incra, 1994.

- _____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/ 036/BRA, agos.. Brasília: Incra, 1996.
- GOODMAN, M.; GOODMAN, M. K. Alternative Food Networks. **Encyclopedia of Human Geography**, [s. l.], p. 1-25, 2007.
- GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 6. n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E.; DE FRANÇA, C.G. **Fome Zero: la experiencia brasileña**. MDA: Brasília, 2012.
- GRISA, Catia. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: CONGRESSO DA SOBER, 47. **Anais...** Porto Alegre. 2009.
- HAYEK, Frederich A. **O caminho para a servidão**. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HIRAI, Wanda Griep. **Agricultura familiar e segurança alimentar: a importância da produção para o autoconsumo em três municípios do Rio Grande do Sul**. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar)– Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 18 nov. 2009.
- LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar. Comparação internacional: uma realidade multiforme**. Tradução: A. Tijiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).
- LEITE, S. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia brasileña. In: BELIK, W. (Coord.). **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, São Paulo, v.11, n.2, abr./jun, p. 65-72, 1997.
- NORONHA, Ana Paula. **O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa de Alimentação Escolar de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do município de Capão do Leão**. 2013. 170f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar)– Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.
- OTSUKI, K. Sustainable partnerships for a green economy: A case study of public procurement for home-grown school feeding. **Natural Resources Forum**, [s. l.], v. 35, p. 213-222, 2011.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádya Velleda; TRENTIN, Iran C. L. Desafios e possibilidades: Certificação social e solidária no contexto da agricultura familiar. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 8, p. 334-343, 2006.
- SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1991.

PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DOS GERAIS SANFRANCISCANOS, SEMIÁRIDO DE MINAS GERAIS

The production and resource conservation in family farming in Sanfranciscan Gerais, semiarid region of Minas Gerais

Eduardo Magalhães Ribeiro

Economista, professor associado do ICA/UFMG, pesquisador CNPq, do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar.* Universitária nº. 1.000, CEP: 39.404-547, Montes Claros, MG. E-mail: eduardomr@pq.cnpq.br

Flávia Maria Galizoni

Antropóloga, professora adjunta do ICA/UFMG, do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar.* flaviagalizoni@yahoo.com.br

Camila da Silva Freitas

Administradora, Mestre, do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar*. camilasfreitas8@gmail.com

Rafael Eduardo Chiodi

Engenheiro florestal, Mestre, do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar*. rafaelchiodi@yahoo.com.br

Eduardo Barbosa Ayres

Engenheiro agrônomo, Mestre do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar*. eduardoturmalina@yahoo.com.br

Resumo: Os gerais da porção mineira do rio São Francisco são vastos chapadões arenosos de vegetação baixa e tortuosa, cortados por veredas e brejos onde a população rural se concentrou. Esta população agricultora criou um regime agrário de espacialidade fluida, de reduzida dependência das chuvas, que combinou o uso de mata seca, gerais e brejos para fazer agricultura e criação. A modernização agrária dos anos 1970 estimulou a tomada dos chapadões por agropecuárias e reflorestadoras; a expansão das áreas protegidas a partir dos anos 1990 criou novas restrições ao uso costumeiro dos recursos naturais feito pelos agricultores. Acossados nas veredas pelas empresas rurais e proibidos de explorá-las pelas agências ambientais, os agricultores foram forçados a construir novos sistemas produtivos e identidades; então, reformularam os regimes de domínio e exploração da terra para manter a lógica camponesa de reprodução. Baseado em pesquisas e atividades de extensão realizadas com populações rurais do Alto/Médio São Francisco, Semiárido Norte de Minas Gerais, este artigo analisa essas trajetórias, revelando como o processo ao mesmo tempo questiona e constantemente reconstrói as bases do regime agrário tradicional. O artigo conclui que a privatização dos chapadões permanece comprometendo seriamente as bases de sustentação dos sistemas camponeses de exploração dos recursos e que as alternativas experimentadas até o presente – mudança em sistemas de criação, cultivos sustentáveis e agroextrativismo – foram insuficientes para recompor as condições de reprodução da população rural.

Palavras-chave: agricultura familiar, Semiárido, rio São Francisco.

Abstract: the general of the Minas Gerais portion of the São Francisco river are vast plains sandy low vegetation and winding, cut by veredas and swamps where rural population is concentrated. This farmer population has an agrarian scheme of fluid spatiality, reduced dependence on rainfall, which combined the use of dry forest, gerais and wetlands to farming. The agrarian modernization in the 1970s stimulated the uptake of plateaus by agricultural and reforestation; the expansion of the protected areas from the 1990s created new restrictions on the customary use of natural resources by farmers. Harassed in the veredas by rural companies and prohibited to exploit them by environmental agencies, farmers were forced to build new production systems and identities; then reformulated schemes of domination and exploitation of the land to keep the peasant logic of reproduction. Based on research and extension activities with rural population of the Upper / Middle, semiarid northern Minas Gerais, this article examines these trajectories, revealing how the process at the same time asks and constantly rebuilds the foundations of the traditional agrarian system. This paper concludes that the privatization of plateaus remains severely affecting the basic underpinnings of peasant farming systems of resources use and the alternatives tested until the present - change in farming systems, sustainable crops and agroextractivism - were insufficient to restore the conditions of reproduction the rural population.

Keywords: family farming, semiarid, São Francisco River.

1 Introdução

Na margem esquerda do Alto-Médio rio São Francisco, como em quase todo o Norte de Minas Gerais e sertão da Bahia, são denominadas como *gerais* aquelas áreas de solos secos, arenosos e de baixa fertilidade cobertas por árvores baixas, que perdem as folhas na estação seca. As partes mais elevadas da topografia dos gerais mineiros são denominadas como *chapadas* e se diferenciam dos terrenos mais baixos, onde ficam as *veredas* e os *brejos*. Nas veredas crescem a palmeira buriti e a pindaíba, que se destacam pela altura e indicam a presença da água na aridez dos gerais. As margens dos grandes rios dos gerais sanfranciscanos - com exceção de alguns deles, como os rios Urucuia e Carinhanha - são cercadas por solos calcários, argilosos e férteis, cobertas pela imponente floresta conhecida como *mata seca*, *catanga* ou simplesmente *mata*. Em torno dos rios, e principalmente dos brejos e veredas, os agricultores se assentaram para plantar na terra fértil, ou como dizem: para *bortar brejo*, e criar animais nas chapadas e baixadas mais frescas (RIBEIRO, 2010; MEDEIROS, 2011).

Desde o tempo da Colônia os gerais mineiros tiveram importância para o abastecimento interno, por conta do comércio ativo que estabeleceram com Pernambuco e Bahia pelo rio São Francisco e pela capacidade de fornecer alimentos para a região mineradora do centro de Minas Gerais. A capacidade de se abastecer e as trocas econômicas e simbólicas feitas por meio do rio permitiram que os gerais se afirmassem como região autárquica, independente do governo mineiro, apartado dos mandos centrais, manifestando sua autonomia em movimentos e motins que, entre os séculos XVIII e XX, fizeram a fama da violência da região, celebrizada pelos desmandos políticos e façanhas de jagunços como Antônio Dó, Andalécio e Rotílio Manduca.

Nos gerais, em particular nos gerais da margem esquerda do rio, até a década de 1980 o acesso à terra era livre. Foi uma das últimas, certamente a última fronteira agrícola do Sudeste brasileiro, e para lá se dirigiram milhares de agricultores familiares que fizeram um deslocamento migratório com o sentido geral de leste para oeste, sempre em busca de áreas desocupadas. A concentração da terra em grandes fazendas foi limitada na região pela dinâmica peculiar dos sistemas de produção agrícola: agricultura e pecuária eram marcadas pelas mudanças sazonais dos locais de produção, numa fluidez temporal que se adequava ao convívio com a aridez da estação seca, com a pobreza dos solos e com a fertilidade dos brejos, veredas e

vazantes. Os agricultores dos gerais se ocupavam parte do ano com criação de gado nos campos das chapadas e, na estação seca, plantavam nos brejos e veredas; outros plantavam nas vazantes de rios nas secas; outros, no tempo das chuvas, plantavam nas áreas de mata seca. Por isso, o domínio sobre a terra e os recursos naturais era transitório e sazonal, uma vez que a produção se deslocava pelo espaço de acordo com as mudanças das estações. Foi assim que surgiu um regime agrário muito específico, baseado na agricultura familiar, e que por suas características peculiares limitou a expansão da grande propriedade rural característica do Baixo São Francisco. A lógica fluida de uso dos espaços produtivos permitia que o agricultor generalista tivesse acesso a áreas de ocupação em comum nas veredas e brejos; o sistema extensivo de pecuária - a criação *na solta* como ainda se diz - abria oportunidade para o agricultor se tornar pequeno criador de gado; as cheias do rio São Francisco fertilizavam as *vazantes* e garantiam, junto com a pesca, o sustento abundante e independente do *barranqueiro* no tempo das secas. A fronteira agrícola aberta a norte e oeste garantiu por muitas décadas o acesso livre dos agricultores para a solta de gado nos campos e plantio nos brejos (Galizoni, 2005; Ribeiro, 2010).

A produção móvel, determinada mais pelo usufruto sazonal dos recursos que pelo domínio estável da terra, permitiu que surgisse na região uma sociedade de camponeses livres que predominou até meados do século XX, ainda existe no século XXI, e que, ao longo da história, manteve com os chefes políticos da região relações marcadas pela ambigüidade, por gradientes variados de autonomia e subordinação. Essa sociedade camponesa realizou a expansão da fronteira agrícola, forneceu os quadros que viriam a ser recrutados pelo jagunçismo, conservou a região num autarcismo duradouro e sustentou por quase um século a rota de comércio de produtos primários pelo rio São Francisco.

Descrito na literatura de viajantes e pesquisadores como lugar de grande potencial produtivo, desde meados do século XIX era previsto para os gerais um futuro brilhante, que seria proporcionado pela extraordinária riqueza dos recursos naturais. Os estudos de Carlos Lacerda, Lucas Lopes e Vicente Licínio Cardoso, entre outros, apontavam o caminho: bastaria alocar capitais, e os gerais sanfranciscanos se tornariam a redenção do Brasil interior. E foi, realmente, por aí que a partir dos anos 1970 o regime agrário da região começou a se transformar. Para os gerais, situados na transição dos biomas Cerrado e Caatinga, convergiram dois movimentos de tomada das terras: de um lado os incentivos fiscais da Sudene para investimento

no Semiárido; de outro os estímulos para exploração intensiva das terras de cerrado. Combinados, os dois movimentos estimularam a *modernização* agrícola, e assim os gerais entraram na rota de expansão do capital agrícola. Os interesses fundiários associados às políticas públicas, aos negócios de insumos e às agências de créditos conduziram para a região grande número de especuladores e empresas que queriam terra para implantar projetos agropecuários. As chapadas comuns foram privatizadas para se tornarem eucaliptais, brejos e veredas foram drenados para receber cultivo irrigado, matas secas foram derrubadas para dar lugar a pastagens, matas de gerais foram cozinhadas para abastecer os fornos de siderúrgicas da região metalúrgica mineira. Mas esse movimento não durou duas décadas. Chapadas e veredas de gerais não suportaram por muito tempo o manejo intensivo; estas secaram, naquelas morreram eucaliptais e pastagens. Além disso, no começo da década de 1990 a crise fiscal secou também a capacidade de financiamento da Sudene, tirando o ânimo financeiro para a expansão de fazendas e empresas (NABUCO; BORGES, 1988; RIBEIRO; GALIZONI, 2008; RIBEIRO, 2010).

Foi então que, empurrados pelas firmas para dentro das veredas e contando já com um conjunto reduzido de recursos naturais, os agricultores familiares dos gerais passaram a enfrentar outra ameaça: as agências ambientais estaduais e federais. Essas agências começaram a criar áreas de conservação que compreendiam terrenos de firmas, veredas e as poucas chapadas que restaram em comum para solta de gado e coleta de frutos. O espaço produtivo, que já fora cerceado pela tomada de terras ocorrida depois dos anos 1970, foi re-cerceado pelo mosaico de conservação formado por parques nacionais e estaduais, pelas restrições ao uso tradicional de recursos e pela intensificação da fiscalização ambiental. Essas áreas de conservação começaram a ser instituídas na década de 1980 e ao longo das três décadas seguintes cresceram em número e tamanho, alcançando perto de 1,2 milhões de hectares de gerais nos começos do século XXI, depois que empresas instaladas nos gerais abandonaram grandes áreas exploradas com irrigação e pecuária e na época que ressurgiu a proposta de transposição do rio São Francisco, pois nos gerais ficam as principais nascentes que alimentam alguns dos tributários do São Francisco: os rios Uruçuia, Pardo, Pandeiros e Carinhonha (FUNATURA, 2008; MEDEIROS, 2011).

Assim, desde os anos 1990 se manifestou uma dupla pressão sobre os sistemas produtivos dos agricultores familiares generalistas: de um lado as

empresas remanescentes, ativas ou desativadas, que permaneceram controlando grandes áreas de antigas chapadas comuns; de outro, as unidades de conservação que se expandiram. Então, com áreas cada vez mais reduzidas e usos cada vez mais controlados, os sistemas de produção costumeiros tiveram que passar por grandes redefinições.

É este cenário que o artigo analisa. Investiga a situação de agricultores familiares das margens do rio dos Cochos, afluente do rio São Francisco que da nascente nas chapadas de gerais até a foz na mata seca atravessa diferentes agroambientes e condições diversas de uso de recursos naturais. Em decorrência de um desmate para plantio de eucalipto, morreram duas das três nascentes do rio. Pressionados pelas circunstâncias, esses agricultores generalistas experimentaram alternativas variadas ao longo das duas últimas décadas de mudanças, e a compreensão da sua trajetória permite traçar um painel amplo e rico das possibilidades e, principalmente, dos limites para produzir conservando recursos. O estudo analisa algumas das limitações das alternativas possíveis e experimentadas por esses agricultores, e reflete sobre as possibilidades efetivas de reconversão de criadores e plantadores do semiárido para o agroextrativismo, deixando uma interrogação sobre a possibilidade de mudar quando a própria lógica da produção conservacionista reconstrói constantemente as bases do regime agrário tradicional.

2 Objetivo e método

O objetivo deste artigo é analisar os sistemas agrários e as condições de reconversão produtiva de agricultores familiares dos gerais do rio dos Cochos no semiárido norte de Minas Gerais. O estudo procura compreender a organização tradicional da produção, os esforços despendidos e as alternativas para reorganizar a produção agrícola num quadro de limites definidos de oferta de recursos, de normatização conservacionista para o uso de veredas e chapadas por parte das agências de conservação, e da pressão exercida por organizações de mediação por mudanças na pauta produtiva e nos mercados costumeiros. É caso específico, evidentemente. Mas um caso em que o conjunto de suas circunstâncias que o envolvem são gerais e podem ser resumidas em algumas palavras-chave que pontuam as questões da maioria da população rural do Semiárido brasileiro: agricultura familiar, reconversão produtiva, conservação de recursos, nichos de mercados, desenvolvimento territorial, política pública. Assim, este caso se torna emblemático e, pelas condições que serão expostas mais à frente, pioneiro.

O rio dos Cochos - o *riacho*, ou *os-Cóchos*, como dizem os moradores do lugar - é intermitente e fica na Microrregião Homogênea de Januária, MRH 32072 segundo o IBGE, drenando parte dos municípios de Januária, Cônego Marinho e, periféricamente, Bonito de Minas. Estes municípios formam uma zona de características ambientais, fundiárias, hídricas e sociais relativamente homogêneas, alternando grandes áreas de gerais com fragmentos de matas secas que ficam sempre próximos aos maiores cursos de água. Os municípios são marcados pelo complexo latifúndio/minifúndio, muito embora a grande propriedade esteja mais associada aos terrenos das empresas que foram transplantadas para a região pelos incentivos da Sudene na década de 1970. São poucas as grandes propriedades efetivamente originadas da sociedade do lugar, e na área deste estudo predominam as pequenas unidades familiares de produção, reunidas em comunidades rurais que emendam nas chapadas suas áreas de terras em comum.¹

Mas o rio dos Cochos tem um motivo adicional para distinção. Quando, no começo dos anos 1990, por conta da exploração intensiva feita por uma firma nas suas cabeceiras, as águas do rio começaram a secar e deixaram de sustentar a agricultura inundada - a *regração*, como dizem - que era feita em suas várzeas, os agricultores do lugar começaram a construir uma organização própria, que se transformou em associação nos anos 2000 e passou a estimular iniciativas que combinam produção e conservação de recursos. Foi assim que amadureceu a experiência desses agricultores, um esforço para conservar as águas do seu rio e, ao mesmo tempo, manter ativa a produção agrícola. É uma das poucas iniciativas locais, auto-geridas e participativas de conservação de recursos naturais na bacia do rio São Francisco.

Para compreender essa situação e suas consequências, o estudo que deu base a este artigo foi feito em várias fases no período que vai de 2007 a 2013.

Na primeira fase foram entrevistadas organizações de agricultores e agências de mediação que atuam com eles: organizações de igreja, extensão rural e representação de agricultores familiares. Essas organizações, pela sua própria natureza, constroem, estimulam e apoiam buscas de alternativas produtivas e conservacionistas, e suas

narrativas promovem o encontro entre a história agrária, as políticas públicas e as contradições das organizações da sociedade civil.

Numa segunda fase foram feitas entrevistas com a população do lugar, partindo de uma amostra de 15% das famílias rurais das 6 comunidades que ficam às margens do rio dos Cochos, totalizando 50 famílias, distribuídas proporcionalmente ao adensamento da população. Esta amostra foi escolhida em reuniões com a associação e os mediadores, combinando na escolha os critérios de acesso à água, tamanho da terra disponível, sistema de cultivo, dedicação à criação de animais e participação em atividades comunitárias.²

Essa fase combinou métodos de levantamento quantitativo e qualitativo. No levantamento quantitativo inicial foi usado um questionário fechado buscando informações sobre tamanho e composição do núcleo domiciliar, área produtiva, diversidade e quantidade da produção, canais e destinos da produção comercializada, agroextrativismo e programas públicos.

Concluída esta etapa, tabulados os roteiros que forneceram um painel do conjunto da população e das singularidades de cada comunidade, começou a investigação qualitativa com estas mesmas famílias, desta vez usando duas técnicas. Primeiro, a entrevista com a família, orientada por roteiro, com o propósito de captar aspectos específicos dos sistemas de produção, das normas de gestão de recursos naturais, dos níveis de consumo de água e dos processos de beneficiamento e comercialização da produção. Segundo, fazendo entrevistas focalizadas com grupos maiores de pessoas de uma mesma comunidade, as entrevistas coletivas, que aconteciam em reuniões comunitárias onde eram usadas dinâmicas de trabalho em grupo e propostos alguns temas para debate: história da ocupação da terra, técnicas agrícolas, acesso à água e aos recursos comuns, consumo e restrições ao consumo de alimentos. Além disso, foram feitas caminhadas orientadas no espaço rural, desenhos de mapas dos territórios comunitários e visitas aos locais de produção, beneficiamento e comercialização. Essas técnicas visaram perceber organização e dinâmica do trabalho e da produção familiar; a presença, importância, sistemática e destinos dos recursos extraídos do meio; as técnicas, recursos e destino dos produtos da indús-

1 Consultar sobre a história da região, Sampaio (2002), Saint-Hilaire (1975), Spix e Martius (1981), Burton (1980); sobre a transformação dos regimes agrários ver Nabuco e Lemos (1988), Luz e Dayrell (2000), Coelho (2005), Galizoni (2005), Ribeiro e Galizoni (2008) e Ribeiro (2010).

2 Sobre técnicas de pesquisa, consultar Laville e Dionne (1999); sobre comunidade rural, consultar Galizoni (2007); sobre família, comunidade e trabalho rural, ver Wolf (1972) e Chayanov (1978). Sobre o rural da região, consultar Galizoni (2005).

tria doméstica rural; os usos e manejos das áreas comuns.³

Na terceira fase da pesquisa, para aprofundar os conhecimentos sobre história, processos migratórios, produção e recursos naturais, foi consultado um grupo específico de moradores das comunidades rurais. Nelas vivem pessoas que têm um conhecimento consistente de temas relacionados à história, aos recursos naturais e aos processos materiais e cotidianos – produção agrícola, saúde humana e animal, preparo de alimentos, coleta de recursos, manejo de pastagens, por exemplo, que a literatura antropológica denomina como *especialistas*. Na pesquisa inicial com a população rural, a fase dois descrita acima, foi pedida a indicação dos especialistas do lugar, pessoas que dispusessem de conhecimento sólido e reconhecido, com um “*repertório próprio de conhecimentos, cuja aparente rusticidade apenas esconde segredos e saberes de uma grande complexidade*” (BRANDÃO, 1986, p. 16). Foram entrevistados 24 especialistas em recursos da natureza para a saúde, recursos vegetais e história produtiva das comunidades.⁴

Numa quarta e última fase foram analisados os sistemas de beneficiamento de produtos e os canais de comercialização. Na primeira fase da pesquisa as famílias indicaram os produtos que beneficiavam, coletavam ou extraíam e os mercados onde, eventual ou sistematicamente, eram comercializados. Com base nessas indicações, foi feito um levantamento dos processos produtivos e de comercialização, investigando os circuitos de negócios que envolviam mercados locais, intermediários, associativismo e programas institucionais. Nesta fase foram entrevistados agricultores(as) que lidavam com determinados produtos, especialistas em processamento e beneficiamento, agentes de desenvolvimento rural que atuam em mercados solidários, institucionais e associativos, atacadistas, pequenos e grandes intermediários. Este conjunto de canais, produtos e atividades ofereceu o quadro das possibilidades de negócios que estão postas para estes geralistas.

Por fim, a partir de entrevistas com lideranças de associações e agências de desenvolvimento, foram identificados os diversos projetos, apoios, parcerias e programas conduzidos para a área-progra-

ma do rio dos Cochos. Aqui, se procurava identificar atividades que são, ou serão, comuns a todas as comunidades de agricultores familiares que experimentam conservar recursos e essas entrevistas forneceram uma espécie de cardápio de iniciativas que, em menor escala, se repete com frequência. Para cada iniciativa se procurou estabelecer o custo, o consumo de trabalho e os resultados, pelo menos os resultados mais palpáveis, de maneira a esboçar os termos dos percursos que deverão ser cumpridos por iniciativas de produção conservacionista da agricultura familiar do semiárido.

É necessário, concluindo, acrescentar que este estudo foi possível, sobretudo, pela relação parceira estabelecida com as organizações da região. A Cáritas Diocesana de Januária e a Associação de Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos, Assusbac, definiram em conjunto com os pesquisadores as prioridades de pesquisa, articularam as campanhas de campo, forneceram a infraestrutura necessária para as atividades de pesquisa, usaram seu conhecimento do lugar para abrir as portas das casas para os pesquisadores, orientaram as equipes em campo e debateram os resultados que, evidentemente, passaram a fazer parte de seu próprio acervo de informações. E como a pesquisa foi permanentemente negociada com as organizações parceiras, seus resultados foram transformados em produtos, que foram devolvidos à população pesquisada sob a forma de cursos de capacitação, cartilhas, livro, eventos de sensibilização, cursos de formação e dados de pesquisa sistematizados que servem para orientar prioridades e subsidiar projetos. Essas organizações também mediaram o diálogo dos pesquisadores com outras agências que atuam na região, como a Emater/MG, o Instituto Estadual de Florestas e as agências municipais.

O texto a seguir está dividido em 3 partes. Na primeira, descreve as características da população rural analisada; em seguida analisa as alternativas experimentadas pelos agricultores familiares para produzir conservando e situa essas alternativas no quadro mais amplo das experiências camponesas de entradas em mercados; na terceira, a conclusão, procura debater em que medida os resultados deste estudo podem ser expandidos para o semiárido brasileiro.

3 Rio dos Cochos

Na região do rio dos Cochos - como nas demais áreas habitadas do meio rural do Alto-Médio São Francisco - o povoamento acompanha as águas. Conforme explicou um senhor que mora no lugar há muitos anos: “-*Onde tem água tem gente, e lugar sem água nunca teve dono*”. Como só haverá

3 Sobre as técnicas empregadas no Diagnóstico Rápido Participativo, ver Gomes e outros (2000).

4 Este conceito é tomado de empréstimo a Brandão (1986), que o descreve assim: O especialista exerce na comunidade um trabalho profissional e uma relação de docência, reconhecida como fazendo parte de um domínio comum de trabalho (BRANDÃO, 1986, p. 21-22; POSEY, 1987).

moradores onde existir água, tanto os altos campos dos gerais quanto as baixadas de mata seca são grandes espaços usados em comum e despovoados, conhecidos na região como *travessão* – uma *travessia* grande, uma estrada comprida sem morador por perto – já que não é possível viver e produzir sem brejos, água corrente, cisternas, poços tubulares ou artesianos.

É por isso que o povoamento segue o serpenteio dos rios, ribeirões e veredas, e se adensa nos brejos, onde as áreas úmidas são maiores, mais férteis e mais seguras para a produção. Nas terras que ficam longe das águas – a maioria das terras, que são chapadas ou matas secas – as moradias são muito raras, e casas só aparecem em grande quantidade perto de algum curso de água, e se alternam então pequenas áreas de povoamento muito adensadas com largos trechos despovoados.

O *sítio* familiar, porém, é apenas um fragmento da distribuição da terra. No município de Januária e no seu entorno imediato as maiores unidades de referência fundiária são as *fazendas gerais* – grandes e antigas unidades de domínio de terra que incluem e compreendem os estabelecimentos atuais, mesmo depois de décadas de partilhas, fusões e desmembramentos. Assim, a fazenda geral é uma referência espacial para fins de domínio e unidade administrativa para localização de documentos em cartório; mas é, também, um espaço principalmente para delimitar lugares de soltas nos gerais, e os agricultores familiares e fazendeiros – porque dentro da fazenda geral os dois estilos de domínio convivem em igualdade de direitos – incluídos naquela fazenda geral têm o direito costumeiro de compartilhar uma certa área de solta e coleta.

A disposição espacial dos *sítios* familiares, começando nas aguadas e acabando no indiviso das soltas comuns de cada fazenda geral, ou, na maior parte das vezes, nas grandes glebas de firmas que há anos estão ausentes, permite que as unidades de produção aproveitem a diversidade de recursos naturais. As aguadas abastecem famílias de água e alimentos – os terrenos úmidos de *cultura* e *meia-cultura* que ficam entre o chão pantanoso das veredas e o solo arenoso das chapadas são plantados com lavouras de sequeiro, mandioca e raras vezes cana-de-açúcar. A chapada é o lugar dos pastos *soltos* e das coletas de frutos, lenha e plantas medicinais.

Esta descrição da disposição de usos de recursos no *sítio* é, no entanto, apenas ideal. E por dois motivos.

Primeiro, porque os recursos naturais estarão dispostos no espaço de forma diversa, de acordo com a característica predominante do lugar – mata, vereda/gerais, brejo, ou transição entre essas três formações. Em cada agroambiente serão diferentes a distribuição, os fluxos e os estoques de recursos. Mesmo entre dois *sítios* vizinhos essa distribuição pode ser desigual, determinada por maiores ou menores áreas de aguadas, mais ou menos capões de mata no meio dos gerais ou áreas mais extensas de brejos. Assim, cada família terá possibilidades também diferentes para organizar seu sistema de produção, e embora grosso modo seja possível afirmar que em cada comunidade um sistema produtivo é ou tende a ser hegemônico, o vínculo muito forte da produção costumeira com os recursos naturais vai implicar diferenças sutis de possibilidades, que surgem, por exemplo, do acesso a um *lotezinho* de cultura úmida, a um pequeno trecho de *gerais misto* onde se assenta mandiocal, ou a desnível que torna possível *tirar* água – como se diz: uma água-tirada para irrigação.

E o segundo motivo para considerar esta disposição como apenas ideal é que o fluxo do rio dos Cochós se interrompeu, ficou difícil e proibido usar águas de vereda e porque quase todas as chapadas foram privatizadas.

Além disso, há o fator demográfico. As unidades familiares de produção nessas comunidades passaram por fragmentação acentuada, e isso estimulou uso mais intenso dos recursos naturais, que se tornaram relativamente mais escassos à medida que a terra foi partilhada e privatizada. E, assim, ao longo dos cursos de água, o povoamento é denso e quase sempre ininterrupto, formado por *sítios* de *frente* muito estreita e muito extensos na diagonal das águas, *sítios* que, como dizem os agricultores, *bebem* nas águas e têm os *fundos* nas chapadas. As partilhas de terras explicam em parte o formato alongado dos *sítios*: no sistema costumeiro de herança, mais que terra se partilha a diversidade de recursos. E para que os recursos sejam distribuídos de forma igual entre os herdeiros é necessário que a divisão do terreno na partilha seja idêntica, desde a margem da água e das terras de cultura até os campos e capões das partes altas e menos férteis da paisagem. Por isso os terrenos têm frentes estreitas, de 30 ou 50 metros, e cobrem distâncias extensas nos fundos, que às vezes alcançam dois ou mais quilômetros na diagonal das águas.

Nas comunidades rurais dos gerais do rio dos Cochós a maioria das famílias é do próprio lugar, do município ou das proximidades, e vivem ali há mais de 20 anos. Os imigrantes quase sempre são agri-

cultores saídos dos *Gerais de São Felipe*, área mais a leste na margem direita do rio São Francisco, que foram para o rio dos Cochos movidos pela frente de exploração de carvão dos anos 1980, expulsos pela tomada de terras que marcou todo o Norte de Minas na mesma época ou buscando brejos para *botar* lavouras.

Nesta, como em tantas outras regiões de agricultura familiar, o acesso à terra acontece principalmente por meio da herança, e com o fechamento da fronteira agrícola nas últimas décadas as oportunidades de compras se tornaram raras, porque os herdeiros tendem a vender para seus próprios irmãos ou cunhados. Fica difícil adquirir terra fora das relações familiares, e isso é algo excepcional, demorado, necessita planejamento e também disposição para pagar preços relativamente elevados. Exigirá do comprador o cálculo rigoroso do uso dos recursos naturais que dispõe e grande senso de oportunidade para adquirir gleba próxima ou que se some àquela que já possui ou que herdou.⁵

Os domicílios rurais da região dos Cochos abrigam em média 4 pessoas, e em todos se registra emigração: um filho ou filha, pelo menos, já emigrou definitivamente. Esse fluxo emigratório já foi direcionado para a capital de São Paulo nos anos 1960/1970, e depois dos anos 1970/1980 se orientou para Brasília, DF. Nesses destinos, os migrantes refazem a comunidade de origem, e se apoiam uns nos outros para resolver assuntos como moradia, emprego e qualificação profissional. Esses emigrantes ingressam no mercado de trabalho urbano geralmente pela indústria da construção civil e serviços gerais, e dada a alta rotatividade do trabalho urbano os agricultores costumam às vezes trabalhar sazonalmente nas cidades. As mulheres também emigram para ocupar ofícios urbanos, mas só o fazem depois que os homens da família se estabeleceram nas cidades. Como a ocupação da terra nos gerais do São Francisco remonta ao século XVIII, a possibilidade de partilha dos sítios já chegou quase ao limite e, desde os anos 1980, quando a fronteira agrícola do norte mineiro se fechou, a continuidade da fragmentação da terra só pode acontecer se for associada à emigração constante de herdeiros potenciais para ofícios urbanos.

Mas como a distribuição dos recursos naturais pelo espaço é desigual, em algumas áreas a condição de produção já quase está liquidada, em outras a agricultura e inclusive o regadio continuam persistindo, e noutras os recursos ainda existem, mas as agências de conservação fazem um contro-

le mais estrito sobre o uso das terras e das águas – isso ocorre principalmente na cabeceira das veredas. Naqueles locais em que a exploração agrícola está reduzida a limites tais que dificilmente asseguram a sobrevivência da família, ocorre de grande parte de seus primitivos habitantes já terem se mudado, ou então permanecem na terra geralmente os mais idosos, cujo sustento vem mais das transferências de recursos públicos que propriamente da produção agrícola.

Na região do rio dos Cochos, como em quase todas as áreas rurais do norte mineiro, os programas de transferências governamentais cumprem papel importante na composição das receitas familiares: aposentadorias e pensões respondem pela maioria da receita de 47% das famílias; Bolsa-Família representa a maior parte da renda para 6% delas. Mas transferências públicas atendem a maioria das famílias, mesmo que não representem a principal fonte de renda, e 92% das famílias recebem algum tipo de transferência, que pode ser parte menor de renda, mas sempre será parte significativa e, sobretudo, parte estável do sustento familiar. As rendas vêm ainda de serviços privados e públicos, ou do assalariamento rural. Mas apesar das receitas muitas das vezes virem de fundos públicos, essas famílias rurais se definem, sobretudo como agricultoras, e é por isso que as lavouras têm uma destacada importância nas falas, nos costumes, e no trabalho cotidiano.

Assim, com maior ou menor facilidade de acesso à terra, com mais ou menos recursos naturais, com áreas menores ou discretamente maiores, dois terços das famílias de moradores das margens do rio dos Cochos exploram mais ou menos intensamente suas terras próprias, quase sempre adquiridas por herança. Nas áreas de terras mais férteis de matas, de acesso mais regulado, maior número de famílias rurais não vive em terras próprias e se definem como agregados, posseiros ou moradores de favor em terras cedidas por parentes, geralmente pais ou avós.

Mas sendo sitiadas, posseiros, herdeiros ou moradores de favor, compartilham posição equivalente em relação à regularização da terra: raramente dispõem dos documentos que formalizam o domínio, como escritura e registro em cartório. A documentação do domínio quase sempre é precária do ponto de vista formal, mas muito consistente do ponto de vista costumeiro, pois a tradição do acesso e uso sedimenta o direito de herança sobre aquela terra que vem dos *maiores* ou que foi comprada de herdeiros de antigos posseiros. O direito costumeiro os habilita a explorar a terra, mas nem sempre

⁵ Sobre herança e partilha de terras, consultar Moura (1978) e Galizoni (2007).

garante acesso a créditos, porque falta formalização. Esse, porém, não é o principal inconveniente do domínio precário. O principal deles já passou, foi a tomada de terras comuns contíguas aos sítios feita pelas agropecuárias nos anos 1970/1980; para o futuro, a grande ameaça é a ampliação das áreas públicas de conservação.

Entre os agricultores do rio dos Cochos raramente o tamanho dos terrenos ultrapassa 20 hectares: 44% deles dominam menos de 10 hectares; 15% entre 11 e 20 hectares, o que indica que 59% dos sítios dispõem de menos de 20 hectares; 12% ficam entre 20 e 50 hectares. O módulo fiscal da região fica em 65 hectares, e assim 71% dos sítiantes dispõem de menos que um módulo e, tecnicamente, dispõem de condições insuficientes para produção. Entre eles, 29% dispõem de terrenos acima de 50 hectares, distribuídos harmoniosamente entre os diversos agroambientes.

Nas terras úmidas de cultura e nas meias-culturas dos sítios os agricultores plantam mantimentos e frutas que formam o básico alimentar: mandioca, *feijão de arranca* (feijão comum, vulgar), *feijão de corda*, andu, quiabo, milho, banana, coco, cana, laranja, limão, moranga, sorgo, abóbora, melancia. Plantam também nas terras mistas dos *tabuleiros*, nas terras férteis dos *capões*, na mata e no brejo. As culturas de ciclo mais longo são plantadas no tempo das chuvas, de novembro a abril; feijão e cultivos de ciclo curto são plantados de abril a julho, aproveitando o *fim das chuvas* e – quando podem – a umidade do brejo que garante produção sem os sobressaltos da falta de chuva.

Ao contrário do que se imagina, o período de maior abundância de alimentos para esses lavradores é a estação seca: é quando as lavouras de sequeiro estão produzindo, e depois vem a produção das lavouras plantadas no brejo, e, ainda, é a época em que os cultivos perenes e semiperenes de sequeiro – mandioca, frutas – são beneficiados. Além disso, todas as famílias fazem hortas na estação da seca, e as irrigam com mangueira ou regador, usando água do rio, da cisterna ou do poço tubular.

As famílias que vivem nas terras menos embrejadas e/ou mais secas das cabeceiras de veredas dispõem de áreas menores para cultivo no brejo. Ao mesmo tempo, contam com maiores áreas de coleta de recursos florestais e quase sempre com maiores áreas para soltas de animais. Então, são estes agricultores familiares que mais frequentemente coletam, beneficiam e comercializam recursos da natureza. Assim, ao longo do curso do rio, é possível associar atividades com possibilidades, e no rio dos Cochos as famílias que vivem nas cabe-

ceiras extraem mais recursos da natureza, aquelas que vivem na faixa de transição entre gerais e mata seca combinam extração com plantio, beneficiamento e comercialização de produtos da indústria doméstica rural, derivados da mandioca e da cana-de-açúcar. Por fim, as famílias da mata se arrimam na criação de gado nas terras fortes de cultura.

Desde fins da década de 1990 as águas do rio foram minguando até chegar ao ponto que não é possível mais plantar com regadio. Na região de mata, mais baixa e onde o curso do rio é mais aberto, os agricultores desviavam – ou *tiravam* – o curso de água e faziam do regadio nas baixadas um meio para produzir alimentos durante quase todo o ano. Quando o fluxo do rio foi diminuindo, as disputas entre agricultores foram atiçadas com as suspeitas de retenção ou de uso excessivo, depois a água minguou definitivamente e o rio passou a correr apenas no tempo das chuvas, mantendo curso somente até o mês de março, no máximo abril, em alguns anos de precipitação excepcionalmente elevada. Ao mesmo tempo, as agências ambientais chegaram, cerceando o uso de veredas e o consumo costumeiro das águas no sistema costumeiro.

As famílias rurais de rio-acima da comunidade Sambaíba, área somente de gerais, também costumavam plantar mais no tempo da seca, só que o faziam dentro da vereda. Mas na última década o crescimento das restrições ambientais e da fiscalização por parte de agências públicas, o recurso às multas e interdições, praticamente liquidou essa possibilidade de produção, e assim o plantio ficou reduzido ao autoconsumo nas poucas áreas frescas próximas às veredas. Dessa maneira, as diferenças entre agroambientes configuravam uma relativa diversidade de sistemas de produção naquela reduzida área de 300 quilômetros quadrados, distribuídos por pouco mais de 20 quilômetros ao longo do rio. Depois do secamento do rio, agricultores familiares de todas as áreas, sem distinção, tiveram que buscar outros meios de produção e sustento. Foram pressionados a esta busca em parte pelo monopólio que as firmas estabeleceram nas terras de soltas, em parte pelo próprio esgotamento das águas, e em parte pelo rigor da fiscalização das agências públicas.

4 Escolhas

Quase todo o rio dos Cochos, da cabeceira até a barra, está cercado por gerais, as grandes chapadas comuns que nos anos 1970 foram consideradas terras devolutas, e em sua maior parte medidas, negociadas e privatizadas por firmas de plantação de eucalipto, produtoras de carvão vegetal e fazendas de criação de gado. Nos anos 1990

muitos desses empreendimentos faliram ou saíram do ramo, em consequência de problemas de gestão ou insuficiência de produção, pela inadequação ao meio ou por conta da crise fiscal. Empresas e empreendedores se retiraram, e o imenso passivo em terras degradadas foi parcialmente assumido por agências públicas, que criaram parques e áreas protegidas por um lado; por outro, estabeleceram normas rigorosas para uso dos recursos naturais pela população tradicional (FUNATURA, 2008; RIBEIRO, 2010).

A conservação dos recursos foi imposta aos agricultores da região com a mesma força da modernização agrícola que a precedera: deslocamentos de população, revisão das normas de usos e espaços rurais, constrangimentos da produção tradicional, multas e proposição de novos sistemas de produção. Parte dos agricultores familiares da região foi deslocada para a instalação de parques, casos do Grande Sertão e Peruaçu, e aqueles que permaneceram foram induzidos a adotar novas práticas de manejo da terra e dos recursos. O acesso aos campos como área de pastejo foi restringido, ficou proibido plantar nas veredas e foram criadas restrições para uso das áreas úmidas. Estas restrições às práticas costumeiras atingem uma escala espacial considerável: na margem esquerda do rio São Francisco é limitada pelos rios Urucuia a sudoeste, São Francisco ao sul, Carinhanha a leste e norte, compreendendo aproximadamente 4 milhões de hectares, dos quais perto de 30% se converteram em áreas de conservação: 1,2 milhão de hectares (FUNATURA, 2008).

Nesse cenário, as alternativas produtivas dos agricultores familiares da região passaram a ser delimitadas por novos parâmetros, dados por um lado pelo esgotamento de recursos resultante da pressão do consumo, pela modernização produtiva instituída pelas firmas e pelas práticas costumeiras; por outro lado, são determinadas pela expansão das áreas de conservação e pelas normas impostas por agências ambientais. Assim, os sistemas produtivos tradicionais deveriam passar por processos de reconversão, incorporando metas ditas "sustentáveis": o agroextrativismo sustentável, a pecuária de baixo impacto, os sistemas agroflorestais combinados ao aproveitamento dos frutos de gerais, a busca de mercados solidários e cooperativos.⁶

Essa mudança, evidentemente, é necessária para conservar recursos naturais e, sobretudo, hídricos. Desde meados da década de 1980 se

tornaram conhecidas as iniciativas de produção adaptada dos povos da floresta, do cerrado e da caatinga, que têm como escopo resolver os dilemas criados pela necessidade de produzir, conservar recursos, gerar renda, incorporar e valorizar os costumes locais de manejo dos recursos comuns. A uma primeira vista, a proposta do agroextrativismo parece muito viável e, até, relativamente simples de ser implantada. Os produtos do extrativismo podem gerar rendas, consomem relativamente pouca água quando comparados, por exemplo, com lavoura e pecuária, conservam a vegetação em pé, demandam pouco trabalho e contribuem para a continuidade da produção da água para os rios. Mas reverter as práticas costumeiras de agricultores familiares implica mudanças complexas: carece introduzir inovações técnicas no processamento, regular os sistemas de coleta, ampliar as escalas de exploração, conquistar novos mercados, criar e sedimentar marcas próprias.

Para fazer frente à nova necessidade de produzir conservando, os agricultores do rio dos Cochos se organizaram em associação. Com esta, se fortaleceram, ganharam condição de captar projetos, formar parcerias e buscar o apoio necessário para enfrentar seus dilemas produtivos e ambientais. Ao longo da primeira década do século XXI conseguiram estabelecer parcerias com agências religiosas, governamentais e da sociedade civil; junto com os parceiros, acessaram, pelo menos, 10 projetos relacionados à produção e conservação que abarcam uma grande diversidade de temas: conservação de solos, conservação de mata ciliar, capacitação para agroindustrialização, produção sistemática de frutos nativos, adequação de estradas, adequação de sistemas de produção, apicultura, meliponicultura, conservação de água e recursos, criação de pequenos animais, economia solidária, comercialização, entre outros. Ao longo de 10 anos o conjunto de projetos conduzidos para a sub-bacia alcançou o montante de US\$ 1 milhão, compreendendo a experimentação de grande parte das soluções conhecidas e propostas por agências de extensão e desenvolvimento rural, para a produção considerada sustentável.

Mesmo assim, fazer a transição para a produção conservacionista não parece ter sido tarefa fácil; fazer o rio voltar a correr com regularidade, menos fácil ainda. Pesa, para avançar nessa trajetória, desde a ampla gama de questões que se relacionam com produção e sustentabilidade até a dinâmica dos acordos políticos, a relação dos costumes locais com o extrativismo, as dificuldades para instituir o manejo extrativista e a entrada nos nichos de mercados, como tem sido ponderado por

6 Sobre sistemas produtivos sustentáveis, consultar Funatura (2008) e Gleissman (2009); sobre mercados solidários para a agricultura familiar, consultar Maluf (2004) e Wilkinson (2008).

diversos autores, como, por exemplo, John Wilkinson e Renato Maluf. Essas dificuldades, sem dúvida, são mais destacadas pelos agricultores, são mais sentidas e, no correr da segunda década do século XXI, seguramente recebem o maior conjunto de esforços para assegurar a reconversão produtiva. Embora seja tudo parte de um sistema integrado, a entrada nos mercados tem demandado mais atenção que a própria produção, a capacitação de produtores e a consolidação do associativismo de agricultores familiares.

Neste caso, em particular, o agroextrativismo enfrenta grandes dificuldades.

A primeira dificuldade para adotar o extrativismo como sistema de produção e fonte de rendas é o fundamento ético associado à concepção de trabalho e à centralidade deste conceito na dinâmica produtiva da família rural. Os agricultores generalistas são guiados por uma concepção de trabalho que orienta as trocas entre indivíduo, natureza e mercados. Trabalho está associado à ideia de esforço, transformação da natureza e agregação de valor, e representa mais que um componente físico ou estritamente econômico da produção: é um dispêndio que dá sentido às relações de troca, fundamenta as relações das coisas com as pessoas e das pessoas com as coisas, formando a base de direitos para definir o domínio, garantir a produção e a própria condição de pessoa. Nessa, como em outras sociedades camponesas, trabalho é o requisito essencial para garantir o acesso à terra adquirida por posse ou herança (MOURA, 1978; HEREDIA, 1979; MARTINS, 1981), é o trabalho que fundamenta a construção do gênero (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997), e o trabalho é o componente que estrutura as relações entre agricultores, bens, recursos e pessoas (GALIZONI, 2007). O produto deve ser originário do trabalho ou equiparável a trabalho para ser validado como bem.

Por isso, as iniciativas de exploração do agroextrativismo enfrentam duas barreiras culturais. Primeiro porque os frutos dos gerais não foram plantados, e, portanto, **não materializam trabalho humano. Segundo porque há uma identificação histórica entre profissionalização no extrativismo e situação de penúria, pois o agricultor que vive exclusivamente da coleta ao mesmo tempo nega a condição de cultivador e explicita para a coletividade sua incapacidade para produzir seus próprios alimentos. Além disso, por viver de coleta, retira mais bens do fundo comum da natureza, subtraindo para benefício exclusivo uma parcela maior dos recursos**

– mesmo que sejam recursos que produzidos em fluxos, como os frutos nativos – que são considerados dádiva para a coletividade.

Isso parece contraditório com o fato desses agricultores serem consumidores de produtos da coleta. Mas não é. O extrativismo ocupa um espaço destacado na cultura material e alimentar da população dos gerais, que lida *há décadas com derivados do buriti e do pequi, consome frutos como cajuzinho, panã, maracujá nativo, coquinho azedo, murici, araçá, coco-cabeçudo e pinha do mato*, usa dezenas de plantas com finalidades medicinais, como barbatimão, pacari, grão-de-galo, cidreira, picão, alecrim, sucupira, jatobá, favela e sassafrás, entre outras. Todos são regularmente colhidos, consumidos, valorizados. Mas enfrentam grande dificuldade cultural para se transformar em mercadorias porque, embora sejam importantes por garantir segurança e soberania alimentar, há na perspectiva dos agricultores uma grande distância entre o costume alimentar e a transformação desses produtos em bens negociáveis. Produtos da coleta são considerados dádivas da natureza, associados fundamentalmente ao consumo eventual e sazonal; a coleta é identificada com lazer, o extrativismo é associado às atividades de crianças e mulheres em situações de ócio. A dependência de produtos do extrativismo acontece somente em situações de escassez, quando não é possível trabalhar e retirar o sustento da lavoura, nas situações em que há impossibilidade de produção, que às vezes atinge uma família e a torna dependente não do seu próprio trabalho, mas daquilo que a natureza pode prover. Assim, o extrativismo esbarra nesse primeiro filtro ético da agricultura familiar.

O segundo problema do extrativismo está ligado ao processo produtivo. Quando acontece de um fruto nativo conseguir preço no mercado, acaba por mobilizar forças que nada têm a ver com o consumo familiar e que por isso driblam os sistemas costumeiros de controle de consumo dos recursos. Isso ocorre com alguns produtos que têm demanda firme e produção independente dos moradores do rio dos Cochos, como é o caso do pequi. Nos anos em que o fruto escasseia e alcança bons preços, a colheita costuma ser marcada por dois movimentos. De um lado, ocorre a “privatização” de áreas de coleta dos frutos, pois os titulares do domínio das terras onde ficam as árvores passam a estipular formas de partilhar o benefício da colheita. De outro lado, o consumo se torna excessivo, o que leva coletadores a disputar os frutos das melhores cepas, superexplorando as áreas que produzem os frutos mais *carnudos* e de melhor sabor. No limite, as normas costumeiras são insuficientes para organizar a

coleta, e isso conduz ao esgotamento das melhores matrizes, à escassez e à permanência e reprodução nas chapadas das fruteiras de menor valor genético. O mesmo tende a ocorrer com a fava-danta ou favela, um produto que passa por outro tipo de mediação, menos tradicional e mais mercantil, e que também é originária dos gerais. Neste caso, a elevação de preço na época da colheita tem levado comunidades rurais a explorar em excesso a planta e a “fechar” o acesso livre de agricultores *de fora* às áreas comuns, que se tornam comuns em sentidos cada vez mais restritos.

Assim, aqueles produtos que escapam dos filtros culturais às vezes passam para situações que configuram o oposto. Ganham a equivalência em dinheiro que seria necessária para estruturar um mercado para a produção extrativista, mas ao custo do sacrifício das normas costumeiras e da ação cooperativa, desandando no consumo excessivo e/ou na privatização. Isso não é de forma alguma desejável para a organização dos agricultores e para os mediadores empenhados na construção de novos mercados, e sequer para o caráter sustentável que anima os projetos de reconversão produtiva.

Por fim, o terceiro entrave é a entrada de produtos do extrativismo nos mercados. Relações de agricultores familiares tradicionais com mercados costumam ser muito complexas. São relações parciais, descontínuas, marcadas por particularidades culturais que às vezes ultrapassam a dimensão puramente mercantil (GARCIA Jr., 1983; SCHRÖDER, 2004; MALUF, 2004; RIBEIRO; GALIZONI, 2007). As influências de organizações mediadoras, por melhor aparelhadas que sejam, nem sempre conseguem sedimentar redes de negócios que integrem produção, beneficiamento e comercialização. Às vezes, os agricultores fazem grande esforço apenas para garantir a produção e, mesmo assim, continuam tendo dificuldades para alcançar qualidade, redução de custos, economias de escala e consolidação de marcas próprias e viáveis. Noutras vezes, a agregação de valor pelo beneficiamento constrói o diferencial e qualifica o produto; mas o produto só se transformará em mercadoria e dinheiro se entrar no mercado específico que valoriza as qualidades especiais e as características de origem, e neste ponto começa outra história de esforços, sacrifícios e prejuízos.

Assim, apesar dos muitos esforços de organização da produção e da comercialização, os resultados ainda são muito modestos. E isso não decorre da ausência de organização própria ou de agências de mediação – associação, or-

ganizações de apoio, fundos de crédito rotativo, extensão rural, contatos para negócios –, mas principalmente de dificuldades para valorizar culturalmente o produto, normatizar a coleta e transformar o produto em mercadoria regular. Dessa forma, a instituição de produção extrativista sustentável depende de caminhos que vão além da produção e são muito mais longos e tortuosos do que parecem ser a uma primeira vista.

Refletindo sobre os mercados que esses produtores podem acessar no seu esforço de reconversão, é preciso compreender que, mais que específicos, são embrionários. E dependem muito da característica local, não só das características da agricultura familiar, mas também das características próprias da economia do território, das pequenas redes de negócios, da acessibilidade a pontos de venda. A mediação que as organizações de agricultores consegue criar proporciona diferenciais em termos de qualidade, de organização autônoma, de sondagem de mercados, de acessos a financiamentos e de capacitação dos produtores. Mas os mercados para esses produtos, conforme notou Renato Maluf (2004), ainda precisam ser construídos, e estão em construção. Ainda será necessário articular poder público, sociedade civil organizada e agricultura familiar para estabelecer alianças viáveis que garantam a conversão desses produtos do extrativismo em mercadorias.

5 Algumas ponderações sobre o particular e o geral

Evidentemente, a experiência desses agricultores familiares dos gerais é específica. São regime agrário e sistemas produtivos muito peculiares, sua capacidade de auto-organização e de construção de parcerias encontra poucos paralelos no campo, contam com apoio de agências de mediação que não estão presentes em todo o rural brasileiro, e acumularam experiências sólidas de condução de iniciativas de produção sustentável e conservação de recursos. No entanto, sua trajetória de atuação passou por atividades, projetos e iniciativas que abrangem todo o conjunto de técnicas e programas disponíveis nas agências de desenvolvimento rural. O agroextrativismo, a comercialização conjunta, os negócios na proximidade, a capacitação para o beneficiamento, o sistema agroflorestal, a apicultura, entre outros, são alternativas sempre consideradas quando se trata de pensar, na agricultura familiar, a produção junto com a conservação. A população do rio dos Cochos vivenciou na prática esse conjunto de alternativas, que naturalmente foi adequado ao local pelo seu próprio filtro cultural.

É neste sentido que a experiência desses agricultores familiares ganha um sentido geral. No Semiárido brasileiro existiam, segundo estimativa feita no ano 2000, algo em torno de 10.000 rios, córregos e veredas secos ou em fase de secamento (LUZ; DAYRELL, 2000). Pensar na revitalização desses corpos de água, principalmente na porção mais ao sul, a porção mais úmida do Semiárido, ainda é vital para grande parte dessa população rural que é abastecida, limitada e sazonalmente, por poços tubulares, poços artesianos e caminhões-pipa; água corrente é um bem insubstituível para esses agricultores, inclusive para a manutenção da sua autonomia produtiva, econômica e alimentar. E, sempre que se pensa em revitalização, a receita passa necessariamente pela orquestração entre produção e conservação, e isso exige tanto empenho no engajamento da população por meio de ações de sensibilização quanto a construção de iniciativas produtivas de baixo impacto ambiental que venham assegurar a produção num cenário conservacionista.

Desse modo, as experiências vividas pelos lavradores dos gerais mineiros contêm lições que ultrapassam o lugar e abrem um leque de oportunidades para reflexão, que passa por mobilização, formação de lideranças, fortalecimento de organizações locais, educação contextualizada, empoderamento, produção sustentável, mercados justos, marcas, indicação geográfica, qualidade... Acontece que essas experiências sociais têm um custo. Boa parte deste custo não pode ser medido, pois são horas de dedicação comunitária, de labuta e experimentação, de maturação da capacidade de organização, enfim, de investimento social de agricultores familiares. Mas, limitadamente, pode ser estimado em termos de custos de projetos e investimentos, e um levantamento parcial revela que o conjunto de iniciativas do rio dos Cochos custou, ao longo de 10 anos, perto de US\$ 1 milhão. É apenas um rio dos gerais, que atendia 300 famílias rurais, drenava 12 quilômetros e alimentava o São Francisco. Pequeno mas único, como o são todos os rios e córregos.

A expansão dos custos dessa experiência para o conjunto do Semiárido revela o tamanho do investimento necessário para pensar em revitalização. E, quase que diretamente, os custos da revitalização levam a pensar sobre os ganhos modestos que foram obtidos na destruição: alguns milhares de metros cúbicos de carvão vegetal, um frustrado plantio de eucalipto, alguns bois engordados... Mas é preciso esclarecer que 10 anos de investimentos não asseguram a reparação do estrago feito pelas

firmas, nem o retorno pleno das águas; asseguram apenas que a população terá uma sensibilidade mais aguçada para os corpos de água que usa e uma experiência acumulada em buscar nichos de mercado. Este, como diria Fernando Pessoa, é “o ponto onde estamos”: com uma perspectiva de enormes gastos para pensar na conservação de recursos, e sem a perspectiva que estes gastos conduzam a resultados sólidos em prazos medidos em gerações humanas.

Por outro lado, um velho ditado afirma que «Deus mora nos detalhes», e um grande rio é feito pelos pequenos tributários que o alimentam. Assim, talvez seja preciso pensar em encontrar o equilíbrio entre produção e conservação da natureza, e para isso o particular deve se encontrar com o geral.

Qual a alternativa a estes investimentos? Pensando em termos de geração de energia ou de transposição do rio São Francisco, pensando em termos de permanência de populações no meio rural, os custos com programas emergenciais como caminhões-pipas e poços tubulares não seriam igualmente tão grandiosos e com efeitos igualmente minúsculos? E, infelizmente, muito mais abertos à troca de favores e ao varejo político. Enfim, essa experiência revela que é necessário refletir sobre os custos para se ter acesso à água como um direito e um patrimônio dos brasileiros, como um bem comum.

Agradecimentos

As pesquisas que originaram este artigo foram apoiadas pelo CNPq, pela Fapemig e pela Cáritas Diocesana de Januária.

Referências

- BRANDÃO, C. R. Saber de classe e educação popular. In: _____. **O ardil da ordem**. Campinas: Papirus, 1986.
- BURTON, R. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- CARDOSO, V. L. À margem da história do Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COELHO, M. A. T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz & Terra, 2005.
- FUNATURA. Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu; Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista. Brasília: Funatura, 2008.

- GALIZONI, F. M. **A terra construída**. Fortaleza: BNB, 2007.
- GALIZONI, F. M. Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais. 2005. 198f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GOMES, M. A. O; SOUZA, A. V. A; CARVALHO, R. S. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socio-econômicos em empreendimentos agropecuários. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 21, n. 202, jan./fev., 2000.
- HEREDIA, B. M. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LACERDA, C. **O rio São Francisco: desafio e promessa**. Rio de Janeiro: Record, 1964.
- LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LOPES, L. **O vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1955.
- LUZ, C.; DAYRELL, C. **Cerrado e desenvolvimento**. Montes Claros: CAA, 2000.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr. 2004.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NABUCO, M. R.; LEMOS, M. B. **A rota do capital agrícola em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1988.
- POSEY, D. A. Manejo de florestas secundárias. In: RIBEIRO, B. **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Finep, 1987. v. 1. Etnobiologia.
- RIBEIRO, E. M. (Org.). **Histórias dos gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. A arte da catira: negócios e reprodução familiar de sítiantes mineiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, 2007.
- _____. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2007.
- SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SAMPAIO, T. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- SCHRÖDER, M. As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. In: ABRAMOVAY, R. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: AnnaBlume; Fapesp, 2004.
- SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- WILKINSON, J. **Mercado, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: UnB, 1997.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA, UMA CERTIFICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA OS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMIÁRIDO

Geographical indication, a strategic certification for semiarid family farming products

Clovis Guimarães Filho

Médico Veterinário, M.Sc. em Animal Science pela University of Arizona, Tucson, USA. Coordenador de ATER do Projeto Pontal Sequeiro, Plena Consultoria e Projetos Ltda/Codevasf 3ªSR. Rua Major Alcides Padilha, 59, Centro. CEP 56304-090, Petrolina-PE, Brasil. clovisgf@uol.com.br

Pedro Carlos Gama da Silva

Engenheiro Agrônomo, doutor em Economia Aplicada: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), SP. Pesquisador da Embrapa Semiárido, BR 428, Km 152, Zona Rural, Caixa Postal 23, Petrolina-PE, Brasil – CEP 56302-970. pgama@embrapa.br

Resumo: A incorporação de uma identidade territorial e cultural ligada estreitamente ao ambiente geográfico onde são produzidos parece ser o instrumento efetivamente capaz de agregar valor aos produtos da agricultura familiar do semiárido, facilitando a sua inserção no mercado, protegendo o produto, fortalecendo as organizações dos produtores e, sobretudo, valorizando a região pela promoção e preservação da cultura e da identidade locais. Entre os produtos de maior potencial para iniciar um programa de certificação de origem, principalmente “indicações de procedência” (IP), estão as carnes de cabritos e cordeiros, os queijos de leite de vaca e de cabra e o mel de abelhas, além dos produtos vegetais, como os derivados do caju e do umbu. O trabalho mostra a situação atual desses produtos animais com relação ao esforço de qualificá-la e detalha uma proposta preliminar para uma certificação IP de caprinos.

Palavras-chave: certificação, procedência, valorização, caprinos, INPI, mercado.

Abstract: The establishment of a territorial and cultural identity closely linked to the geographical environment where are produced is the appropriate market-insertion strategy to protect and to add value to semiarid farming products, at the same time strengthening farmers organization and promoting and preserving local culture and identity. Among products with highest potential to implement an origin certification program, mainly “Protected Geographical Indication” (PGI), are kid and lamb meats, cow and doe milk cheeses, bees honey, as well as vegetable products like those derived from cashew nuts and “umbu” fruits. This paper shows their current situation concerning efforts to improve quality and describes a preliminary proposal for a goat PGI certification.

Keywords: origin, added-value, goats, INPI, market.

1 Introdução

Estudos sobre o processo de reestruturação do espaço rural do Semiárido têm revelado a perda progressiva da capacidade de geração de renda das atividades agrícolas tradicionais para os grupos sociais que delas dependem, mas, também, indicam o surgimento de novas oportunidades econômicas no meio rural, sejam elas agrícolas ou não. A valorização dos produtos de origem animal e vegetal do Semiárido por meio da fixação de um padrão diferenciado de qualidade e de sua certificação é, no contexto atual da atividade agropecuária na região, a grande, senão única, alternativa estratégica capaz de assegurar a plena expressão do potencial dessas atividades nesse espaço e, ao mesmo tem-

po, de preservar os recursos da caatinga e promover o bem estar das populações que nela vivem e dela dependem. A abordagem principal é, portanto, a valorização do espaço geográfico e se alinha as novas convenções do setor de alimentos em âmbito mundial nas quais a qualidade destes também passa a ser vista como inerente à natureza e ao local de produção.

A afirmação pode ser feita para os produtos caprinos e ovinos, os de maior potencial imediato para certificação, bem como para outros produtos típicos da região como os produtos apícolas, suínícolas e avícolas, bem como para os produtos de origem vegetal, como os feijões, os derivados do caju e as frutas nativas, entre outros. A diferencia-

ção dos produtos se dá a partir da incorporação aos mesmos de uma identidade territorial e cultural ligada estreitamente ao ambiente geográfico onde são produzidos. Trata-se, portanto, de uma dimensão de qualidade que resgata o caráter natural dos alimentos e permite vislumbrar novas oportunidades econômicas relacionadas a diversidade dos recursos naturais da região semiárida brasileira, com potencial de atração de investimento de pequeno porte e de largo alcance social.

2 O conceito de indicação geográfica

A certificação de indicação geográfica é obtida mediante registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI (INPI, 2011), podendo o produto ser certificado como Denominação de Origem (DO) ou como Indicação de Procedência (IP), ambas certificações similares às existentes em vários países, sobretudo na Europa. Podem ser certificados com o selo DO todos os produtos cuja autenticidade e tipicidades se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos aí fatores naturais (solo, clima) e/ou humanos (tradição, cultura). É necessário que haja uma clara ligação estabelecida entre o produto, o território e o talento do homem (o “saber-fazer”). O selo IP certifica um produto de uma região que se tenha notabilizado como centro de produção de um determinado produto

A escolha deve ser definida mediante uma análise criteriosa da natureza do produto e de vários outros fatores. Ambas as certificações contemplam uma abordagem territorial, porém para a IP as exigências com relação à vinculação do produto com os fatores naturais e humanos são bem menores, acarretando a vantagem de se acelerar e simplificar o processo de concessão do selo. Tanto a DO como a IP constituem um poderoso instrumento de organização profissional do produtor rural, não sendo possível a utilização da sua marca por produtores de outras regiões.

Entre os maiores benefícios da certificação de indicação geográfica está a melhoria acentuada do produto e o uso racional dos recursos naturais, estabelecendo sua diferenciação em relação a produtos similares. Além disso, a certificação agrega valor ao mesmo, facilita a inserção do produtor no mercado, protege o produto, fortalece as organizações dos produtores e, sobretudo, valoriza a região pela promoção e preservação da cultura e da identidade locais.

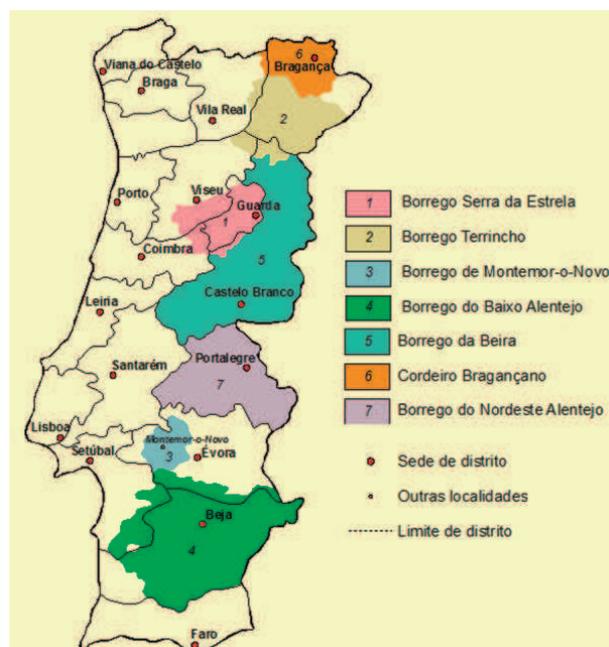
Por referir-se também aos aspectos culturais de produção, que incluem a obediência a padrões tradicionais e a características únicas de uma determinada região, a indicação geográfica se presta a

angariar a confiança do público e oferecer opções às suas preferências individuais, contemplando, em sua essência, ideias como *know-how*, qualidade, extração controlada, além de outros fatores predominantemente subjetivos, tais como tradição, charme, sofisticação e simpatia pessoal por uma determinada região ou país (Barros e Souza Advogados, 2004).

3 As certificações de indicação geográfica no mundo e no Brasil

Dentre as DOs e IPs europeus mais conhecidas no mundo podem ser citadas o “Champagne” e os vinhos “Bordeaux”, para vinhos das regiões francesas dos mesmos nomes, os vinhos “Madeira” da Ilha da Madeira, os queijos franceses “Camembert” (leite de vaca) e “Roquefort” (leite de ovelha) e os presuntos crus “de Parma” e “Pata Negra”, espanhol. Em termos de América Latina estão os mais conhecidos “Café da Colômbia”, “Tequila” do México, “Pisco” do Peru e o “Cordero Patagônico” argentino, sem esquecer os tradicionais charutos cubanos.

Figura 1 - Zoneamento de denominações específicas de ovinos em Portugal.



Fonte: Teixeira (2003)

Na Europa, os produtos caprinos e ovinos com certificação de origem são inúmeros. Os exemplos mais conhecidos são o borrego e o queijo “Serra da Estrela”, em Portugal, o os cordeiros “Ternasco de Aragon” e “Manchego”, na Espanha, os queijos “roquefort”, de leite de ovelha, e “chabichou de Poitou”, de leite de cabra, na França, e os queijos Feta, de leite de ovelha, na Grécia. O mapa apresentado a seguir (Figura 1) mostra o zo-

neamento de Portugal em regiões produtoras das diversas denominações de “borregos” existentes no país. Há um similar somente para “cabritos”.

Figura 2 - Queijo de coalho de leite de vaca



Fonte: www.estreladorion.blogspot.com

No Brasil a certificação de produtos animais é relativamente recente e tem crescido muito lentamente. Não há produtos animais certificados como Denominação de Origem. A Indicação de Procedência foi a opção escolhida por outros produtos nacionais de base animal que já detêm certificação de indicação geográfica: o gado do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (RS), as peles do Vale dos Sinos (RS), os camarões de Costa Figura 3 - Queijo de leite de cabra



Fonte: Arquivo pessoal de Clovis Guimarães.

Negra (CE) e, mais recentemente, a própolis vermelha dos manguezais (AL), os calçados de Franca e os queijos do Serro e da Canastra (MG). Iniciativas em busca dessa certificação para produtos animais no Nordeste são ainda muito poucas, destacando-se a do queijo de coalho do Agreste Meridional (PE).

4 Os produtos animais potencialmente certificáveis no semiárido

4.1 O acervo geral de produtos

Somente a diferenciação dará condições de competitividade aos nossos produtos caprinos e ovinos ou de qualquer outro tipo. A criação de uma ou mais marcas de “cabrito”, de “cordeiro” ou de “queijo de cabra da caatinga”, com certificação de Indicação de Procedência (IP) ou de Denominação de Origem (DO), se fundamentaria nas relações do animal com o bioma, via um sistema produtivo utilizador de um mínimo de insumos externos e maximizador de tipicidades locais/regionais disseminados pelos distintos espaços da região. No contexto do Semiárido, contudo, as dificuldades para concretizar os processos de certificação são muitas, destacando-se entre elas:

- Débil nível de organização dos produtores;
- Sistemas de exploração ainda a um nível muito rudimentar;
- Assistência técnica ainda numericamente limitada e de baixa qualificação no tema;
- Sistema de pesquisa para áreas de sequeiro sem foco em certificação de qualidade;
- Carência de competências técnicas no tema;
- Programas públicos de apoio ao desenvolvimento de indicações geográficas ainda ausentes ou muito tímidos.

Entre os produtos de origem animal, típicos do semiárido brasileiro, potencialmente elegíveis para um processo de avaliação, melhoria da qualidade e posterior certificação podemos citar a “carne de sol de Picuí” e o “queijo de manteiga”, também conhecido como “requeijão do sertão”, ambos do Seridó paraibano e norte-rio-grandense, estes já com ações iniciais visando certificação junto ao INPI, o “cordeiro de Tauá-CE”, o “cabrito de Uauá-BA”, o “cabrito do Sertão pernambucano do São Francisco”, o “queijo de leite de cabra do Cariri”, o “queijo de coalho de Bodocó-PE”, o “mel de abelhas do Araripe-PE”, a “galinha caipira do semiárido piauiense” e o “doce de leite de Afrânio-PE”, entre outros (vide Quadro 1). A “manta do bode dos sertões pernambucano e baiano do São Francisco”, cujas possibilidades para certificação como DO foram levantadas desde 2002 por pesquisadores da Embrapa Semiárido, já foi objeto de estudo inicial pelo Instituto Nacional do Semiárido (INSA), em parceria com aquela unidade da Embrapa.

As Figuras 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 ilustram alguns produtos de origem animal do Semiárido com potencial para certificação IG.

Figura 4 – Mel de abelhas do semiárido piauiense



Foto: Casa Apis.

Quadro 1 – Produtos de origem animal do semiárido com potencial para ação inicial visando futura certificação IG

Produtos	Município/Região/Estado	Situação atual
"Carne de sol" bovina e queijo de manteiga de leite bovino	Picuí (PB), Seridó (RN)	(1)
Queijos de coalho e de manteiga, manteiga de garrafa e doces de leite, entre outros laticínios de origem bovina	Agreste Meridional (PE), Bodocó (PE), Afrânio (PE), bacia leiteira de Alagoas, Seridó (RN), Jaguaribe (CE)	(2)
Queijos e outros derivados do leite de cabra	Cariri (PB), Cabugi (RN), Valente (BA)	(3)
Cabritos	Sertão do São Francisco (PE), Sertão do São Francisco (BA), São Raimundo Nonato (PI), Sertões do Pajeú e do Moxotó (PE), Cariri (PB)	(3)
Cordeiros	Sertão do São Francisco (BA), Dormentes (PE), Sertão dos Inhamuns e do Crateús (CE)	(3)
Mel e outros produtos apícolas	Serra da Capivara (PI), Picos (PI), Tucano (BA), Chapada do Araripe (PE)	(3)
Mel de meliponídeas	Semiárido piauiense (vales do Guaribas e do Canindé) e Sertão do Araripe (PE/CE)	(3)

Nota: (1) articulações iniciadas junto ao INPI;
 (2) processo de certificação em andamento no INPI;
 (3) nenhuma ação iniciada

Figura 5 – Carne-de-sol do Seridó



Foto: www.meucantinhodereceitasdeliciosas.blogspot.com

Figura 6 – Queijo de manteiga do Seridó.



Foto: blog Brasil Imperdível.

Figura 7 – Manteiga de garrafa.



Foto: Dipity.com

Figura 8 – Queijos de leite de cabra do Sertão do São Francisco

Foto: Ascoper.

Figura 9 – Manta do bode de Uauá.

Foto: Embrapa Semiárido

Figura 10 – Meliponário de mandaçaia

Foto: Clovis Guimarães

Muitos outros produtos, não incluídos no Quadro 1, também apresentam potencial, mas precisam ainda de um levantamento e caracterização mais precisa, como alguns queijos de leite de vaca, como o “requeijão Cardoso” da região de Remanso, o mel de meliponídeas, as galinhas caipiras e as próprias peles de caprinos e ovinos, entre outros. Na realidade, esses produtos constituem apenas uma lista preliminar de indicações de potencialidades, não incluídas na mesma os produtos dos estados de Sergipe e de Alagoas. Existem dezenas de outros produtos, animais e vegetais, disseminados pelo Semiárido, que precisam ser identificados, avaliados e, os mais promissores, adicionados à lista de prioridades. Este seria o primeiro trabalho a ser feito. A etapa seguinte compreenderia transformar cada um deles em alvo de um estudo mais amplo e direcionado para o conhecimento das suas condições atuais de exploração (em seus aspectos tanto bioeconômicos como socioculturais), delimitação das zonas de produção mais importantes, bem como estudar suas especificidades no que tange a qualidades organolépticas, nutritivas, etc.

4.2 Uma das primeiras opções: o cabrito

Uma proposta para produção e certificação para cabritos com IP foi elaborada e apresentada ao Sebrae-BA, à Secretaria de Agricultura deste estado e ao MAPA ainda no início de 2008, até agora sem retorno, em termos de iniciativas. O “cabrito de Uauá” é uma das propostas mais viáveis, inclusive para uma denominação de origem. A ideia inicial é de trabalhar mais com o caprino que com o ovino, em função da maior facilidade de associação desta espécie com o bioma caatinga, responsável maior pelas suas especificidades (Guimarães Filho, 2005). Outro fator favorável ao caprino diz respeito às maiores limitações de competitividade do ovino face à forte concorrência que se delinea com o crescimento exponencial da atividade, especialmente no Centro-Oeste e Sudeste.

A região de Uauá, na Bahia, já ganhou notoriedade nacional como a “capital do bode”, o que deve ajudar muito no processo de obtenção do selo de Indicação de Procedência. A proposta do “cabrito de Uauá” prevê um processo de produção em bases agroecológicas, incluindo entre suas qualidades mercadológicas: (1) uso mínimo de agroquímicos e rigoroso controle higiênico-sanitário na produção, processamento e distribuição; (2) baixos teores de gordura, colesterol e calorias, em relação aos demais tipos de carne; (3) sabor característico associado ao pasto natural (“sabor da caatinga”), maciez e suculência; (4) forte identidade com os fatores naturais (solo, clima, vegetação, grupos

referência, devendo ser adaptado às circunstâncias de cada unidade e de cada produtor. Não é flexível, contudo, no que concerne à exigência de processos agroecológicos de cultivo e criação. Nesse sentido, o sistema procura contemplar as principais práticas de convivência com a seca e de preservação ambiental recomendadas pelas instituições de pesquisa, para zonas semiáridas, sistematizadas no uso preferencial de recursos autóctones, de pastos cultivados tolerantes a seca, de métodos racionais de uso da vegetação nativa, de arborização dos pastos cultivados, de suplementação alimentar nos períodos secos com bancos de proteína/energia, de estabelecimento de reservas estratégicas alimentares para períodos de estiagem prolongada, de uso mínimo de insumos externos e de interação com agricultura, extrativismo e outros subsistemas da propriedade. O modelo certificado “Gado do Pampa Gaúcho” segue, de alguma forma, muitas dessas premissas, mesmo elegendo raças exóticas (Hereford e Angus) como as únicas aceitas pelo seu Regulamento Técnico. A sua base alimentar é constituída de pastagens nativas e nativas melhoradas e pastagens cultivadas de inverno em regime extensivo, não sendo permitido o uso de pastagens de verão. Os animais devem permanecer livres todo o ano, não sendo permitida a suplementação alimentar com grãos no último ano, antes do abate do animal.

A utilização da vegetação da caatinga e o aproveitamento mesmo que parcial de raças nativas são premissas básicas no processo produtivo do “cabrito de Uauá”. Mesmo que esses fatores limitem um pouco a capacidade de um abate em idade mais precoce, isto não constitui problema maior, já que essa aparente desvantagem poderia ser neutralizada pela produção de carcaças mais leves ou largamente compensada, tanto por custos unitários de produção menores, quanto pelo maior valor agregado ao produto pelas suas especificidades mercadológicas. Carcaças mais leves têm também larga aceitação no mercado brasileiro. No exterior, um dos mais famosos cordeiros da Espanha, o “cordero Manchego”, com denominação de origem, é abatido aos 90 dias, com peso vivo de 22 a 28 kg e carcaça de 10 a 14 kg. Em outras palavras, o produtor do “cabrito de Uauá” não teria maiores preocupações com comparações de ganhos-de-peso ou idade ao abate em relação às raças exóticas especializadas. A qualidade do produto teria uma maior relevância.

Como importante instrumento do sistema de gestão de qualidade, a rastreabilidade seria priorizada no processo de produção do “cabrito de Uauá”. O objetivo é que todos os produtos dentro de um supermercado, de um açougue ou de um restau-

rante sejam conhecidos e controlados, bem como todas as unidades produtoras e transformadoras que enviam esses produtos. Os procedimentos procurarão, inicialmente, se basear naqueles estabelecidos pelo MAPA, consideradas as naturais adaptações à espécie caprina e às nossas condições de produção. O sistema identificará animais, carcaças e cortes em suas embalagens e configurações de transporte e estocagem, em todas as etapas de produção e suprimento. Por sua complexidade e por implicar significativos custos adicionais, o sistema de rastreamento deverá ter uma implantação gradativa (período de carência mínimo de 36 meses), visando sua consolidação em uma etapa posterior do empreendimento.

5 O processo de certificação, uma agenda de trabalho

O reconhecimento de uma indicação geográfica ao INPI (INPI, 2000) pode ser requerido por um sindicato, associação, instituto ou qualquer outra pessoa jurídica de representatividade coletiva, com legítimo interesse e estabelecida no respectivo território. O prazo para todos os trâmites do processo é normalmente de até 60 dias. A certificação de IP ou de DO credencia a organização requerente como responsável pelo monitoramento regular da qualidade do produto e pelo atendimento às exigências de certificação. Para isso, a associação tem que estar formalmente constituída e possuir um sistema de controle interno, um Conselho Regulador. A este colegiado caberá a elaboração e implementação de um regulamento técnico, uma espécie de “manual de obrigações” a serem cumpridas pelos produtores. No pedido de registro de uma IP constam elementos específicos que devem ser apresentados. São eles:

- Elementos que comprovem ter o nome geográfico se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto de prestação de serviço;
- Elementos que comprovem a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso exclusivo da indicação de procedência, bem como sobre o produto ou a prestação do serviço distinguido com a indicação de procedência;
- Elementos que comprovem estar os produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção ou de prestação de serviço.

O Quadro 2, em seguida, lista os principais pontos a serem considerados nesse regulamento técnico. Antes, porém, é necessário que sejam identificadas e definidas as especificidades do produto a ser certificado, vinculando-as a uma ou mais características próprias daquele espaço e se delimite a sua zona de produção. O meio geográfico marca e personaliza o produto pelo que a delimitação da zona produtora torna-se pré-requisito indispensável.

Quadro 2 - Artigos que devem constar no Regulamento Técnico para os produtos caprinos ou ovinos a certificar

1. Histórico do produto
2. Clima
3. Flora
4. Delimitação da área de produção
5. Raças autorizadas
6. Alimentação autorizada
7. Rastreabilidade
8. Carência de permanência dos animais na região
9. Características dos animais
10. Obtenção de matéria prima
11. Transporte dos animais
12. Chegada ao abatedouro
13. Auditoria dos animais da IG
14. Abate dos animais
15. Avaliação dos requisitos técnicos da IG
16. Etiquetagem das carcaças
17. Desossa e maturação da carne
18. Características do produto
19. Etiquetagem dos cortes
20. Normas de rotulagem
21. Conselho Regulador
22. Registros
23. Controles de produção
24. Direitos e obrigações
25. Infrações
26. Penalidades para infrações
27. Princípios da IP/DO

Fonte: adaptado do Gado do Pampa Gaúcho.

Para a implementação de um programa regional voltado para certificação de seus produtos, as etapas de implantação poderiam compreender:

- Formação de competências regionais em organização e implementação de processos de IG;

- Identificação, zoneamento e seleção dos produtos de maior potencial para serem trabalhados e submetidos à certificação;
- Fortalecimento do nível organizacional dos produtores (associações, cooperativas, etc.) e formação de conselhos reguladores e grupos gestores e formatação de arranjos organizacionais que permitam a incorporação de novos atores;
- Estruturação de redes locais de apoio técnico e gerencial (capacitações e assistência técnica qualificada);
- Estabelecimento de programa de financiamento direcionado para estruturar a produção, beneficiamento e comercialização dos produtos;
- Pesquisas e ações de apoio à regulamentação técnica do produto a certificar (especificidades técnicas e mercadológicas, padronização da qualidade, definição de DO ou IP, delimitação e caracterização geográfica, sistemas de produção e beneficiamento, rastreabilidade, rotulagem, controle da produção, etc.).

A estratégia de lançamento de cada produto no mercado se baseará, ainda, em um plano de marketing a ser desenvolvido pela associação/cooperativa, com o apoio do Sebrae, o qual procurará criar, desenvolver e fixar a imagem dessa linha de produtos junto aos consumidores. Esse plano deve começar com a escolha da marca, definindo-se por uma que se identifique com o produto e se adeque às embalagens, equipamentos de exposição e peças publicitárias a serem criadas.

6 Considerações finais

A certificação de produtos de origem animal abre novas perspectivas para recomposição das atividades agropecuárias e pode se traduzir em oportunidades de ocupação e geração de renda para agricultura familiar de várias localidades econômica e socialmente deprimidas do Semiárido brasileiro. É necessário, contudo, que políticas públicas sejam implementadas no sentido de buscar consolidar o reconhecimento local e regional de produtos regionais como os acima sugeridos, iniciando a caminhada para sua valoração e um posterior reconhecimento nacional.

Uma ação inicial por parte da pesquisa seria essencial para fundamentar um processo de identi-

ficação e espacialização das potenciais marcas de cabritos, borregos, queijos, méis e outros produtos, baseados em elementos de identidade coletiva e ativos e fatores diferenciais que, segundo Flores (2003), permitiriam desenvolver novos negócios relacionados com agregação de valor, aproveitando as tipicidades e os patrimônios culturais e sociais específicos, tão abundantes no semiárido nordestino. Por outro lado, outros importantes benefícios adviriam nos aspectos de melhoria da renda das comunidades locais (70% dos estabelecimentos rurais contam com uma renda mensal estimada em 0,6 salário mínimo) e de preservação da caatinga (degradação continua a um ritmo anual estimado em 270 mil hectares, comprometendo já mais de 45% da área total da caatinga).

É bastante procedente o alerta de Altmann (2006) de que a simples aplicação de um selo de garantia de qualidade por si só não assegura a colocação dos produtos no mercado em condições vantajosas. O produto e seu sistema têm que ser plenamente conhecidos e respeitados por produtores, processadores e distribuidores e, sobretudo, reconhecido pelos consumidores, o que exige, também, concomitantes investimentos em marketing.

Concebidos e operados dessa maneira, tais empreendimentos permitiriam a obtenção de resultados efetivamente impactantes na melhoria dos processos de utilização dos recursos de solo, água, planta e animal do bioma caatinga e de gestão do espaço rural como um todo, na maior valorização da cultura e do saber-fazer locais e no melhor ordenamento e equilíbrio no processo de integração econômica e social entre as distintas condições agroecológicas e socioeconômicas existentes nessa região.

Referências

ALTMANN, Rubens. Certificação de qualidade e origem e desenvolvimento rural. In: LAGES, Vinicius; LAGARES, Lea; BRAGA, Christiano Lima. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade**: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília, DF: SEBRAE, 2005. p.133-140.

BARROS E SOUZAADVOGADOS. **Panorama interno e externo da proteção às indicações geográficas**. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.barrosesouza.com.br>>. Acesso em: 04 jan. 2001.

FLORES, Murilo Xavier. **Projeto de fortalecimento das capacidades competitivas dos pequenos produtores rurais**: desenvolvimento territorial e estratégias inovadoras. Brasília, DF: EMBRAPA; CONTAG; Fundação Lyndolpho Silva; SEBRAE; BID, 2003. 46 p. (Documento de trabalho não publicado).

GUIMARÃES FILHO, Clovis. Uma estratégia de inserção no mercado para a caprino e a ovinocultura de base familiar do Semi-Árido. In: SEMINÁRIO NORDESTINO DE PECUÁRIA-PECNORDESTE, 9. 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: FAEC/CNA/SENAR/SEBRAE, 2005. CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Guia básico**: indicação geográfica. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

_____. **Resolução INPI 075**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

OSÓRIO, José Carlos da Silveira et al. Programa Cordeiro Herval Premium. In: SIMPOSIO MINEIRO DE OVINOcultura, 4., 2005, Lavras. **Anais...** Lavras: UFLA, 2005. CD-ROM.

SLOW FOOD BRASIL. **Fortalezas no Brasil**, 2011. Disponível em: <<http://www.slowfoodbrasil.com/>>. Acesso em: 04 jan. 2001.

SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Territórios de identidade**. 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2012.

TEIXEIRA, Alfredo Jorge Costa Teixeira. Produção e comercialização integrada de produtos caprinos e ovinos com denominação de origem: uma experiência de Portugal. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL SOBRE CAPRINOS E OVINOS DE CORTE, 4., 2009. João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: EMEPA, 2009. CD-ROM.

GÊNESE E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS NA REALIDADE BRASILEIRA E AS PARTICULARIDADES DO SEMIÁRIDO

Genesis and Evolution of Family Farm: Challenges in Brazilian Reality and Specifics in its Semi-Arid

Amílcar Baiardi

DSc em Economia, Universidade Católica do Salvador - UFBA, Salvador-BA. E-mail: amilcarbairdi@uol.com.br

Resumo: o artigo analisa a origem, a natureza e as características da Agricultura Familiar, focando seu desenvolvimento desde a pré-história até a contemporaneidade e reflete sobre seu surgimento e atualidade no Brasil. Visa também apontar problemas atuais relacionados às dificuldades para a agricultura familiar se constituir um ordenamento produtivo estável, economicamente viável e ambientalmente sustentável. O método utilizado consistiu em consulta a textos de história das ciências agrárias, de história econômica, bem como a publicações de vários autores sobre o tema realidade agrária e agrícola do Brasil e dinâmica da agricultura brasileira. Conclui apontando possibilidades de sucessos e insucessos da agricultura familiar na atualidade, no Brasil e no bioma Semiárido.

Palavras-chave: história da agricultura, agricultura familiar, agricultura familiar no Brasil.

Abstract: this paper analyzes the origin, the nature and characteristics of Family Farming, focusing on its development from prehistoric to contemporary times. It also reflects on its birth in Brazil until nowadays. It points out current problems related to family farming difficulties in order to constitute a stable, economically feasible and environmentally sustainable production system. The method adopted consisted in bibliographic research on texts concerned to agricultural science history, economic history and publications from various authors on agrarian and agriculture reality in Brazil and dynamics of Brazilian agriculture. Finally, the text draws conclusions pointing out possibilities of successes and failures of family farming today, in Brazil and in the semi-arid biome.

Keywords: history of agriculture, family farming, family farming in Brazil.

1 Introdução

A agricultura familiar não é a primeira e nem a única modalidade de organização produtiva na história da humanidade. Ao tratá-la há que se ir aos clássicos, buscar suas raízes, examinar a teoria das transformações históricas e da diferenciação geográfica dos sistemas agrários e, à luz de inúmeras conceituações e debates, formular as seguintes perguntas: A agricultura familiar sobreviverá a qualquer sistema econômico? Estará a estrutura produtiva agrícola se concentrando e o campo se esvaziando enquanto tendência irreversível no Brasil e no mundo? Como conceituar contemporaneamente a agricultura familiar onde quer que ela ocorra? Que tipos ou estilos são mais comuns no Brasil e no Nordeste?

Partindo da primeira revolução agrícola, acontecimento do estágio neolítico, procurar-se-á examinar a origem da agricultura familiar, como consequência das mudanças técnicas e organizacionais que tiveram lugar há cerca de 10 mil anos. Neste percurso, o que se constata é que, malgrado marchas e contra marchas no sentido da concen-

tração da área produtiva e da produção, a agricultura familiar sempre esteve presente na história da agricultura. Nem as concentrações impostas por razões políticas e ideológicas, como as coletivizações forçadas na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS) nos anos trinta da primeira metade do século passado e no Camboja mais recentemente, nem mesmo os condicionamentos impostos pelos paradigmas de produção agrícola, concebidos após a revolução industrial e dos quais surge a monocultura, a plantation e a produção em larga escala, determinaram o fim da agricultura familiar.

Obviamente que a agricultura familiar mudou. Atualmente ela é menos funcional à família e à comunidade local, integra-se em cadeias agroindustriais, submete-se a monitoramentos visando a padrões de qualidade ensejados pelo consumismo moderno e incorpora outras mudanças. Nestas transformações, abrigou outras atividades rurais e não agrícolas. Contudo, teimosamente tem mantido seu caráter, sua natureza, não obstante a diversidade de formas e de estilo. Sua capacidade de sobreviver, de existir economicamente, só encontra

explicação em determinantes atávicos, relacionados à sobrevivência da família e da comunidade. Há também componentes de simbolismo. Grande parte dos residentes em cidades de portes pequeno e médio na Europa, e também no Brasil, valorizam a propriedade ou a posse de um pequeno estabelecimento rural para se abastecerem de frutas, hortaliças, ovos e eventualmente produzir derivados como vinhos, queijos, compotas e embutidos.

Como explicar isto? Como explicar que o produtor familiar, pequeno, médio ou grande, de tempo pleno ou parcial, encontre prazer em desenvolver atividades manuais nos estabelecimentos durante feriados, mesmo que isto não tenha nenhum significado econômico? Há algo na relação homem-terra-natureza que requer permanentemente atualizações e reflexões em termos de investigação. Uma hipótese é que produtor familiar, mas em certos casos também o patronal, com grau menor, tenha uma relação lúdica com a terra.

Isto é tão verdade que mesmo diante de grandes vicissitudes como a falta de chuvas no Nordeste, o produtor familiar resiste a encerrar a atividade e migrar para a cidade. Estas percepções e evidências explicam porque a agricultura familiar se mantém além de razões econômicas e sociais. Por este motivo, deve-se relativizar cenários que sugerem estar em curso um amplo processo de modernização do latifúndio e de diferenciação camponesa no sentido leninista¹, o qual, no limite, faria desaparecer ou perder relevância o estabelecimento familiar de produção. Esta tese é tão irreal quanto crer que a produção patronal não sobreviverá porque a renda da terra e a taxa de lucro seriam destruídas na agricultura empresarial capitalista. Há razões fortes para supor que na realidade brasileira tanto o estabelecimento patronal como o familiar têm espaço, passando por adaptações e metamorfoses (BAIARDI, 1987, 1999).

2 Gênese e desenvolvimento da agricultura familiar

Evidências pré-históricas demonstradas com base na cultura material sugerem que a organização familiar da agricultura emerge quando os sistemas coletivos presentes no Neolítico começaram a perder força por conta das mudanças nas estruturas sociais e nas aglomerações urbanas. Durante a primeira revolução agrícola - que tirou o

Homo sapiens da condição de nômade em que se encontrava por cerca de 200 mil anos e o fixou no território – predominou, por muito tempo, um ordenamento coletivo da agricultura, baseado na posse comunal da terra. Segundo Moseley e Wallerstein (1978), é possível, com base em uma visão evolucionista no âmbito da sociologia pré-capitalista, falar de dois modos de produção que surgiram com as primeiras organizações humanas: o modo caçador e coletor, mais cooperativo, igualitário com compartilhamento e reciprocidade e o modo agricultor, com divisão de trabalho, apropriação da terra, hierarquia etc.

Consoante ao entendimento de Mazoyer e Roudart (2010), no âmbito do que seria o modo de produção agricultor, não é simples precisar como as organizações sociais respondiam às necessidades de produzir, distribuir, reservar para sementes e armazenar os alimentos. Essas organizações entendiam o imperativo de criar mecanismos que favorecessem a sobrevivência e a coesão social com vistas a garantir a sustentabilidade dos sistemas agrários de cultivo e pastoreio. Para os autores, os sistemas agrários pluviais, hidráulicos, localizados nas várzeas dos grandes rios, requeriam mais ação coletiva que os sistemas de desmatamento, queima e cultivo, que acontecia distante das margens dos rios, em terra firme. Concordando com a argumentação dos quatro autores referidos, é possível admitir que a apropriação da terra comunal para fins de constituir uma organização agrícola diferente da organização coletiva, que viriam a ser mais à frente a agricultura patriarcal ou familiar, se dá, precipuamente, nos sistemas de terra firme, afastados das várzeas inundáveis, onde se procedia o cultivo com irrigação de vazante.

Com a complexidade da vida social nos aglomerados populacionais - surgidos após a fixação dos nossos antepassados no território e sua concomitante transformação parcial de coletores e caçadores em agricultores – tem início a urbanização na forma de vilas e posteriormente cidades, muitas delas Cidade-Estado, com autonomia política. Esta trajetória de evolução dos ordenamentos políticos, junto com o advento da Idade do Metal, faz com que a propriedade comunal deixe de ser a organização produtiva hegemônica. A corroborar com este processo de desaparecimento do ordenamento coletivo da agricultura e surgimento das formas familiar e patriarcal, estão as primeiras guerras de conquista que determinaram o aparecimento de um destacamento militar que viria, mais tarde, ser a nobreza. Este grupo social passa a reivindicar para si parte das terras comunais e impõe o trabalho compulsório aos vencidos, fazendo nascer a escravidão.

1 Lenin (1973) sugeria que no sistema capitalista o progresso técnico e o mercado conduziriam a forma de produção camponesa à extinção, pela diferenciação que levaria algumas unidades a se tornarem empresas capitalistas e outras a desaparecerem, por incapacidade de concorrer e de se concentrar.

Tem-se aí a gênese da organização patriarcal que se tornou predominante, que se baseava no trabalho escravo, mas que consentia existir no território formas alternativas que seriam a agricultura baseada no trabalho familiar e organização comunal, não necessariamente igual à que ocorreu no Neolítico. Contudo, esta trajetória não se deu de modo homogêneo e nem concomitantemente nos vários territórios nos quais já prosperava a agricultura e a pastorícia, que levaram ao nascimento das civilizações antigas.

Segundo Weber (2007), antes do advento da idade dos metais e mesmo após ela, na Europa Central, Nórdica e Oriental, a apropriação da terra se dava por estirpe ou por comunidade e elas estabeleciam uma funcionalidade com a vila, aglomerado de residências, dispondo-se as áreas destinadas à agropecuária concentricamente, em faixas circulares, sendo a primeira destinada às hortaliças, a segunda aos cereais e a última à pastorícia. Este modelo, tipicamente germânico, nórdico e eslavo, retardou o aparecimento da propriedade senhoril, que nestas regiões surgia por diferenciação de dignidade, como os chefes das estirpes se transformando em nobres e justificando o direito de apropriação das terras comunais em decorrência do papel que desempenhavam nas ações de guerras. De posse de este poder, muitas vezes usurpado de conselhos comunais, estabeleciam deveres de produção para o conjunto da estirpe ou comunidade e aos agricultores que não integrassem as milícias ou corpos de exército. O próprio Weber (1988) chama atenção para as variações e não sincronias existentes entre o que se passava na Europa Central, Nórdica e Oriental e o que ocorria nas civilizações do norte da África e no Mediterrâneo, que foram pioneiras no uso do metal para fabricação de armas e de instrumentos de trabalho. Para o autor, o pioneirismo no uso de artefatos de maior letalidade, as armas, e de instrumentos de trabalho com maior eficiência por parte da população disposta nos territórios do que hoje se denomina Bacia do Mediterrâneo, fez com que a agricultura de ordenamento comunal cedesse espaço a novas formas baseadas na apropriação da terra, mas que, necessariamente, ela não desaparecesse.

No Mediterrâneo, mais precisamente na Grécia, as terras, na sua totalidade eram, públicas, pertenciam às comunidades, quando do início da Cidade-Estado grega. Eram as comunidades que, no exercício da mais plena autonomia, deliberavam entregar a cidadãos chefes de famílias numerosas, parte das áreas de terra agricultável, para que eles produzissem e vendessem nas cidades. A outra parte de terras não alocadas a essa categoria de

chefes de famílias numerosas, eram lavradas pelo governo e por grupos de cidadãos que demonstrassem alguma capacidade empreendedora. A peculiaridade do caso grego é que, mesmo públicas, as terras tinham um uso privado, variando os estabelecimentos em termos de áreas agricultáveis, seja pelo tamanho das famílias, às mais numerosas cabia uma área maior, ou seja, pela capacidade de cultivá-las, expressa em disponibilidade de meios para pagar jornadas de trabalho ou adquirir escravos. O segundo critério já denotava uma associação da atividade agrícola com forma de poder econômico, provavelmente derivado do comércio, e poder político, obtido via exercício de funções de relevo no governo da Cidade-Estado. Surgia, assim, o estabelecimento agrícola patriarcal que utilizava mão de obra escrava, resultante de guerras ou comercializada, mas que também pagava jornadas de trabalhadores livres e detinha recursos para adquirir os insumos agrícolas, sementes, mudas e adubos orgânicos (CHEVITARESE, 2000).

A Grécia Clássica valorizava a atividade agrícola. A via como exclusiva de cidadãos, mas a via exercida também pelos habitantes dos *dêmos*, vilarejos. Estes, malgrado serem economicamente carentes, eram atraídos para exercer os direitos de cidadão. Tanto destes campônios quanto dos patriarcas, o governo das Cidades-Estado exigia eficiência produtiva. A ideia da segurança alimentar como garantidora da liberdade, autonomia e bem-estar da *pólis* estava presente no pensamento grego-clássico: a verdadeira *eleutheria* estaria dependente da *autarkhéia*, que garantiria a *eudaimonia*, segundo Chevitarese (2000, p. 31).

Em outra contribuição para entender a importância do campesinato residente nos *dêmos*, Chevitarese e Argôlo (2002) defendem que, não obstante a carência material, os produtores familiares da Ática participavam da política, demonstravam coesão social e contribuíam para a democracia ateniense.

Segundo Weber (1994), a civilização romana de certa forma acompanhou o espírito da posse da terra na Grécia, mas tinha elementos de peculiaridade. O primeiro deles é reconhecer o direito de colonização, prévio à expansão do Império Romano, o que levava a que a *ager publicus*, a terra pública agricultável nos entornos das vilas e povoados, contemplasse os *fundus*, unidades do território pertencentes a residentes destas aglomerações humanas, que também tinham direitos a tudo que fosse comunitário, já que o *fundus* era uma fração da *ager publicus*. A propriedade privada, seja familiar ou patriarcal, não decorria de uma outorga da *pólis*, mas sim de reconhecimento de direito pré-existente. As

concessões feitas pelo poder público do Império Romano, neste caso predominantemente visando fomentar a propriedade privada patriarcal, se davam quando os direitos não eram devidamente provados, eram precários. Nestes casos, as doações eram acompanhadas de direitos a um quota dos bosques comunitários.

Um outro instrumento do direito agrário romano que acelerou a desagregação da sociedade coletivista foi a lei de usucapião, a posse obtida pelo uso continuado, que se dava com a aquisição também do *ager compascuus*, direito ao pasto comum. Dele se beneficiaram os estabelecimentos familiares e patriarcais. Para Weber (1994), durante o Império Romano, sobretudo nos seus últimos anos quando a crise de abastecimento se instalara e se buscava instituir uma sistema agrário eficiente do ponto de vista da produção de alimentos, foram lançadas as bases do acesso e posse à terra, mantida na Idade Média e, com ajustes determinados, até o presente, permitindo o que o autor chama claramente de capitalismo agrário, que contemplava uma organização no território de latifúndios e de minifúndios. Esta visão é também compartilhada por Mendes (2002), que acentua serem as grandes propriedades voltadas para produtos de maior valor comercial, como uvas e olivas, e os minifúndios para produção de alimentos.

As relações de produção na agricultura no Império Romano, sobretudo antes de sua desintegração, já exibiam modalidades que viriam a ser muito comuns posteriormente, na Idade Média, Idade Moderna e até contemporaneamente. Trata-se do arrendamento de parcelas do latifúndio para produtores familiares independentes. De acordo com Machado (2002), isto se tornara uma prática comum, revelando um absenteísmo dos latifundiários, mais inclinados a residir nas cidades. Esta parcela do campesinato que não tinha acesso à propriedade da terra era, então, denominada de colonos.

Antes, na fase de transição do Império Romano para a Europa feudal, havia uma divisão muito clara da superfície passível de ser cultivada. Uma delas era denominada *terra indomnicata*, que significava reserva senhorial e que era gerida diretamente pelo senhor feudal, herdeiro da tradição patriarcal. Na *terra indomnicata* havia as benfeitorias formadas por residência, celeiros, estábulos, moinhos, oficinas artesanais, área de pastoreio, bosques e terra cultivável. As pastagens e áreas florestais existentes na reserva senhorial eram, por direito costumeiro, de uso de toda a comunidade. Assim, o solo arável da reserva variava de 25% a 50% do conjunto das terras cultivadas do domínio.

A segunda era chamada a *terra mansionaria*, compreendendo um conjunto de pequenas explorações camponesas, designadas nas regulamentações e nas tradições por *mansus*. Cada unidade produtiva e fiscal do domínio contida no *mansus*, media em torno de 15 hectares e desta unidade a família camponesa tirava, mediante o cultivo e a criação, sua subsistência. Esta categoria, dependendo das concessões ou benefícios recebidos, se obrigava a prestar serviços ao senhor feudal, bem como, periodicamente, entregar parte do que produzira. Neste estágio já havia desaparecido o que se conhecera como *mansii serviles*, que eram as terras ocupadas por ex-escravos, que vieram se transformar em servos. Os *mansii ingenuiles*, por sua vez, eram ocupados por camponeses livres. Os *mansii* não eram iguais na Europa medieval, tinham estatuto jurídico distintos que contemplavam maiores ou menores direitos do seu detentor (FRANCO JUNIOR, 2001).

À medida que os últimos vestígios da ordem romana se desfaziam e surgia a ordem medieval, na alta Idade Média, a produção familiar se expandia numericamente e com ela a população do campo que respondia por quase 70% da população total, segundo Costa (2002). Esta é uma fase na qual as estruturas políticas do Estado Grego Helênico e do Estado Romano desapareceram. Em seu lugar se dá fragmentação do poder e a desobrigação dos sistemas políticos em relação às populações. O quadro de anomia não era pior porque a Igreja Católica, de acordo com Gelner (1992), se transformou em uma espécie de Estado medieval, estimulando condutas políticas compatíveis com a cristandade e estabelecendo editos que eram seguidos pelos nobres que governavam os feudos. Entre eles estava o que extinguiu a escravidão, permitindo aos habitantes do meio rural na condição de posse precária da terra e de escravo, ascender à condição de servo, apropriando-se de parte do que produzisse. Os que já detinham a posse e propriedade da terra, os *mansii ingenuiles*, tiveram seus direitos assegurados e, em muitos casos, passaram a gozar de alguns privilégios relacionados à atividade artesanal.

Durante o Império Romano e durante os reinados germânicos que o sucederam, as cidades da Europa Ocidental haviam se expandido, mesmo em meio às várias crises de abastecimento com origem na insuficiente produção de alimentos e na instabilidade política. A razão para tanto é que exerciam uma função muito especial: constituírem-se em local onde se realizavam múltiplas operações de comércio. Atuavam, simultaneamente, como mercados terminais e como entrepostos nas grandes

rotas de intercâmbio. Sediavam feiras regionais e desempenhavam um papel de extrema relevância na integração econômica e política, em uma época em que os meios de transporte eram precários, requerendo muitos estágios entre a origem e o destino final das mercadorias. A crise de abastecimento que se instalou após a completa derrocada do Império Romano só foi atenuada pela agricultura familiar feudal que viabilizaria a geração de excedentes e permitiria a retomada da vida nas cidades que entraram em decadência, ensejando uma via social mais complexa e o surgimento de um artesanato mais forte que, posteriormente, iria se organizar em guildas. Este artesanato diferenciado se constituiu em trabalho especializado, diferente da servidão e proporcionou o surgimento de outra classe social na estrutura medieval. A referida sustentação da vida urbana, que se ampliaria na medida em que a Idade Média avançasse, se deveu a um fortalecimento da agricultura familiar vis à vis a agricultura patriarcal (BAIARDI, 1997).

Há certo consenso no meio acadêmico brasileiro, no sentido de que os agentes da agricultura familiar medieval, seriam os únicos aos quais se deve aplicar a denominação de camponês. A razão para isto seria a peculiaridade, uma forma de produção específica, que durante a Idade Média combinava uma agricultura polivalente com o artesanato doméstico, determinando uma grande autonomia de abastecimento e baixa dependência do mercado, tanto no que se refere à aquisição de bens como à venda de seus excedentes para garantir a sobrevivência. No caso do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, o rigor conceitual se tornou mais explícito a ponto da palavra camponês, quando relutantemente empregada, muitas vezes para estilizar a escrita, era colocada entre aspas, como no caso de “camponesa”, vide Graziano (1981, p. 69). Esta questão foi solucionada naquela comunidade na década de oitenta do século passado, mediante intensos debates entre vertentes de pesquisadores voltados para temas rurais no Brasil. Estabeleceu-se, então, que a denominação de camponês tem condicionamentos históricos relacionados com a transição da economia natural e da organização fundiária herdada do Império Romano para o sistema feudal, não se aplicando ao caso brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1981; SILVA, 1983; SZMRECSÁNYI, 1983a, 1983b, 1984, 1990).

Nesta parte do texto, referida à Idade Média, poder-se-á empregar a palavra camponês como equivalente à agricultura familiar, que em outros idiomas também serve para definir a pequena produção moderna, como *peasant*, *paysant*, *contadi-*

no, *campesino* etc. Isto teria um sentido simbólico porque foi durante a Idade Média que a produção familiar mais contribuiu para o abastecimento, mais gerou ocupação e de modo agregado também mais gerou renda, sem esquecer que o camponês medieval tinha uma dieta superior a quem vivia nas cidades, ver Baiardi (1997, p. 455).

A importância do campesinato medieval não se restringia ao abastecimento das cidades de alimentos “in natura” ou processados, de roupas, de chapéus etc. A ele é atribuída também a origem social da democracia, a rota democrática para a sociedade moderna, segundo Moore (1977). Com efeito, as revoltas camponesas do século XIX na Europa foram decisivas para criar uma cultura democrática.

A agricultura medieval se estrutura a partir das mudanças nos tipos de domínio fundiário que vinham do Império Romano e gera três tipos de sistema de produção: 1) as terras de uso do senhor feudal; 2) as terras de uso comunal, mas de posse legitimada pelo senhor feudal e 3) as terras dos camponeses, oneradas ou não por corveias e rendas e herdadas pelo senhor feudal. Além destes três tipos, os camponeses detinham uma pequena área cercada, próxima à residência, destinada ao cultivo de frutas e legumes.

Na terra do senhor desenvolvia-se uma agricultura em escala maior, na qual trabalhavam os servos e os assalariados, que não detinham a posse da terra. Os resultados do cultivo nessas terras pertenciam integralmente ao senhor feudal, que cuidava da alimentação e das necessidades dos produtores. As terras de uso comunal, se constituíam em pântanos, florestas e pradarias. Nos pântanos e florestas os camponeses retiravam turfa e madeira para suas necessidades energéticas e artesanais. Nas pradarias os aldeões mantinham seus animais para se proverem de lã, carne, leite ou força animal para tracionar arados e carroças. Os resultados do que era cultivado ou extraído nas terras de uso comunal eram apropriados na sua quase totalidade pelos camponeses. As terras dos camponeses, por sua vez, eram destinadas às lavouras, onde se praticava, basicamente, a cerealicultura. Nestas, face ao seu parcelamento que decorria da necessidade de dotar cada família com condições similares em área e fertilidade, o trabalho de arroteamento do solo era coordenado e muitas vezes coletivo, estabelecendo-se a individualidade da posse através de cercas e limites quando os cereais começavam a crescer (BAIARDI, 1997).

A agricultura familiar medieval ou agricultura camponesa da Idade Média também foi protagonista de mudanças técnicas. Inúmeros são os

agrônomos medievais, como Palladio, Crescenzi e Alamanni, que em suas obras, algumas delas já não escritas em Latim, mas sim no italiano vulgar, evidenciavam um conhecimento agrônômico avançado por parte dos camponeses medievais, resultado de observações rigorosas e de experiências, mas tendo todas como preocupação central garantir a associação entre a produção agrícola e a criação de animais, com a manutenção da biodiversidade e da fertilidade.

Destarte, constata-se que houve influência das formas de produção e de vida do campesinato medieval sobre o pensamento agrônômico, neste período da história no qual os laços entre o homem e a natureza foram mais intensos. Os autores sinalizavam existir uma práxis indutora de uma trajetória que visava aliar maior eficiência produtiva com manutenção da paisagem e da fertilidade das terras. Estes preceitos levaram à segunda Revolução Agrícola - a que desenvolveu técnicas de aproveitamento dos solos orgânicos e pesados e que foi diferente da Primeira Revolução que se deu nos solos leves das várzeas - como também orientaram os paradigmas produtivos sucessivos nas ciências agrárias.

Os fundamentos de convívio equilibrado do produtor rural com a natureza que estão presentes ao longo da evolução do pensamento agrônômico, recebeu significativa contribuição da agricultura familiar medieval, a agricultura camponesa. Avanços ulteriores nas ciências agrárias incorporaram estas noções e todas as vertentes do pensamento agrônômico delas se beneficiaram (BAIARDI, 1997, 2013).

Os elementos virtuosos da agricultura camponesa, seu equilíbrio com a natureza, sua diversidade, a qualidade dos produtos in natura e beneficiados, foram objeto de análise de vários autores durante a Revolução Industrial. A estes chamava atenção o fato do operariado industrial, formado por camponeses que abandonaram suas terras ou a tiveram reduzidas em decorrência dos *Enclosure Acts*, leis de fechamento dos campos comuns, estarem com uma qualidade de vida bastante inferior àqueles que conseguiram permanecer nas aldeias, que tinham uma dieta alimentar rica e variada, segundo Gatto (1997). As condições degradantes foram salientadas por pensadores da economia política e Karl Marx, além destas críticas, manifestava uma particular atenção pelo que denominava de "falha metabólica", as consequências para a natureza decorrentes de migrações em massa que esvaíavam o campo e sobrepovoavam as cidades, ver Baiardi e Dulley (2012).

3 Natureza, lógica, variações e espaço da agricultura familiar na contemporaneidade

A agricultura familiar, independentemente de denominada camponesa ou não, o que sugere mais uma visão de mundo que uma essência, tem suas características definidas pela primeira vez por Chayanov (1974). O autor tentou defini-la a partir de sua natureza enquanto forma organizativa da unidade econômica agrícola gerida pela família, visando precipuamente garantir a sobrevivência, base para uma eventual diferenciação futura.

As contribuições de Chayanov (1974), ocorridas na segunda década do século XX, geraram sucessivos debates entre a denominada 'Escola da Organização e Produção', fundada pelo mesmo, e o pensamento marxista, influenciado então pelas obras de Lenin, e de Kautsky, uma vez que Marx não dera em sua obra a atenção devida ao campesinato.

A essência do debate residia naquilo que se poderia chamar da 'motivação', ou impulso organizativo da agricultura familiar, tido por Chayanov como decorrente de uma avaliação subjetiva baseada na longa experiência de vida e na cultura dos predecessores. Para o pensamento marxista a 'motivação', ou impulso organizativo seria dado pelo mercado. Chayanov, via no artesanato e no campesinato o trabalho da família como a única possibilidade de geração de renda. Para o autor, nestes sistemas de produção familiar, o estrito cálculo capitalista do lucro, estaria ausente. O produtor familiar ou camponês não raciocinaria da mesma maneira que o capitalista, esperando receber um retorno de um investimento de capital realizado. Racionaria como um trabalhador independente que espera uma recompensa ulterior por um esforço realizado, previamente, com base no trabalho da família.

Por outro lado, para Marx (1974) e seguidores, a economia camponesa, por definição, era uma economia mercantil com sua lógica e eficiência ditada pelo mercado. O entendimento de Chayanov, entretanto, era que o limite para a utilização dos recursos da família seria dado pelo grau, pela intensidade de uso da força de trabalho familiar. Dito de outro modo, seria a intensidade do uso da força de trabalho, o limite superior da capacidade da família de trabalhar, que significaria o investimento máximo em trabalho ou em bens. Isto porque o trabalho era também a unidade de medida para alocação de jornadas e insumos, já que a aquisição desses últimos se traduzia em grau de utilização do trabalho familiar. O cálculo realizado pelo camponês, pelo

produtor familiar, estaria baseado em um balanço entre a quantidade de trabalho a ser aplicado e a quantidade de consumo da família. Estaria aí determinado o volume da atividade econômica familiar. Esta conduta, segundo Chayanov, conferiria um poder competitivo e de sobrevivência à produção camponesa, frente à produção capitalista, muito maior do que se previra nos escritos de Marx (1974), de Kautsky (1974) e de Lênin (1973).

Os problemas decorrentes da baixa produtividade e de subutilização de fatores, vistos por Marx e seguidores como de transferência de mais valia do meio rural para outros setores, eram entendidos por Chayanov como ausência de estímulos em produzir um maior excedente. Em síntese, para Marx e seguidores o que contava seriam as transações entre o campesinato enquanto classe, de um lado, e o sistema econômico, de outro, ao passo que para Chayanov contavam os mecanismos com base nos quais um ator dado toma decisões em um sistema de produção, ainda que não tenha de maneira absoluta consciência do que estivesse fazendo. Posteriormente, analistas desta controvérsia, entre eles o próprio Chayanov, simplificaram a discordância, afirmando que a abordagem marxista era de nível macroeconômico e a de Chayanov de nível micro-econômico.

Sobre este tema, buscar encontrar a motivação da organização produtiva familiar e da lógica interna e orgânica de seu funcionamento, Tepicht (1990) aduz que a cultura camponesa valoriza a tendência a prover maior esforço possível levando em conta as limitações naturais, de estrutura agrária, de mercado etc, visando adquirir, por meio do trabalho, todo o incremento possível de renda, seja em dinheiro ou em bens. E como este esforço se reveste, na maioria dos casos, na forma de pura e simples extensão do tempo de trabalho, a regra inerente a esta cultura poderia expressar-se pela divisa: tempo livre igual a tempo perdido.

Isto explicaria o fato do trabalho familiar na unidade gerida pela família, não se reger por jornadas e não ser limitado aos dias úteis ou à presença da luz solar. Em continuação, este mesmo autor (1972), analisando o caso do seu país, da Polônia, conclui que é fundamental, no âmbito da produção familiar, mensurar o grau de envolvimento do produtor com o mercado. O nível de envolvimento poderia levar à distinção do que seria o *farmer*, agente de um estabelecimento gerido pela família, mas com um nível elevado de integração ao mercado, do *peasant* ou camponês, agente que organizaria o estabelecimento visando a uma integração mercantil parcial. De acordo com Tepicht, o *peasant* – cujas

características são: a) constituir uma unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família, b) usar intensivamente o trabalho e c) ter uma natureza patriarcal na sua organização social – é uma forma de organização produtiva que, não obstante tenha existido em todas as formações sociais, tenderia ser destruída pelo capitalismo, o que não aconteceria com o *farmer*.

Moore (1970) tem também uma definição para a condição de camponês:

1) A previous history of subordination to a landed upper class recognized and enforced in the laws...; 2) sharp cultural distinction and 3) a considerable degree of 'de facto' possession of the land.

Frank Ellis (1993) esboça, quase duas décadas depois de Tepicht, uma complementação conceitual para o *peasant*, mas não compartilha da fatalidade do desaparecimento. Para Ellis, a definição de campesinato, em termos econômicos, se dá por: 1) estar integrado parcialmente aos mercados e 2) terem estes mercados um caráter incompleto.

Abramovay (1992), por outro lado, utiliza autores, entre os quais os clássicos estudos de Schultz e Mellor, para concluir que estas e outras contribuições, iniciadas por Marx, Kautsky e Chayanov, permitem sugerir que o tipo de organização produtiva no capitalismo contemporâneo já não é camponesa, embora continue sendo familiar. Na unidade camponesa existe a fusão entre a função produção e a função consumo, o que lhe confere uma flexibilidade que permite uma ausência do mercado. Já na *farm* ou melhor *family farming*, isto não é possível pois ela se guia pela lógica do mercado e, neste sentido, ela não é essencialmente diferente da unidade de produção capitalista no que toca aos fins, embora o seja pela gestão ser familiar (BAIARDI; LIMA, 2013).

No pensamento brasileiro, no âmbito das nas ciências sociais, surge uma classificação da agricultura familiar proposta por Souza Martins (1980), que incorpora particularidades da cultura rural brasileira. Estaria um estabelecimento gerido familiarmente mais próximo ou mais distante da condição camponesa, a partir da concepção que teria seu agente produtivo em relação à propriedade e ao uso da terra. Vê-la como meio de vida, "terra de trabalho", significaria que o mesmo tem valores de camponês. Vê-la como meio de desfrute econômico, "terra de negócio", significaria ter valores de *farmer*.

Ao tratar da história, da natureza e da lógica das economias camponesas na América Latina, Chonchol (1994, p. 387) afirma que o campesinato

constitui um grupo social que apresenta quatro características, ligadas entre si:

- 1) a unidade de produção familiar como essencial e multifuncional; 2) o cultivo da terra e a criação de animais como principal meio de vida; 3) uma cultura tradicional específica e intimamente ligada às formas de vida das pequenas comunidades rurais e 4) subordinação ao poder de entidades sociais exteriores à comunidade camponesa (CHONCHOL, 1994, p. 387).

O mesmo autor, citando Redfield (1989), também apresenta a ideia, já sugerida por Abramovay (1992), que o campesinato seria uma categoria de transição entre a economia natural (tradicional) e a agricultura familiar (moderna), esta última plenamente inserida no capitalismo contemporâneo. Destarte, *peasant* é o produtor familiar com valores e modo de vida tradicionais, integrado intimamente com a agricultura, mas que não realiza investimento, visando obter lucro. O *farmer*, por sua vez, exerce a agricultura como um comércio e vê a terra, não como um modo de vida, mas como capital e mercadoria (BAIARDI; LIMA, 2013).

4 Agricultura familiar no Brasil, identidade e desafios

A hipótese mais aceita para o surgimento da produção familiar no Brasil ainda é a proposta por Ciro Flamarion Cardoso (1979), que a vê como iniciativa de homens livres nas brechas da *plantation* açucareira. Sua tese é convergente com a pesquisa de Kowarick (1987), que mostra o desinteresse de ex-escravos em permanecer na atividade agrícola. Esta forma de produção na agricultura recebe um impulso a partir das imigrações não ibéricas que têm início em meados do século XIX.

Em uma tentativa exploratória de estabelecer uma tipologia da agricultura familiar no Brasil, Baiardi (1999) propõe a existência de cinco tipos de estabelecimentos rurais com gestão familiar, que iriam do tipo **A** ao tipo **E**, variando entre si em termos de escala de produção, de área cultivada, de uso de tecnologias modernas e de inserção no mercado.² Esta tipologia, que se fundamenta na história

2 O tipo **A**, constitui-se em um sistema que utiliza tecnologias avançadas, é plenamente mecanizado e inserido no mercado, podendo cultivar áreas com extensão significativa, chegando a 400 hectares. É denominada por alguns autores como agricultura familiar "farmerizada" e está predominantemente localizada no cerrado. Sua gênese tem relação com a migração de pequenos produtores das regiões de colonização europeia do RS, SC e PR para o bioma cerrado, que se distribui por vários estados. O tipo **B** seria a agricultura familiar integrada verticalmente, cuja gênese tem relação com a implantação de agroindústrias em regiões de colonização europeia e que, mais à frente, se dispersam pelo País passando a incorporar agricultores familiares com outra origem, inclusive assentados

e na cultura dos agentes, não inclui, por limitada expressão numérica vis à vis os demais tipos, algumas categorias de estabelecimentos familiares, tais como os extrativistas situados em reservas nas quais é consentida esta atividade, os silvicultores e os integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais. Demais, a tipologia abstrai a Lei 11.326, que se propõe estabelecer o que seria o agricultor familiar, por ser a mesma discriminatória, uma vez que exclui de benefícios estabelecimentos com inequívoco perfil familiar, mas que tenham área superior a quatro módulos fiscais.

A heterogeneidade da organização produtiva familiar na agricultura do Brasil contemporâneo, compreendendo segmentos dinâmicos, que deram certo, que prosperaram e outros com total e absoluta inviabilidade econômica, social e ambiental, não foi prevista, segundo Baiardi (1998), na histórica controvérsia sobre o caráter feudal ou capitalista da agricultura brasileira e nem também sobre o papel que desempenharia neste setor a produção não patronal ou familiar. As visões de Alberto Passos Guimarães (1977 e 1978), por uma parte, e de Caio Prado Júnior (1966) e Celso Furtado (1972), por outra, foram superadas quando foi publicado o traba-

em perímetros irrigados ou projetos de colonização e reforma agrária, bem sucedidos ou emancipados. Utiliza tecnologias avançadas transferidas pela indústria de processamento, sendo as dimensões do estabelecimento menores, podendo atingir até 50 hectares. O tipo **C** seria a agricultura familiar tipicamente colonial que ainda expressa valores dos imigrantes e com maior presença nas regiões serranas do Sul e Sudeste. Sua gênese se relaciona à permanência na área de ocupação colonial de famílias com grande tradição rural e camponesa. Os estabelecimentos deste tipo de agricultura variam em termos de área aproveitada, entre 5 e menos de 50 hectares. O tipo **D** seria a agricultura familiar semi-mercantil, que opera com área muito variável, mas em geral equivalentes ao tipo **C**. Sua gênese em termos de agentes é diversificada com principais raízes em três grupos: 1) nos descendentes de homens livres, inclusive nativos com caldeamento racial, colocados à margem da sociedade de corte patriarcal e patrimonialista, 2) nos descendentes de uma minoria de escravos que, fugindo à regra, demonstravam alguma ambição em se tornar produtores rurais e 3) em um grupo misto que combina descendentes dos grupos anteriores e descendentes de colonos europeus não ibéricos que por inúmeras razões não prosperaram. Mais recentemente, graças às ações da extensão rural, aos Planos de Desenvolvimento Rural Integrados, PDRIs, aos assentamentos de Reforma Agrária, aos perímetros de irrigação e a outras formas de intervenção do Estado, observa-se alguma diferenciação nestes agentes. A do tipo **E** seria aquela agricultura familiar completamente desassistida e cujos agentes têm, em princípio, a mesma gênese histórica do tipo **D**. As vantagens do tipo **E** têm relação com as seguintes causas: 1) estabelecer-se em áreas com menor aptidão para a produção vegetal e com grande carência de infraestrutura; 2) configurar-se com base em segmentos populacionais dispersos, com maior grau de anomia e descrentes quanto à possibilidade de mudar as condições em que vivem, fatalistas, portanto, e 3) ter ficado à margem dos processos de diferenciação por falta de crédito, de assistência técnica e de acesso à terra em condições adequadas.

lho de Moysés Vinhas (1980), o qual, com base em estatísticas oficiais, relativizou o que seriam os 'restos feudais' na agricultura brasileira, indicando que a generalização da forma de produção capitalista na agricultura já era uma realidade incontestável no Brasil, diferentemente da fórmula trinitária sugerida por Marx (1974).

As transformações estruturais da agricultura nacional, na qual se confundem as categorias empresário capitalista e proprietário de terra, a chamada "modernização conservadora", transformou, em decorrência do crédito agrícola subsidiado e da adoção de pacotes tecnológicos gerados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o latifundiário rentista em empresário capitalista. Estas mudanças, contudo, não levaram a uma concentração de terra que ameaçasse a existência da agricultura familiar. Entretanto, a mecanização que acompanhou este processo de transformação do latifúndio em empresa, reduziu as oportunidades do pequeno produtor trabalhar como diarista, o que contribuiu para a migração campo-cidade. A agricultura familiar não desapareceu com a modernização conservadora. Assumiu várias formas e se tornou um modelo estável e sustentável nas áreas de expansão da fronteira agrícola e em outras áreas já ocupadas (BAIARDI, 1982, 1998).

Na realidade brasileira, a distinção que se estabelece no que tange à razão de ser da atividade produtiva na agricultura, é a busca do lucro por parte do segmento patronal e a busca de um excedente que garanta a sobrevivência, a acumulação e a diferenciação, por parte do segmento familiar, com graus variáveis de inserção no mercado, mas nunca fora dele. A partir destas evidências, perdeu sentido discutir se a concentração da posse da terra, seja ela de caráter latifundiário rentista ou patronal capitalista, inviabilizaria ou não o desenvolvimento da agricultura e da agroindústria. Com o surgimento e expansão do complexo agroindustrial, o crescimento econômico no meio rural se mantém enquanto tendência, malgrado a posse da terra continuasse apresentando altos índices de concentração. Em muitos casos, a grande propriedade rural transformou-se em *plantation*, forma de monocultura voltada, principalmente, para exportação (BAIARDI, 1982).

Independente de como se venha avaliar a capacidade da pequena produção familiar de sobreviver e expandir-se no Brasil, não há como desconhecer que em todo o País houve mudanças na sua organização produtiva, passando a mesma da condição de menos integrada aos mercados, não visando ao lucro em primeiro plano, para mais integrada

aos mercados, visando obter resultados econômicos crescentes. Não obstante existirem elementos que sugerem viabilidade econômica e estabilidade da agricultura familiar no Brasil, o que seria compatível com o papel que este ordenamento produtivo desempenha em economias industrializadas, nas democracias modernas, nos denominados países desenvolvidos³, estudos recentes informam que isto se dá, exclusivamente, entre os tipos **A**, **B** e **C** de estabelecimentos familiares. Há evidências de que as mudanças estruturais na agricultura deixaram à margem parcela expressiva dos estabelecimentos familiares, o que também tem influenciado as mudanças demográficas que indicam uma evolução permanente da taxa de urbanização da população brasileira.

Em estudo recente realizado pela Embrapa, Pereira et al (2012 p. 19) apontam que os benefícios da modernização da agricultura brasileira não se estenderam a todos os agentes e nem a todas as regiões. Ao contrário, em certos casos, impôs dificuldades que levaram a uma drástica mudança na taxa de urbanização no Brasil, De acordo com os autores:

An outstanding effect of these distorting policies to the detriment of rural areas was an accelerated migration process from rural to urban areas, starting in the 1950s. The rural population of Brazil decreased from 64% of the total number of inhabitants in 1950 to 32% in 1980 and 16% in 2010 (PEREIRA et al., 2012, p. 19).

Nesta mesma publicação, Gasques et al. (2012, p. 47-63) informam que as significativas mudanças na agricultura brasileira, levaram a expressivos aumentos na produtividade da terra e do trabalho em alguns estabelecimentos e a um empobrecimento e decadência em outros, atingindo sobretudo as lavouras tradicionais e Região Nordeste. O aumento da produtividade do trabalho levou a uma redução no número de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, passando nas últimas duas décadas de 23 milhões para 16 milhões. Na sequência, o mesmo estudo revela, segundo Barros (2012 p. 98), que estas transformações de incremento da produtividade dos fatores não se estenderam à pequena produção agrícola:

Farmers, more precisely and particularly small farmers, carried and are still carrying the burden of keeping the production system in operation, which can be clearly felt in the loss of land, lack of access to land, and lack of effective actions on the part of public authorities, which still prevails (BARROS, 2012, p. 98).

3 Um dos melhores exemplos de desempenho da agricultura familiar em termos de cooperação, competitividade e desenvolvimento territorial, é dado pelos distritos agroalimentares na Itália, vide Fanfani (2009).

Na linha de salientar os desequilíbrios no setor agrícola brasileiro, os inconvenientes da concentração e as vicissitudes e exclusão da pequena produção desassistida no Brasil, Alves e Rocha (2010) relatam que 8,7 % dos estabelecimentos rurais produzem 85% da produção. Neste extrato são gerados, em média, 80 salários mínimos por mês por estabelecimento. Enquanto isso, os estabelecimentos do estrato mais baixo, que correspondem a cerca de 73% da totalidade, geraram em média 0,43 salários mínimos por unidade, mensalmente. Para os autores, diante deste quadro, não se pode conceber uma solução estritamente agrícola para a pobreza. Estas políticas têm pouca chance de êxito e consagram o desequilíbrio social. Alves e Rocha (2010) informam que mais da metade dos estabelecimentos agrícolas no Brasil têm renda inferior a ½ salário mínimo mensal. De 5. 175. 489 estabelecimentos, 3.775. 826, 72% geraram apenas R\$128,00 em renda por mês, o que representava em 2006 menos da metade do salário mínimo.

Fornazier e Vieira Filho (2012) acompanham estas reflexões. Afirmam que a agricultura vai bem, mas vários produtores se encontram em situação de avançada pobreza, produzindo apenas para a subsistência, tendo rendimentos negativos no estabelecimento. Permanecem na atividade porque aplicam nos estabelecimentos rendimentos provenientes da aposentadoria e de programas compensatórios. Esse fenômeno do “moderno” conviver com o “atrasado”, é denominado de heterogeneidade estrutural (HE). De acordo com os autores, (2012, p. 27).

Na agropecuária brasileira, verifica-se que entre os produtores familiares e não familiares há grandes diferenças em relação aos vários fatores, como as receitas e dispêndios. Entretanto, isso não distingue as duas categorias. Dentro de uma categoria como os familiares há produtores modernos e produtivos, mas há outros que vivem praticamente para a subsistência. Ao mesmo tempo, não se pode dizer que o patronal ou não familiar é sempre o moderno, pois a heterogeneidade está presente no conjunto dos produtores (FORNAZIER ; VIEIRA FILHO, 2012).

Se o quadro nacional é preocupante, o do Nordeste é mais grave. O nordeste abriga 47% da população rural brasileira e as estratégias de sobrevivência da agricultura familiar variam de ecossistema para ecossistema. Na Zona da Mata, ecossistema Mata Atlântica, são relatadas inúmeras experiências de diferenciação da agricultura familiar na direção da sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica, com expressiva inserção no mercado.

O mesmo acontece nas áreas do cerrado, em ecossistemas de altitude e em perímetros de irrigação bem geridos, em todos os estados nordestinos. No ecossistema Mata Atlântica, a agricultura familiar exibe sustentabilidade, viabilidade econômica e se apresenta como estabelecimento diversificado, polivalente, no que concerne às atividades. É comum encontrar estabelecimentos familiares com sistemas agroflorestais. Nos cerrados, os estabelecimentos familiares estão mais voltados para a produção de grãos e de fibras, têm um espectro de atividades menor, mas não são monocultores. Demais, adotam práticas de manejo que evitam erosão, compactação e grave empobrecimento químico dos solos (BAIARDI; RIBEIRO, 2008; BAIARDI; TEIXEIRA, 2012).

Enquanto nestes ecossistemas referidos se pode afirmar que a agricultura familiar tem perspectivas de gerar prosperidade, o mesmo não se pode dizer do ecossistema Semiárido. No Semiárido se observa uma transição da polivalência para a especialização produtiva, na forma da bovinocultura extensiva. Esta especialização está associada à crescente degradação dos recursos naturais, sobretudo solos, o que limita o uso da terra para lavouras tradicionais, que no passado geravam excedentes passíveis de serem comercializados em feiras das cidades interioranas. A bovinocultura no Semiárido baseia-se no pastoreio extensivo da caatinga, com complementação de concentrados, obtidos no comércio local de venda de insumos agropecuários.

Na realidade do Semiárido, esta transição para a especialização produtiva promove maior exposição ao mercado. Contudo, não é a diferenciação que leve a uma melhor condição econômica e de padrão de vida. A especialização produtiva, a depender do território, das políticas públicas e da capacidade de organização social, não vai além de alternativa de sobrevivência. É uma opção da agricultura familiar que traz consigo mudanças que indicam depreciação no padrão de vida, aumento da dependência de alimentos industrializados ou beneficiados, empobrecimento da dieta alimentar e dependência de mercados de carne e de couros, com grau de concentração variável, em certos casos monopônicos.

Em recente estudo, Martins (2012, p. 59) descreve como em duas comunidades rurais do Semiárido baiano a especialização produtiva determinou uma perda de identidade, um esgarçamento do tecido social e produtivo e um agravamento do padrão de vida:

....entre 1940 e 1980 houve um retrocesso das forças produtivas e um ataque à autonomia regional. Na década de 1940 a região exportava

mamona, algodão, feijão, couro, pele, parte significativa era comercialização de excedente de unidades camponesas. A modernização rebai-xou o padrão de consumo da população, qualita-tiva e quantitativa. Em 1980 em termos relativos não daria para exportar nada (MARTINS, 2012, p. 59).

Segundo o mesmo autor, o Semiárido foi inicialmente ocupado por pecuaristas que recebiam grande quantidade de área para criação extensiva e que estabeleceram relações de produção diferentes da escravidão, a qual era inadequada para regular os vínculos do vaqueiro com os proprietários dos rebanhos. Isto exigiu a presença de trabalhadores livres, em geral de etnia branca, que, em contato com tribos indígenas levou à miscigenação que deu origem ao “caboclo”, tipo físico e cultural responsável pelo povoamento do Semiárido (MARTINS, 2012). Dado o acesso livre a terra⁴ no entorno das fazendas, foi se constituindo a unidade de produção familiar que nos primórdios praticava a lavoura de subsistência, a pequena criação de gado bovino, a caça e a extração de mel silvestre, sendo que destas atividades resultavam como mercadorias, apenas, o couro, a rapadura e o queijo do sertão, vendidas no mercado local. A este processo de emergência da produção familiar nos poros dos latifúndios, Cardoso (1979) denominou “brecha camponesa”. Este misto de economia natural com policultura prevaleceu até a segunda metade do século passado, quando a integração econômica começa a dissolver este sistema, mais assemelhado ao *peasant*, como já definido.

5 Considerações finais

Com base nas considerações anteriores sobre nascimento e persistência da agricultura familiar no mundo e no Brasil, é consistente cogitar que as transformações no setor agrícola do País, que ensejaram a denominada “modernização conservadora”, Müller (1979) e Martine (1990), não foram suficientemente inclusivas do ponto de vista social. A grande maioria dos estabelecimentos familiares, tradicionais nas técnicas de produção e no manejo dos recursos naturais, ficaram à margem desse processo, que, em muitos casos, revolucionou o “estado da arte” na agricultura. Isto se deu em todo o País, mas esta exclusão foi tanto mais socialmente perversa em determinadas áreas, no interior de certas regiões, que em outras. Na ausência de intervenções públicas, estes territórios ficaram à margem dos vetores de crescimento econômico.

Este processo de marginalização social, de

empobrecimento generalizado e de degradação dos recursos naturais foi mais enfático no bioma Semiárido. Neste ecossistema, os efeitos em termos de perda de qualidade de vida e redução da diversidade de cultivos foram maiores e com maior intensidade nas áreas deprimidas, com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se constituem os chamados ‘bolsões de pobreza’.

Em outras áreas, segundo Gomes (2001), a “modernização conservadora” do rural nordestino trouxe intensa integração aos mercados e prosperidade, sobretudo naquelas que se beneficiaram da irrigação e da abertura de novas fronteiras para a agricultura no cerrado, impulsionada por investimentos em infraestrutura e condições especiais de concessão do crédito agropecuário. Entretanto, como as possibilidades de intervenções hídricas visando à criação de perímetros de irrigação não vão além de 10% do território do Semiárido e como os solos do cerrado não ultrapassam 15% da superfície do bioma, os caminhos da prosperidade, apontados por Gomes (2001), são limitados. Para sobreviver como unidade produtiva vinculada à terra, a maioria dos estabelecimentos agrícolas familiares do Semiárido desenvolveu estratégias e arranjos em relação ao uso da terra. Entre elas merece destaque a especialização produtiva na forma da bovinocultura extensiva.

Paradoxalmente, enquanto em outras regiões do Brasil e mesmo em outros ecossistemas do Nordeste se observa tendência de incremento da pluriatividade ou diversidade produtiva, com práticas conduzidas dentro de preceitos de sustentabilidade ambiental, vide Schneider (1994, 1999, 2003), em grande parte do Semiárido se constata uma tendência contrária.

Não obstante inúmeros exemplos, em todas as regiões do Brasil, de estabelecimentos agrícolas familiares com capacidade de gestão para se diferenciar via inserção em cadeias produtivas, via comércio de bens finais, via cooperação, via prestação de serviços etc, o quadro, no que se refere às unidades de produção localizadas no Semiárido, é de empobrecimento, exclusão e dependência crescente de programas compensatórios, que podem tolher iniciativas de empreendimento e de busca de autonomia.

Diante disso, e levando em conta que a magnitude de estabelecimentos familiares excluídos pode chegar a 3,8 milhões, há que se conceber uma nova agenda de intervenções visando dinamizar a agricultura familiar no Brasil e no Nordeste, sem preconceitos, sem mitos e levando em conta que as atividades de produção vegetal e animal têm fortes condicionamentos autóctones, não podendo se

4 A Lei de Terras de 1854 não se constituiu obstáculo ao acesso à terra no Semiárido. Era uma “Lei morta”.

viabilizar em condições de risco e de imprevisibilidade, como acontece no ecossistema Semiárido. A julgar por sua história recuada e pelas vicissitudes mais contemporâneas, a agricultura familiar não se extinguirá. Entretanto, para ela devem ser dirigidos novos olhares, visto que as políticas agrárias e agrícolas recentes têm mais consagrado a pobreza, a exclusão, o *status quo*, que sinalizado processos que levem à prosperidade, direito inalienável da cidadania.

Referências

- ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; UNICAMP, 1992.
- ALLEN, D. W.; LUECK, D. **The nature of the farm: contracts, risk and organization in agriculture**. Cambridge: MIT Press, 2003.
- ALVES, E. R. A.; ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível. In: GASQUES, J. G. et al. **Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 275-291.
- BAIARDI, A. A agronomia brasileira visita a terra dos duendes, comentário ao artigo do pesquisador Zander Navarro. **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 201-208, jul./dez. 2013.
- _____. A penetração do capitalismo na agricultura e a Reforma Agrária. **Reforma Agrária**, Campinas, v.12, n. 1, p. 3-13, jan./fev. 1982.
- _____. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e inserção no mercado Internacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz de Iguaçu. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999. p. 285-297.
- _____. Mudanças técnicas na agricultura medieval e o processo de transição para o capitalismo. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 14, n. 3, p. 449-464, set./dez. 1997.
- _____. Neoprodutivismo, neoassociativismo e turismo campestre: outras faces do novo rural. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 11-25, jan. / jun. 1998.
- BAIARDI, A.; DULLEY, R. D. Da falha metabólica à nanotecnologia, o pensamento progressista em relação à organização produtiva e à mudança técnica na agricultura. In: NAISY S. S. et al. (Orgs.). **Políticas Públicas, Agricultura e Meio Ambiente**. Ilhéus: SOBER/UESC, 2012. p. 562-583.
- BAIARDI, A.; LIMA, G. S. Especialização produtiva como estratégia de sobrevivência da agricultura familiar no Semiárido da Bahia. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 13., 2013, Recife. **Anais...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. v. 1., p. 351-367.
- BAIARDI, A.; MENDES J. Agricultura familiar no Semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para desenvolvimento sustentável? **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 28-41, nov. 2007.
- BAIARDI, A.; RIBEIRO, M. C. M. A vocação ecoturística da Chapada Diamantina e sua compatibilidade com a agricultura sustentável. In: SEMINÁRIO NACIONAL DINÂMICA TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL, 5., Salvador. **Anais...** Salvador: UCSAL, 2008. p. 62-81.
- BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. **O desenvolvimento dos territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a rota da sustentabilidade, perspectivas e vicissitudes**. Salvador: Repositório UFBA, 2012.
- BARROS, G. S. C. Agricultural policy in Brazil: subsidies and investments: In: MARTHA JUNIOR G. B; FERREIRA FILHO J. B. S (Eds.). **Brazilian agriculture development and changes**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. p. 74-103.
- CARDOSO, C.F.S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHEVITARESE, A. L. **O espaço rural da pólis grega**. Rio de Janeiro: UFRJ/LHIA, 2000.
- CHEVITARESE, A. L.; ARGÔLO, P. F. Os camponeses áticos e a democracia ateniense. In: CHEVITARESE, A. L (org.) **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002. p. 131-139.
- CHONCHOL, J. **Sistemas agrarios en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- COSTA, R. Os camponeses da Idade Média: a violência da Jacquerie (maio de 1358) na visão de Jean Froissart (c.1337-1410). In: CHEVITARESE, A. L (Org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002. p. 97-115.
- FANFANI, R. **Il sistema agroalimentare in Italia: i grandi cambiamenti e le tendenze recenti**. Milano: Eedagricola, 2009.
- FORNAZIER, A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário**

- brasileiro:** evidências a partir do censo agropecuário de 2006. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para Discussão, n. 1708).
- FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FRANCO JUNIOR, H. **A idade média, nascimento do ocidente.** São Paulo: Brasiliense, 2001.
- ELLIS, F. **Peasant economics: farm households and agrarian development.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GASQUES, J. G. et al. Productivity and structural transformation in Brazilian agriculture: analysis of Agricultural Census data. In: MARTHA JUNIOR G. B.; FERREIRA FILHO J. B. S. (Eds.). **Brazilian agriculture development and changes.** Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. p. 43-72
- GATTO, L. **Vita quotidiana nel Medioevo.** Roma: Riuniti, 1997.
- GELNER, E. **El arado, la espada y el libro.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- GOMES, G. M. **Velhas secas em novos sertões.** Brasília, DF: IPEA, 2001.
- GRAZIANO da SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia, Belo Horizonte**, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.
- _____. **O que é a questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: Hucitec, 1981.
- GRAZIANO da SILVA, J. (Coord.) **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978.
- GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KAUTSKY, K. **La cuestión agraria.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1974.
- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LENIN, V.I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia.** Buenos Aires: Ediciones Estudio, 1973.
- MACHADO, C. A. R. Grandes proprietários e colonos no baixo Império Romano. In: CHEVITARESE, A. L. (Org.). **O campesinato na história.** Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002. p. 245-255.
- MARTINS, F. D. **Agrocaatinga: formação da propriedade fundiária e estrutura econômica em Morro do Chapéu e Xique Xique (1840 1920).** 2012.194f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.
- MARX, K **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1974, 6v.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.
- MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo, do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: UNESP; NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- MENDES, N. M. Inserção e desagregação: terra e o sistema republicano romano. In: CHEVITARESE, A. L. (Org.). **O campesinato na história.** Rio de Janeiro: FAPERJ; Relume Dumará, 2002. p. 87-98.
- MOORE, B. **Social origins of dictatorship and democracy.** Boston: Beacon Press, 1970.
- MOSELEY, K.P; WALLERSTEIN, I. Pre capitalist, social, structures. **Annual Review of Sociology**. v. 4, p. 259-290, 1978.
- MÜLLER, G. **Penetração de empresas transnacionais nos complexos agroindustriais de pecuária de carne, de pecuária de leite, cereais, oleaginosas e fumo.** São Paulo: CEBRAP, 1979.
- PEREIRA, P A. et al. The development of Brazilian agriculture, future technological challenges and opportunities. In: MARTHA JUNIOR G. B.; FERREIRA FILHO J. B. S (Eds.). **Brazilian agriculture development and changes.** Brasília, DF: EMBRAPA, 2012. p. 13-42.
- PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.
- REDFIELD, R. **The little community and peasant society and culture.** Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- _____. **Yucatan: una cultura en transición.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre:

Editora da UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRG, 2003.

_____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 106-132, mar./abr. 1994.

SILVA, S. S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. In: BELLUZO L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 177-192.

SOUZA MARTINS, J. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1980.

SZMRECSÁNYI, T. **Análises de economia agrícola e da questão fundiária.** Campinas: UNICAMP, 1983a. (Cadernos IFCH/UNICAMP).

_____. **A pequena história da agricultura brasileira.** São Paulo: Contexto, 1990.

_____. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). O Brasil Republicano, economia e cultura. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1984. Partes 1,2 e 4.

_____. **Política agrária e relações de trabalho na produção agropecuária do Brasil contemporâneo.** Campinas: UNICAMP, 1983b. (Cadernos IFCH/UNICAMP).

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais.** Paris: Armand Colin, 1972.

_____. Naturaleza de la economía campesina. In: NUÑEZ, O. (Comp.). **Lo agrario: teoría y métodos.** San José: CR, CSUCA. p. 181-201.

VINHAS, M. **A terra, o homem, as reformas.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

WEBER, M. **The agrarian sociology of ancient civilization.** London: Verso, 1988.

_____. **História agrária romana.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Storia economica.** Roma: Donzelli Editore, 2007.

CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA E DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR PARA O PIB DO NORDESTE

The importance of the family agribusiness to the northeast region GDP

Joaquim J. M. Guilhoto

Economista. Departamento de Economia, Faculdade de Economia e Administração – FEA, da universidade de São Paulo – USP. Prof. Adjunto Associado ao Regional Economics Applications Laboratory - REAL, University of Illinois. Pesquisador do CNPq. Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 (FEA II). Cidade Universitária, CEP: 05.508-010 - São Paulo, SP, Brasil. guilhoto@usp.br

Carlos R. Azzoni

Departamento de Economia, FEA/USP; REAL, University of Illinois; Pesquisador do CNPq. cazzoni@usp.br

Silvio M. Ichihara

Assessoria de Planejamento da Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo. sichihara@gmail.com

Resumo: este trabalho teve por objetivo avaliar o nível de atividade do agronegócio da agricultura familiar na Região Nordeste do Brasil, para o período de 1995 a 2006. Através dos Modelos de Insumo-Produto foi possível estimar a importância do Produto Interno Bruto do agronegócio familiar no contexto regional e nacional. Concretamente, os resultados demonstram que cerca de 45% do agronegócio nordestino advém da produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares. No entanto, desempenhos desfavoráveis da produção agropecuária após o ano de 2003 foram mais intensos no Nordeste, prejudicando a participação do agronegócio total e familiar na Região. Em geral, diversos setores da economia cresceram mais que o agronegócio total, contribuindo para queda de sua participação.

Palavras-chave: Agronegócio Familiar, Produto Interno Bruto, Brasil, Região Nordeste, Insumo-Produto.

Classificação JEL: Q13, D57, O13.

Abstract: this aim of this paper is to estimate the level of economic activity in the Northeast Region of Brazil which is derived from the family agribusiness, for the period from 1995 to 2006. The agribusiness takes into consideration the relations between the agriculture production and the other sectors in the economy, i.e.: a) inputs for production; b) industry; and c) transportation, distribution, and commercialization. Using an interregional input-output model it was possible to estimate the importance of the family agribusiness Gross Domestic Product (GDP) at the regional and national level. The results show that about 45% of the Northeast agribusiness comes from family farmers. However, the unfavorable performance of agricultural production after 2003 was more intense in the Northeast region, reducing the share of the total and the family agribusiness in this region. In general, nonagricultural sectors of the economy grew faster than agribusiness, contributing to a reduction of the agribusiness share in the economy.

Keywords: Family Agribusiness, GDP, Brazil, Northeast Region, Input-Output.

JEL Codes: Q13, D57, O13.

1 Introdução

A agricultura familiar faz parte da história do Brasil e da própria humanidade. Sua influência foi reduzida ao longo dos séculos devido ao desenvolvimento tecnológico do próprio setor agropecuário e dos outros setores produtivos da economia. Entretanto, o mundo contemporâneo colocou o sistema familiar de produção dentro de um contexto socioeconômico próprio e delicado, haja vista, que sua importância ganha força quando se questiona

o futuro das pessoas que subsistem do campo, a problemática do êxodo rural e, conseqüentemente, a tensão social decorrente da desigualdade social no campo e nas cidades.

Na Região Nordeste do Brasil esta questão é ainda mais acentuada pela falta de oportunidades para geração de renda na grande região do semi-árido nordestino. O emprego, mesmo informal, e a produção de alimentos voltada para o autoconsumo relacionam a Agricultura Familiar mais com as funções de caráter social do que com as econômicas.

Entretanto, destaca-se que o papel da produção familiar vai muito além do contexto rural, contribuindo expressivamente para o desenvolvimento das atividades produtivas ao considerar os encadeamentos setoriais da economia.

Para avaliar com precisão a importância e a complexidade do segmento familiar, deve-se considerar, além do setor agropecuário propriamente dito, as atividades a montante (antes da fazenda) e a jusante (depois da fazenda). Tais atividades tendem a ser extremamente interdependentes do ponto de vista econômico, social e tecnológico. Por isso, as políticas econômicas e setoriais, de um lado, e as estratégias das entidades representativas dos setores envolvidos, de outro, tenderão a ser mais eficazes sempre que levarem em conta tais interdependências.

2 Objetivo

No cerne desta questão, este trabalho teve o objetivo de mensurar a importância não apenas da produção agropecuária familiar, mas sim de todo o complexo envolvido – o agronegócio familiar na Região Nordeste do Brasil. Mensurou-se a participação do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio familiar no contexto geral da economia brasileira, delineando sua evolução no período de 1995 a 2006.

3 Metodologia

Inicialmente, apresenta-se o método empregado na obtenção das estimativas do valor bruto da produção (VPB), referente às propriedades familiares, dentro do horizonte temporal da análise. Posteriormente, são descritos a construção das matrizes de insumo-produto e o modelo usado para mensurar o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio familiar.

2.1 A quantificação da produção agrícola familiar no setor primário

O primeiro passo do trabalho é determinar quanto da produção primária estadual deve-se ao segmento familiar. Como em toda a área de pesquisa que envolve regiões, a limitação de dados nessa área é um aspecto importante.

Nesse sentido, a obtenção dos dados regionais parte da estimativa da produção familiar segundo a categorização apresentada no estudo “Novo Retrato da Agricultura Familiar” (INCRA, 2000), realizado em convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O estudo caracterizou o seg-

mento da agricultura familiar brasileira a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 (INCRA, 2000). Naquele trabalho, foi considerado como pertencendo ao segmento da agricultura familiar os estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às condições seguintes:

- a) A direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor;
- b) O trabalho familiar era superior ao trabalho contratado;
- c) A área do estabelecimento era inferior à área máxima, definida para cada região.

A utilização dessa definição permite que se caracterize o segmento da agricultura familiar em cada município em 1996, dado que o citado estudo aplica a metodologia ao Censo Agropecuário daquele ano. O nível de detalhe do estudo permite que se faça essa caracterização por produto, por município.

Mais recentemente, com base no Censo Agropecuário de 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE disponibilizou estimativas para a parcela familiar também definida por esse critério, o que permite fazer um estudo longitudinal para todo o período compreendido pelos dois censos.

Assim, para esses dois anos (1996 e 2006) são conhecidas as parcelas familiares e empresariais para cada produto em cada município. Tomando-se como base estes dois anos, recorre-se à evolução da produção de cada produto, em cada município, do período intermediário (1997 a 2005). Através da tabulação dos dados da pesquisa FAO/INCRA e do Censo Agropecuário, sabe-se qual é o valor e a percentagem da produção de um produto X, no município Y, que é atribuída às propriedades familiares nos anos de 1996 e 2006. Para fazer a interpolação desses valores foram utilizadas as informações das pesquisas anuais do IBGE: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral de Abate e da Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura (IBGE, 1997-2005).

Com esses cálculos, conhece-se a parcela familiar em 1996 e 2006 e a evolução da produção entre esses anos, em cada município. Para o cálculo dos valores intermediários, admitiu-se a hipótese de que, em cada município, a parcela familiar de cada produto não se alterou ao longo do período.

Obtiveram-se assim, para cada ano e para cada estado, três totais para cada produto: total, familiar e patronal (não-familiar). Com essas séries,

foi possível fazer uma primeira estimativa da parcela familiar de cada produto em cada Estado, para cada ano. Esses valores, evidentemente, não coincidem com aqueles levantados nos censos, sendo que estes últimos foram mantidos como pontos de referência. Utilizou-se a série de parcelas familiares, com sua evolução ano a ano, para aperfeiçoar as estimativas para os anos intermediários, de modo a torna-las compatíveis com as parcelas efetivamente observadas nos censos.

No caso dos produtos pecuários (Pesquisa Pecuária Municipal), a variação no total efetivo dos rebanhos de bovinos, suínos e aves foi utilizada como uma medida da variação anual da produção. Obviamente, ao assumir que a variação da quantidade de cabeças é uma medida de aproximada da variação do valor da produção, assume-se também que a tecnologia manteve-se constante, ao longo dos anos, pois as avaliações se restringem a taxas de desfrute constantes. A justificativa para o uso desta variável (total efetivo do rebanho) recai sobre a questão da ausência de informações censitárias capazes de prover estimativas mais coerentes.

Por essa metodologia, impõe-se sobre a média anual estimada segundo um crescimento linear da parcela familiar de acordo com os dados censitários, a mesma oscilação anual da série PAM/PPM. Evidentemente, nos anos censitários a parcela estimada iguala a parcela censitária, o que é uma propriedade desejável. Com essas providências, foram obtidas séries anuais de produção familiar, patronal e total para cada município, para cada produto.

2.2 Cálculo do agronegócio familiar e do agronegócio total

A metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio familiar baseia-se na mesma técnica empregada no cálculo do agronegócio em geral, conforme Furtuoso e Guilhoto (2003), fundamentando-se na intensidade da interligação para trás e para frente da agropecuária propriamente dita. O PIB do agronegócio familiar resulta da soma de quatro agregados principais: insumos, agropecuária, indústria e distribuição. O método considera, além da agropecuária propriamente dita, as atividades que alimentam e são alimentadas pela produção rural, considerando a interdependência existente entre as atividades de produção.

No cálculo do PIB do **Agregado I** (Insumos para a Agricultura e Pecuária Familiares) são utilizadas as informações referentes aos valores dos insumos adquiridos pela Agricultura e Pecuária e que estão disponíveis nas tabelas de insumo-produto, estimadas de acordo com a metodologia apresenta-

da em Guilhoto e Sesso Filho (2005). As colunas com os valores dos insumos são multiplicadas pelos respectivos coeficientes de valor adicionado (CVA_i). Para obter-se os Coeficientes do Valor Adicionado por setor (CVA_i) divide-se o Valor Adicionado a Preços de Mercado (VA_{PM_i}) pela Produção do Setor (X_i), ou seja,

$$CVA_i = \frac{VA_{PM_i}}{X_i} \quad (1)$$

Desta forma, o problema de dupla contagem, comumente apresentado em estimativas do PIB do Agronegócio, quando se levam em consideração os valores dos insumos e não o valor adicionado efetivamente gerado na produção destes, foi eliminado. Tem-se então:

$$PIB_{I_k} = \sum_{i=1}^n z_{ik} * CVA_i, \quad (2)$$

$k = 1, 2$ setor agricultura e pecuária familiares;

$i = 1, 2, \dots, 43$ setores restantes;

Sendo:

PIB_{I_k} = PIB do agregado I (insumos) para agricultura ($k=1$) e pecuária ($k=2$) familiares;

z_{ik} = valor total do insumo do setor i para a agricultura ou pecuária familiares;

CVA_i = coeficiente de valor adicionado do setor i ;

Para o Agregado I total tem-se:

$$PIB_I = PIB_{I_1} + PIB_{I_2}, \quad (3)$$

Sendo:

PIB_I = PIB do agregado I e as outras variáveis são como definidas anteriormente.

Para o **Agregado II** (propriamente, o Setor da Agricultura e Pecuária Familiares) consideram-se no cálculo os valores adicionados gerados pelos respectivos setores e subtraem-se dos valores adicionados destes setores os valores que foram utilizados como insumos, eliminando-se o problema de dupla contagem presente em estimativas anteriores do PIB do Agronegócio. Tem-se então que:

$$PIB_{I_k} = \mathcal{M}_{M_k} - \sum_{i=1}^n z_k * CVA_i \quad (4)$$

$k = 1, 2$

Sendo:

PIB_{II_k} = PIB do agregado II para agricultura

familiar $k = 1$, pecuária familiar $k = 2$ e as outras variáveis são como as definidas anteriormente.

Para o Agregado II total tem-se:

$$PIB_{II} = PIB_{II_1} + PIB_{II_2}, \quad (5)$$

Sendo:

PIB_{II} = PIB do agregado II. As outras variáveis foram definidas anteriormente.

Para a definição da composição do **Agregado III**, as Indústrias de Base Agrícola, foram adotados vários indicadores, como por exemplo: a) os principais setores demandantes de produtos agrícolas, obtidos através da estimação da matriz de insumo-produto; b) as participações dos insumos agrícolas no consumo intermediário dos setores agroindustriais; e c) as atividades econômicas que efetuam a primeira, segunda e terceira transformações das matérias-primas agrícolas.

Os Agregados II e III, portanto, expressam a renda ou o valor adicionado gerado por esses segmentos. No caso da estimação do Agregado III (Indústrias de Base Agrícola), adota-se o somatório dos valores adicionados pelos setores agroindustriais subtraídos dos valores adicionados destes setores que foram utilizados como insumos do Agregado II. Como mencionado, anteriormente, esta subtração visa eliminar a dupla contagem presente em estimativas anteriores do PIB do Agronegócio,

ou seja:

$$PIB_{III_k} = \sum_{q \in k} (\mathcal{M}_{M_q} - z_q * CVA_q)$$

$k = 1, 2$

(6)

Sendo:

PIB_{III_k} = PIB do agregado III para agricultura

($k = 1$) e pecuária ($k = 2$) familiares e as outras variáveis são como definidas anteriormente.

Para o Agregado III total tem-se:

$$PIB_{III} = PIB_{III_1} + PIB_{III_2}, \quad (7)$$

Sendo:

PIB_{III} = PIB do agregado III e as outras variáveis

são como as definidas anteriormente.

No caso do **Agregado IV**, referente à Distribuição Final, considera-se para fins de cálculo o valor agregado dos setores relativos ao Transporte, Comércio e segmentos de Serviços. Do valor total obtido, destina-se ao Agronegócio Familiar apenas a parcela que corresponde à participação dos produtos agropecuários e agroindustriais na demanda final de produtos. A sistemática adotada no cálculo do valor da distribuição final do agronegócio industrial pode ser representada por:

$$DFG - IIL_{DF} - PI_{DF} = DFD, \quad (8)$$

$$VAT_{PM} + VAC_{PM} + VAS_{PM} = MC, \quad (9)$$

$$PIB_{IV_k} = MC * \frac{DF_k + \sum_{q \in k} DF_q}{DFD}, \quad (10)$$

$k = 1, 2$

Sendo:

DFG = demanda final global;

ILL_{DF} = impostos indiretos líquidos pagos pela demanda final;

PI_{DF} = produtos importados pela demanda final;

DFD = demanda final doméstica;

VAT_{PM} = valor adicionado do setor transporte a preços de mercado;

VAC_{PM} = valor adicionado do setor comércio a preços de mercado;

VAS_{PM} = valor adicionado do setor serviços a preços de mercado;

MC = margem de comercialização;

DF_k = demanda final da agricultura ($k=1$) e pecuária ($k=2$);

DF_q = demanda final dos setores agroindustriais;

PIB_{IV_k} = PIB do agregado IV para agricultura ($k=1$) e pecuária ($k=2$);

Para o Agregado IV total tem-se:

$$PIB_{IV} = PIB_{IV_1} + PIB_{IV_2}, \quad (11)$$

Sendo: PIB_{IV} = PIB do agregado IV. O PIB total do Agronegócio Familiar é dado pela soma dos seus agregados, ou seja:

$$PIB_{AgrFamiliar_k} = PIB_{I_k} + PIB_{II_k} + PIB_{III_k} + PIB_{IV_k}$$

$k = 1, 2$

(12)

Sendo:

$PIB_{AgrFamiliar_k}$ = PIB do agronegócio familiar para agricultura ($k=1$) e pecuária ($k=2$)

Para o Agronegócio familiar total tem-se:

$$PIB_{AgrFamiliar} = PIB_{AgrFamiliar_1} + PIB_{AgrFamiliar_2}, \quad (13)$$

Sendo:

$PIB_{AgrFamiliar}$ = PIB do agronegócio familiar.

3 Resultados

O acompanhamento das evoluções conjunturais e das tendências de longo prazo do agronegócio pode auxiliar no delineamento da conduta futura de investimentos e ações desenvolvimentistas da gestão pública e privada. Nesse sentido, o agronegócio como um todo admite uma fração de extrema importância para a economia nordestina. Como os resultados dessa secção demonstram, cerca de um terço da economia da Região depende do setor agropecuário e de suas conexões.

No tópico seguinte apresenta-se o desempenho do PIB do Agronegócio do Nordeste dentro de uma contextualização geral, incluindo a comparação de dados com as estimativas para âmbito Nacional. A seguir inicia-se a análise das informações sobre o agronegócio dividindo-o em Familiar e Patronal.

As comparações subsequentes avaliam então as diferenças nos dois grandes Complexos: Agrícola e Pecuário que formam tanto o agronegócio familiar como o patronal. Estes, por sua vez, podem ser subdivididos em quatro componentes: insumos, o próprio setor rural, a indústria e os setores de distribuição/comercialização.

Embora o método anteriormente descrito aborde os quatro componentes, as análises finais do presente tópico procuram detalhar o desenvolvimento apenas do próprio setor agricultura (cultivos, extrativismo vegetal e silvicultura) ou pecuária (criação de animais) e das suas indústrias correspondentes.

Assim os textos a seguir demonstram a magnitude do agronegócio familiar através de um método quantitativo, possibilitando avaliar sua evolução ao longo dos últimos anos e compará-la com a da produção patronal.

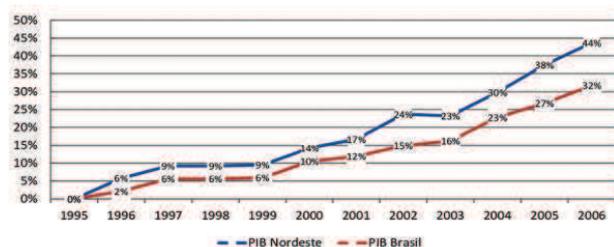
3.1 O Desempenho do PIB do agronegócio do Nordeste

A região Nordeste possui 29,1% da população brasileira¹, entretanto, em termos produtivos, a participação média do PIB do NE no contexto nacional foi de cerca de 12,6%, nos anos de 1995 a 2006, demonstrando uma grande defasagem da produção

1 Segundo dados do IBGE, 2007. Contagem da População. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/).

em relação a população. No entanto, essa relação percentual admitiu uma tendência crescente no período, saindo de 12%, em 1995, para 13,1% em 2006. Fato explicado pelo crescimento do PIB do NE a taxas maiores que a média nacional, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Crescimento acumulado do PIB do Nordeste e do Brasil (1995-2006)



Fonte: dados de pesquisa.

Em todo o período analisado o crescimento acumulado da economia nordestina esteve acima da do Brasil, tornado maior a participação da Região Nordeste na economia nacional. Entretanto, o agronegócio não é um os elementos que explicam este o aumento, o Quadro 1 demonstra que a evolução do agronegócio na economia nordestina não acompanhou as taxas de crescimento dos outros setores, acumulando uma perda de 5,4% de sua participação no PIB do Nordeste, nos 12 anos analisados.

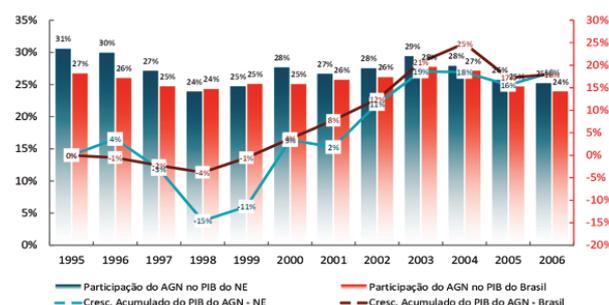
A queda da participação do agronegócio na economia, também foi observada no contexto nacional (redução de cerca de 3%). Ao mesmo tempo, a participação do agronegócio nordestino em relação ao PIB nacional manteve-se constante, indicando que, embora o agronegócio do Nordeste não

tenha acompanhado o crescimento de sua própria economia, ele foi sutilmente superior ao desempenho do agronegócio nacional, mantendo sua participação constante.

Pela observação das linhas apresentadas no Gráfico 2 (condicionadas ao eixo da direita) é possível verificar que, a partir de 1997, o crescimento do PIB do agronegócio no NE esteve sempre abaixo da média nacional, apenas superando a taxa em 2006.

Entre 1997 e 2001, o crescimento acumulado do PIB do NE foi da ordem de apenas 2%, sofrendo diversos períodos de variações negativas. Enquanto que a fase mais descendente para o cenário nacional ocorreu a partir de 2004, especialmente em 2005, quando o PIB do agronegócio nacional sofreu uma queda de cerca de 8% em relação ao ano anterior.

Gráfico 2 – Crescimento acumulado do PIB e respectivas participações do Agronegócio do Nordeste e do Brasil na composição do PIB (1995-2006)



Fonte: dados de pesquisa.

O desempenho inferior dos setores agropecuários a partir de 2003 tornou a participação do

Quadro 1 Valores associados ao PIB e ao PIB do Agronegócio (AGN) no Nordeste e no Brasil

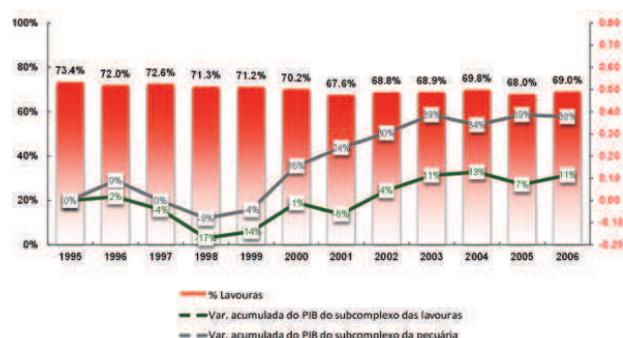
Ano	Nordeste			Brasil			Nordeste / Brasil	
	PIB (R\$ Milhões de 2009)	Participação Agronegócio no PIB (%)	Participação Agronegócio no PIB (%)	PIB (R\$ Milhões de 2009)		Participação Agronegócio no PIB (%)	Participação NE no PIB do Brasil (%)	Participação do NE no PIB do AGN do Brasil (%)
				Total	Agronegócio			
1995	258,037	78,845	30.56	2,142,884	572,244	26.70	12.04	13.78
1996	272,913	81,701	29.94	2,188,967	569,166	26.00	12.47	14.35
1997	281,863	76,423	27.11	2,262,851	559,233	24.71	12.46	13.67
1998	281,781	67,365	23.91	2,263,651	550,447	24.32	12.45	12.24
1999	282,508	69,849	24.72	2,269,403	569,062	25.08	12.45	12.27
2000	294,670	81,505	27.66	2,367,127	593,433	25.07	12.45	13.73
2001	301,062	80,265	26.66	2,398,210	616,647	25.71	12.55	13.02
2002	319,179	87,809	27.51	2,461,957	643,542	26.14	12.96	13.64
2003	317,930	93,507	29.41	2,490,186	690,548	27.73	12.77	13.54
2004	334,959	93,429	27.89	2,632,433	714,385	27.14	12.72	13.08
2005	354,805	91,143	25.69	2,715,609	670,814	24.70	13.07	13.59
2006	370,658	93,407	25.20	2,823,067	675,208	23.92	13.13	13.83

Fonte: dados de pesquisa.

agronegócio no PIB brasileiro menor nos últimos anos, sendo que essa redução foi igual no Nordeste. Embora tenha havido uma maior variação (grandes quedas) nas taxas de crescimento do agronegócio no Nordeste, o percentual acumulado no final do período é igual ao Nacional. Entretanto, a participação do Agronegócio no PIB teve uma redução maior do que no âmbito nacional, por causa do crescimento dos outros setores da economia do Nordeste não vinculados ao agronegócio.

Agora, especificando a análise apenas para a economia da Região Nordeste, nota-se que os dois grandes complexos que formam o agronegócio, tanto o PIB do complexo agrícola quanto o pecuário tiveram crescimentos negativos em alguns anos tornando baixo o crescimento acumulado final observado em 2006, especialmente para o complexo da agricultura (lavouras), conforme o Gráfico 3. Esse gráfico deve ser interpretado observando o eixo da direita para o gráfico de barras - que representa a participação das lavouras no agronegócio - e o esquerdo para as linhas, que apresentam o crescimento acumulado dos agronegócios: lavouras e pecuária.

Gráfico 3 – Crescimento acumulado do PIB das lavouras e da pecuária, associado à participação anual das lavouras na constituição do PIB do Agronegócio total do NE



Fonte: dados de pesquisa.

O crescimento do complexo das lavouras (setor rural dos cultivos, indústria, distribuição e serviços correlatos) teve um desempenho sempre inferior ao da pecuária (setor rural das criações animais, indústria, distribuição e serviços correlatos) no período analisado, determinado a queda da participação do complexo agrário em 4,4% do total do PIB do agronegócio do Nordeste.

O setor pecuário obteve maiores avanços a partir de 1999, com o aumento da produção da aquicultura, pesca, bovinocultura de corte e avicultura. Sendo que os setores ligados ao processamento desta produção (entrepósitos, unidades de

beneficiamento e frigoríficos) e ao fornecimento de insumos (rações, equipamentos e máquinas) também se desenvolveram na região.

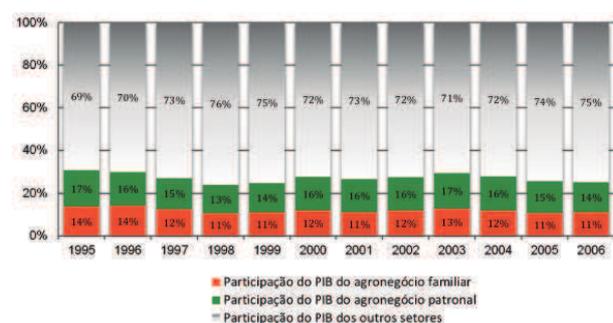
Ao longo do período, diversos picos de altos e baixos podem ser observados com maior intensidade no PIB do complexo das lavouras, pois os produtos agrícolas possuem ciclos mais curtos de produção, cuja magnitude é influenciada pela expectativa dos preços das commodities agrícolas, determinando uma resposta rápida em cada safra. Por outro lado, a variação da produção da pecuária admite ciclos mais prolongados por conta da impossibilidade de se desfazer ou ampliar a produção dos rebanhos de maneira imediata.

3.2 O Desempenho do Agronegócio Familiar e Patronal do NE

Pela análise anterior, observa-se que a participação do PIB do agronegócio do NE era significativamente maior que a nacional, e se tornou muito parecida em 2006. Dois fatores explicam a queda na participação: o baixo crescimento do complexo das lavouras e o aumento da importância de outras atividades da economia Nordestina (indústria e serviços).

Dirigindo a análise para o enfoque da produção relacionada com a agricultura familiar versus a não-familiar ou patronal (denominação a ser usada nos textos a seguir), observa-se que ambos tiveram suas participações reduzidas entre 1996 a 2006, com os percentuais declinando progressivamente, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Participação do agronegócio familiar e patronal na economia do Nordeste



Fonte: dados de pesquisa.

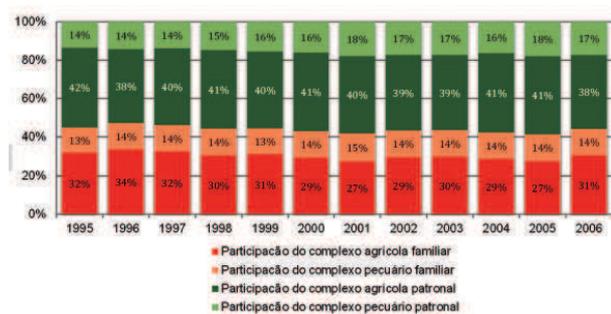
O complexo formado pela agricultura familiar, que inclui a produção das lavouras e criações administradas pela gerência familiar e dos setores que se relacionam com essas atividades rurais, representa, em 2006, cerca de 11% da economia do NE, mas admitiu o percentual de 14% até 1996.

No período, a diferença entre a participação das produções familiar e patronal manteve-se cons-

tante em 3%, demonstrando a manutenção do equilíbrio entre a produção familiar e patronal.

A composição do Gráfico 5 detalha a importância que a produção das culturas e das criações animais têm na formação do agronegócio familiar e patronal. Pelo gráfico observa-se que as lavouras são mais importantes tanto para os sistemas familiares como patronais. Entretanto, o melhor desempenho do Complexo Pecuário alterou as proporções do sistema patronal, retirando 4% da participação das lavouras patronais.

Gráfico 5 – Participação dos complexos agrícola e pecuário no agronegócio familiar e patronal do NE



Fonte: dados de pesquisa.

A pecuária extensiva de gado foi e ainda é a principal atividade econômica do complexo pecuário (produção animal). Dentro da história do Nordeste, a bovinocultura extensiva de corte sempre foi fundamental para a economia local abastecendo os mercados frigoríficos e da indústria do couro.

Na colonização do Nordeste se deu pela formação de grandes propriedades de gado que caracterizaram o cenário dos latifundiários. Muitos existem até hoje, sendo vinculadas neste estudo como propriedades patronais conforme a metodologia adotada. Por isso, a importância maior da pecuária de gado está refletida no agronegócio patronal, mas ela também admite grande importância no sistema familiar.

Entretanto, alterações têm ocorrido neste complexo, determinadas pelo aumento da avicultura no âmbito patronal e da pesca e aquicultura no âmbito familiar. A pesca e, principalmente, a aquicultura, ampliaram sua produção de forma mais técnica e em maior escala, sendo a aquicultura também é realizada no sistema patronal.

3.3 Os Componentes do agronegócio familiar e patronal do NE

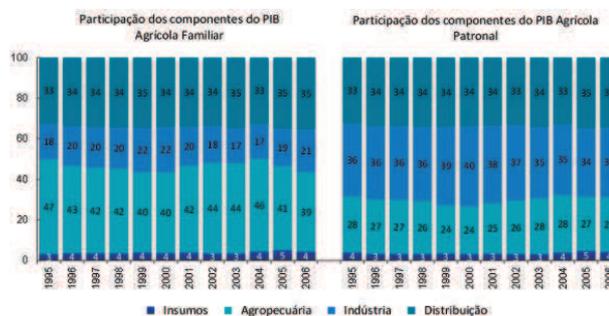
O PIB do agronegócio resulta da agregação do PIB do Complexo Agrícola com o PIB do Com-

plexo Pecuário, sendo que cada um é formado por quatro componentes principais - insumo, setor, indústria e distribuição. Nos tópicos a seguir é apresentada a evolução da participação de cada componente dentro do PIB de cada complexo, com ênfase na separação entre o que é de origem familiar e patronal.

3.3.1 Os componentes do complexo agrícola

As quantias percentuais relacionadas com cada um dos quatro componentes do agronegócio familiar agrícola não são semelhantes àquelas referentes ao agronegócio patronal como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Participação dos componente do complexo agrícola do agronegócio familiar e patronal



Fonte: dados de pesquisa.

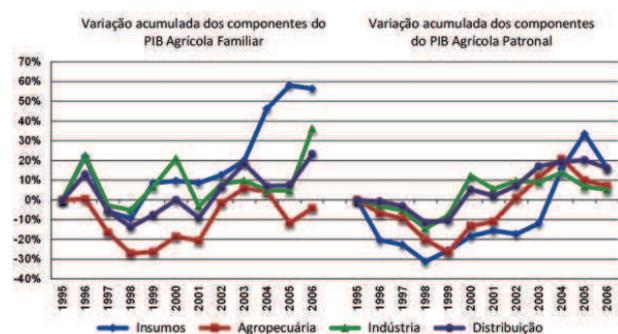
A dissimilaridade existente entre os dois universos da análise corresponde diretamente ao tipo de produto que cada sistema produtivo produz. No Complexo Agrícola patronal o setor rural em si possui menos importância, pois as culturas estão mais relacionadas com o processamento industrial. Por exemplo, a soja e cana-de-açúcar são cultivos essencialmente patronais e a concepção de seus produtos finais (óleo, farelo; açúcar e álcool) a partir da matéria prima rural, necessariamente, dependem da etapa industrial.

As maiores extensões de terra e a mecanização permitem os cultivos associados ao sistema patronal estejam voltados à produção de soja, café, algodão e cana-de-açúcar. Commodities que dependem totalmente das etapas de beneficiamento para sua venda ao consumidor final, tornado o setor industrial o principal elo do agronegócio patronal, seguido imediatamente do setor de distribuição que inclui o transporte, armazenagem e comercialização da produção seja do produtor à fábrica e dessa para o consumidor final.

Inversamente, o Complexo Agrícola familiar abrange as culturas menos relacionadas com o processamento industrial e que podem ser con-

sumidos *in natura* ou com processamento mínimo, como é o caso da fruticultura, mandioca, arroz e feijão. Produtos que, dadas suas características, reduzem a participação das indústrias que, muitas vezes, apenas selecionam e embalam os produtos rurais, adicionando menos valor ao produto final e, conseqüentemente, aumentando a participação do setor rural como mostra o Gráfico 6. Já o Gráfico 7 demonstra o desenvolvimento dos componentes do PIB Complexo Agrícola, a partir de 1995.

Gráfico 7 – Crescimento acumulado dos componentes do Complexo Agrícola



Fonte: dados de pesquisa.

As variações acumuladas apresentadas denotam que os componentes: próprio setor agrícola, a indústria e a distribuição tiveram movimentos parecidos. O que permite inferir que estes três segmentos devem ser bastante relacionados, tanto na composição do PIB familiar como do patronal.

No caso do fornecimento de insumos, o comportamento diverge dos demais componentes especialmente no âmbito familiar. Este apresentou a maior alta acumulada até 2006, mas não foi capaz de ampliar o desempenho do complexo agrícola, dada sua pequena representatividade. No entanto, seu crescimento está associado à maior demanda do setor da produção rural por fertilizantes, adubos, defensivos, etc., demonstrando que as propriedades agrícolas familiares estão se tornando mais técnicas, em prol do aumento da produtividade.

Os dois subitens a seguir trazem maiores detalhes sobre os dois componentes que embasam o Complexo do Agronegócio Agrícola representados pelo próprio setor rural agrícola e a indústria a ele associada.

Os setores de insumos e distribuição não podem ser analisados por tipo de produto, pois dada sua organização, há maiores dificuldades estatísticas para sua dissociação por tipo de cadeia produtiva.

3.3.1.1 O Componente: setor agrícola familiar e patronal

O Quadro 2 apresenta três tipos de informações referentes aos principais produtos agrícolas oriundos das propriedades consideradas familiares no Nordeste. Sendo que a ordem de apresentação dos produtos no quadro é decrescente de acordo com o Valor da Produção em 2006.

Assim pelo Quadro 2 é possível inferir, por exemplo: que a fruticultura é o principal produto da agricultura familiar, correspondendo a 17,1 %² de toda a produção agrícola do Nordeste. Sendo que o valor de sua produção, cerca de 3,6 bilhões (R\$ de 2009), não variou muito desde 1995³, mas o percentual da produção total da fruticultura associada ao familiar aumentou⁴, por causa da redução da respectiva produção patronal (ver Quadro 3).

O Quadro 3 traz a mesma ideia, considerando os dados do setor agrícola baseado na produção patronal. Por isso, a ordem foi alterada em relação ao Quadro 2, demonstrando a ordem decrescente das atividades agrícolas mais importantes para o âmbito não-familiar.

Ainda pela análise do Quadro 2, a última linha apresenta as estatísticas totais do setor agrícola do NE, no qual chama atenção, a elevada participação da agricultura familiar, contribuindo com mais da metade do total. Entretanto, a tendência observada demonstra uma constante e ligeira queda nessa participação.

Como era de se esperar, os dados das colunas intermediárias mostram que a participação da agricultura familiar não é homogênea entre os diferentes produtos (Quadro 2). Nota-se nitidamente que a participação da agricultura familiar é superior à média na maioria das atividades listadas com exceção para a soja, cana-de-açúcar, algodão e café.

Para a cultura do algodão, em 1995, o percentual relacionado ao familiar era maior, mas com uma produção pouco significativa (51 milhões). Ao longo dos anos, a produção de algodão foi bastante ampliada no Oeste baiano e sul do Maranhão, mas a totalidade desse acréscimo foi caracterizada como patronal.

2 Dado presente na primeira linha com a última coluna do Quadro 2.

3 A primeira linha com a primeira coluna do Quadro 2, refere-se ao valor em 1995 sendo que o minigráfico ao lado apresenta a variação do referido valor ao longo dos anos.

4 As colunas intermediárias do Quadro 2 demonstram que a importância da produção familiar na fruticultura aumentou de 49,9% para 59,5%, de maneira sempre crescente no período analisado.

Já as outras atividades predominantemente familiares como: feijão, milho e mandioca as participações são mais estáveis, havendo tendências de aumento ou estabilidade. O milho, embora seja utilizado de inúmeras formas pela indústria, também tem grande importância para a alimentação de pessoas e animais, mesmo sem requerer de algum tipo de processamento, sendo fundamental para a agricultura de subsistência. O mesmo pode ser dito da mandioca, que é um dos pilares da alimentação da população do nordeste e é processado em unidades artesanais de beneficiamento para obtenção da farinha.

No caso da fumicultura, sua produção é destinada em larga escala para a indústria e uma mínima parte dirigida para a elaboração artesanal do fumo de corda. Esse tipo de cultura é basicamente familiar devido aos cuidados que a plantação requer e a forma de colheita e armazenagem. Os Principais Estados que produzem fumo no Nordeste são: Alagoas, Sergipe e Bahia. Composto um grupo de poucos Estados que produzem fumo além das fronteiras da Região Sul do país, onde está situada mais de 95% da produção nacional, que também é quase exclusivamente familiar.

No Nordeste, o principal cultivo para ambos os sistemas (familiar e patronal) é a fruticultura. Sua participação é muito superior a dos outros setores, principalmente no caso familiar. A produção é concentrada principalmente nas regiões entre os Estados de Bahia e Pernambuco e em vários Estados ao longo do litoral nordestino.

Em várias regiões a fruticultura se desenvolveu por causa do clima, na qual as temperaturas médias mais altas proporcionam mais de uma safra por ano. A irrigação viabilizou o cultivo de diversos tipos de frutas e minimizou os riscos da produção associado aos períodos de estiagem. Ainda o uso de sistemas eficientes de produção, comercialização e escoamento dos produtos, reduziu os custos de produção e favorecendo a incorporação da fruticultura no âmbito das propriedades familiares, fato que explica o aumento significativo de sua participação na constituição do PIB do agronegócio familiar. Todos estes fatores foram incentivados, somados e aperfeiçoados nos programas de desenvolvimento propiciados de diferentes formas pelos Governos, nas três esferas do poder executivo.

A notória importância da fruticultura, para toda a economia nordestina, traduz-se no seu potencial de gerar maior produtividade, fixando valor e emprego nas regiões onde se desenvolve. Destaca-se também que grande parte de sua produção é beneficiada provendo o aumento da indústria local.

Quanto à diversificação, a participação dos cultivos familiares ainda é, de certa forma, equitativa, mas tende a ficar mais concentrada à medida que a fruticultura é ampliada, reduzindo a participação das outras culturas como feijão, mandioca e outros cultivos. Entretanto, essa visão de domínio de uma cultura sobre as outras, intuitivamente, não é interessante pelo aspecto da diversidade, mas esse fato ocorre em termos de valor da produção, pois em termos espaciais os mapas relacionados com a distribuição dos cultivos como o milho, feijão e extrativismo demonstram que estas culturas possuem grande importância para na dispersão espacial da produção rural e, ao mesmo tempo, apresentaram crescimento entre os anos de 1995 a 2006 segundo o Quadro 2.

Ou seja, o fortalecimento da fruticultura aparentemente adensou mais as áreas já usadas pela própria cultura, mas, necessariamente, isso não provocou a redução dos outros cultivos.

3.3.1.2 O componente: setor industrial da agricultura familiar e patronal

O Quadro 4 detalha o PIB do componente industrial associado com o setor agrícola familiar, demonstrando no primeiro grupamento de dados (à esquerda do quadro) o valor bruto da produção de cada uma das principais atividades beneficiadoras de produtos de origem vegetal, nos anos de 1995 e 2006. Nos grupamentos de dados, localizados na parte intermediária e à direita do quadro, são apresentadas as participações das indústrias ligadas ao familiar dentro do próprio ramo industrial e dentro do total computado para o componente industrial do agronegócio, respectivamente.

Em todos os grupamentos de dados são demonstrados dos dados de 1995 e 2006, juntamente com um minigráfico que demonstra os movimentos (variação dos valores) ocorridos entre os anos.

As indústrias são abastecidas pelo setor de produção rural, por isso a importância de cada uma depende do montante de fornecimento da matéria prima. No caso, as indústrias de produtos alimentares que processam as frutas e outros produtos como feijão e mandioca estão dentro dos grupos de atividades: outros produtos alimentares e beneficiamento de outros produtos vegetais.

O Quadro 5 tem a mesma função que o anterior, mas detalha o PIB do componente industrial ligado à produção patronal. Pelos dados, a indústria que mais se destacou foi a têxtil ligada com a produção patronal de algodão, mas sua tendência é declinante.

Quadro 2 – Características dos principais produtos agrícolas familiares do NE: valor da produção, participação da produção familiar no total de cada produto e no total geral da produção agrícola, 1995 e 2006

Atividades rurais em ordem decrescente (segundo os valores da produção em 2006)	Valor da produção Familiar de cada atividade (milhões de R\$ - 2009)			Participação da produção Familiar sobre o total de cada atividade			Participação da produção Familiar sobre o total do setor agrícola		
	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006
Frutas	3.161		3.570	49,9%		59,5%	15,3%		17,1%
Outras Culturas	2.559		1.596	64,3%		49,7%	12,3%		7,6%
Feijão	1.175		1.309	78,9%		87,3%	5,7%		6,3%
Mandioca	1.722		1.170	88,5%		87,5%	8,3%		5,6%
Extrativismo Vegetal	818		1.087	71,9%		81,3%	3,9%		5,2%
Milho	612		980	62,0%		71,9%	3,0%		4,7%
Arroz	688		824	78,6%		86,3%	3,3%		3,9%
Silvicultura	263		276	42,1%		58,6%	1,3%		1,3%
Cana-de-açúcar	498		232	21,2%		14,9%	2,4%		1,1%
Café	74		76	34,5%		21,8%	0,4%		0,4%
Fumo	67		52	69,0%		94,8%	0,3%		0,3%
Soja	2		12	0,3%		0,7%	0,0%		0,1%
Algodão	51		11	54,5%		1,0%	0,2%		0,1%
Trigo	0		1	0,0%		52,2%	0,0%		0,0%
Setor	11.690		11.196	56,4%		53,6%	56,4%		53,6%

Fonte: dados de pesquisa.

Quadro 3 – Características dos principais produtos agrícolas patronais do NE: valor da produção, participação da produção patronal no total de cada produto e no total geral da produção agrícola, 1995 e 2006

Atividades rurais em ordem decrescente (segundo os valores da produção em 2006)	Valor da produção Patronal de cada atividade (milhões de R\$ - 2009)			Participação da produção Patronal sobre o total de cada atividade			Participação da produção Patronal sobre o total do setor agrícola		
	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006
Frutas	3.171		2.429	50,1%		40,5%	15,3%		11,6%
Soja	608		1.641	99,7%		99,3%	2,9%		7,9%
Outras Culturas	1.420		1.612	35,7%		50,3%	6,8%		7,7%
Cana-de-açúcar	1.846		1.318	78,8%		85,1%	8,9%		6,3%
Algodão	43		1.088	45,5%		99,0%	0,2%		5,2%
Milho	375		383	38,0%		28,1%	1,8%		1,8%
Café	140		275	65,5%		78,2%	0,7%		1,3%
Extrativismo Vegetal	320		250	28,1%		18,7%	1,5%		1,2%
Silvicultura	361		194	57,9%		41,4%	1,7%		0,9%
Feijão	313		191	21,1%		12,7%	1,5%		0,9%
Mandioca	225		167	11,5%		12,5%	1,1%		0,8%
Arroz	187		131	21,4%		13,7%	0,9%		0,6%
Fumo	30		3	31,0%		5,2%	0,1%		0,0%
Trigo	0		1	0,0%		47,8%	0,0%		0,0%
Setor	9.039		9.683	43,6%		46,4%	43,6%		46,4%

Fonte: dados de pesquisa.

Quadro 4 – Características das principais indústrias agrícolas ligadas ao familiar: valor da produção, participação da produção familiar no total de cada produto e no total geral da produção agrícola, 1995 e 2006

Atividades rurais em ordem decrescente (segundo os valores da produção em 2006)	Valor da produção familiar de cada atividade (milhões de R\$ - 2009)			Participação da produção familiar sobre o total de cada atividade			Participação da produção familiar sobre o total do setor agrícola		
	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006
Outros produtos Alimentares	1.700		2.413	58,4%		55,6%	10,5%		13,1%
Beneficiamento de Outros Produtos Vegetais	957		1.977	47,4%		60,2%	5,9%		10,8%
Fabricação de Celulose, Papel e Gráfica	318		598	16,1%		24,9%	2,0%		3,3%
Madeira e mobiliário	119		364	37,8%		50,1%	0,7%		2,0%
Fabricação de Açúcar	200		184	12,8%		9,1%	1,2%		1,0%
Artigos do vestuário e acessórios	265		117	10,0%		5,9%	1,6%		0,6%
Têxteis	233		111	7,7%		5,0%	1,4%		0,6%
Produtos do fumo	440		86	81,8%		88,6%	2,7%		0,5%
Álcool	75		75	14,3%		9,8%	0,5%		0,4%
Indústria do Café	92		65	25,6%		37,1%	0,6%		0,4%
Fabricação de Óleos Vegetais	23		33	8,0%		9,2%	0,1%		0,2%
Indústria	4.423		6.023	27,3%		32,8%	27,3%		32,8%

Fonte: dados da pesquisa.

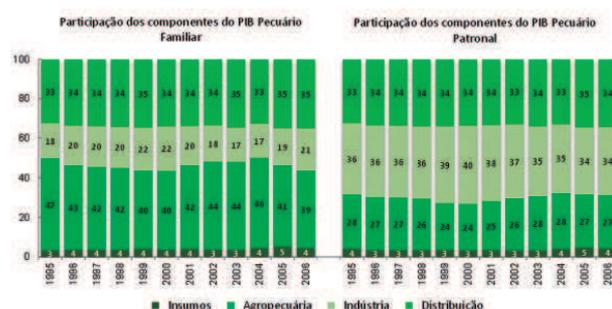
Com a expansão da soja patronal a indústria de fabricação de óleos vegetais e outros produtos alimentares também foram ampliadas, aumentando sua participação no PIB industrial.

3.3.2 Os componentes do complexo pecuário

Assim como no complexo agrícola, as quantias percentuais, relacionadas com cada um dos quatro componentes do agronegócio familiar pecuário, são distintas àquelas referentes ao agronegócio patronal. O Gráfico 8 ilustra estes fatos, tornando explícita a diferença observada no setor da produção pecuária familiar e patronal. Como se observa no Gráfico.8, a participação das atividades produtivas exercidas nas propriedades rurais consideradas familiares é superior às daquelas classificadas como patronais. A principal atividade da pecuária patronal é a bovinocultura de corte que tem forte ligação com a indústria do abate, frigorífica e fabricação de couro e seus derivados. Outra atividade que ganhou grande

importância no contexto patronal é a avicultura cuja cadeia também tem no abate e indústria frigorífica os principais elos de agregação do valor. Por isso o setor industrial tem uma participação superior que o próprio setor rural no complexo da pecuária patronal.

Gráfico 8 – Participação dos componentes do complexo pecuário do agronegócio familiar e patronal



Fonte: dados de pesquisa.

Quadro 5 – Características das principais indústrias agrícolas ligadas ao familiar: valor da produção, participação da produção familiar no total de cada produto e no total geral da produção agrícola, 1995 e 2006

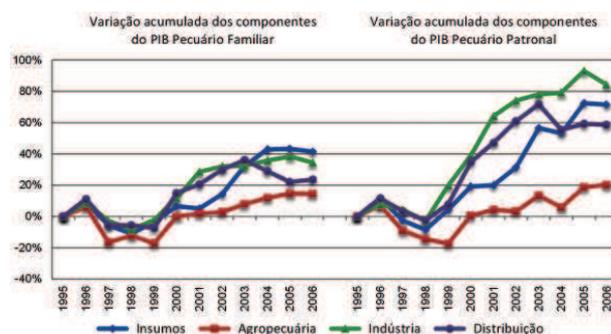
Atividades rurais em ordem decrescente (segundo os valores da produção em 2006)	Valor da produção Patronal de cada atividade (milhões de R\$ - 2009)			Participação da produção Patronal sobre o total de cada atividade			Participação da produção Patronal sobre o total do setor agrícola		
	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006
Têxteis	2,800		2,098	92.3%		95.0%	17.3%		11.4%
Outros produtos Alimentares	1,209		1,929	41.6%		44.4%	7.5%		10.5%
Artigos do vestuário e acessórios	2,378		1,881	90.0%		94.1%	14.7%		10.2%
Fabricação de Açúcar	1,366		1,847	87.2%		90.9%	8.4%		10.0%
Fabricação de Celulose, Papel e Gráfica	1,664		1,802	83.9%		75.1%	10.3%		9.8%
Beneficiamento de Outros Produtos Vegetais	1,063		1,309	52.6%		39.8%	6.6%		7.1%
Álcool	449		690	85.7%		90.2%	2.8%		3.8%
Madeira e mobiliário	197		363	62.2%		49.9%	1.2%		2.0%
Fabricação de Óleos Vegetais	268		326	92.0%		90.8%	1.7%		1.8%
Indústria do Café	267		109	74.4%		62.9%	1.6%		0.6%
Produtos do fumo	98		11	18.2%		11.4%	0.6%		0.1%
Indústria	11,759		12,365	72.7%		67.2%	72.7%		67.2%

Fonte: dados da pesquisa.

No caso do familiar a bovinocultura também é predominante, mas outros de seus produtos são vendidos com pouco processamento como é o caso dos produtos da pesca e leite *in natura* reduzido a participação do processamento industrial. Entretanto, cada vez mais os produtos de origem familiar têm sido beneficiados agroindústrias. Produtos da aquicultura têm sido destinados para a produção de congelados e a ampliação da caprinocultura, que também utiliza a indústria de abate e de laticínios, tem determinado a ampliação da participação indústrias no complexo da pecuária patronal, passando de 18% em 1995 para 21 % em 2006.

O Gráfico 9 apresenta o desenvolvimento do PIB do Complexo Pecuário a partir de 1995, situando a evolução de cada componente.

Gráfico 9 – Crescimento acumulado dos componentes do complexo pecuário



Fonte: dados de pesquisa.

No PIB do Complexo Pecuário, a variação positiva da indústria teve grande destaque, especialmente no caso do sistema patronal, devido ao aumento da produção de produtos de origem animal que são processados industrialmente. Para o contexto familiar, o destaque maior se dá pelo aumento do fornecimento de insumos, devido, provavelmente, a intensificação da bovinocultura de corte e aumento da aquicultura, criações que exigem maiores proporções de insumos (rações, equipamentos, suplementos etc.).

Os dois subitens a seguir trazem maiores detalhes informações sobre os dois componentes que embasam o Complexo do Agronegócio Pecuário representados pelo próprio setor rural pecuário e a indústria a ele associada.

Assim como na análise do Complexo Agrícola, os setores de insumos e distribuição não puderam ser analisados por tipo de produto, pois dada sua organização, há maiores dificuldades estatísticas para sua dissociação por tipo de cadeia produtiva.

3.3.2.1 O componente: setor pecuário familiar e patronal

Da mesma forma que nas análises do componente do setor agrícola, o Quadro 6 apresenta três tipos de informações referentes aos principais produtos pecuários oriundos das propriedades consideradas familiares no Nordeste. Sendo que a ordem de apresentação dos produtos no quadro é decrescente de acordo com o Valor da Produção em 2006.

Nota-se, portanto, que a bovinocultura é o principal produto da agricultura familiar, correspondendo a 14,1 % de toda a produção animal do Nordeste. Sendo que o valor de sua produção, cerca de 1,2 bilhões (R\$ de 2009), crescendo 56% desde 1995. Isto determinou o aumento do percentual da produção familiar no total da bovinocultura do NE, assumindo uma importância igualitária em relação ao patronal.

O Quadro 7 traz a mesma ideia, considerando os dados do setor pecuário baseado na produção patronal. O ordenamento não é mantido relação ao Quadro 6, sendo decrescente para as atividades pecuárias mais importantes para o âmbito não-familiar.

Embora a criação de bovinos de corte seja o principal setor para ambos os contextos (familiar e patronal), as maiores oscilações no período estiveram associadas com a pesca e aquicultura, no caso familiar, e a avicultura no caso patronal.

O setor pecuário familiar é um pouco mais diversificado e também admite uma importância econômica um pouco maior, refletindo novamente a importância das propriedades familiares na economia do Nordeste.

Avaliando as taxas de crescimento, nos dois casos a bovinocultura de corte teve variação positiva ao longo do período. Esse fato determinou o acréscimo da participação da produção de gado para corte, sendo que o aumento mais evidente se dá no sistema de familiar, fato que em geral contraria o movimento que está havendo em outros locais do País, na qual a redução da produção bovina é determinada pela substituição de áreas de pastoreio pelo cultivo de culturas como: arroz, cana-de-açúcar, soja, feijão e milho.

Em geral, economias que giram em torno da agricultura são mais dinâmicas do que as áreas que dependem exclusivamente das atividades ligadas ao pastoreio extensivo, pois a quantidade de pessoas empregadas é pequena e o ritmo da produção depende dos meios tradicionais e atrasados de criação e engorda do gado.

3.3.2.2 O componente: setor industrial da pecuária familiar e patronal

O Quadro 8 detalha o PIB do componente industrial associado com o setor pecuário familiar, demonstrando no primeiro grupamento de dados, da esquerda para direita, o valor bruto da produção de cada uma das indústrias beneficiadoras de produtos de origem animal, nos anos de 1995 e 2006. No segundo grupamento são apresentadas as participações das indústrias ligadas ao familiar, dentro do próprio ramo industrial, e no terceiro a participação dentro do total computado para o componente industrial do PIB do complexo da pecuária total.

O Quadro 9 tem a mesma função, mas detalha o PIB do componente industrial ligado à produção pecuária patronal. Pelos dados, a indústria que mais se destacou foi a de artefatos de couro e calçados ligada com a produção patronal rural da bovinocultura, com forte tendência ascendente.

Embora os Quadros 6 e 7, na análise do tópico anterior, apontem uma posição igualitária entre a participação do familiar e patronal no contexto da produção rural pecuária, a sua respectiva indústria é predominantemente patronal (participação de 64,8%), sendo que o maior destaque que caracteriza essa diferença pode ser atribuído apenas à fabricação de calçados e artigos de couro, atividade que abrange mais da metade do PIB da indústria do complexo pecuário patronal.

Quadro 6 – Características dos principais produtos pecuários familiares do NE: valor da produção, participação da produção patronal no total de cada produto e no total geral da produção agrícola, 1995 e 2006

Atividades rurais em ordem decrescente (segundo os valores da produção em 2006)	Valor da produção Familiar de cada atividade (milhões de R\$ - 2009)			Participação da produção Familiar sobre o total de cada atividade			Participação da produção Familiar sobre o total do setor agrícola		
	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006
Bovinos	795		1,241	44.0%		50.0%	10.5%		14.1%
Pesca e Aquicultura	593		1,033	74.9%		79.9%	7.9%		11.7%
Leite	727		809	55.2%		56.1%	9.6%		9.2%
Outros Pecuária	925		738	48.5%		48.7%	12.3%		8.4%
Aves	686		464	51.8%		27.7%	9.1%		5.3%
Suínos	296		317	76.5%		74.7%	3.9%		3.6%
Setor	4,023		4,603	53.4%		52.1%	53.4%		52.1%

Fonte: dados de pesquisa.

Quadro 7 – Características dos principais produtos pecuários patronais do NE: valor da produção, participação da produção patronal no total de cada produto e no total geral da produção agrícola, 1995 e 2006

Atividades rurais em ordem decrescente (segundo os valores da produção em 2006)	Valor da produção Patronal de cada atividade (milhões de R\$ - 2009)			Participação da produção Patronal sobre o total de cada atividade			Participação da produção Patronal sobre o total do setor agrícola		
	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006
Bovinos	1,013		1,239	56.0%		50.0%	13.4%		14.0%
Aves	639		1,210	48.2%		72.3%	8.5%		13.7%
Outros Pecuária	984		778	51.5%		51.3%	13.1%		8.8%
Leite	591		634	44.8%		43.9%	7.8%		7.2%
Pesca e Aquicultura	199		259	25.1%		20.1%	2.6%		2.9%
Suínos	91		107	23.5%		25.3%	1.2%		1.2%
Setor	3,517		4,227	46.6%		47.9%	46.6%		47.9%

Fonte: dados de pesquisa.

Essa atividade liga-se principalmente ao Complexo Pecuário patronal devido ao fornecimento de couro do rebanho de corte. Em menor proporção a fabricação de calçados e artigos de couro liga-se também às propriedades familiares.

Dada tradição de mais de um século em processamento de couro e a especialização comercial obtida, muitas cidades do nordeste se tornaram polos produtores de fabricação de calçados, artigos de couro, peças e acessórios do vestuário em geral. Tradicionalmente, estes produtos são bastante utilizados pela população nordestina, tornando a demanda dispersa e fazendo com que as unidades produtoras possuam uma melhor distribuição regio-

nal no interior, não ficando concentrada apenas nas regiões litorâneas.

Extraindo a diferença provocada por esta atividade, a indústria pecuária do agronegócio é bastante relacionada com o setor rural de produção, tanto para o caso familiar como patronal. A ampliação da indústria de abate e de couro no setor familiar (Quadro 8) tem relação com o aumento da bovinocultura familiar (Quadro 6). Sendo que os aumentos da produção da avicultura e suinocultura (Quadro 7) patronais também influenciaram seus respectivos setores industriais de abate de aves e suínos (Quadro 9).

Quadro 8 – Características das principais indústrias pecuárias ligadas ao familiar: valor da produção, participação da produção familiar no total de cada produto e no total geral da produção pecuária, 1995 e 2006

Atividades rurais em ordem decrescente (segundo os valores da produção em 2006)	Valor da produção familiar de cada atividade (milhões de R\$ - 2009)			Participação da produção familiar sobre o total de cada atividade			Participação da produção familiar sobre o total do setor agrícola		
	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006
Abate de Bovinos e Outros	573		788	43.8%		48.1%	16.2%		13.6%
Artefatos de couro e calçados	212		700	26.2%		26.0%	6.0%		12.1%
Indústria de Laticínios	302		267	51.2%		53.9%	8.5%		4.6%
Abate de Aves	351		192	48.0%		23.1%	9.9%		3.3%
Abate de Suínos	74		86	71.7%		69.6%	2.1%		1.5%
Indústria	1,512		2,032	42.7%		35.2%	42.7%		35.2%

Fonte: dados de pesquisa.

Quadro 9 – Características das principais indústrias pecuárias ligadas ao patronal: valor da produção, participação da produção familiar no total de cada produto e no total geral da produção pecuária, 1995 e 2006

Atividades rurais em ordem decrescente (segundo os valores da produção em 2006)	Valor da produção Patronal de cada atividade (milhões de R\$ - 2009)			Participação da produção Patronal sobre o total de cada atividade			Participação da produção Patronal sobre o total do setor agrícola		
	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006	1995	Minigráfico (1995 a 2006)	2006
Artefatos de couro e calçados	597		1,988	73.8%		74.0%	16.8%		34.4%
Abate de Bovinos e Outros	736		850	56.2%		51.9%	20.8%		14.7%
Abate de Aves	381		640	52.0%		76.9%	10.8%		11.1%
Indústria de Laticínios	288		228	48.8%		46.1%	8.1%		4.0%
Abate de Suínos	29		38	28.3%		30.4%	0.8%		0.7%
Indústria	2,031		3,744	57.3%		64.8%	57.3%		64.8%

Fonte: dados de pesquisa.

4 Comentários finais

No período de 1995 a 2006, o crescimento acumulado da economia nordestina esteve acima da do Brasil, tornado maior a participação da Região Nordeste na economia nacional. Entretanto, a evolução do agronegócio na economia nordestina não acompanhou as taxas de crescimento dos outros setores, acumulando uma perda de 5,4% de sua participação no PIB do Nordeste, nos 12 anos analisados.

Os desempenhos desfavoráveis da produção agropecuária após o ano de 2003 foram mais intensos que no restante do período, prejudicando a

participação do agronegócio no Nordeste, mas isso não foi um evento particular, ocorrendo também em todo o Brasil. Em geral, diversos setores da economia cresceram mais que o agronegócio nacional, contribuindo para queda de sua participação.

A queda da participação do agronegócio no contexto nacional foi de cerca de 3%. Ao mesmo tempo, a participação do agronegócio nordestino em relação ao PIB nacional manteve-se constante, indicando que, embora o agronegócio do Nordeste não tenha acompanhado o crescimento de sua própria economia, ele foi sutilmente superior ao desempenho do agronegócio nacional, mantendo sua participação constante.

Pela comparação entre as participações percentuais do agronegócio no PIB do NE e do Brasil, observa-se que a contribuição do agronegócio é superior para a economia nordestina. Em 1995 os respectivos percentuais eram 30,6% e 26,7%, mas esta relação tem sido mais reduzida no NE tornando-se parecida com a nacional. Em 2006, a importância do agronegócio para o NE e Brasil foram 25% e 24%, respectivamente.

Subdividindo-se o agronegócio em patronal e familiar, a produção das lavouras e criações administradas pela gerência familiar e dos setores que se relacionam com essas atividades rurais representou 11% da economia do NE, em 2006, ou mais de 44% do agronegócio total.

Basicamente, no período analisado, o percentual de 14% (no ano de 1995) a 11% (em 2006) da economia total do Nordeste esteve relacionado com o agronegócio familiar, demonstrando ainda a forte contribuição da agricultura familiar na economia do Estado, mas com aparente tendência de redução.

Pelo exposto no tópico dos resultados, observa-se que a participação patronal no agronegócio no Nordeste é superior a familiar por causa da maior adição de valor industrial, pois quando se compara apenas as produções rurais do setor agrícola e pecuário em si, o setor familiar é preponderante com as respectivas participações de 53,6% e 52,1% da produção agropecuária. Ou seja, ao considerar apenas a produção rural, o setor familiar é predominante em relação ao patronal, mas as indústrias que dependem dessas atividades são menos influentes. Isso ocorre devido à característica dos produtos que, em sua maioria, são destinados a cadeias com menor quantidade de etapas de processamento posterior até chegar ao consumidor final. Este fato é algo incomum na maioria das outras regiões, na qual a participação patronal é geralmente superior tanto no campo como na indústria, demonstrando a força que as propriedades familiares exercem sobre a produção nordestina.

Poucos Estados não mantêm esta característica. A produção patronal só é superior no campo, de forma significativa, na: agricultura do Alagoas (73%), agricultura da Bahia (55%), pecuária de Pernambuco (64%), agricultura e pecuária do Rio Grande do Norte (57 e 55%). Nos outros Estados do Nordeste a participação da agropecuária familiar é superior ou praticamente igual à patronal.

Em todo o Nordeste, muito da produção familiar caracteriza-se pela economia de subsistência além da razão comercial, na qual algumas atividades se tornam predominantemente familiares como:

feijão, milho e mandioca, cujas participações são estáveis na maioria dos Estados, podendo haver algumas variações mais acentuadas em um ou outro Estado.

Além da característica de subsistência e abastecimento de comunidades mais afastadas a diversificação familiar também é explicada por características do clima e relevo do nordeste, na qual a possibilidade de períodos de estiagem prolongada aumenta a probabilidade de insucesso de grandes investimentos agrícolas e o afloramento rochoso em alguns tipos de solos impossibilita a mecanização, fatos que dificultam o desenvolvimento empresarial agrícola.

O semiárido é o clima predominante de todo o Nordeste abrangendo grandes porções de terra em todos os Estados, excetuando-se o Maranhão. Fato que dificulta a criação de rebanhos de bovinos de maior produtividade e cultivos temporários que dependem da época das chuvas. Animais resistentes como os caprinos são a melhor escolha para este ecossistema. Ao mesmo tempo, as altas temperaturas beneficiam cultivos que possam ser irrigados (fruticultura em Juazeiro - BA e Petrolina - PE, soja em Barreiras - BA, localidades próximas ao Rio Jaguaribe - CE etc.) e criações próximas ao litoral, mais especificamente a piscicultura, incluindo a carcinicultura.

As regiões com características mais favoráveis à agricultura, banhadas por rios perenes, com clima e solo mais favoráveis, permitem o avanço de importantes culturas, como é caso da fruticultura, que tem grande destaque também no contexto patronal. Estas regiões propiciam menores riscos à produção e, conseqüentemente, à implantação de empreendimentos maiores.

Desde o começo desta década, a produção de frutas teve aumentos significativos de sua produção por causa do aumento tanto da área plantada como da produtividade. Com alto valor adicionado, os cultivos de frutas, hortaliças e flores exigem maiores quantidades de empregados, agregando renda às regiões por meio do uso da mão-de-obra local, valorização das terras e dinamização das economias regionais.

O aumento do valor das exportações decorrente nos últimos anos é determinado pela obtenção da qualidade necessária para cumprimento dos padrões internacionais, indicando o desenvolvimento de uma mão-de-obra qualificada que se insere também nas propriedades familiares.

Ainda, a cooperação mútua entre pequenos produtores e a disponibilidade de serviços agrícolas

de forma terceirizada, nos mercados locais, supre a demanda por tecnologia e reduz a diferença de rentabilidade que existe entre os cultivos em pequena e larga escala, permitindo o desenvolvimento familiar, não apenas na fruticultura, mas também em outras atividades.

Em linhas gerais, o PIB do setor agropecuário familiar pode não se predominante ao familiar, mas sua composição é formada especialmente pelo próprio setor rural, nas quais as participações da indústria e distribuição são menores, por isso as propriedades rurais que se caracterizam como familiares são fundamentais para a economia do Nordeste, por contribuir pela diversificação da produção agropecuária e por possibilitar a desconcentração regional da renda fora dos limites das regiões litorâneas.

Agradecimentos

Os autores agradecem à equipe do ETENE-BNB pelos comentários recebidos e em especial ao BNB pelo suporte financeiro, sem o qual, não seria possível a elaboração do estudo aqui apresentado.

Referências

FURTUOSO, M. C. O.; GUILHOTO, J. J. M. Estimativa e mensuração do Produto Interno Bruto do agronegócio da economia brasileira, 1994 a 2000. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 41, n. 4, p. 803-827, 2003.

GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. Estimativa da matriz insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 279-299, abr./jun. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Matrizes insumo-produto**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 de junho de 2014.

_____. **Sistema de contas nacionais – Brasil: 2002-2008**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 de junho de 2014.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA – Brasil: 2002-2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 de junho de 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica. Brasília, DF: INCRA;FAO, fev., 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/>>. Acesso em: 6 de junho de 2014.

LEONTIEF, W. **Input-output economics**. New York: Oxford University Press, 1986.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 6 de junho de 2014.